

1920  
4300

5  
DM  
MIGU/MA



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

MESTRADO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Prevalência de Sem-Abrigo ao Longo da Vida e  
Atitudes Face aos Sem-Abrigo em Portugal

Marta Cristina Trindade Miguel, N.º 13504

ORIENTADOR: José Ornelas

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*

CO-ORIENTADOR: João Maroco

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: José Ornelas

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*



2007

Stamp from Instituto Superior de Psicologia Aplicada with handwritten registration number 17783 and date 30.10.2008.

## Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Psicologia Comunitária do ISPA a oportunidade de participar numa investigação de nível transnacional, principalmente ao Prof. Doutor José Ornelas, coordenador do projecto em Portugal, e à Mestre Maria Vargas Moniz, coordenadora executiva da equipa de investigação.

Agradeço também ao Prof. Doutor José Ornelas pela sua orientação e sugestões para o estudo.

Ao Prof. Doutor João Maroco, pela sua orientação em termos de análise estatística e por ter estado sempre disponível para aconselhar e esclarecer todas as dúvidas.

Dedico este trabalho à família por ter proporcionado o apoio necessário à sua realização, e principalmente à Margarida por ser a maior motivação.

## RESUMO

O presente estudo resulta da colaboração do Núcleo de Psicologia Comunitária do Instituto Superior de Psicologia Aplicada com o Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.) numa investigação transnacional sobre a opinião pública acerca dos sem-abrigo e a prevalência da situação de sem-abrigo ao longo da vida.

Pretende aceder à opinião pública portuguesa, isto é, às atitudes e conhecimentos, da população portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo; estimar a prevalência de população que já esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida; confirmar o modelo de atitudes identificado nos estudos de opinião pública realizados nos E.U.A. com a mesma metodologia; e identificar quais as características que podem distinguir a população com diferentes atitudes face aos sem-abrigo.

O instrumento – “A Perspectiva da População sobre as Pessoas Sem-Abrigo: Estudo em Portugal” – foi aplicado por telefone a uma amostra da população portuguesa gerada aleatoriamente, e composta por um total de 200 pessoas contactadas para telefones fixos.

A confirmação do Modelo de Atitudes revelou a existência dos seguintes factores de atitudes: Compaixão Geral, Restrições aos Direitos Públicos, Confiança nas Pessoas Sem-abrigo, Isolamento Social, Pessoas de Rua, Habitações/Serviços Necessários, Factores Económicos como Causa e Factores Pessoais como Causa.

Constatou-se a influência de algumas características demográficas dos participantes sobre os factores de atitudes: a variável Sexo revelou efeito significativo sobre a Compaixão Geral e as Restrições aos Direitos Públicos; a Idade sobre a Confiança; o Grau de Escolaridade sobre a Confiança e o Isolamento Social; e o Rendimento Familiar sobre o Isolamento Social.

A opinião pública revelou-se geralmente compreensiva face ao problema dos sem-abrigo, e relativamente bem informada em relação às pessoas em situação de sem-abrigo literal.

A estimação da prevalência de sem-abrigo ao longo da vida revelou uma prevalência global de 6.5% e literal de 2%.

Palavras-Chave: Sem-abrigo; Opinião Pública; Prevalência; Atitudes.

## ABSTRACT

The present study results from the collaboration between the Community Psychology Nucleus of the Superior Institute of Applied Psychology and the Research Group on Homelessness and the Poverty (Wayne State University, Detroit, U.S.A) in a transnational survey on the Public Opinion on Homelessness and the Lifetime Prevalence of Homelessness.

It intends to accede to the portuguese public opinion, that is, to the attitudes and knowledge, of the Portuguese population on homeless people; esteem the prevalence of population that already was in situation of homeless at some moment of its life; to confirm the attitudes model identified through the studies of public opinion in the U.S.A with the same methodology; and to identify which characteristics can distinguish the population with different attitudes face to the homeless.

The instrument – “The Public's Perspective On Homelessness: Portugal Survey”- was applied by telephone to a randomly selected sample of the Portuguese population, composed by a total of 200 people who owned landline telephones.

The confirmation of the Attitudes Model for the Portuguese sample revealed the existence of the following attitudes factors: General Compassion, Limit Public Rights, Trustworthy, Social Isolation, Street People, Housing/Services Needed, Economic Factors as Cause and Personal Factors as Cause.

It was evident the influence of some demographic characteristics of the respondents on the attitudes factors: Gender was a significant effect on General Compassion and Limit Public Rights; Age on Trustworthy; Education Degree on Trustworthy and Social Isolation; and Income add effect on Social Isolation.

The public opinion was generally sympathetic to the homelessness problem, and relatively well informed about people in literal homelessness.

The estimate of the lifetime homelessness prevalence disclosed a global prevalence of 6.5% and a literal prevalence of 2%.

Key-Words: Homelessness; Public Opinion; Prevalence; Attitudes.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 10 |
| Revisão de Literatura.....                                       | 13 |
| O que é ser Sem-abrigo.....                                      | 13 |
| Quem é Sem-abrigo.....   | 17 |
| Subgrupos de Pessoas Sem-abrigo.....                             | 19 |
| Adultos Individuais.....   | 19 |
| Famílias.....  | 20 |
| Adolescentes.....  | 24 |
| Idosos.....  | 26 |
| Factores Causais da Situação de Sem-abrigo.....                  | 27 |
| Factores Individuais.....  | 29 |
| Factores Estruturais.....  | 33 |
| Factores Institucionais.....                                     | 35 |
| Sem-abrigo, Pobreza e Exclusão Social.....                       | 36 |
| Sem-abrigo e Políticas.....                                      | 39 |
| Situação de Sem-abrigo em Portugal.....                          | 45 |
| Políticas em Portugal.....                                       | 50 |
| Investigações e Intervenções face aos Sem-abrigo.....            | 52 |
| Investigações.....   | 52 |
| Prevenção.....   | 58 |
| Prevenção Universal.....   | 60 |
| Prevenção Selectiva e Indicada.....                              | 61 |
| Formas de Intervenção.....                                       | 63 |
| Criação de um Sistema de Dados.....                              | 64 |
| Medidas de Saída e de Abreviação da Situação.....                | 65 |
| Modelo de habitação de transição.....                            | 65 |
| Medidas de Realojamento Rápido e de Habitação<br>Permanente..... | 66 |
| Modelo de habitação primeiro.....                                | 68 |
| Habitação subsidiada.....  | 71 |

|   |     |
|---|-----|
| Serviços de Apoio e Rendimentos.....                      | 72  |
| Formulação do Problema e sua Fundamentação Teórica.....   | 74  |
| Método.....   | 77  |
| Participantes.....  | 78  |
| Caracterização dos Participantes.....                     | 78  |
| Instrumento.....  | 83  |
| Procedimento.....   | 85  |
| Análise de Dados.....                                     | 87  |
| Resultados.....   | 89  |
| Validade Factorial.....                                   | 106 |
| Características Demográficas e Factores de Atitudes.....  | 110 |
| Discussão.....  | 121 |
| Prevalência de Sem-abrigo.....                            | 121 |
| Opiniões Gerais.....                                      | 125 |
| Factores de Atitudes.....                                 | 129 |
| Características que Predizem Atitudes.....                | 131 |
| Limitações do Estudo.....                                 | 133 |
| Desenvolvimentos Futuros.....                             | 134 |
| Conclusão.....  | 137 |
| Referências Bibliográficas.....                           | 144 |
| Anexos.....   | 156 |
| Anexo A: Definições de Sem-abrigo.....                    | 157 |
| Anexo B: Outputs de Caracterização dos Participantes..... | 162 |
| Anexo C: Instrumento.....                                 | 174 |
| Anexo D: Outputs de Caracterização das Entrevistas.....   | 195 |
| Anexo E: Histórias.....                                   | 199 |
| Anexo F: Outputs da Análise Estatística Descritiva.....   | 205 |
| Anexo G: Modelo de Atitudes Inicial.....                  | 243 |
| Anexo H: Modelo de Atitudes Final.....                    | 247 |
| Anexo I: Modelo de Atitudes de 2ª Ordem.....              | 250 |
| Anexo J: Outputs da Análise Estatística Inferencial.....  | 253 |

## Lista de Figuras

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| FIGURA 1: Modelo de Atitudes ..... | 109 |
|------------------------------------|-----|

## Lista de Gráficos

|  |    |
|--|----|
| GRÁFICO 1: Sexo dos Participantes.....                             | 78 |
| GRÁFICO 2: Idade dos Participantes.....                            | 79 |
| GRÁFICO 3: Grau de Escolaridade dos Participantes.....             | 79 |
| GRÁFICO 4: Origem Étnica dos Participantes.....                    | 80 |
| GRÁFICO 5: Rendimento Familiar dos Participantes.....              | 81 |
| GRÁFICO 6: Partido Político dos Participantes.....                 | 81 |
| GRÁFICO 7: Religião dos Participantes.....                         | 82 |
| GRÁFICO 8: Distrito de Residência dos Participantes.....           | 82 |
| GRÁFICO 9: Dimensão do Agregado Familiar dos Participantes.....    | 83 |
| GRÁFICO 10: Horário das Entrevistas.....                           | 85 |
| GRÁFICO 11: Evolução do Problema dos Sem-abrigo em Portugal.....   | 89 |
| GRÁFICO 12: Período de Permanência na Situação de Sem-abrigo.....  | 90 |
| GRÁFICO 13: Quem deve ser Mais Responsável por Ajudar.....         | 90 |
| GRÁFICO 14: Financiamentos Públicos.....                           | 91 |
| GRÁFICO 15: Responsabilidade pela Situação de Sem-abrigo.....      | 91 |
| GRÁFICO 16: Importância da Comunicação Social.....                 | 92 |
| GRÁFICO 17: Pedinte ao Longo da Vida.....                          | 92 |
| GRÁFICO 18: Frequência com que Falam com Amigos e Familiares.....  | 93 |
| GRÁFICO 19: Sem-abrigo ao Longo da Vida.....                       | 93 |
| GRÁFICO 20: Sem-abrigo Antes dos 17 Anos.....                      | 94 |
| GRÁFICO 21: Última Vez que Foi Sem-abrigo.....                     | 94 |
| GRÁFICO 22: Conjunto de Tempo que esteve em Situação de Sem-abrigo | 95 |
| GRÁFICO 23: Familiar Sem-abrigo.....                               | 96 |
| GRÁFICO 24: Amigo Sem-abrigo.....                                  | 97 |
| GRÁFICO 25: Já Ajudou Pessoas Sem-abrigo.....                      | 97 |
| GRÁFICO 26: Como Ajudou Pessoas Sem-abrigo.....                    | 98 |
| GRÁFICO 27: Rendimento Médio das Pessoas Sem-abrigo.....           | 98 |

|  |     |
|--|-----|
| GRÁFICO 28: Disponibilidade para pagar 40€ ou Mais em Impostos.....                      | 99  |
| GRÁFICO 29: Situações que Contribuem <i>Bastante</i> .....                               | 100 |
| GRÁFICO 30: Situações que Contribuem <i>Um bocado</i> .....                              | 100 |
| GRÁFICO 31: Opiniões <i>Provavelmente Verdadeiras</i> face às Pessoas<br>Sem-abrigo..... | 101 |
| GRÁFICO 32: Opiniões <i>Falsas</i> face às Pessoas Sem-abrigo.....                       | 102 |
| GRÁFICO 33: O que o Estado deve fazer.....   | 103 |
| GRÁFICO 34: Medidas <i>Efcazes</i> para Reduzir os Sem-abrigo.....                       | 104 |
| GRÁFICO 35: Distribuição Etária atribuída aos Sem-abrigo.....                            | 104 |
| GRÁFICO 36: Distribuição Étnica atribuída aos Sem-abrigo.....                            | 105 |
| GRÁFICO 37: Distribuição do Nível Educacional atribuída aos Sem-abrigo                   | 105 |
| GRÁFICO 38: Relação entre Sexo e Compaixão Geral.....                                    | 112 |
| GRÁFICO 39: Relação entre Sexo e Restrições aos Direitos Públicos.....                   | 113 |
| GRÁFICO 40: Relação entre Classes Etárias e Confiança.....                               | 114 |
| GRÁFICO 41: Relação entre Grau de Escolaridade e Confiança.....                          | 115 |
| GRÁFICO 42: Relação entre Grau de Escolaridade e Isolamento Social....                   | 116 |
| GRÁFICO 43: Relação entre Rendimento Familiar e Isolamento Social....                    | 118 |

#### Lista de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| TABELA 1: Apoios Proporcionados pela Santa Casa da Misericórdia.....                                | 46  |
| TABELA 2: Resultados da 1ª Fase do Estudo realizado pelo ISS.....                                   | 48  |
| TABELA 3: Resultados da 2ª Fase do Estudo realizado pelo ISS.....                                   | 49  |
| TABELA 4: Relatório das Chamadas Telefónicas Realizadas.....  | 86  |
| TABELA 5: Prevalência das Situações de Sem-abrigo Identificadas.....                                | 96  |
| TABELA 6: Itens que Definem os Factores de Atitudes.....  | 108 |
| TABELA 7: Interação entre a Variável <i>Sem-abrigo</i> e os Factores de Atitudes                    | 110 |
| TABELA 8: Interação entre a Variável <i>Pedinte</i> e os Factores de Atitudes                       | 110 |
| TABELA 9: Relação entre ter sido <i>Pedinte</i> e ter sido <i>Sem-abrigo</i> .....                  | 111 |
| TABELA 10: Interação entre a Variável <i>Sexo</i> e os Factores de Atitudes...                      | 111 |
| TABELA 11: Interação entre a Variável <i>Classes Etárias</i> e os Factores de<br>Atitudes.....      | 113 |
| TABELA 12: Interação entre a Variável <i>Grau de Escolaridade</i> e os Factores<br>de Atitudes..... | 114 |

|   |     |
|---|-----|
| TABELA 13: Interação entre a Variável <i>Rendimento Familiar</i> os Factores de Atitudes.....   | 117 |
| TABELA 14: Interação entre a Variável <i>Distrito</i> e os Factores de Atitudes                 | 118 |
| TABELA 15: Interação entre a Variável <i>Concelho</i> e os Factores de Atitudes                 | 119 |
| TABELA 16: Interação entre a Variável <i>Partido Político</i> e os Factores de Atitudes.....    | 119 |
| TABELA 17: Interação entre a Variável <i>Familiar Sem-abrigo</i> e os Factores de Atitudes..... | 120 |
| TABELA 18: Interação entre a Variável <i>Amigo Sem-abrigo</i> e os Factores de Atitudes.....    | 120 |
| TABELA 19: Prevalência de Sem-abrigo ao Longa da Vida em Diferentes Países.....                 | 122 |

## INTRODUÇÃO

A situação de sem-abrigo é a condição de quem carece de residência fixa e adequada, e pode ser ocasionada por uma série de factores, como o desemprego, a falta de habitações de baixo custo, a guerra, a discriminação racial e a incapacidade física ou mental, mas também pela combinação entre estes e outros diversos factores.

A prevalência de pessoas sem-abrigo no mundo é um número difícil de calcular, sendo impossível recolher números precisos. Não só por a situação de sem-abrigo tender a ser transitória, mas também porque o facto de existirem diversas definições de sem-abrigo dificulta a avaliação da prevalência da situação sob uma perspectiva internacional (Meert et al. 2004; Peressini et al., 1995 cit. por Tipple & Speak, 2005).

As Nações Unidas estimam que atinja entre 100 milhões a 1 bilião de pessoas (UNCHS, 1996 cit. por Tipple & Speak, 2005), consoante o que se considerar que é ser sem-abrigo. Se se considerar como sem-abrigo apenas as pessoas que vivem na rua ou em abrigos, é provável que se atinja o valor mais baixo; se se considerar como sem-abrigo todas as situações de precariedade habitacional, já é possível atingir o número mais alto.

Apesar da dificuldade em definir a situação de sem-abrigo, é consensual a ideia de que os sem-abrigo têm vindo a aumentar nas sociedades industrializadas ao longo das últimas décadas, provavelmente devido ao aumento dos níveis de pobreza e ao declínio precipitado da disponibilidade de habitações de baixo custo.

Os países da União Europeia, além de diferentes definições conceptuais e operacionais de sem-abrigo, têm também diferentes medidas legislativas para lidar com a situação, pelo que não estão disponíveis estatísticas comparativas da prevalência de sem-abrigo, reconhecendo-se apenas a tendência para o crescimento dos sem-abrigo na Europa desde a década de 1980, principalmente entre os jovens e as mulheres (World Health Organization, 2005).

Deste modo, a realização de estudos transnacionais, como aquele em que se enquadra a presente dissertação, no qual são utilizadas não só as mesmas metodologias, mas também os mesmos pressupostos teóricos, poderá contribuir para uma melhor apreensão da realidade, fornecendo indicação das diferenças

internacionais em termos de prevalência de sem-abrigo e de opinião pública sobre o problema.

Com este estudo pretende-se avaliar descritivamente a opinião pública da população portuguesa face aos sem-abrigo; aceder a uma dimensão específica da opinião pública, as atitudes, confirmando o modelo de atitudes identificado nos estudos de opinião pública realizados pela equipa de investigação nos E.U.A. com a mesma metodologia (Tompsett, 2006); e fazer uma estimativa da prevalência de população portuguesa que já esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida. Mas também perceber o nível de informação da população portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo, identificar os factores que podem distinguir a população com representações mais positivas sobre os sem-abrigo da população com representações mais negativas, e identificar as diferenças e/ou semelhanças ao nível das atitudes e da prevalência de situação de sem-abrigo em Portugal, face aos diferentes países onde o estudo já foi efectuado.

Os estudos de opinião pública permitem conhecer as atitudes, perspectivas e preferências de uma população face a determinado assunto. Os estudos já realizados sobre os sem-abrigo têm evidenciado que, apesar das diferentes definições de sem-abrigo entre países, parece haver evidência de formas comuns de pensar acerca das pessoas sem-abrigo (Furnham, 1996, Payne & Furnham, 1985 cit. por Tompsett et al., 2003), e de que as crenças causais e as crenças face a abordagens de intervenção podem ser mais influenciadas por factores demográficos intranacionais do que pelas diferenças entre países (Tompsett et al., 2003).

Ao longo dos estudos, o género, a idade e a afiliação política têm emergido como preditores relativamente sólidos das atitudes face aos sem-abrigo, enquanto a raça, a religião, o rendimento e o estatuto socioeconómico parecem menos consistentes (Tompsett & Toro, 2004).

As mulheres tendem a atribuir mais fortemente a situação de sem-abrigo a factores estruturais e económicos e menos a factores individuais (por exemplo, irresponsabilidade, preguiça, abuso de substâncias), do que os homens. Consideram a situação de sem-abrigo um problema mais sério, demonstram mais atitudes simpatizantes, consideram os sem-abrigo mais dignos de confiança e vêem-nos menos estereotipadamente como “gente de rua”. Os mais jovens demonstram atitudes menos negativas do que os mais velhos (Tompsett & Toro, 2004).

O conhecimento da opinião pública, e dos factores que a influenciam, pode prever as intenções de apoio a iniciativas de intervenção, mas também, os comportamentos prováveis face aos próprios sem-abrigo (Lee, Lewis & Jones, 1992 cit. por Tompsett et al., 2003).

Parecendo haver evidência de uma relação temporal entre a opinião pública e posteriores mudanças nas políticas (Jason & Rose, 1984; Monroe, 1983; Page & Shapiro, 1989 cit por Tompsett et al., 2003), poder-se-á supor que o conhecimento e a compreensão da opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo, permitirá delinear estratégias de intervenção comunitária e sugerir políticas para lidar com o problema mais prováveis de serem apoiadas pela população em geral. Permitirá, não só, prever a forma como as pessoas se comportarão face ao problema, mas, também, as decisões que tomarão face a eventuais políticas e intervenções propostas (Tompsett & Toro, 2004).

O método usado no estudo para aceder à prevalência de sem-abrigo, é mais abrangente do que os métodos tradicionais de estimativa pontual, na medida em que questiona a pessoa sobre se esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida, considerando, portanto, as pessoas que são sem-abrigo por curtos períodos de tempo e as de difícil localização. No entanto, ao não abranger agregados familiares sem telefone, menores e pessoas sem-abrigo na actualidade, as elevadas taxas de prevalência de situação de sem-abrigo literal (7.4% e 8.1% nos estudos realizados nos EUA nos anos 90), estimadas com este método podem estar ainda subestimadas (Toro & Warren, 1999; Tompsett et. al, 2003).

Assim, e uma vez que as investigações sobre a população sem-abrigo no nosso país têm utilizado métodos de prevalência pontual, a realização do presente estudo pode contribuir para uma nova apreensão da incidência da situação de sem-abrigo em Portugal.

## REVISÃO DE LITERATURA

### O que é ser Sem-abrigo

Embora seja consensual que a situação de sem-abrigo diga respeito à condição de quem não dispõe de habitação fixa, a sua subjectividade, decorrente de factores como a duração da situação, a qualidade e a lotação da habitação (Toro & Janisse, 2004), induz a existência de diversas definições.

O *United States Code* (Cornell Law School, 2005) define sem-abrigo da seguinte forma: “*Um indivíduo que carece de uma residência nocturna adequada, regular e fixa. E um indivíduo que tem uma residência nocturna principal que é: (A) um abrigo que funciona com supervisão pública ou privada projectado para fornecer alojamento de subsistência (incluindo hotéis sociais, abrigos congregados e residências de transição para os doentes mentais); (B) uma instituição que proporciona residência temporária para indivíduos que pretendam ser institucionalizados; (C) ou um local público ou privado não destinado para o alojamento habitual de seres humanos*”.

Contudo, a definição que o mesmo *US Code* dá de crianças e jovens sem-abrigo é muito mais abrangente, englobando situações de precariedade habitacional e evidenciando mais preocupação pelas suas condições de vida: “*(...) (i) crianças e jovens que carecem de uma residência nocturna adequada, regular e fixa, e inclui crianças e jovens que partilham a casa de outras pessoas devido à perda de habitação, privação económica, ou razão semelhante; vivem em motéis, hotéis, parques de caravanas, ou parques de campismo devido à falta de alojamento adequado alternativo; vivem em abrigos de emergência ou de transição; estão abandonadas em hospitais; ou aguardam adopção; (ii) crianças e jovens que tem uma residência nocturna principal ou um local público ou privado não destinado para o alojamento habitual de seres humanos... (iii) crianças e jovens que vivem em carros, parques, espaços públicos, edifícios abandonados, habitações precárias, estações de autocarros ou de comboios, ou cenários similares, e (iv) crianças migrantes (...)*” (National Coalition for the Homeless, 2005i)

O conceito de sem-abrigo varia muito entre nações, e reflecte muitas vezes o ambiente político mais do que a realidade da população. As definições oficiais de sem-abrigo tendem a basear-se em critérios de estilo de vida da pessoa, localização (onde permanecem), permanência de ocupação da habitação ou segurança da posse da habitação, qualidade da habitação e requisitos para apoios sociais; mas o uso de diferentes critérios em cada definição gera diferentes perspectivas sobre a situação de sem-abrigo, e afecta as políticas adoptadas para lidar com o problema (Tippel & Speak, 2005).

Alguns países europeus, como a Áustria, a Grécia, a Espanha, a Bélgica e Portugal, não têm nenhuma definição oficial de sem-abrigo (Meert et al., 2004; Edgar et al., 2003). No entanto, o Observatório Europeu dos Sem-Abrigo adoptou a definição do Plano de Acção Nacional para a Inclusão Social da Finlândia por ser bastante abrangente: “*“sem-abrigo” as pessoas sem casa que: dormem na rua ou em abrigos temporários; recorrem a serviços de acolhimento; utilizam várias formas de alojamento institucionais; deixam os estabelecimentos prisionais; vivem temporariamente com amigos ou parentes; constituem famílias separadas que vivem em alojamentos temporários; (mulheres) com filhos a viver em abrigos para mães solteiras; constituem casais sem vínculo matrimonial e estão à espera de um filho sem possuir residência conjunta*” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

A FEANTSA (Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo) define sem-abrigo num contexto de *continuum* de habitação, abordagem defendida por investigadores (Daly, 1996 cit. por Meert et al., 2004; Meert et al., 2004; Toro & Warren, 1999) e defensores (*advocates*) dos sem-abrigo, que considera que as situações habitacionais podem variar entre a habitação estável e a situação de sem-abrigo literal, com muitas pessoas situando-se entre os dois extremos (Toro & Janisse, 2004). Esta ideia está também de certa forma reflectida na definição do *US Code* de crianças e jovens sem-abrigo e na definição da Finlândia, quando consideram como sem-abrigo situações de precariedade habitacional.

A federação considera que o facto de cada vez mais as políticas de resolução e de prevenção desta problemática ocorrerem simultaneamente, exige que o conceito de sem-abrigo abranja mais do que a face visível do problema, os sem-abrigo de rua, para abranger as pessoas que vivem em situações vulneráveis e em risco de se tornarem sem-abrigo (FEANTSA, 2005).

Deste modo, adoptou uma definição conceptual de sem-abrigo que inclui quatro situações habitacionais distintas, que em geral dão conta da ausência de residência (Meert et al., 2004): os sem-tecto (rooflessness) – *“é a forma mais visível de sem-abrigo, incluindo pessoas que dormem na rua e pessoas que vivem ao ar livre”*; os sem-casa (houselessness) – *“refere-se a situações em que, apesar do acesso a abrigos de emergência ou instituições de longa duração, as pessoas continuam a ser classificadas como sem-abrigo devido à falta de suporte para facilitar a reintegração social”*; a habitação insegura (insecure housing) – *“refere-se à posse insegura ou alojamento temporário, e pode ser consequência da inacessibilidade da habitação permanente. Inclui pessoas que partilham casa involuntariamente em circunstâncias absurdas, e pessoas cuja segurança está ameaçada pela violência ou ameaças de violência”*; e o alojamento impróprio (inadequate accommodation) – *“inclui aqueles cujo alojamento é inadequado para habitação, ou é superpopulado, assim como aqueles cujo alojamento é uma caravana ou um barco”*.

A forma como se define sem-abrigo é importante porque *“quem definimos como sem-abrigo determina a forma como os contamos”* (Peressini et al., 1995 cit. por Tipple & Speak, 2005). O facto de não existir uma definição universal dificulta não só a apreensão precisa e compreensiva do problema, como o cálculo da sua prevalência, tendendo as estimativas a incidir apenas sobre elementos administrativos, como o número de pessoas que recorrem aos serviços de apoio aos sem-abrigo (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

Facilmente se percebe que esta forma de estimar o número de pessoas sem-abrigo é muito limitada, se considerarmos, por exemplo, que em Portugal os serviços de apoio aos sem-abrigo só existem nas grandes cidades, além de que nos meios mais pequenos as pessoas sem-abrigo não tendem a viver na rua, mas sim com parentes em habitações sobrelotadas ou abaixo dos padrões (U.S. Department of Agriculture, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005i). Dados dos E.U.A., revelam que 71% das pessoas sem-abrigo que recorrem a programas de apoio residem em cidades centrais, 21% nas franjas urbanas ou suburbanas, e 9% em áreas rurais (Burt, 2001).

Outro congestionante à contabilização do número de pessoas sem-abrigo nos países desenvolvidos é o afluxo elevado de requerentes de asilo ou de imigrantes ilegais (Comissão das Comunidades Europeias, 2003), que devido à sua situação de

vulnerabilidade social estão mais expostos à pobreza e à situação de sem-abrigo, mas que por viverem na clandestinidade são difíceis de identificar.

A informação fidedigna sobre os sem-abrigo – quantos são; quem são; porque se encontram nesta situação; o que fazem para ganhar dinheiro – é essencial para se encontrarem soluções mais adequadas, mais sustentáveis no tempo e menos orientadas para as emergências. E para isso poderá ser necessário elaborar uma definição global, que possa ser adaptada a nível regional, tendo em conta diferenças regionais, como os padrões climáticos, as tradições, a cultura, as infra-estruturas sociais, os sistemas de providência, e as questões financeiras e de género (Springer, 2000).

Neste sentido, Meert et al. (2004) procuraram elaborar uma definição operacional, que englobasse características mutuamente exclusivas e claramente medíveis. Identificaram três domínios que constituem uma casa, e que são também os considerados pela FEANTSA (FEANTSA, 2005): ter uma residência adequada sobre qual a pessoa e a sua família possam exercer posse exclusiva – domínio físico; ser capaz de manter a privacidade e desfrutar de relações – domínio social; e ter um título de ocupação legal – domínio legal.

Os autores relacionaram os três domínios com a definição quádrupla da FEANTSA e sugeriram a existência de três categorias adicionais, tendo obtido sete categorias teóricas da situação de sem-abrigo: sem-tecto; sem-casa; habitação insegura e inadequada; habitação inadequada e isolamento social dentro de residência legalmente ocupada; habitação inadequada (posse segura); habitação insegura (habitação adequada); isolamento social dentro de um contexto seguro e adequado (Anexo A, TABELA 1). As quatro primeiras situações dizem respeito a situações de sem-abrigo (supõem que as famílias estejam excluídas de pelo menos dois dos três domínios) e as três restantes a situações de exclusão habitacional (supõem que as famílias estejam no máximo excluídas de um domínio).

Usando as sete categorias teóricas e analisando as diversas definições nacionais existentes na União Europeia, os autores (Meert et al., 2004) delinearão uma definição operacional composta por dezasseis categorias de situações de vida que permitem identificar situações de sem-abrigo e de exclusão habitacional em qualquer país europeu (Anexo A, TABELA2). No entanto, reconhecem que a contagem completa dos sem-abrigo nos diversos países da União Europeia não é

possível de atingir, devido às diferentes legislações e funcionamentos dos seus sistemas administrativos.

Por seu lado, o Grupo de Colecção de Dados da FEANTSA em colaboração com Observatório Europeu dos Sem-abrigo, desenvolveu uma Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS (Anexo A, TABELA 3).

Esta tipologia parte também das quatro categorias conceptuais anteriormente referidas (sem-tecto, sem-casa, habitação insegura e habitação inadequada), e define *“13 categorias operacionais que podem ser usadas para recolher e comparar dados, e que é uma ferramenta suficientemente flexível para adaptar-se a diferentes objectivos políticos: para traçar planos do problema dos sem-abrigo (avaliação de necessidades), para desenvolver e monitorizar políticas, e para avaliar políticas”* (FEANTSA, 2005).

Constitui uma tipologia dinâmica, na medida em que é adaptável a futuros desenvolvimentos no fenómeno dos sem-abrigo – por exemplo, quando os sem-abrigo de rua começarem a diminuir e as políticas começarem eventualmente a dirigir-se mais para o realojamento e repovoamento). No entanto, não constitui uma hierarquia da severidade da exclusão habitacional – por exemplo, não se pode considerar que viver numa garagem (habitação inadequada) seja melhor que viver em abrigos (sem-casa) (FEANTSA, 2005).

Na linha da definição adoptada pela FEANTSA e por Meert e colegas (2004), referidas anteriormente, o nosso estudo diferenciara as situações de sem-abrigo em situações de sem-abrigo literal – pessoas que ficam em abrigos para sem-abrigo, na rua, ou noutros contextos semelhantes, como por exemplo, edifícios abandonados (Toro & Janisse, 2004) – e de precariedade habitacional – todas as situações de habitação insegura ou inapropriada. Considerará como sem-abrigo global o somatório de todas as situações de sem-abrigo e de precariedade habitacional.

### Quem é Sem-abrigo

A situação de sem-abrigo é muito heterogénea, afectando pessoas com as mais variadas características e nas mais variadas situações, como o *“sobreendividamento, uma separação familiar muitas vezes precedida de violência*

*doméstica, desemprego, toxicodependência, alcoolismo, saída da prisão, doença mental*” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003), mas que partilham a necessidade de abrigo.

Se se atender à imagem do problema em diferentes países, verifica-se que em países em vias de desenvolvimento, como a Índia e o Brasil, a face dominante é a das crianças que trabalham e vivem nas ruas, enquanto nos países desenvolvidos – aqueles em que nos vamos centrar por ser o grupo em que se enquadra Portugal – predomina o estereótipo dos homens sozinhos, de meia-idade, com doença mental ou dependência de substâncias.

No entanto, nos últimos anos a população sem-abrigo tem vindo a mudar, afastando-se cada vez mais dos estereótipos vigentes, provavelmente devido à confluência de uma série de factores que caracterizam a actualidade social, como os efeitos negativos da globalização (aumento do desemprego, emprego precário, aumento das desigualdades, diminuição da coesão social), o aumento do consumo de substâncias, e novos padrões familiares como as famílias monoparentais e as famílias reconstruídas, e a falta de redes de suporte social nas comunidades.

O Plano de Acção Nacional de Portugal para a Inclusão Social (2003-2005) destaca que *“aqueles que vivem na rua já não são somente os marginalizados clássicos, mendigos e vagabundos, sendo visível a emergência de uma nova geração de pessoas sem-abrigo, com um peso crescente das mulheres e dos jovens, que engloba doentes mentais, toxicodependentes, alcoólicos, ex-reclusos e outras pessoas que, por qualquer razão, de ordem estrutural ou individual, se encontram em situação de ruptura com as normas e instituições vigentes – quebra de laços sociais, ausência de regras e rotinas, auto-marginalização, diluição de hábitos de trabalho, regressão nas capacidades cognitivas – e sem qualquer tipo de suporte social, psicológico e económico”* (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

O aumento da taxa de prevalência entre as classes etárias mais jovens pode estar relacionado com as crescentes dificuldades ao nível do emprego, e com o surgimento de novos padrões de consumo e dependência de substâncias. O maior número de mulheres poderá estar associado à fuga de situações de violência doméstica, e com motivos de migração, visto que cada vez mais mulheres imigram para a Europa de forma individual à procura de melhores condições de vida (Meert et al., 2005).

### Subgrupos

A literatura tende a distinguir 3 subgrupos principais de pessoas sem-abrigo: os adultos individuais (sós), as famílias e os jovens adolescentes. No entanto, parece também relevante abordar os idosos sem-abrigo, por serem os idosos um grupo tendencialmente em crescimento devido às alterações demográficas das últimas décadas, e por este facto constituir um dos principais desafios das sociedades modernas.

#### Adultos Individuais

Por adultos individuais sem-abrigo, entendem-se todas as pessoas com mais de 18 anos que estão sozinhas em situação de sem-abrigo. Contudo, como se optou por diferenciar os idosos sem-abrigo, considerar-se-á as pessoas entre os 18 e os 50 anos.

Os estudos indicam que os adultos sem-abrigo individuais tendem mais a ser homens do que mulheres. Em 2004, os homens sós constituíam 41% da população sem-abrigo dos E.U.A. e as mulheres sós apenas 14% (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005i).

Além da diferença de prevalência do problema entre géneros, parecem verificar-se também diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos factores que o originam. Os homens tendem a citar as seguintes razões: perda de trabalho, alta/dispensa de uma instituição, problemas de saúde mental, e problemas de álcool e drogas. As mulheres referem mais o despejo, conflitos interpessoais, e perda do apoio de alguém que já não está capaz ou disposto a ajudar (Tessler, et al., 2001).

Os adultos sem-abrigo tendem a descrever experiências adversas na infância, tais como abuso físico e sexual e separação da família (Shinn & Weitzman, 1996; Bassuk & Rosenberg, 1998; Herman et al., 1997 cit. por Shinn et al., 1998; Burt, Aron, & Lee, 2001).

A maior parte, principalmente os homens, tem história de abuso ou dependência de substâncias (60 a 80%); cerca de 20 a 40% têm doenças mentais graves, sendo a mais comum a depressão severa (20 a 25%) e a menos comum, mas mais visível ao observador, a esquizofrenia (5 a 10%) (Toro & Janisse, 2004). Revelam também menos saúde física, e mais probabilidade de terem doenças infecto-

contagiosas como a tuberculose e a VIH/SIDA (Weinberg et al., 2004 cit. por Burt, Pearson & Montgomery, 2005).

Os pais sem-abrigo com problemas de doença mental e/ou abuso de substâncias, tendem a perder o acesso aos seus filhos e a fazer parte dos adultos individuais (Shinn & Tsemberis, 1998).

Num estudo em que compararam as características e as experiências de homens individuais sem-abrigo, mulheres individuais sem-abrigo e mulheres sem-abrigo com crianças (famílias), Roll et al. (1999) constataram que os homens individuais sem-abrigo eram o subgrupo que mais apresentava registos criminais, problemas de abuso de substâncias anteriores ou actuais, história de hospitalização por abuso de substâncias, e mais rendimentos de trabalho ao longo da vida, apesar dos níveis educacionais serem iguais aos das mulheres. Assim como, os que tinham menos contacto com a família, menos tendência para estar angustiados e sofriam menos ataques físicos.

Um outro estudo longitudinal, sobre os factores de risco para a situação de sem-abrigo de longa duração entre adultos individuais sem-abrigo pela primeira vez, revelou que uma duração mais curta da situação estava associada aos seguintes factores: menos idade, emprego recente ou actual, rendimento, boas competências de confronto (*coping*), suporte familiar adequado, ausência de história de tratamento de abuso de substâncias, e ausência de história de prisão. Os preditores mais fortes da sem-abrigo de longa duração foram mais idade e história de prisão (Caton et al., 2005).

Este subgrupo normalmente é o mais visível nas ruas – daí os estereótipos existentes na população em geral –, mas é-o em parte por não preencher os requisitos para o acesso a apoios sociais; e é também aquele que é mais acusado pela opinião pública de estar em situação de sem-abrigo por opção consciente.

### Famílias

É pouco frequente encontrar famílias “tradicionais”, compostas por pai, mãe e filhos, em situação de sem-abrigo. As famílias sem-abrigo tipicamente são compostas por uma jovem mãe sozinha com crianças pequenas, na maior parte das vezes com menos de 5 anos e raramente com mais de 10 anos (Toro & Janisse, 2004).

Um estudo de 27 cidades dos E.U.A. revelou que, em 2004, as famílias sem-abrigo representavam cerca de 40% da população sem-abrigo (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005c). E dados de outro estudo revelam que, em 2005, 41% das pessoas sem-abrigo nos E.U.A. estavam em família (National Alliance to End Homelessness, 2007). No entanto, outras investigações têm indicado que nas áreas rurais este número tende a ser ainda maior, sendo as famílias, as mães solteiras e as crianças o maior grupo de pessoas sem-abrigo (Vissing, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005c).

Existe uma série de razões que podem conduzir uma família à situação de sem-abrigo, entre as quais a extrema pobreza, a perda de benefícios sociais, o despejo, a violência doméstica ou problemas pessoais, como a dependência de substâncias (Toro & Janisse, 2004).

As mães sem-abrigo relatam frequentemente situações de violência doméstica (Rossi, 1994; Goodman, 1991; Wood et al., 1990 cit. por Shinn et al., 1998); tendem a ser mais novas e pertencentes a minorias étnicas do que as mulheres que fazem parte de famílias pobres, mas alojadas (Shinn & Weitzman, 1996; Rossi, 1994; Bassuk et al., 1997; Hopper & Milburn, 1996 cit. por Shinn et al., 1998)); e têm mais probabilidade de estar grávidas ou de terem dado à luz recentemente (Shinn et al., 1998).

As famílias sem-abrigo apresentam taxas elevadas de muitas características associadas à pobreza persistente, tais como monoparentalidade, baixos níveis educacionais e dependência da assistência social (Shinn & Weitzman, 1996; Rossi, 1994; Bassuk et al., 1997 cit. por Shinn et al., 1998). No entanto, os adultos membros de famílias sem-abrigo apresentam mais taxas de doença mental e abuso de substâncias do que os adultos membros de outras famílias pobres, mas menos do que os adultos individuais sem-abrigo (Shinn et al., 1998).

A National Coalition for the Homelessness (2005c) considera que a pobreza e a falta de habitação acessível são as principais causas da existência de famílias sem-abrigo, e que a situação de sem-abrigo nas famílias tem tendência a aumentar. O que é fácil de compreender se se considerar que as famílias com crianças e jovens são particularmente vulneráveis ao risco de pobreza persistente (Ferreira, 2005).

No estudo de Roll et al. (1999), referido anteriormente, em comparação com os homens e mulheres individuais sem-abrigo, as mulheres com crianças revelaram ser o subgrupo mais pobre, com menor rendimento de trabalho ao longo da vida e o

que sofria mais ataques físicos; mas também o que recebia mais fundos públicos de apoio ao longo da vida, e o que vivenciava menos acontecimentos de vida stressantes associados à situação de sem-abrigo, como exposição ao frio e não ter o que comer.

No entanto, uma vez que comporta *“uma série de condições e acontecimentos, tais como pobreza, mudanças de residência, de escola e serviços, perda de pertences, interrupções das redes sociais e exposição a privações extremas”* (Molnar & Rubin, 1991 cit. por Rafferty & Shinn, 1991), a situação de sem-abrigo afecta severamente uma família,

De acordo com o National Law Center on Homelessness and Poverty (2004, cit. por National Coalition for the Homeless, 2005i), em 2003, as crianças representavam 39% da população sem-abrigo nos E.U.A., das quais 42% tinham menos de 5 anos, idade em que a situação de sem-abrigo é especialmente prejudicial (National Coalition for the Homeless, 2005c).

As crianças sem-abrigo enfrentam uma série de riscos que ameaçam o seu bem-estar, que começam ainda antes do seu nascimento e que podem condicionar o seu futuro, estando em desvantagem não só em relação à população em geral, mas também face às outras crianças pobres. Factores como condições de abrigo e serviços inadequados, instabilidade nas residências e abrigos, e barreiras para aceder a serviços disponíveis, podem mediar a maior predisposição das crianças sem-abrigo a problemas de saúde, má nutrição, fome, ansiedade, depressão, atrasos de desenvolvimento, problemas comportamentais e insucesso escolar (Rafferty & Shinn, 1991).

Efectivamente, as crianças sem-abrigo têm o dobro da probabilidade de desenvolver problemas de saúde e têm taxas mais elevadas de asma, infecções do ouvido, problemas de estômago e de linguagem (Better Homes Fund, 1999 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005c). Assim como, duas vezes mais tendência a passar fome e quatro vezes mais tendência a ter atrasos de desenvolvimento (National Coalition for the Homeless, 2005c).

As crianças em idade escolar enfrentam barreiras à matrícula e à frequência de escola, tais como requisitos de residência, dificuldade de obtenção de registos escolares anteriores, falta de roupa e de material escolar, e problemas de transportes (National Coalition for the Homeless, 2005c).

Além de expostas a condições difíceis, as crianças sem-abrigo são também atingidas pelos seus efeitos nos pais e na família.

A situação de sem-abrigo tende a separar as famílias, quer seja por requisitos dos abrigos, como pela colocação das crianças em instituições, ou pelo facto dos pais sem-abrigo deixarem os filhos ao cuidado de parentes ou amigos. No estudo já citado, efectuado em 27 cidades dos E.U.A., 56% das famílias tiveram que se separar para entrar em abrigos de emergência (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005c).

Um outro estudo revela que as mães sem-abrigo têm taxas mais elevadas de distúrbios depressivos do que a população feminina em geral, que um terço já fez pelo menos uma tentativa de suicídio, e que mais de um terço tem uma doença crónica (Bassuk et al., 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005c).

No que respeita às relações sociais, numa investigação em que avaliaram a relação entre os vínculos sociais das mães e a vulnerabilidade da sua família para se tornar sem-abrigo, Shinn et al. (1991) verificaram que os parentes e amigos são uma rede de segurança crítica no que respeita à prevenção da situação de sem-abrigo; que as mães de famílias que pediram abrigo não tinham menos vínculos que as mães alojadas; e que não existia evidência de que as mães sem-abrigo estivessem socialmente isoladas.

Noutro estudo realizado com 564 famílias sem-abrigo de Nova York, Shinn (1997), constatou que para a maioria das famílias a situação de sem-abrigo tende a ser um estado temporário, o que pode em parte dever-se ao facto de reunirem mais requisitos para programas de apoios (Burt, 2001).

Ao contrário dos outros subgrupos de pessoas sem-abrigo, as famílias raramente se encontram na rua. Tendem a ser encontrados em abrigos, a viver temporariamente com parentes ou amigos, ou em abrigos para vítimas de violência doméstica, sendo muitas vezes identificadas como precariamente alojadas, e não como sem-abrigo (Toro & Janisse, 2004).

Porém, embora em pequena proporção, 5 a 10% das famílias sem-abrigo têm tanta dificuldade como os adultos individuais cronicamente sem-abrigo para conseguir habitação estável sem apoios significativos, pelo que podem ser consideradas em situação de sem-abrigo crónica (Burt, 2006).

### Adolescentes

Consideram-se adolescentes sem-abrigo os menores de 18 anos que carecem de cuidados parentais, adoptivos ou institucionais (National Coalition for the Homeless, 2005d).

A situação de sem-abrigo nos adolescentes é diferente da dos outros subgrupos, na medida em que os menores que se encontram fora de casa sem autorização parental se encontram em condição ilegal, e deveriam, excepto em circunstâncias especiais, obrigatoriamente regressar a casa dos pais (Toro & Janisse, 2004).

Normalmente, os jovens tornam-se sem abrigo essencialmente por três razões: problemas familiares, problemas económicos e instabilidade habitacional (National Coalition for the Homeless, 2005d).

As condições familiares disruptivas são a principal razão pela qual os jovens abandonam a sua casa, mas são também frequentes o abuso físico e sexual, a dependência de substâncias de um dos membros da família e a negligência parental (National Coalition for the Homeless, 2005d).

Efectivamente, para muitos adolescentes sem-abrigo, quer por escolha ou necessidade, a vida na rua é muitas vezes vista como uma forma de escapar ao que consideram ser condições opressivas e intoleráveis em casa (Barry et al., 2002 & Rew, 1996 cit por Reid, 2005). A violência doméstica é um dos factores que induzem os jovens a tornarem-se sem-abrigo (Morrell-Bellai et al., 2000 & Rew et al., 2001 cit por Reid, 2005).

Estudos realizados nos E.U.A., revelaram que mais de metade dos jovens entrevistados durante a sua estadia num abrigo afirmaram que os pais lhes disseram que saíssem de casa, ou que sabiam que eles iam sair e não se importaram; que 46% dos jovens sem-abrigo ou em fuga foram abusados fisicamente; e que 17% foram forçados a ter relações sexuais indesejadas por um familiar ou elemento do agregado familiar (U.S. Department of Health and Human Services, 1995 e 1997 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

Um estudo realizado com 356 adolescentes sem-abrigo, confirmou que os ambientes familiares de origem dos adolescentes eram perturbadores, que os jovens sofriam de níveis elevados de sintomatologia psicológica e que eram frequentemente alvo de represálias. As três formas mais frequentes de separação das famílias foram a fuga (35.4%), a expulsão pelos pais (33.7%) e o ter sido retirado pelas autoridades

(17.7%). Com os rapazes a revelarem mais tendência para terem sido expulsos (talvez por apresentarem mais comportamentos desviantes); e as raparigas para terem fugido (talvez por serem mais vítimas de abusos físicos e sexuais). O facto de não terem sido encontradas diferenças significativas entre os três grupos de adolescentes com diferentes formas de separação, ao nível das relações familiares actuais, de sintomatologia psicológica e de taxas de vitimização, sugere que a experiência traumática de sem-abrigo pode suplantiar os diferentes ambientes de origem, resultando em níveis elevados de angústia e de vitimização (MacLean, et al., 1999).

Mas nem todos os jovens se tornam sem-abrigo de forma individual, alguns tornam-se sem-abrigo com a família, na sequência de problemas económicos dos pais, como rendimentos insuficientes, oportunidades de emprego limitadas e falta de habitação acessível; mas são depois separados da família por políticas de abrigo, habitação ou segurança social (Shinn & Weitzman, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

No que respeita à instabilidade habitacional, alguns estudos indicam que os cuidados adoptivos estão relacionados com a situação de sem-abrigo nos jovens, na medida em que se verifica que muitos jovens se tornam sem-abrigo na sequência da saída de instituições de acolhimento (National Association of Social Workers, 1992, Roman & Wolfe, 1995 & Robertson, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

Há também evidências de que poucos jovens sem-abrigo recorrem a abrigos de emergência, não só devido à sua necessidade de uma maior autonomia, mas também às políticas dos próprios abrigos (Robertson, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

Muitos recorrem à prostituição como forma de subsistência, pelo que estão em maior risco de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, entres quais a infecção pelo VIH. Alguns dados sugerem mesmo que a prevalência de VIH nos jovens sem-abrigo pode ser de 2 a 10 vezes maior do que nos adolescentes em geral nos E.U.A. (National Network for Youth, 1998 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

Os jovens sem-abrigo tendem a sofrer de diversos problemas de saúde, como ansiedade e depressão severas, baixa auto-estima, e saúde e nutrição pobres. Além disso, estão sujeitos às mesmas barreiras já descritas para as crianças sem-abrigo, no que respeita à frequência da escola, tendo sérias dificuldades em obter educação

escolar, pelo que lhes é também extremamente difícil suportarem-se a si mesmos financeira e emocionalmente (National Coalition for the Homeless, 2005d).

A maioria dos estudos tem encontrado uma proporção semelhante de rapazes e raparigas nos jovens sem-abrigo em geral, mas uma proporção maior de rapazes nos jovens sem-abrigo de rua (Toro & Janisse, 2004).

Um estudo efectuado no Canadá com 10 raparigas sem-abrigo com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, revelou que a maior parte fugiu de situações difíceis, ou mesmo perigosas, nas suas casas, como abuso físico e/ou sexual; mas que a vida na rua lhes trouxe uma nova série de desafios, incluindo problemas de saúde, exposição à violência, à pobreza crónica e à discriminação (Reid et al., 2005).

### Idosos

Embora a idade a partir da qual uma pessoa é considerada idosa se situe nos 60 ou 65 anos, tende-se a incluir nos idosos sem-abrigo, as pessoas sem-abrigo com mais de 50 anos. Isto porque, as pessoas sem-abrigo entre os 50 e os 65 anos encontram-se numa situação em que, por um lado não têm ainda idade suficiente para receberem pensão de reforma, mas por outro a sua saúde física está muito próxima da de uma pessoa de 70 anos, devido às severas condições de vida e a uma alimentação pobre (National Coalition for the Homeless, 2005e).

Embora sejam dos subgrupos menos afectados pela situação de sem-abrigo, parece haver tendência para o aumento da prevalência entre idosos, resultante em grande parte da pouca disponibilidade de habitações acessíveis e da pobreza entre determinados segmentos de idosos (National Coalition for the Homeless, 2005e). Além disso, o facto de atingirem uma cada vez maior longevidade poderá desencadear maior número de casos de pessoas idosas dependentes, e o consequente aumento dos encargos familiares, aos quais as recentes transformações ao nível da estrutura familiar poderão dificultar a resposta, ficando portanto esses idosos em situação de maior vulnerabilidade social.

Um estudo sobre as causas da situação de sem-abrigo em idosos, efectuado em zonas urbanas dos E.U.A, Inglaterra e Austrália, revelou que dois terços dos participantes nunca tinham sido sem-abrigo anteriormente. As causas identificadas foram a venda ou reparação do alojamento, rendas em atraso, morte de um parente próximo, fim de um relacionamento, e conflitos com outros inquilinos e vizinhos. Os factores que contribuíram para a situação foram os problemas de saúde física e

mental, o abuso de álcool e problemas de jogo. No entanto, a maior parte tornou-se sem-abrigo devido à combinação de factores, como problemas pessoais, incapacidades, falhas nas políticas de providência e deficiências na prestação de serviços (Crane et al., 2005).

Em Portugal, apesar das pensões de reforma se terem generalizado nas últimas décadas, e reduzirem em 13 pontos percentuais o risco de pobreza, as famílias de idosos (isolados ou vivendo em casal) continuam a constituir uma das tipologias familiares mais atingidas pelos baixos rendimentos e pela pobreza (Ferreira, 2005).

Em situações de pobreza, dispendo de poucos rendimentos para fazer face às suas necessidades básicas como a alimentação, medicamentos e cuidados de saúde, os idosos são mais vulneráveis à situação de sem-abrigo, e necessitam muitas vezes de ajuda em termos habitacionais (National Coalition for the Homeless, 2005e).

Outro factor que aumenta a vulnerabilidade dos idosos a tornarem-se sem-abrigo é o isolamento. Num estudo transnacional desenvolvido em 3 países, constatou-se que cerca de metade das pessoas sem-abrigo com mais de 50 anos viveram sozinhas antes de perderam as suas habitações (Crane, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005e).

Uma vez em situação de sem-abrigo, os idosos têm mais dificuldades em deixá-la, porque evitam os abrigos por desconfiarem das pessoas que lá se reúnem, o que poderá estar relacionado com o facto de serem mais atingidos por represálias, ataques e roubos (National Coalition for the Homeless, 2005e).

A habitual prevalência reduzida da situação de sem-abrigo em idosos – menos de 5% (Toro & Janisse, 2004) – poderá dever-se ao facto dos idosos em dificuldades habitacionais serem frequentemente encaminhados para lares de idosos, por estes serem uma resposta institucional disponível na maioria das comunidades.

### Factores Causais

Para reduzir ou pôr fim à solução de sem-abrigo é necessário conhecer as suas causas, mas as causas nem sempre são lineares, objectivas e independentes.

Existem muitos factores de risco para uma pessoa se tornar sem-abrigo, tais como: conflitos, fim de relações, abuso físico e sexual, falta de qualificações, desemprego, abuso de álcool e drogas, problemas de saúde mental, contacto com o

sistema de justiça criminal (prisão), endividamento, falta de uma rede de suporte social (Randall & Brown, 1999 cit. por World Health Organization, 2005; Fitzpatrick et al., 2000 cit. por Clapham, 2003); institucionalização ou a morte de um progenitor durante a infância (Nordentoft & Wandall-Holm, 2003 cit. por World Health Organization, 2005); ter servido nas Forças Armadas e problemas de saúde física (Fitzpatrick et al., 2000 cit. por Anderson & Christian, 2003).

E existem também situações de crise que podem precipitar episódios de sem-abrigo nas pessoas em risco: como abandonar a casa parental após discussões, separação conjugal, viuvez, dispensa das Forças Armadas, saída de instituições de acolhimento, saída da prisão, deterioração aguda na saúde mental ou aumento do abuso de substâncias (Fitzpatrick et al., 2000 cit. por Anderson & Christian, 2003).

No entanto, têm sido propostas quatro variáveis principais que contribuem para a situação de sem-abrigo: pobreza persistente, distúrbios de comportamento, empobrecimento das redes sociais e perda de habitação acessível (Koegel et. al., 1996; Rossi, 1987 cit. por Shinn et al., 1998).

Ficar sem-abrigo pode pois depender de diversos factores, factores esses que são mais ou menos valorizados de acordo com a concepção que se tem da situação.

Deste modo, e fazendo a analogia com estudos efectuados na área da ansiedade, Shinn (1997) considerou que a situação de sem-abrigo pode ser conceptualizada como um traço permanente que deriva de características individuais, ou como um estado temporário pelo qual as pessoas passam. Se considerada enquanto traço, pode esperar-se que este seja duradouro, que as diferenças individuais da predisposição possam ser facilmente identificadas, e que pessoas com o traço de sem-abrigo tenham uma elevada probabilidade de se tornarem sem-abrigo de forma recorrente. Enquanto estado, crê-se que possa ser induzida por circunstâncias ambientais, eventualmente em interacção com características individuais, e que deve cessar à medida que as circunstâncias melhorarem, sendo susceptível de intervenções políticas que modifiquem essas circunstâncias causais.

Assim, pode-se supor que quando a situação de sem-abrigo é conceptualizada enquanto traço, se está a assumir que os factores que a causam são de ordem individual, e que quando é conceptualizada enquanto estado, os factores subjacentes são principalmente de ordem estrutural ou institucional.

Quando se considera que a situação de sem-abrigo se deve a factores individuais, está-se a pressupor que as pessoas se tornam sem-abrigo devido a falhas

ou inadequações pessoais, pelas quais podem ou não ser responsáveis (Meert et al., 2004).

Quando se tem em conta os factores estruturais e institucionais, está-se a olhar para além do indivíduo e a ter em conta a organização da própria sociedade, o contexto económico e social alargado, incluindo não só a disponibilidade de habitação adequada, mas também os obstáculos à participação comunitária (Meert et al., 2004).

No entanto, esta distinção entre tipos de factores nem sempre é possível e muito menos desejável, pois ambos os tipos de factores são fundamentais para compreender quer os antecedentes como as consequências de ser sem-abrigo, e há que considerá-los de uma forma sistémica, porque se os factores estruturais podem criar as condições para a situação de sem-abrigo, os factores individuais podem aumentar a vulnerabilidade para a sua efectivação (Burt, 2001; Clapham, 2003).

A situação de sem-abrigo não é um “*problema social distinto com características e causas únicas*” (Pleace, 1998). E como tal, a situação de sem-abrigo não deve ser conceptualizada enquanto problema de ordem estrutural ou de ordem individual, mas sim considerada na interacção e sobreposição entre estruturas sociais e circunstâncias individuais (Anderson & Christian, 2003), isto é, num modelo que integre ambos os tipos de factores de risco (Committee of the Regions, 1999 & Shinn, 1992 cit. por Tompsett et al., 2003; Clapham, 2003), e que considere também a importância dos acontecimentos de vida como central na explicação da situação de sem-abrigo (Sosin, 2003).

Por conseguinte, pode-se considerar que a abordagem mais adequada à situação de sem-abrigo, é a que a considera na sua complexidade (Sosin, 2003; Anderson & Christian, 2003; Clapham, 2003), de uma forma contextual, e tendo em conta todos os factores que a podem influenciar, assim como a complementaridade entre os diferentes factores (Meert et al., 2005).

### Factores Individuais

Há uma série de factores individuais, isto é, factores característicos de cada indivíduo, que podem contribuir para a situação de sem-abrigo.

*As rupturas nas redes sociais* – separação, divórcio, rejeição familiar – são factores importantes que conduzem muitas pessoas a tornarem-se sem-abrigo, sendo a sua forma mais dramática a violência no agregado familiar (Meert et al., 2005).

A *violência doméstica* é uma situação que conduz muitas mulheres que vivem na pobreza a serem forçadas a escolher entre uma relação abusiva, ou mesmo a morte, e ficar sem-abrigo. Cerca de metade das mulheres e crianças sem-abrigo nos E.U.A., passam pela situação de sem-abrigo por estarem a fugir de violência doméstica (Zorza, 1991 & National Coalition Against Domestic Violence, 2001 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005h). A U.S. Conference of Mayors (2004, cit. por National Coalition for the Homeless, 2005h) identificou mesmo a violência doméstica como causa primária da situação de sem-abrigo, em 44% das cidades estudadas.

A *doença mental* severa e persistente é uma condição representada em cerca de 23% dos adultos individuais sem-abrigo nos E.U.A., (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005h), não ultrapassando os 30% de prevalência ao longo da vida entre todos os adultos sem-abrigo (Toro & Warren, 1999). No entanto, são dos segmentos de pessoas sem-abrigo mais visíveis, porque são os que mais andam na rua (Shinn & Tsemberis, 1998).

As perturbações mentais impedem as pessoas de cumprir com aspectos essenciais do dia-a-dia, como auto-cuidados, gestão familiar e relações interpessoais (National Coalition for the Homeless, 2005g), daí que estas pessoas estejam em maior risco não só de se tornarem sem-abrigo como de ter maior dificuldade em sair dessa situação.

De facto, as pessoas sem-abrigo com doença mental permanecem sem-abrigo por maiores períodos de tempo, têm menos contacto com amigos e familiares, encontram mais dificuldades em arranjar emprego, tendem a ter uma saúde física inferior, e têm mais contactos com a justiça (National Coalition for the Homeless, 2005g); sofrem de depressões, comportamento suicida, e de hospitalizações frequentes (Osher & Drake, 1996 cit por Tsemberis et al., 2003); têm tendência para o abuso de substâncias, histórias de violência, registos prisionais, histórias de recusa dos tratamentos, e comportamentos idiossincráticos ou problemáticos (Tsemberis et al., 2003). Além disso, as pessoas com doença mental com baixos rendimentos estão em risco acrescido de se tornarem sem-abrigo (National Coalition for the Homeless, 2005g).

No que respeita à *dependência/abuso de substâncias*, estudos sobre os sem-abrigo têm revelado taxas elevadas de dependências, principalmente entre os homens só (National Coalition for the Homeless, 2005a).

Em 2004, a U.S. Conference of Mayors estimou em 30% a prevalência de dependência de substâncias nos adultos sem-abrigo (National Coalition for the Homeless, 2005i), mas os estudos de prevalência ao longo da vida têm identificado taxas de mais de 60% (Toro, 1998 cit. por Toro & Warren, 1999; Toro et al., 1999).

Caracterizando-se uma dependência pelo uso continuado da substância, forte desejo para tomá-la, dificuldade em controlar o consumo, negligência de outras actividades e interesses a favor do uso ou da procura da droga, é fácil perceber que distraia a pessoa de actividades orientadas para a procura de estabilidade; que o nível de trabalho seja inferior, originando menores rendimentos (Zuvekas & Hill, 2000); que aumente o risco de perda de emprego, de separação familiar e de isolamento social (Orwin et al., 2005); que aumente o risco de despejo para os que estão em situação de precariedade habitacional; e que associada à pobreza aumente o risco da pessoa se tornar sem-abrigo. (National Coalition for the Homeless, 2005a, 2005h).

No entanto, a relação entre o abuso de substâncias e a situação de sem-abrigo tem uma relação bidireccional. Se o abuso de substâncias aumenta o risco da pessoa ficar em situação de sem-abrigo, a situação de sem-abrigo também aumenta a probabilidade de pessoas que se tornaram sem-abrigo por outras razões abusarem de álcool e drogas (McCarty, 1991; Orwin et al., 2005), para lidarem com a privação, com sentimentos de medo e de perda de dignidade, e com a depressão associados à situação de sem-abrigo, criando um círculo vicioso (Orwin et al., 2005).

É frequente o abuso de substâncias verificar-se secundariamente em pessoas com doença mental grave não tratada, eventualmente como forma de auto-medicação (National Coalition for the Homeless, 2005a, 2005h; Draque et al., 1991 cit. por Gulcur et al., 2003); estimando-se que pelo menos 50% das pessoas sem-abrigo com doença mental grave sofram de abuso de substâncias (Tsemberis et al., 2003).

Embora muitas pessoas dependentes de álcool e drogas nunca passem pela situação de sem-abrigo, a dependência contribui efectivamente para que a pessoas se tornem sem-abrigo; representando as pessoas dependentes de substâncias (álcool ou drogas) uma taxa elevada dos sem-abrigo crónicos (Kuhn & Culhane, 1998 cit. por Hwang, 2006). Contudo, só por si a dependência não pode explicar que uma pessoa se torne sem-abrigo.

É importante realçar que embora muitas pessoas sem-abrigo dependentes de substâncias manifestem a vontade de se tratar, a própria condição de sem-abrigo

dificulta o acesso a tratamentos para a sua dependência (National Coalition for the Homeless, 2005h).

No que respeita à *etnia*, verifica-se uma elevada representação das minorias étnicas na população sem-abrigo (Cousineau, 2001), mas fundamentalmente por serem mais vulneráveis à pobreza (Burt, 2001; Ahmed & Toro, 2004 in press). Nos E.U.A., constata-se que os afro-americanos, embora representem apenas 12% da população, estão sobre representados em todos os subgrupos de sem-abrigo, constituindo cerca de 50% do total da população sem-abrigo (Ahmed & Toro, 2004 in press).

A *prisão* é outro dos factores frequentemente relacionados com a situação de sem-abrigo (Burt, 2001), eventualmente por as pessoas de contextos dominados pela pobreza, ao estarem mais expostas a situações stressantes, terem mais probabilidades de cometer crimes e de serem punidas, mas também por após o cumprimento da pena as pessoas saírem da prisão sem que se garanta o seu alojamento permanente e a obtenção de rendimentos.

Num estudo em que pretenderam avaliar as relações entre sem-abrigo, doença mental e encarceramento, usando dados arquivados de 12934 pessoas encarceradas, McNeil et al. (2005) verificaram que as pessoas sem-abrigo com doença mental, embora representando uma pequena proporção da população total, representavam uma proporção substancial das pessoas encarceradas: em 16% dos episódios de encarceramento os presidiários eram sem-abrigo; 30% dos presidiários sem-abrigo apresentavam diagnóstico de doença mental; e 78% dos presidiários com diagnóstico de doença mental grave tinham também distúrbios relacionados com substâncias. Estes últimos tinham mais probabilidade de ser sem-abrigo e de ser acusados de crimes violentos do que os outros presidiários, e eram detidos na prisão por mais tempo do que outros presidiários com características demográficas similares e acusados do mesmo tipo de crimes.

As *doenças crónicas* têm sido também citadas como factores individuais preditores da situação de sem-abrigo (Burt, 2001), o que é facilmente compreensível se se atender a que são condições de vida tendencialmente adversas, que geralmente implicam mudanças importantes no estilo de vida do doente, e que uma má adaptação à doença pode repercutir-se em todas as áreas do funcionamento do sujeito (Miguel & Borges, 2002), nomeadamente a nível económico (redução da capacidade de obtenção de rendimentos e gastos acrescidos com cuidados de saúde) e de

relacionamento interpessoal (a nível familiar e de redes sociais). Efectivamente, as pessoas com problemas de saúde enfrentam mais barreiras à obtenção ou manutenção de emprego, devido às suas limitações (Zuvekas & Hill, 2000), estando portanto mais vulneráveis à pobreza e às consequências daí decorrentes.

### Factores Estruturais

Os factores estruturais são aqueles que dizem respeito à organização da sociedade, tais como *condições de emprego* e do *mercado habitacional*, e *políticas públicas*, como as de saúde e de segurança social (Clapham, 2003).

Existem duas tendências que têm vindo a ser apontadas como largamente responsáveis pelo aumento do número de pessoas sem-abrigo nas últimas décadas: o *aumento da pobreza* e o simultâneo *aumento da escassez de habitações de aluguer acessível* (National Coalition for the Homeless, 2005h; Shinn et al., 1991; Third & Yanetta, 2000; Toro & Warren, 1999).

A partir da década de 1980 os níveis de pobreza nos países desenvolvidos começou a aumentar, principalmente nas zonas de aglomerações urbanas, onde se encontra a maioria das pessoas sem-abrigo.

Alguns dos factores relacionados com o aumento da pobreza são o desaparecimento de oportunidades de emprego para largos segmentos de trabalhadores, nomeadamente na indústria, a estagnação ou a diminuição dos rendimentos, e empregos mais inseguros que proporcionam menos benefícios (trabalhos temporários, em part-time ou com vínculos precários), que se verificam apesar do crescimento global dos ordenados, e que têm levado a um cada vez maior desfasamento entre ricos e pobres (National Coalition for the Homeless, 2005h).

A estabilidade e a segurança dos empregos têm, efectivamente, vindo a deteriorar-se: a proporção de trabalhadores em empregos de longo termo (os que duram pelo menos 10 anos) tem vindo a diminuir bruscamente desde o fim da década de 1980; a perda involuntária de trabalho tem vindo a crescer, com o paralelo aumento da dificuldade de encontrar um novo emprego; verifica-se tendência para o aumento do sub-emprego, isto é, de pessoas que querem trabalhar a tempo inteiro, mas que só conseguem arranjar trabalho em part-time, e que, portanto, só conseguem garantir rendimentos inferiores às suas necessidades (National Coalition for the Homeless; 2005b; Meert et al; 2005).

Por outro lado, as pessoas com baixas qualificações educacionais ou profissionais, mesmo que trabalhem a tempo inteiro têm dificuldade em ganhar dinheiro suficiente para ultrapassar o nível de pobreza (Burt, 2001).

O estudo nas 27 cidades dos E.U.A., revelou que 17% das pessoas sem-abrigo estavam empregadas (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005b). E de facto, embora um número relevante de pessoas sem-abrigo trabalhem, poucos conseguem gerar rendimentos significativos (Zuvekas & Hill, 2000), o que revela que o trabalho só por si não permite evitar a situação de sem-abrigo.

Os níveis elevados de custo das habitações, associados a empregos de baixos rendimentos e à contenção económica podem conduzir mesmo as pessoas pobres que trabalham para a situação de sem-abrigo (Burt, 2001).

Mas, por outro lado, é praticamente impossível sair da situação de sem-abrigo para quem não tem trabalho, não só por não ter uma fonte de rendimento que lhe permita a estabilidade habitacional, como porque terá mais dificuldade em obtê-la, visto que a situação de sem-abrigo coloca várias barreiras à competição por um emprego, como tendência para baixo nível educacional ou de competências de trabalho, falta de transporte, falta de cuidados diários e diversas condições incapacitantes (U.S. Department of Labor, 1994 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005b).

Estas dificuldades ao nível do trabalho levam a que seja muito difícil sair da pobreza. E sendo a pobreza considerada o maior preditor da situação de sem-abrigo (Burt, 2001), prevê-se que a situação não melhore se não forem tomadas medidas de ordem estrutural.

Paralelamente ao aumento da pobreza, os países desenvolvidos assistiram nas últimas décadas à diminuição drástica da oferta de habitação de baixo custo, o que provocou um aumento do número de pessoas sem-abrigo, principalmente nas cidades.

A redução das habitações de baixo custo – de acordo como o governo federal dos E.U.A., aquelas que custam até 30% do rendimento disponível – associada ao aumento do preço das habitações, provocou o aumento dos alugueres, e tem levado a encargos muito pesados com as rendas e a habitações sobrelotadas e abaixo dos padrões, o que tem obrigado muitas pessoas a tornarem-se sem-abrigo, e

colocado muitas outras em risco de se tornarem sem-abrigo (National Coalition for the Homeless, 2005h).

Alguns investigadores têm comparado a situação de sem-abrigo ao jogo das cadeiras, no qual os jogadores são as pessoas pobres e as cadeiras representam as habitações que podem adquirir ou ocupar através das suas redes pessoais (Koegel, et al., 1996 cit. por Shinn et al, 2001), e em que só os melhores posicionados conseguem vencer.

De facto, a situação de sem-abrigo pode ser encarada como resultado do processo através do qual os agregados familiares de baixos rendimentos ganham acesso, ou são excluídos, de alojamento que satisfaça as suas necessidades. Processo esse que se caracteriza pelas seguintes fases: expressão de procura, negociação do acesso, e manutenção da habitação (Anderson, 1994 cit. por Anderson & Christian, 2003). Como é evidente, a fase da negociação está dependente dos rendimentos dos agregados familiares e do preço das habitações disponíveis, e a fase da manutenção está também dependente essencialmente da continuidade dos rendimentos.

É também de realçar como factor estrutural a imigração ilegal, pois muitos imigrantes clandestinos vêem-se forçados a viver na rua devido às regras que restringem o seu acesso a habitações temporárias e a serviços de apoio.

### Factores Institucionais

Entre os factores institucionais que fomentam a situação de sem-abrigo são de destacar os seguintes: problemas de capacidade limitada dos serviços (incapacidade de resposta); descentralização (construção de serviços em zonas menos necessitadas), especialização (substituição da protecção social geral por serviços específicos para pessoas sem-abrigo) e selectividade (estabelecimento de critérios de acesso) dos serviços; falta de coordenação entre os diferentes serviços; e problemas na alta de instituições (hospitais, orfanatos e prisões) (Meert et al, 2005); e a carência de programas comunitários (Slegers, 2000 cit. por World Health Organization, 2005), que dêem resposta às necessidades das pessoas em risco ou em situação de sem-abrigo.

Embora, como já vimos, a doença mental esteja fortemente representada na população sem-abrigo, ao contrário da ideia comumente generalizada, não há evidência de que o encerramento de instituições de saúde mental de longa-duração

constitua um factor determinante para a situação de sem-abrigo (Timms & Balazs, 1997 cit. por World Health Organization, 2005).

A experiência dos E.U.A. demonstra que a maioria dos doentes mentais saíram dos hospitais psiquiátricos nas décadas de 1950 e 1960, e que o aumento substancial de pessoas sem-abrigo só se verificou a partir da década de 1980, quando os rendimentos e as opções de habitação para as pessoas à margem da sociedade começaram a diminuir rapidamente. Além disso, parece haver evidência de que a maioria das pessoas sem-abrigo com doença mental não necessitam de ser institucionalizados, podendo viver na comunidade desde que disponham de opções de habitação apoiada apropriadas (U.S. Department of Health and Human Services, 2003 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005g).

Contudo, importa referir que *“uma nova vaga de desinstitucionalização e a negação de serviços, ou a alta prematura ou não planeada ocasionada por acordos de gestão de cuidados, poderão contribuir para a presença continuada de pessoas com doença mental grave na população sem-abrigo”* (National Coalition for the Homeless, 2005g), pelo que este será um dos factores de risco a ter em atenção na prevenção de futuras situações.

### Sem-abrigo, Pobreza e Exclusão Social

A Comissão das Comunidades Europeias (2003) considera que a situação de sem-abrigo representa na Europa *“a expressão mais extrema da exclusão social e da pobreza”*, com consequências graves ao nível da saúde, do emprego e do acesso dos filhos à educação e vida familiar.

De facto, e como já se viu anteriormente, a situação de sem-abrigo e a pobreza tendem a estar fortemente relacionadas, podendo-se mesmo considerar a pobreza como a característica mais comum entre as pessoas sem-abrigo.

As pessoas que vivem na pobreza estão em maior risco de se tornarem sem-abrigo, pelo que os grupos demográficos que estão mais predispostos a viver na pobreza, por terem uma menor capacidade para garantir rendimentos, como as pessoas com algum tipo de incapacidade, os idosos, as mães sozinhas e os membros

de minorias étnicas, têm também maior tendência para a situação de sem-abrigo (National Coalition for the Homeless, 2005i; Burt, Ppearson & Montgomery, 2005).

Um estudo que comparou pessoas que foram sem-abrigo com pessoas que nunca foram sem-abrigo, em termos de características económicas e demográficas, revelou que os que foram sem-abrigo eram desproporcionalmente pobres, não estavam inseridos no mercado de trabalho, tinham menores níveis educacionais, e recebiam assistência pública (Cousineau, 2001). Pode-se supor que estas pessoas recebiam apoios do Estado por serem mais pobres, que eram mais pobres por não estarem inseridas no mercado de trabalho, e que não o estavam por terem baixas qualificações escolares e, portanto, terem menos oportunidade de emprego.

Definindo-se a pobreza como um fenómeno multidimensional que se caracteriza pela falta de rendimento suficiente para colmatar as necessidades básicas que assegurem um padrão de vida adequado, é fácil de compreender que quando as pessoas se vejam incapazes de fazer face às suas necessidades de habitação, alimentação, cuidados infantis, cuidados de saúde e educação, e que, quando confrontadas com a necessidade de optar por dar resposta apenas a algumas dessas necessidades, abduquem da habitação por absorver uma proporção elevada dos rendimentos (National Coalition for the Homeless, 2005h).

Se por um lado, como já se viu quando se abordou os factores individuais causais da situação de sem-abrigo, a pobreza aumenta o risco de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como doença mental, dependências e violência doméstica, se tornarem sem-abrigo; e por outro, constata-se que as minorias étnicas tendem a estar desproporcionalmente representadas na população de famílias e de adultos individuais sem-abrigo; percebe-se que a pobreza e a exclusão social são indissociáveis da situação de sem-abrigo. De facto, a situação de sem-abrigo exacerba os efeitos negativos da pobreza extrema, tanto em indivíduos como em famílias (Burt, Pearson & Montgomery, 2005).

Mas, embora por vezes os termos *pobreza* e *exclusão social* sejam usados como sinónimos, a exclusão social é uma conceito que abrange mais do que a privação de rendimentos, que diz respeito a uma “desvantagem social ou” “privação múltipla”, não só de rendimento como de emprego, bem-estar, experiências sociais e participação democrática (Commins, 1993 cit. por Rodrigues, 2002); assim como a injustiças sociais múltiplas – económica, cultural e associativa; e à insuficiência e desadequação das políticas (Rodrigues, 2002).

A exclusão social trata-se então de um conceito relativo, que reporta ao alheamento das pessoas numa sociedade particular, e pode ser definida como uma combinação de falta de meios económicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos sociais e civis; representando uma acumulação progressiva de factores sociais e económicos ao longo do tempo (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, 2003).

Porém, a exclusão não afecta apenas as pessoas, mas também os territórios e as instituições sociais, e portanto as comunidades. Ao serem “destinatários de medidas e acolhedores de cidadãos”, os lugares podem ser simultaneamente excluídos e excludentes para os indivíduos (Rodrigues, 2002).

Parece consensual, que a exclusão social se está a agravar nos países desenvolvidos como resultado da globalização económica – que, apesar de algumas vantagens, tem suscitado diversos desafios como a desigualdade económica, a desintegração cultural e a instabilidade social – e que constitui um componente importante do conceito de sem-abrigo.

Cada vez mais a falta de habitação é reconhecida pelos políticos como um factor importante na exclusão social (Edgar, 2005), constituindo mesmo um dos principais problemas sociais no âmbito da Estratégia para a Inclusão Social da União Europeia, que exige que os estados-membros assegurem o acesso a habitação decente, de forma a ajudar os mais vulneráveis e a prevenir os riscos de exclusão habitacional (FEANTSA, 2005).

O problema da exclusão social está normalmente ligado aos processos de desigualdade, pelo que se coaduna com a teoria de que as pessoas se tornam sem-abrigo por não conseguirem competir na sociedade por melhores empregos, habitações ou apoios públicos. No entanto este é um problema que funciona em bola de neve, porque se a pessoa se torna sem-abrigo devido à exclusão social, a própria exclusão social dificulta a sua saída da situação de sem-abrigo. Assim, a situação de sem-abrigo é simultaneamente indicador (Rodrigues, 2002), causa e consequência da exclusão social (Edgar, 2005). E se se considerar que a situação de sem-abrigo implica a falta de vínculos sociais, esta revela-se também inequivocamente como uma forma de exclusão social (Tipple & Speak, 2005).

Neste sentido, Pleace (1998) destaca os adultos individuais como sendo os mais excluídos entre os sem-abrigo. Considera que a situação dos adultos individuais sem-abrigo é, simultaneamente, um produto e uma forma da exclusão social,

caracterizada principalmente pela incapacidade deste subgrupo da população excluída socialmente aceder a serviços de segurança social e de habitação social.

Num estudo sobre os efeitos das políticas direccionadas aos sem-abrigo nas pessoas sem-abrigo individuais, Von Mahs (2005) constatou que, apesar dos sistemas de providência serem diferentes, os números e as características das populações sem-abrigo são similares em Berlim (Alemanha) e em Los Angeles (E.U.A.), porque as pessoas sem-abrigo em ambas as cidades são afectadas de forma similar pelas deficiências locais dos estados-providência, pela deslocação e criminalização, e pela contenção de serviços em áreas urbanas inóspitas, o que resulta na sua exclusão simultaneamente social e espacial, com implicações negativas na capacidade de superar a situação de sem-abrigo.

### Sem-abrigo e Políticas

A habitação humana tem sido objecto de atenção desde o início da civilização, não só no que respeita à sua forma e localização, como à sua provisão. Sendo o abrigo uma necessidade básica partilhada por todos, o problema do proporcionar de habitação adequada tem sido uma preocupação não só individual como política, e a sua posição ao longo da história é indissociável do desenvolvimento social, económico e político da humanidade.

Na Europa, a intervenção pública nas questões da habitação remontam há vários séculos. No século XIX, a Grã-Bretanha iniciou o desenvolvimento da habitação pública, mas já no século XVI o governo inglês havia tentado alojar as pessoas que viviam na rua e treiná-las para uma profissão, o que revela já a noção de que estar em situação de sem-abrigo é mais do que uma questão da carência de habitação.

Efectivamente, e de acordo com a Comissão das Comunidades Europeias (2003), sendo a situação de sem-abrigo um problema pluridimensional, *“requer abordagens integrais e globais, com incidência em vários domínios, designadamente a habitação, a saúde (especialmente a saúde mental), o emprego, a formação, a justiça e a protecção social”*.

No entanto, vive-se hoje uma época de agenda política neo-liberal em que o modelo de Estado-providência, ou social, desenvolvido ao longo do século XX é avaliado e posto em causa, questionando-se não só a sua viabilidade económica como a sua razão de ser, num contexto de sociedades europeias demograficamente envelhecidas.

Os modelos europeus de governação têm-se deslocado cada vez mais, ao longo das últimas décadas, para um envolvimento do mercado na distribuição de apoios sociais, tendo-se vindo a verificar uma redução na provisão e no apoio a habitações sociais por parte das autoridades estatais (Edgar, Doherty & Meert, 2002 cit. por Doherty et al., 2005).

Embora todos os Estados-membros da União Europeia tenham vindo a desenvolver esforços para lidar com o problema dos sem-abrigo, os governos têm intervindo apenas junto da forma mais visível de sem-abrigo – os sem-abrigo de rua e os utilizadores de abrigos – e principalmente através da mobilização de medidas de emergência (Doherty et al., 2005), nomeadamente ao nível do acolhimento de emergência, do alojamento temporário e do atenuar de dificuldades quotidianas (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

Apenas quatro países desenvolveram estratégias para erradicação completa do fenómeno, nos seus Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005): a Áustria, a Finlândia, a Irlanda e o Reino Unido; e outros três países estavam a prepará-las: Portugal, França e Bélgica. A Alemanha tem dado especial ênfase à dimensão da prevenção (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

O facto de as políticas para os sem-abrigo estarem enquadradas nas estratégias de inclusão social, parece indicar que se parte do pressuposto que as políticas gerais para lidar com a exclusão social permitem também lidar com o problema dos sem-abrigo, não se verificando investimento em políticas específicas (Edgar, 2005).

Na maioria dos países da União Europeia, tem-se assistido à descentralização da responsabilidade pelo problema dos sem-abrigo dos governos centrais para os níveis regionais e locais (Doherty et al., 2005), o que poderia ser positivo se se atender a que as soluções dos problemas devem partir das próprias comunidades onde se verificam.

Contudo, ao passar a ser considerado um problema local e com soluções locais pressupõe que se trata de um *“problema estrutural associado ao fornecimento*

*de habitação acessível e decente, de natureza local e que não necessita de resolução a nível nacional”* (Doherty et al., 2005); visão que está desfasada da realidade, na medida em que, como refere a Comissão das Comunidades Europeias (2003), ao ser um problema que requer abordagens globais, com incidência nos domínios da habitação, da saúde, do emprego, da formação, da justiça e da protecção social, requer inevitavelmente medidas estruturais legislativas nestes domínios por parte dos governos, passíveis de serem aplicadas da melhor forma pelas comunidades. Além do mais, verifica-se que a descentralização das responsabilidades não tem sido acompanhada da fundamental descentralização dos recursos necessários à intervenção, nem do poder de decisão em relação à elaboração de políticas (Doherty et al., 2005).

As estratégias de combate ao fenómeno dos sem-abrigo, a nível Europeu, têm se centrado na *“melhoria dos dispositivos de emergência social, no aumento do número de alojamentos temporários, na criação de equipas pluridisciplinares móveis que vão ao encontro das pessoas na rua, no trabalho conjunto de autoridades públicas, instituições de cuidados de saúde, estabelecimentos psiquiátricos, centros de abrigo de emergência e organismos de habitação social, assim como na cooperação com as ONG, na garantia por parte dos poderes públicos de capacidade de realojamento e numa intervenção contínua de profissionais e voluntários em apoio à integração e à reintegração social”* (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

Efectivamente, tem-se constatado que na maioria dos países da União Europeia, as organizações não governamentais (ONG) têm começado a desempenhar um papel cada vez mais decisivo, não só na distribuição de serviços de apoio, mas também na provisão de alojamento de emergência ou temporário (Doherty et al., 2005).

No entanto, muitos investigadores acreditam que a resolução do problema dos sem-abrigo passa pelo comprometimento dos governos na disponibilização de habitações económicas, e na tomada de medidas que ajudem os sectores mais pobres da sociedade a encontrar perspectivas de emprego; e a análise da mudança do papel do Estado na Europa em relação à habitação e aos sem-abrigo, demonstrou que o Estado continua a exercer um papel importante em relação à distribuição de apoio social em geral, e de apoio à habitação e aos sem-abrigo em particular (Doherty et al., 2005).

A National Coalition for the Homelessness (2005h) considera que *“apenas o esforço concertado para assegurar empregos que paguem um salário de subsistência, o apoio adequado a quem não pode trabalhar, habitações de aluguer acessível, e o acesso a cuidados de saúde trará um fim para os sem-abrigo”*. E que *“a assistência habitacional pode fazer a diferença entre habitação estável, habitação precária ou nenhuma habitação”*.

Na mesma linha, Rafferty & Shinn (1991) afirmam que as soluções para a situação de sem-abrigo devem começar pela habitação decente, permanente e acessível; e que as políticas devem focar-se simultaneamente no realojar dos sem-abrigo actuais e na prevenção de futuros sem-abrigo.

Para Shinn (1997), a redução dos sem-abrigo passa pelo acesso a subsídios de habitação, que permitam às pessoas o acesso a habitação apropriada.

Burt (2001) corrobora, considerando que proporcionar habitação não só ajuda os sem-abrigo actuais a deixarem de o ser, como ajuda a prevenir as pessoas em risco de se tornarem sem-abrigo; e que embora muitas vezes o proporcionar de habitação tenha que ser acompanhado de outros serviços de apoio, os serviços de apoio por si só não permitem eliminar a situação.

No que respeita às pessoas sem-abrigo com doença mental, estas tendem a atribuir as mesmas razões para o facto de terem perdido habitação e para a situação de sem-abrigo continuada, do que as pessoas sem-abrigo sem doença mental: rendimento insuficiente, desemprego e falta de habitação apropriada (Mojtabai, 2005). Pelo que, se supõe que medidas estruturais, como apoios à obtenção e manutenção de rendimentos e disponibilidade de habitações de baixo custo, reduzirão o risco de situação de sem-abrigo entre os doentes mentais.

A National Coalition for the Homeless (2005g) sugere que estes devem ser capazes de viver tão independentemente quanto possível, com a ajuda de serviços de saúde mental com base na comunidade e de outros apoios; e que todas as comunidades devem ter disponíveis serviços de intervenção na crise, intervenção entre inquilino e senhorio, equipas de tratamento contínuo, planeamento apropriado da saída em prisões e facilidades para pacientes internados.

Embora seja um facto que as pessoas sem-abrigo, apesar da sua heterogeneidade, partilham necessidades básicas, que em última análise se pode dizer que são as de todo os seres humanos (habitação, rendimentos e cuidados de saúde), parece haver evidências de que as pessoas sem-abrigo com doença mental partilham

muitas necessidades de tratamento com as pessoas sem-abrigo dependentes de substâncias, nomeadamente as seguintes: contrato cuidadosamente definido; gestão do caso; opções de habitação; acompanhamento prolongado; e serviços de apoio. E que em ambos os casos, a habitação apropriada, *“quando combinada com serviços de apoio, actividade diária significativa na comunidade (incluindo trabalho), e acesso a terapia, (...) pode fornecer a estrutura necessária para pôr fim à situação de sem-abrigo para muitas pessoas”* (National Coalition for the Homeless, 2005g).

O facto de haver evidências, de que os presidiários sem-abrigo com diagnóstico duplo de doença mental e de abuso de substâncias permanecem detidos na prisão por mais tempo do que outros presidiários com características similares (McNiel, 2005), sugere que as prisões estão a assumir responsabilidades que deveriam abarcar múltiplos serviços, serviços esses que, para facilitar a integração comunitária dos indivíduos, deveriam ser fornecidos nas comunidades.

No caso específico dos dependentes de substâncias, convém realçar que se *“a dependência de substâncias é um distúrbio crónico e recorrente do comportamento”* cuja *“abstinência completa não pode ser alcançada facilmente, e, portanto, o tratamento deve incluir formas efectivas de diminuir a morbilidade e a mortalidade relacionadas com o uso da substância, e aumentar a qualidade de vida da pessoa até que consiga levar a cabo a meta final de uma vida livre da droga”* (World Health Organization, 2003); os programas que têm como requisito a abstinência estão desajustados da realidade, e deverão dar lugar a estratégias alternativas que tenham como prioridade procurar dar resposta às necessidades das pessoas (Oakely & Dennis, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005a), nomeadamente, à necessidade de estabilidade habitacional como pré-requisito para um tratamento ou recuperação eficaz.

Relativamente a políticas de emprego para os sem-abrigo, a avaliação de um programa desenvolvido nos E.U.A entre 1988 e 1995 (Job Training for the Homeless Demonstration Program – U.S. Department of Labor), revela que os programas de emprego devem proporcionar o acesso a diversos serviços que permitam satisfazer as necessidades das pessoas, incluindo a ajuda para enfrentar obstáculos ao emprego e a habitação. Devem garantir a todas as pessoas sem-abrigo que querem trabalhar, a oportunidade de obter um trabalho que lhes proporcione um salário de subsistência, e os apoios necessários para o poder manter, tais como transporte adequado, e, no caso das famílias sem-abrigo, acesso a cuidados infantis de qualidade que possam pagar

(National Coalition for the Homeless, 2005b,c). Neste caso, educação e a formação são também essenciais para preparar os pais sem-abrigo para empregos melhor remunerados que lhes permitam dar resposta às necessidades da sua família (National Coalition for the Homeless, 2005c).

Relativamente aos jovens sem-abrigo, serão necessários programas educacionais e programas de transição de vida, ajuda na procura de formação e emprego, e cuidados de saúde especiais. Sabe-se que os programas que minimizam as exigências institucionais e proporcionam uma série de serviços, têm efectivamente ajudado os jovens sem-abrigo a recuperar a estabilidade (Robertson, 1996 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005d).

Para os idosos em situação de sem-abrigo, deverão disponibilizar-se serviços sociais e de saúde abrangentes, assim como ajuda para aceder a programas de assistência pública existentes.

Convém realçar, que tal como todas as pessoas sem-abrigo ou em risco de se tornarem sem-abrigo, também os jovens e os idosos necessitam das medidas já descritas para combater a pobreza nos sem-abrigo adultos em geral para se manterem alojados: rendimento adequado, habitação acessível e cuidados de saúde (National Coalition for the Homeless, 2005d,e; Kiesler, 1991).

A luta contra a situação de sem-abrigo não se deve verificar apenas a nível estatal, mas sim implicar a cooperação entre o poder central e os vários níveis de poder local, as instituições sem fins lucrativos, as empresas e as comunidades locais; e requer liderança governamental, recursos gerais e soluções comunitárias (Kondratas, 1991),

As políticas são melhor delineadas quando se baseiam em estudos e avaliações regulares e de qualidade (O'Connell, 2003). Uma vez que as políticas mais recentes desenvolvidas nos E.U.A. e no Reino Unido têm reforçado a importância da tomada de decisão a nível local (O'Connell, 2003), a análise e comparação das mudanças nas comunidades e entre comunidades será fundamental para a disseminação de boas práticas.

A longo prazo, o combate à situação de sem-abrigo implica políticas de luta contra a pobreza (Kondratas, 1991; Tipple & Speak, 2005), com acção em duas áreas principais, a habitação e o rendimento (Foscarinis, 1991; Zlotnik et al., 1999). A habitação é fundamental para sair da situação de sem-abrigo, e o rendimento é fundamental para manter a habitação.

A meta final das políticas para os sem-abrigo deve ser a redução do número de pessoas que vivenciam a situação de sem-abrigo (O'Connell, 2003).

### Situação das Pessoas Sem-abrigo em Portugal

Em Portugal não existe nenhuma definição oficial de sem-abrigo, pelo que as situações consideradas de sem-abrigo são apenas as das pessoas que dormem na rua – os sem-tecto (rooflessness) (Edgar et al., 2003) – ou que recorrem aos serviços de emergência.

Não existem também estatísticas oficiais, sendo os únicos dados disponíveis resultado de informação recolhida por entidades que prestam serviços aos sem-abrigo, nomeadamente organizações não governamentais e municípios, e que se limitam a recolher dados relativos aos utentes dos seus serviços.

Deste modo, os dados disponíveis tendem a ter um carácter local, relativo à zona de actuação da entidade, parecendo a AMI (Assistência Médica Nacional) ser única excepção, por ser uma organização não governamental que cobre várias regiões do país (Edgar et al., 2003; Baptista, 2004).

Dados da AMI referentes à utilização dos seus serviços por pessoas sem-abrigo, contabilizam em 708 o número de pessoas sem-abrigo que os procuraram pela primeira vez em 2001, 1017 em 2002, e 563 em 2003 (Edgar et al., 2003; Baptista, 2004). Verifica-se um grande aumento de 2001 para 2002 e uma grande diminuição (55%) de 2002 para 2003, mas não existem dados fidedignos que os expliquem.

O Município de Lisboa efectuou dois levantamentos sobre a população sem-abrigo em Lisboa, durante os anos de 1999 e 2000, mas que foram posteriormente interrompidos (Edgar et al., 2003). No entanto, desde 1986 que mantêm uma parceria com o Gabinete de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na realização de estudos sobre a população sem-abrigo de Lisboa. Num estudo efectuado em 2000, em que pretendiam “*conhecer o universo de indivíduos sem-abrigo da cidade de Lisboa*” (Pereira et al., 2000), foram identificadas 1366 pessoas sem-abrigo, dos quais 93,3% efectivos e 6,7% potenciais. 53,9% (736) dos sem-

abrigo foram identificados em centros de acolhimento, 31,5% (430) em espaços abertos e 8% (109) em espaços fechados.

Um outro estudo efectuado em 2004 (Câmara Municipal de Lisboa, 2004), sobre a População de Rua da Cidade de Lisboa, revelou a identificação de 931 pessoas de rua, das quais 432 identificadas na rua e 499 em estruturas de abrigo ou acolhimento. Nas 432 pessoas identificadas na rua, a faixa etária mais representada foi a dos 25-34 anos (31%); 76% dos indivíduos eram do sexo masculino; 64% eram de nacionalidade portuguesa; o país de origem do maior número de imigrantes era a Ucrânia (7%).

O relatório da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Edgar et al., 2003), relativamente aos serviços proporcionados aos sem-abrigo no ano de 2002 (TABELA 1), revelou terem sido proporcionadas refeições a 546 pessoas, serviços de higiene pessoal a 2051, serviços ocupacionais a 451, apoio de rua a 365, serviços de emergência social a 577 e abrigo nocturno a 87. Os dados dos mesmos serviços prestados no primeiro trimestre de 2003, revelam um grande aumento de utilização dos serviços de refeições e do abrigo nocturno. O que coincide com o agravamento da crise económica em Portugal durante o ano de 2002, e com o aumento rápido do afluxo de imigrantes de leste.

| <b>Tipos de Equipamentos/Serviços</b> | <b>Unidade</b>             | <b>2002</b> | <b>2003<br/>(primeiros 3 meses)</b> |
|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------------------|
| Refeições                             | N.º de utilizadores        | 546         | 627                                 |
|                                       | Novos Utilizadores         | 126         | 196                                 |
| Higiene Pessoal                       | N.º de utilizadores        | 1851        | 558                                 |
| - Duches                              | N.º de utilizadores        | 105         | 135                                 |
| - Roupas                              | N.º de utilizadores        | 95          | 113                                 |
| - Lavandaria                          |                            |             |                                     |
| Atelier Ocupacional                   | N.º de utilizadores        | 451         | 267                                 |
| Equipa de Rua                         | N.º de pessoas contactadas | 365         | 158                                 |
| Serviço de Emergência Social          | N.º de novos utilizadores  | 577         | 195                                 |
| Abrigo Nocturno (CANG)                | N.º de utilizadores        | 87          | 102                                 |

TABELA1: Apoios Proporcionados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Nos últimos anos, tem-se vindo a constatar um certo interesse por parte das entidades oficiais em aceder à prevalência de pessoas sem-abrigo em Portugal, talvez devido a solicitações nesse sentido por parte da União Europeia

Em Outubro de 2001 foi criada a Linha de Emergência Nacional, tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e que é um serviço de apoio gratuito prestado por telefone (N.º 144), 24 horas por dia, destinado aos mais diversos problemas de emergência, e na qual são também contabilizadas as situações de sem-abrigo. Dados referentes ao período entre Abril de 2002 e Março de 2003, revelam que 30% das pessoas em situação de emergência estavam em situação de sem-abrigo (1248 pessoas) (Edgar et al., 2003). De Janeiro a Dezembro de 2003, a situação de sem-abrigo foi o tipo de emergência mais comum (28%), mas verificou-se um decréscimo no número de casos (867 pessoas) (Baptista, 2004), o que vai ao encontro dos dados revelados pela AMI.

Os dados da Linha referentes a 2003, revelam que Lisboa concentrou 41% dos casos de sem-abrigo, o que demonstra que o fenómeno tende a manter-se principalmente urbano. A maioria das pessoas que pediram auxílio era do sexo masculino (76%) e adultos (87% com idades entre os 18 e os 64 anos), sendo os idosos o segundo grupo mais frequente.

Em 2006, o Instituto da Segurança Social divulgou na imprensa resultados de um estudo sobre as pessoas sem-abrigo realizado entre 2004 e 2005, financiado por fundos comunitários (UE). Numa primeira fase do estudo procurou-se “*uma definição conceptual da temática sem-abrigo*”, através do levantamento efectuado pelos centros distritais do número de pessoas em situação de sem-abrigo (Pereira, 2006). Os resultados desta primeira fase revelaram a existência de 2717 pessoas em situação de sem-abrigo (TABELA 2) (Pereira, 2006).

| Tipo de Situação   | Frequência |
|--|------------|
| Pessoas esporadicamente a dormirem na rua ou num albergue devido a pressão intensa no universo familiar. | 273        |
| Pessoas esporadicamente sem-abrigo devido a problemas do foro psiquiátrico ou dependência.               | 296        |
| Pessoas com alojamento (casa ou pensão), mas incapazes de o manter sem a ajuda dos serviços sociais.     | 489        |

|   |             |
|---|-------------|
| Pessoas a pernoitarem em espaço aberto.                           | 1044        |
| Pessoas a pernoitarem em centros de acolhimento.                  | 170         |
| Pessoas a pernoitarem em casas abandonadas ou barracas.           | 330         |
| Pessoas a pernoitarem em arrumos, carros abandonados, varandas... | 115         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>2717</b> |

TABELA 2: Resultados da 1ª Fase do Estudo realizado pelo ISS.

Na segunda fase, em que se “tentou obter uma análise abrangente da situação dos sem-tecto residentes em Portugal”, 700 técnicos e voluntários, do Instituto da Segurança Social e de diversas instituições de solidariedade social, andaram na mesma noite na rua, em diversos concelhos de Portugal continental, a inquirir todos os indivíduos que encontraram a dormir ao relento ou em espaços públicos (Pereira, 2006). Foram inquiridas 524 pessoas, mas 57 inquéritos foram anulados por não corresponderem aos pré-requisitos da amostra (Pereira, 2006). Os principais resultados encontram-se resumidos na TABELA 3.

| Característica  | Percentagem |
|---|-------------|
| Nacionalidade portuguesa  | 75%         |
| Vive sozinho  | 70%         |
| Vive com pessoas em igual situação  | 14%         |
| Problemáticas associadas:   |             |
| ▪ Ruptura familiar  | 25%         |
| ▪ Problemas de saúde (toxicod dependência, alcoolismo, doença física ou mental) | 23%         |
| ▪ Desemprego  | 22%         |
| - Nunca trabalhou (menos de 30 anos)  | 6%          |
| - Já foi activo, mas está desempregado  | 82%         |
| - Trabalha (imigrantes)   | 11%         |
| ▪ Habitação sem condições e dívida da casa                                      | 17%         |
| Fonte de Rendimento:  |             |
| ▪ Nenhuma   | 12%         |
| ▪ Actividades pontuais  | 58%         |
| ▪ Trabalho  | 6%          |

|                      |    |
|----------------------|----|
| ▪ Pensões            | 8% |
| ▪ Prestações sociais | 7% |
| ▪ Outras             | 8% |

TABELA 3: Resultados da 2ª Fase do Estudo realizado pelo ISS.

Como é evidente, o estudo apresenta muitas limitações metodológicas, sendo a mais visível a possível contagem dupla dos participantes, mas revela já um interesse governamental na temática e poderá constituir um ponto de partida para outras investigações.

Dada a escassez de estudos sobre os sem-abrigo em Portugal, a aplicação de alguns pressupostos teóricos sobre a situação de sem-abrigo, à situação económica do país, poderá dar uma visão da realidade portuguesa.

Se se considerar que se deve gastar em habitação até 30% do rendimento, e que em Portugal o montante médio de receitas líquidas anuais dos agregados familiares atingiu 16.189€ no ano 2000 (Instituto Nacional de Estatística, 2000), deduz-se que uma família média portuguesa deverá gastar cerca de 405€ por mês em custos com habitação; e que uma pessoa que tenha como rendimento mensal o ordenado mínimo nacional (403€ desde Janeiro de 2007) poderá despende até cerca de 120€ por mês, o que viabilizará poucas alternativas habitacionais.

Os dados do Anuário Estatístico de Portugal referente ao ano de 2003 revelam que em média a despesa dos agregados com a habitação foi de 19,8% (Instituto Nacional de Estatística, 2003), o que à primeira vista poderá ser um bom indicador. Contudo, se se tiver em atenção que *“a distribuição de rendimentos em Portugal é (...) extremamente assimétrica, com uma disparidade elevada entre os níveis de rendimentos dos estratos mais ricos em relação aos estratos mais pobres e, mesmo em relação aos rendimentos medianos”* (Ferreira, 2005); que a incidência de baixos rendimentos (20% em 2001) ou de pobreza (13% em 2001) – limiar de pobreza correspondente a 50% da mediana do rendimento total (Ferreira, 2005) – são elevados; que a pobreza em Portugal se caracteriza pela sua natureza crónica; e que as tipologias familiares mais atingidas são as famílias de idosos, as famílias monoparentais e as famílias de casais com 3 ou mais crianças (Ferreira, 2005), percebe-se que a realidade habitacional em Portugal será mais complicada.

### Políticas em Portugal

Em Portugal, a Constituição da República (2005), contempla o direito há habitação nos seguintes termos (artigo 65.º):

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;

c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. (...)

No entanto, e apesar do fenómeno dos sem-abrigo constituir um dos principais problemas sociais considerados na Estratégia para a Inclusão social da União Europeia, desconhecem-se políticas governamentais específicas para os sem-abrigo em Portugal.

No âmbito de políticas de realojamento existem as seguintes medidas: um Programa Especial de Realojamento (PER) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto criado pelo D.L. 163/93 de 7 de Maio, que visa proporcionar, aos Municípios daquelas áreas, condições para proceder à erradicação das barracas existentes e ao consequente realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados.

Existe a possibilidade dos restantes Municípios do País procederem a acções de realojamento em habitações sociais, construídas ou adquiridas com o apoio financeiro da Administração Central e das instituições bancárias que procedam a financiamentos bonificados para este fim.

No âmbito do Programa Nacional da Luta contra a Pobreza, os Municípios ou as Instituições Particulares de Solidariedade Social podem celebrar acordos que visem a inserção social dos agregados familiares a realojar, sendo os encargos daí decorrentes comparticipados a fundo perdido pelo Ministério do Segurança Social, da Família e da Criança até um máximo de 80%.

Em 2004, foi criado o Prohabita – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, que visa a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional (Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho); mas que considera como «Situação de grave carência habitacional» a situação de residência permanente de agregados familiares em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança e ou salubridade, e ou em casos de manifesta exiguidade da área habitável para o número de pessoas do agregado familiar, bem como as situações de necessidade urgente de alojamento no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana. Isto é, tem em conta apenas situações de precariedade habitacional, excluindo as pessoas em situação de sem-abrigo literal – os sem-tecto.

Recentemente, o Governo divulgou a intenção de alargar em 2007 os apoios do Estado ao arrendamento jovem, através da criação do *Programa Porta 65*, cuja denominação é uma alusão ao artigo 65.º da Constituição, referido anteriormente. A iniciativa de Incentivo ao Arrendamento Jovem é uma medida que até agora só abrangia jovens até aos 30 anos, que podiam receber um subsídio para ajudar a pagar casas arrendadas, e que era renovável durante um período máximo de cinco anos. O *Programa Porta 65* pretende ajudar quem tem rendimentos mais baixos, iguais ou inferiores a 3,5 salários mínimos nacionais, sem limites de idade ou prazo de concessão de subsídios para a renda.

No que respeito a apoios aos rendimentos, em 1996 foi instituído o rendimento mínimo garantido (Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho), que foi substituído pelo rendimento social de inserção em 2003 (Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio). Ambas são medidas que pretendem contrariar a exclusão social, ao garantirem às pessoas com menores rendimentos o acesso a um rendimento mínimo.

Contudo, ao ter como requisito, que o beneficiário possua residência legal em Portugal (Artigo 6.º, Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio), supõe-se que as pessoas em situação de sem-abrigo literal não sejam elegíveis para receber este apoio. Deste modo, uma medida que visa à partida o combate à exclusão, no caso dos literalmente

sem-abrigo, está a *“reinscrever a sua exclusão, privando-os dos direitos à intitulação, e, no extremo, do direito a viver”* (Arnold, 2006 cit. por Schram, 2006).

Relativamente à participação do Estado português às organizações governamentais de apoio aos sem-abrigo, a única situação de apoio previsto pelo Estado é o “albergue” e, por conseguinte, a única passível de ser participada, tendo como referência os custos médios previstos (Martins, 2004).

De facto, além de não existirem em Portugal estratégias específicas para lidar com a situação de sem-abrigo, os serviços existentes dirigem-se apenas a situações de emergência, não prevendo o restabelecimento e a prevenção (Edgar, 2005).

No âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005, em Janeiro de 2005 foi apresentado o PROGRIDE, um programa cujos objectivos são a promoção da inclusão social em áreas degradadas e marginalizadas, combater o isolamento e a exclusão em áreas deprimidas, e trabalhar com pessoas que enfrentem exclusão persistente, marginalização e pobreza. A operacionalização do programa verifica-se através do apoio a projectos locais em áreas prioritárias, tendo como organizações elegíveis municípios, IPSSs, Misericórdias e ONGs (Edgar, 2005).

Ainda no âmbito do PNAI, o Relatório de Actualização do PNAI de 2005-2006 (Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2005) previa, como uma das linhas de intervenção, a criação de políticas que tivessem como objectivo o acesso de cada pessoa a uma habitação decente e salubre, bem como aos serviços essenciais necessários, atendendo ao contexto local e a uma existência normal nessa habitação (electricidade, água, aquecimento), mas, uma vez mais não previa iniciativas específicas de intervenção no problema dos sem-abrigo, o que revela o não reconhecimento do problema ou da sua seriedade.

## Investigações e Intervenções face aos Sem-abrigo

### Investigações

Se, como já se referiu anteriormente, a conceptualização mais adequada da situação de sem-abrigo é aquela que considera a interacção entre os diversos tipos de factores causais, individuais e estruturais, a investigação sobre os sem-abrigo deve partir deste pressuposto, contrariando a tendência para a investigação parcial e

procurando uma abordagem global, que enfatize os factores estruturais, mas também “dê voz” aos sem-abrigo (Clapham, 2003), considerando a situação na complexidade do comportamento humano (Christian & Abrams, 2003).

Convém realçar, que tanto as intervenções de resolução como as de prevenção da situação de sem-abrigo requerem a compreensão dos trilhos (*pathways*) e processos que estão na sua origem (Clapham, 2003; FEANTSA, 2005); assim como, a adaptação às mudanças que ocorrem, ao longo do tempo e entre comunidades, nos factores correlacionados com o problema dos sem-abrigo (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001).

O cálculo da prevalência de pessoas que passam pela situação de sem-abrigo é fundamental para se perceber a dimensão e para se poder dar resposta ao problema. Contudo, a situação de sem-abrigo é uma condição difícil de medir com precisão, não só devido à sua heterogeneidade, mas também por ser uma circunstância temporária na maior parte dos casos.

Uma forma apropriada de medir a situação de sem-abrigo será a contabilização do número de pessoas que já passaram pela situação ao longo do tempo (contagem de prevalência num período), em vez do número de pessoas sem-abrigo num dado momento (contagem pontual), visto que o número de pessoas que foram sem-abrigo nalgum momento da sua vida é muito superior ao número de pessoas que são sem-abrigo num dado momento (National Coalition for the Homeless, 2005f; Toro & Warren, 1999).

O cálculo da prevalência de sem-abrigo por longos períodos de tempo (de 5 anos a toda a vida) através de pesquisas de opinião pública tem revelado as estimativas mais elevadas (Toro & Warren, 1999).

No entanto, a maior parte dos estudos tem se limitado a contabilizar o número de pessoas que se encontram na rua, em abrigos, ou que utilizam outros serviços, subestimando a prevalência de pessoas sem-abrigo ao não reconhecer o número de pessoas em situação de precariedade habitacional (Toro & Warren, 1999). Porque nem todas as pessoas sem-abrigo vivem na rua, os serviços disponíveis não chegam para dar resposta a todas as pessoas sem-abrigo que precisam, e nas zonas menos urbanas existem poucos ou nenhuns abrigos e serviços de apoio, sendo as pessoas forçadas a viver temporariamente com amigos ou parentes, ou noutro tipo de condições precárias e inadequadas.

No estudo, já diversas vezes citado, efectuado em 27 cidades dos E.U.A, verificou-se que em 2004, 23% dos pedidos de entrada em abrigos de emergência não foram satisfeitos devido à falta de recursos, e que 32% dos pedidos de famílias foram negados (U.S. Conference of Mayors, 2004 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005f).

E das crianças e jovens identificadas como sem-abrigo pelo Departamento de Educação dos E.U.A em Fevereiro de 2000, apenas 35% viviam em abrigos; 34% viviam com amigos ou familiares, e 23% viviam em hotéis e noutros sítios, não sendo, portanto, de imediato reconhecidas como sem-abrigo (National Coalition for the Homeless, 2005f).

Ao estimar o número de sem-abrigo num dado momento, os estudos de prevalência pontual não têm em conta as pessoas que deixam de ser sem-abrigo nem aquelas que se tornam sem-abrigo, não identificam as pessoas que são sem-abrigo periodicamente, pelo que tendem a sobrestimar as pessoas que são sem-abrigo cronicamente, principalmente as que têm mais dificuldade em sair da situação, como os doentes mentais e os dependentes de substâncias (National Coalition for the Homeless, 2005f).

Neste sentido, Shinn et al. (1991a) alertam para as limitações dos estudos em que se fazem cortes transversais de amostras (por exemplo, quando se entrevistam pessoas que estão num abrigo). Consideram que existem dois problemas essenciais inerentes a este tipo de metodologia: tendência para confundir as causas e as consequências da situação de sem-abrigo; e tendência para a sobre representação de pessoas sem-abrigo por longos períodos, na medida em que as pessoas que foram sem-abrigo por pouco tempo deixam de fazer parte da amostra disponível, enquanto que as que são sem-abrigo por mais tempo continuam a ser amostradas. Tendo em conta que as pessoas sem-abrigo por mais tempo terão mais problemas psicológicos e sociais, do que as que conseguem encontrar habitação permanente mais rapidamente, este tipo de estudos sobrestimam tais problemas na população sem-abrigo.

Porém, um estudo mais recente de Toro et al. (1999) sugere que os investigadores podem focalizar a recolha das suas amostras de pessoas sem-abrigo em abrigos e em programas alimentares, porque verificaram que a maioria das pessoas sem-abrigo utilizou um abrigo (71-73%) no ano anterior, e que as que não recorreram aos abrigos foram encontradas nos programas alimentares (18-20%). As amostras recolhidas noutros contextos não encontraram números elevados de pessoas

que não utilizassem abrigos e programas alimentares. Alerta, porém, para o facto da recolha da amostra não dever verificar-se exclusivamente em abrigos ou em programas alimentares, porque as pessoas que utilizam um ou outro apresentam perfis diferentes; sendo que as pessoas que recorrem apenas aos programas alimentares têm menos tendência para a doença mental, relatam mais histórias de estabilidade habitacional, e apresentam menores níveis de stress. Deste modo, como alertam Shinn et al. (1991a), a focalização nos abrigos pode resultar em amostras com níveis elevados de distúrbios. Este estudo sugere também que, para se obterem amostras representativas, as amostras não devem ser recolhidas num único sítio, mas sim em múltiplos abrigos e programas alimentares.

Relativamente à confusão entre causas e consequências, é realmente difícil conseguir isolar os factores que estão na origem da situação de sem-abrigo dos seus efeitos (Anderson & Christian, 2003; Fitzpatrick et al., 2000 cit. por Clapham, 2003), porque, por exemplo, como já se viu no caso do abuso de substâncias, se uma situação pode conduzir a pessoa a ficar sem-abrigo, esta pode também colocar a pessoa em risco para determinado tipo de situações ou exacerbá-la. No entanto, a confusão entre causas e consequências da situação de sem-abrigo é mais frequente quando, devido à impossibilidade de manipulação das supostas causas de sem-abrigo, os investigadores inferem acerca das mesmas a partir de comparações entre amostras resultantes de cortes transversais na população sem-abrigo e grupos de comparação (Shinn et al., 1998).

Convém realçar, que outra limitação ao cálculo da prevalência de sem-abrigo é o facto de algumas pessoas sem-abrigo não serem facilmente localizadas pelos investigadores. Um estudo com pessoas que tinham sido sem-abrigo, efectuado nos E.U.A., revelou que os lugares mais comuns em que as pessoas literalmente sem-abrigo haviam estado eram os veículos (59,2%) e as habitações provisórias (24,6%), tais como, tendas, caixas, cavernas ou caixas de carros (Link et al., 1995 cit. por National Coalition for the Homeless, 2005f).

No que respeita aos serviços prestados aos sem-abrigo, estes têm tradicionalmente sido delineados a partir daquilo que se pensa serem as necessidades das pessoas sem-abrigo, havendo poucos estudos que questionem directamente as pessoas sem-abrigo sobre as suas necessidades.

Neste sentido, num estudo em que pretenderam aceder à utilização dos serviços comunitários, avaliar os serviços desejados e identificar factores

relacionados com a preferência, satisfação e utilização dos serviços, Acosta & Toro (2000) verificaram que a segurança física e a educação foram consideradas mais importantes que a habitação acessível; e que o transporte, o tratamento médico/dentário, a informação de cuidados de saúde e a formação profissional foram consideradas igualmente importantes à habitação acessível. Áreas que são normalmente negligenciadas nas políticas e nos programas desenvolvidos para os sem-abrigo.

Sousa & Almeida (2001), num estudo sobre a satisfação e necessidades percebidas sobre os serviços, num abrigo de Lisboa, verificaram que para a maioria dos participantes os serviços disponíveis não correspondiam às suas necessidades, e que as necessidades mais referidas foram as mais imediatas, como alimentação, vestuário, abrigo, cuidados de saúde, emprego e informação e protecção dos direitos.

Estes estudos demonstram a importância dos estudos de satisfação com os serviços e de levantamento de necessidades, como forma de delinear respostas mais eficazes.

Relativamente aos modelos de investigação, verifica-se que a investigação sobre a situação de sem-abrigo na Europa e nos E.U.A. tem sido efectuada partindo de modelos e disciplinas diferentes. Na Europa, os estudos têm sido predominantemente na área da habitação, com influências da Sociologia e das Ciências Políticas, o que, apesar de dados em contrário (Scottish Executive Homelessness Task Force, 2000 cit. por World Health Organization, 2005), faz supor uma centralização em factores de ordem estrutural/social. Nos E.U.A. os campos que mais se têm debruçado pelos sem-abrigo são os da psicologia clínica e comunitária (Christian, 2003), pressupondo uma ênfase nos factores de ordem individual e comunitária.

O facto de o mesmo problema ser estudado com focalização em diferentes factores, embora até certo ponto seja benéfico, porque se têm diferentes visões de um mesmo problema; à medida que os conhecimentos sobre cada tipo de factores vão aumentando, conduz à necessidade de integração dos diferentes saberes, como forma de melhor compreender e intervir no problema.

Neste sentido, Anderson (2003) destaca que *“desafios chave para o futuro incluem o desenvolvimento de investigações verdadeiramente multidisciplinares e investigações verdadeiramente de comparação internacional, assim com grande*

*rigor científico tanto na investigação académica mais avançada como na investigação orientada para as políticas.”*

Sendo a Psicologia Comunitária “*um campo de investigação que se aninha na vida real, natural, das comunidades*” (Kelly, 2003); que usa várias perspectivas, tanto da Psicologia como de outras ciências, para aceder às questões das comunidades em todo o seu contexto, isto é, para aceder às diversas dimensões que afectam uma comunidade e, conseqüentemente, os indivíduos; e que procura compreender e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, das comunidades e da sociedade através de investigação e acção colaborativa; supõe-se que constitua uma mais-valia para integrar e aplicar as diferentes perspectivas e que, em última instância, possa contribuir de forma significativa para uma melhor compreensão e intervenção na experiência das pessoas sem-abrigo.

No entanto, a investigação comunitária deve garantir os seguintes princípios (Shinn, 2005): reflectir valores sociais, porque os valores ajudam a estruturar as questões de investigação; estar ligada à acção, procurando promover o bem-estar dos participantes; ser colaborativa, de forma a aproveitar o conhecimento e as visões dos participantes; ser complexa, isto é, apreender melhor a realidade através de estudos longitudinais e da complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos; estar focada no contexto, de forma a modificá-los para promover o bem-estar humano, para evitar confundir causas individuais e situacionais e para compreender os limites do que se pensa saber; e estar culturalmente ancorada, para compreender as diferentes experiências dos diferentes grupos.

As investigações sobre os sem-abrigo têm vindo a centrar-se nas razões que levam uma pessoa a tornar-se sem-abrigo, mas são necessários mais estudos que procurem perceber quais os factores que determinam a saída da situação de sem-abrigo.

De acordo com Toro (1999), o avanço mais significativo na investigação sobre os sem-abrigo desde a década de 1990 é o início de investigações de perspectiva longitudinal, de acompanhamento e de estudo dos casos ao longo do tempo, que ao permitirem examinar as mudanças ao longo do tempo, dão azo a conclusões mais consistentes acerca do problema, sendo portanto esta uma tendência de investigação a manter e a desenvolver.

Uma vez que as políticas e ideologias de segurança social actuais, não só têm um grande impacto nas causas da situação de sem-abrigo, como influenciam o nível

de provisão/apoio disponível pelo Estado-providência, constituindo mais um dos componentes do contexto onde se desenrola o problema, deve-se seguir a tendência nos estudos sobre os sem-abrigo no Reino Unido de interpretação do problema face a essas políticas (Neale, 1995, 1997a, 1997b cit. por Anderson & Christian, 2003).

### Prevenção

A maior parte das medidas que têm sido desenvolvidas para resolver o problema dos sem-abrigo – nomeadamente a criação de abrigos e de serviços alimentares, e as institucionalizações – têm sido úteis para minorar o impacto da situação de sem-abrigo nas pessoas afectadas, mas têm sido pouco eficazes em termos de resolução e de prevenção (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001; Sousa & Almeida, 2001).

Isto porque, embora as estruturas que proporcionem apoio de emergência a quem se torna sem-abrigo sejam fundamentais, a criação de serviços que preencham as necessidades das pessoas quando já estão em situação de sem-abrigo não é suficiente para resolver o problema, sendo necessárias estratégias nacionais de prevenção (Burt, 2001).

Para delinear estratégias de prevenção eficazes, há que basear-se na avaliação precisa da dimensão do problema (Edgar, 2005), e identificar os factores que prevêm com rigor o fenómeno (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001). Porém, como já se viu, a situação de sem-abrigo tem diversos factores causais, pelo que será necessário considerar os diferentes factores de risco na sua interacção e delinear uma série de estratégias.

Quando se pensa em prevenção da situação de sem-abrigo, um dos objectivos é desde logo evitar novos casos – prevenção primária. E de facto, a forma mais eficaz, tanto em termos económicos como humanos, de pôr fim à situação de sem-abrigo é prevenir a sua ocorrência. Os programas de prevenção devem pois, ajudar as pessoas em risco de perderem a sua habitação e evitar que outras fiquem em risco.

No entanto, a prevenção diz também respeito à identificação e resolução precoce de casos já existentes – prevenção secundária; e à identificação e resolução de casos de sem-abrigo de longa duração (crónicos) – prevenção terciária.

Num estudo em que procuraram identificar as características das pessoas que são sem-abrigo pela primeira vez, Goering et al. (2002), encontraram mais

semelhanças do que diferenças entre estas e as pessoas com história de sem-abrigo, o que reforça mais a importância das estratégias de prevenção primária para promover a estabilidade habitacional.

No entanto, é de salientar que os programas de prevenção primária com os sem-abrigo não são susceptíveis de demonstração da sua eficácia ou impacto, mas sim dos seus resultados, porque ao não poderem abranger um grupo de controlo não podem demonstrar que a mesma coisa não se verificaria sem a intervenção do programa (Burt, 2006). Assim, uma forma de minimizar estes constrangimentos – importante de proceder a qualquer nível de prevenção – será o desenvolvimento de estudos longitudinais de follow-up, como forma de verificar os resultados a longo prazo, e a aplicação dos mesmos programas em diferentes comunidades para se poder proceder a comparações (Burt, 2006; Shinn Baumohl & Hopper, 2001).

Para prevenir o prolongamento e a reincidência das situações de sem-abrigo existentes – prevenção secundária e terciária – há que dar resposta às necessidades básicas que as pessoas sem-abrigo manifestam, que de forma geral se traduzem na necessidade de habitação acessível, de rendimentos adequados e de cuidados de saúde (National Coalition for the Homeless, 2005i).

As estratégias de prevenção devem incluir recursos habitacionais, mas também serviços de apoio (Edgar, 2005) e estratégias de edificação comunitária (community-building) dirigidas aos factores sociais que contribuem para a situação de sem-abrigo, como a provisão de habitação acessível, melhoramento das escolas e fornecimento de serviços de apoio (Burt, 2001).

Através do estudo das estratégias preventivas utilizadas em diversas comunidades, Burt, Pearson & Montgomery (2005) identificaram 4 medidas de prevenção promissoras, passíveis de serem aplicadas tanto a nível primário, como secundário e terciário, e que podem ser usadas isoladamente ou em combinação, como parte de uma estratégia comunitária: subsídios de habitação; serviços de apoio a par de habitação permanente; mediação em julgamentos de casos habitacionais; e assistência em dinheiro para dívidas em atraso de rendas e hipotecas. Como medida de prevenção secundária, identificaram também a saída rápida dos abrigos.

Além de classificadas de acordo com a fase do problema na qual intervêm, as formas de prevenção podem também ser classificadas em função dos grupos a quem se destinam: universal, seleccionada e indicada (Mrazek & Haggerty, 1994 cit, por Shinn, Baumohl & Hopper, 2001).

### Prevenção Universal

A prevenção universal destina-se à população em geral, ou a pessoas em geral que se encontram numa situação ou numa fase particular da vida, e parte do pressuposto que a situação de sem-abrigo resulta da pobreza, donde a sua resolução requererá a longo prazo o combate à pobreza através de estratégias de desenvolvimento comunitário (emprego, formação profissional, habitação e serviços sociais).

Como a pobreza funciona como um ciclo, sendo frequente passar de uma geração para a outra, ao adoptarem-se medidas de resolução da pobreza nas famílias, está-se simultaneamente a prevenir o prolongamento da pobreza nas gerações seguintes.

Uma vez que a falta de oportunidades educacionais é uma das causas da pobreza – visto que as pessoas com educação inferior têm menos oportunidades de emprego –, a promoção da escolaridade deverá ser uma das medidas prioritárias. A sua operacionalização deverá englobar programas de educação de adultos, de formação profissional e de promoção do sucesso escolar nas crianças e jovens. Supõe-se que será uma medida com impacto não só ao nível do desenvolvimento económico, mas também do desenvolvimento humano (por exemplo, é um facto reconhecido que a escolarização tem resultados ao nível dos cuidados proporcionados às crianças).

A doença mental e o alcoolismo são também problemáticas frequentes entre os mais pobres, como causas e como consequências da pobreza, que se prolongam por falta de recursos para as tratar, pelo que a disponibilização de tratamentos para estas condições terão impacto positivo ao nível da pobreza.

A adopção de medidas de prevenção por parte dos sistemas governamentais, deve englobar as seguintes formas (National Alliance to End Homelessness, 2003):

- Programas que providenciem cuidados e serviços a pessoas de baixos rendimentos, de forma a assegurar de forma consistente resposta às suas necessidades habitacionais.
- Assegurar que as instituições públicas (hospitais e prisões) dêem alta a pessoas que têm casa onde morar, o que pode ser conseguido através de planeamento de transição que garanta que as pessoas tenham habitação estável e meios para a manter.

- Os serviços de prestação de cuidados (escolas, centros de saúde, etc.) podem prevenir situações de abrigo, se tiverem em atenção a estabilidade dos seus utentes, particularmente dos que estão em maior risco de sem-abrigo devido a dificuldades pessoais, como a falta suporte familiar, rendimentos muito baixos, doença mental, entre outras.

Estas e outras estratégias de ordem universal podem também ser aplicadas eficazmente de forma selectiva, se aplicadas a zonas específicas (comunidades) que evidenciem mais necessidades (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001). Pois, embora sejam fundamentais estratégias nacionais, as comunidades têm um papel fundamental na prevenção/intervenção face à situação de sem-abrigo, na medida em que são afectadas pelo problema e pelo seu impacto negativo, detêm um conhecimento privilegiado do contexto e das necessidades, e estão mais próximo de quem precisa.

A aplicação de medidas universais de forma selectiva torna a avaliação mais fácil, pois permite a comparação de comunidades nas quais foram aplicadas, com outras comunidades em que não houve intervenção.

Contudo, embora as medidas de prevenção universal sejam mais equitativas, a sua aplicação exige custos que podem ser direccionados para pessoas que efectivamente estão em risco, e mais provavelmente se tornarão sem-abrigo se não forem alvo de intervenção (Burt, Pearson & Montgomery, 2005), pelo que a sua aplicação deve depender de uma opção estratégica ponderada e consciente de gestão de recursos.

#### Prevenção Selectiva e Indicada

A prevenção selectiva dirige-se a pessoas em risco por pertencerem a determinado grupo, como pessoas com baixos rendimentos que têm dificuldade em pagar casa, pessoas pobres em fases específicas da vida (por exemplo, jovens grávidas), ou zonas de onde advêm muitas pessoas sem-abrigo.

As estratégias de prevenção selectiva mais eficazes passam essencialmente pela atribuição de subsídios de habitação (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001).

A prevenção indicada destina-se a pessoas em risco devido a características individuais, e pode ser operacionalizada através das seguintes estratégias (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001): serviços de apoio para indivíduos deficientes ou

diminuídos; rendimentos para pessoas diminuídas impossibilitadas de trabalhar (por exemplo, doentes mentais graves); e programas para evitar despejos (Edgar, 2005).

Efectivamente, alguns dos programas comunitários que têm demonstrado ser eficazes na prevenção da situação de sem-abrigo incluem medidas de prevenção selectiva e indicada: negociação com os senhorios; fundos que permitam resolver a curto prazo problemas habitacionais; medidas que encorajem os construtores a construir ou renovar propriedades acessíveis e atractivas; ajudar os gerentes a assegurar boa manutenção e reparação; medidas que ajudem a desenvolver competências de gestão financeira pessoal e familiar, a estabelecer ou restabelecer histórias de aluguer e de bom crédito, e a conservar habitação (Burt, 2001).

As estratégias de prevenção selectiva e indicada tendem a ser mais eficientes do que as universais, quando se consegue identificar o grupo de risco e se tem a possibilidade de intervir com ele (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001). A identificação de grupos de risco pode ser feita a partir de factores causais identificados na literatura (Burt, Pearson & Montgomery, 2005) e através de diagnósticos comunitários; e as intervenções através de programas de intervenção comunitária.

No entanto, as estratégias de prevenção indicada, tendem a abranger uma pequena proporção de todos os sem-abrigo, pelo que os programas de prevenção selectiva são os mais indicados.

Partindo do princípio da prevenção selectiva, diversos países Europeus, como a Suécia, França, Itália e Portugal têm investido na regeneração de bairros problemáticos (Edgar, 2005).

De acordo com Burt (2001), *“quando uma comunidade assegura que existe habitação dentro de uma gama razoável de preços, proporciona aos seus membros trabalhos com salários de subsistência, fornece escolaridade de qualidade para desenvolver a capacidade dos indivíduos de manter bons trabalhos, e proporciona outros apoios aos indivíduos e famílias, as pessoas podem manter habitação estável”*.

No entanto, é fundamental que as comunidades assegurem programas de prevenção de emergência, enquadrados num plano estratégico de luta contra a situação de sem-abrigo. Esses programas de prevenção de emergência devem englobar as seguintes medidas (National Alliance to End Homelessness, 2003):

- Estratégias de prevenção de despejos: assistência nos alugueres e nas hipotecas, gestão de casos e intervenção junto dos senhorios;

- coordenação e partilha de informação entre quem fornece assistência de emergência, de forma a maximizar os recursos;
- fornecimento de subsídios de habitação a prazo, até que as famílias se tornem financeiramente estáveis;
- combinação de assistência de emergência com gestão de caso, para reduzir o risco futuro de ficar sem-abrigo;
- focalização dos esforços de prevenção de assistência de emergência nos bairros/zonas de onde seja originário um número muito elevado de pessoas que procuram abrigo.

### Formas de Intervenção

Pôr fim ao problema dos sem-abrigo exige que as comunidades adotem simultaneamente políticas de prevenção de novos casos e de resolução dos casos já existentes.

A forma como a situação de sem-abrigo é conceptualizada tem um papel importante na interpretação que dela se faz, e determina as intervenções adoptadas para a sua resolução; que fundamentalmente, podem ter duas formas essenciais, as políticas e as intervenções práticas (Christian, 2003), estando as últimas dependentes, na maior parte das vezes, das primeiras.

Se considerada enquanto traço individual, o que se pode fazer passa por torná-la mais confortável, com abrigos com mais condições. Mas se a situação de sem-abrigo for um estado temporário “*podemos estar motivados para proporcionar os recursos que podem eliminá-la*” e “*esforçar-nos por preveni-la*” (Shinn, 1997).

Os dados indicam que os factores que explicam a existência de pessoas sem-abrigo – principalmente nos casos de sem-abrigo literal –, não são apenas estruturais, mas também não são apenas resultado de características individuais, e sim resultado da complementaridade entre factores; e que, na maior parte dos casos, a situação de sem-abrigo tende a ser um estado transitório (Shinn & Tsemberis, 1998).

Parece haver evidências de que apenas 10 a 20% dos utilizadores de abrigos são sem-abrigo crónicos – que estão na situação de sem-abrigo durante longos períodos ou experimentam episódios repetidos (Kuhn & Culhane, 1998 & Caton et al., 2005 cit. por Hwang, 2006); e que, em 2005, apenas 23% dos sem-abrigo nos E.U.A. eram-no de forma crónica (National Alliance to End Homelessness, 2007).

Deste modo, está justificada a necessidade de estratégias de resolução de casos já existentes, para além de medidas de atenuação do desconforto e do mal-estar decorrente da situação.

A intervenção a nível comunitário pode englobar diversas medidas, e idealmente deve resultar de parcerias entre entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos.

### Criação de um Sistema de Dados

Qualquer intervenção exige o conhecimento da natureza e a dimensão do problema, assim como quem por ele é afectado. Deste modo, é eficaz o desenvolvimento de sistemas de documentação/informação (bases de dados) para medir e monitorizar o fenómeno dos sem-abrigo, de forma a identificar e controlar as tendências do problema e os perfis da população sem-abrigo, para se poder desenvolver políticas de luta mais apropriadas, planear soluções, implementar medidas de prevenção, medir os resultados, calcular os custos e melhorar os serviços (FEANTSA, 2006; National Alliance to End Homelessness, 2003).

Para tal, a FEANTSA (2006) sugere a uniformização dos procedimentos de avaliação através das seguintes orientações: 1) desenvolver uma tipologia compreensiva do fenómeno de sem-abrigo, a partir da qual será seleccionada a população-alvo para a recolha de dados (por exemplo, a ETHOS 2006 – Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional; Anexo A, Tabela 3); 2) delinear uma classificação das organizações e organismos que proporcionam serviços à população-alvo; 3) identificar os beneficiários do sistema e o seu nível de uso; 4) criar e manter uma base de dados de tais organizações e organismos, que possam tornar-se fornecedores de dados; 5) determinar um conjunto padronizado de variáveis de registo a utilizar pelas organizações na base de dados; 6) criar condições para a partilha efectiva e segura de informação entre organismos; 7) assegurar um sistema de dados protegido, de colecção de dados estatísticos agregados do cliente, a nível regional e nacional.

Um sistema de dados deve garantir o acesso a informação sobre o número de pessoas sem-abrigo, as suas necessidades, a duração da situação, a relação da pessoa com os sistemas de apoio principais (públicos) e a eficácia das intervenções (National Alliance to End Homelessness, 2003).

### Medidas de Saída e de Abrevação da Situação

As comunidades devem dispor de sistemas de saída da situação de sem-abrigo, que permitam reduzir as barreiras e encorajar a entrada de pessoas em serviços de habitação apropriada, ligados a serviços complementares apropriados.

É fundamental abreviar o tempo que as pessoas permanecem em situação de sem-abrigo e prevenir reincidências, o que pode ser feito através da existência de abrigos e de habitações de transição (National Alliance to End Homelessness, 2003).

Os abrigos permitem dar resposta às situações de sem-abrigo episódicas e temporárias, proporcionando ajuda de emergência a quem precisa (Burt, 2001).

Num estudo sobre os factores que diferenciavam as pessoas sem-abrigo que recorrem a serviços de abrigo dos que não o fazem, optando por pernoitar na rua, identificaram-se quatro características de ordem individual: experiência de tratamento psiquiátrico ordenado pelo tribunal, tendência para o consumo de álcool, origem étnica, e maior frequência de trabalho diário (Larsen et al., 2004). Conhecer os padrões de utilização dos serviços – quem os usa, em que situações e com que frequência – permite reajustá-los, de forma a melhor responder às necessidades dos utentes e da população sem-abrigo em geral.

Os abrigos e serviços de transição devem garantir recursos de prevenção de novos episódios, e permitir a transição para habitação permanente o mais rápido possível (National Alliance to End Homelessness, 2003).

### Modelo de habitação de transição (*Transitional Housing*).

Embora o acesso a habitação se tenha vindo a revelar decisivo na resolução do problema dos sem-abrigo, o rápido retorno a habitação permanente pode não ser apropriado para todas as pessoas. Algumas podem beneficiar da estadia temporária em residências, que congreguem serviços de apoio intensivo para ajudá-los a lidar com desafios específicos; como parece ser o caso das famílias em que as mães abusam de substâncias e das mulheres que saíram recentemente de situações de violência doméstica (National Alliance to End Homelessness, 2006a).

O modelo de Habitação de Transição – normalmente conhecido como modelo de Continuum de Cuidados (*Continuum of Care*) – parte do princípio que as pessoas sem-abrigo devem primeiro desenvolver a estabilidade, confiança e competências necessárias à manutenção de habitação permanente, antes de a adquirirem. As pessoas vão então passando por uma série de situações habitacionais cada vez mais

independentes, que partem do abrigo de emergência até à habitação permanente, transição essa que é acompanhada de serviços de apoio intensivos, que lhes proporcionam um ambiente de vida apoiado e ferramentas e oportunidades para o desenvolvimento de competências, mas também limites à duração da sua estadia.

Numa primeira fase, as pessoas permanecem num abrigo de emergência, onde dispõem de colocação temporária segura, e se preparam para a mudança para habitação mais estável, que se verifica quando alcançam determinados objectivos (normalmente ao fim de 90 dias).

Posteriormente, e ao longo de um período até 24 meses, as pessoas passam por habitações de longo termo com vários graus de serviços de apoio, que lhes proporcionam um período de estabilidade enquanto tratam as causas subjacentes da situação de sem-abrigo. A última meta do modelo de transição é a habitação permanente.

Os serviços de apoio pretendem ajudar as pessoas sem-abrigo a viver independentemente e incluem tratamentos de abuso de substâncias, formação profissional, emprego preparado, aulas práticas de gestão de orçamentos, aulas de parentalidade e de cuidados infantis, entre outros.

Habitualmente, os programas dirigidos a pessoas sem-abrigo com doença mental e/ou abuso de substâncias exigem que as pessoas se comprometam a fazer tratamentos para as suas problemáticas; e a progressão habitacional está dependente da evolução dos tratamentos.

Uma vez que os programas de habitação de transição parecem implicar mais recursos financeiros, devem ser dirigidos a indivíduos ou famílias em situações particularmente difíceis. Estes programas não devem colocar barreiras nem requisitos de entrada, que resultem na exclusão das pessoas que mais precisam, mas as pessoas devem poder escolhê-los voluntariamente de entre uma série de opções disponíveis (National Alliance to End Homelessness, 2006a).

### Medidas de Realojamento Rápido e de Habitação Permanente

O realojamento rápido exige a existência na comunidade de serviços de procura de habitação e de colocação habitacional, disponíveis para realojar rapidamente as pessoas na eminência de perderem a sua habitação, ou que já estão em situação de sem-abrigo, e querem adquirir habitação permanente.

Tais serviços devem garantir as seguintes medidas (National Alliance to End Homelessness, 2003).

- Procura de habitação por pessoal especializado, que conheça o mercado habitacional e tenha relações com os senhorios;
- marketing e incentivos para o senhorios alugarem as habitações a pessoas sem-abrigo;
- garantir aos senhorios mediação por parte dos serviços nos problemas com os inquilinos;
- acesso a subsídios para agregados familiares com rendimentos extremamente baixos;
- coordenação com os serviços de apoio, para assegurar que as necessidades das pessoas sem-abrigo são satisfeitas uma vez que estejam instaladas em habitação permanente;
- trabalho periódico de acompanhamento para prevenção de crises e de reincidências;
- resposta a problema de crédito.

Para dar resposta às necessidades dos mais pobres e dos sem-abrigo crónicos, as comunidades devem assegurar a provisão suficiente de habitações acessíveis e de habitação apoiada permanente.

As habitações acessíveis podem ser garantidas pelos municípios, por exemplo através do requerimento aos construtores de uma certa quantidade de construção deste tipo de casas, em função da totalidade de fogos construídos.

Nolan e colegas (2005), na avaliação que fizeram da Family Permanent Supportive Housing Initiative (FPSHI), um programa que proporciona habitação acessível e serviços de apoio a famílias, verificaram que esta parece ser uma solução eficaz para estabilizar famílias em situação crónica de sem-abrigo.

A habitação apoiada consiste na provisão de habitação independente associada a serviços de apoio compreensivos, e pode ser concretizada através da atribuição de subsídios pelas autoridades locais e do assegurar dos serviços de apoio em parcerias com outras entidades existentes na comunidade (National Alliance to End Homelessness, 2003).

### Modelo de habitação primeiro (*Housing First*).

Um factor determinante para a eficaz saída da situação de sem-abrigo é o rápido acesso a habitação, o que exige uma forma de habitação com poucas regras ou exigências, nomeadamente de tratamento. A habitação por si só, ao proporcionar mais sentimentos de segurança induz uma maior probabilidade de participação em tratamentos (National Alliance to End Homelessness, 2003).

O modelo de Habitação Primeiro é uma abordagem de habitação apoiada que se centra em proporcionar habitação rápida às pessoas sem-abrigo, e em seguida fornecer-lhes serviços que necessitem. O que o diferencia de outros modelos é a focalização primária e imediata na ajuda ao acesso rápido, e à manutenção, de habitação permanente e não limitada no tempo (National Alliance to End Homelessness, 2006b).

Após a colocação habitacional são distribuídos uma série de serviços para promover a estabilidade habitacional e o bem-estar individual. Contudo, a habitação não depende da submissão aos serviços, mas sim do cumprimento de um contrato de arrendamento padronizado. Os serviços de apoio são fornecidos em função das necessidades individuais, são limitados no tempo ou de longa duração, dependendo dessas mesmas necessidades, e têm como objectivo principal ajudar a manter a habitação.

Os programas do modelo Habitação Primeiro têm sido aplicados com sucesso nas pessoas sem-abrigo com doença mental e/ou abuso de substâncias.

As pessoas com doença mental são um grupo da população sem-abrigo que tende a permanecer cronicamente em situação de sem-abrigo, alternando entre as ruas, os abrigos e as instituições (Hopper et al., 1997 cit. por Gulcur et al., 2003), por existirem poucos programas preparados para dar resposta às suas necessidades nas primeiras fases da recuperação (Osher & Draque, 1996 cit. por Gulcur et al., 2003). Efectivamente, muitos permanecem sem-abrigo devido tanto à desconfiança no sistema que fracassou com eles, como à preferência pela independência da vida na rua em vez dos programas habitacionais restritivos (Asmussen et al., 1994; Osher & Draque, 1996 cit. por Gulcur et al., 2003).

Gulcur et al. (2003) analisaram um programa do modelo *Housing First* – e compararam-no com programas mais tradicionais – modelo de transição *Continuum of Care*.

O programa específico analisado no estudo – *Pathways to Housing, Inc.* – proporcionava aos consumidores de substâncias acesso imediato a apartamentos independentes e serviços de apoio, sem exigir a abstinência de substâncias ou o tratamento psiquiátrico (Tsemberis & Asmussen, 1999 cit. por Gulcur et al., 2003).

Nos programas do modelo de *Continuum of Care* analisados, os utentes começavam por aceder a centros em que lhes eram feitas determinadas exigências: para se poderem inscrever em programas residenciais, os utentes tinham que se comprometer à abstinência de álcool e drogas e à participação em tratamentos de saúde mental, que eram consideradas condições determinantes para estarem preparados para o alojamento. O progresso na sua condição clínica conduzia a progressos através de uma série de condições de vida com vários níveis de apoio no local, antes de reunirem os requisitos para condições de vida independentes. (Gulcur et al., 2003).

No seu estudo, Gulcur et al. (2003) constataram o sucesso do programa do modelo *Housing First* na redução tanto das situações de sem-abrigo, como das hospitalizações psiquiátricas. Verificaram também que os beneficiários deste tipo de programa foram alojados mais rapidamente, permaneceram mais tempo alojados de forma estável, e passaram menos dias hospitalizados.

A análise dos dois tipos de programas na cidade de Nova Iorque, revelou uma taxa de 47% de retenção de alojamento num período de 5 anos no *Continuum of Care*; e uma taxa de 88% no *Housing First* (Tsemberis & Eisenberg, 2000 cit. por Gulcur et al., 2003).

Embora outras investigações tenham verificado, que as pessoas integradas em programas em que a provisão de habitação está dependente de tratamentos e da manutenção da sobriedade – modelo de habitação de transição –, utilizam mais os tratamentos para abuso de substâncias, tal não se traduz em diferenças nos padrões de consumo de substâncias nem de sintomatologia psiquiátrica (Tsemberis et al., 2004).

Tsemberis et al. (2003) também estudaram o impacto de dois programas experimentais para reduzir o número de pessoas sem-abrigo com doença mental e abuso de substâncias. Ambos os programas foram desenvolvidos por clínicos, investigadores e consumidores, seguindo a abordagem de Fairweather (Fairweather & Tornatzky, 1977 cit. por Tsemberis et al., 2003), que acreditava que os modelos inovadores deviam basear-se no acordo consensual entre todos os intervenientes.

Neste sentido, todos concordaram na importância da escolha do consumidor como base para os serviços proporcionados, e todos partilharam a crença de Fairweather de que a adaptação a um cenário não tem relação com a adaptação a outros cenários, e de que a reabilitação deve ocorrer no cenário em que as pessoas vão permanecer. No entanto, um dos programas seguia o modelo *Continuum of Care* e o outro o modelo *Housing First*.

No programa que se baseava no modelo *Continuum of Care*, mas no qual foram eliminadas as barreiras para o acesso aos serviços, verificou-se maior sucesso na redução de pessoas sem-abrigo do que nos programas tradicionais, mas ao fim de 24 meses apenas 38% dos participantes se encontravam em casas comunitárias. No programa de *Housing First*, em que as pessoas iam directamente da rua para apartamentos subsidiados, constatou-se que 79% das pessoas estavam estavelmente alojadas ao fim de 6 meses, comparadas com 27% no grupo de controlo (*Continuum of Care*).

Parece pois, que os programas para pessoas sem-abrigo com doença mental e/ou abuso de substâncias, que proporcionam acesso directo a habitação independente e serviços de apoio e tratamento na comunidade, mas que não fazem exigências de tratamento (programas de habitação apoiada), são mais eficazes na manutenção de estabilidade habitacional, do que os programas que seguem um modelo de sequência de colocação passo-a-passo dependente da evolução do tratamento (tratamento residencial linear) (Tsemberis, 1999). Além disso, parece que a habitação permanente independente com serviços externos, custa menos do que residências congregadas com serviços no local (Dickey et al., 1997 cit. por Gulcur et al., 2003).

Em suma, parece evidente que no caso das pessoas sem-abrigo com doença mental e/ou abuso de substâncias, um programa de intervenção eficaz será aquele que combine a habitação permanente, com o controlo dos serviços por parte dos utilizadores, e serviços de gestão do dinheiro (Shinn, Baumohl & Hopper, 2001).

No que respeita aos custos financeiros, parece haver evidência de que colocar as pessoas em habitação apoiada comporta pouco mais do que deixá-las sem-abrigo, em grande medida porque as pessoas sem-abrigo com doença mental grave revelam maiores taxas de utilização de hospitais psiquiátricos, que constituem serviços dispendiosos (Culhane et al., 2002 cit. por Gulcur et al., 2003).

### Habitação subsidiada

A habitação subsidiada é uma abordagem de intervenção mais simples, que consiste na simples provisão de subsídios para habitação, e pode ser destinada a pessoas sem-abrigo que não necessitem de serviços especializados, ou que os tenham na comunidade de forma independente.

Num estudo em que analisava os preditores da entrada de famílias em abrigos e a sua subsequente estabilidade habitacional, Shinn et al. (1998) verificaram que a situação de sem-abrigo foi uma fase pela qual as famílias passaram e não um estado permanente; que 4/5 das famílias que entraram num abrigo tinham o seu próprio apartamento 5 anos mais tarde e que 3/5 tinham residência estável; e que a habitação subsidiada foi o único preditor de estabilidade após saída do abrigo.

Num outro estudo longitudinal com famílias pobres e famílias sem-abrigo da cidade de Nova Iorque, Shinn et. al (1998) constataram que 80% das famílias sem-abrigo que receberam habitação subsidiada permaneceram na sua própria habitação nos 12 meses anteriores; enquanto apenas 18% das famílias que não receberam habitação subsidiada se encontravam estavelmente alojadas.

Para perceber o papel da habitação subsidiada na obtenção de estabilidade habitacional, Stojanovic et al. (1999) entrevistaram 233 famílias previamente ao seu primeiro ingresso em abrigos de emergência e voltaram a entrevistá-los 5 anos mais tarde. No momento de *follow-up*, constataram que 80% das famílias residiam no seu próprio apartamento e que apenas 3% continuavam em abrigo. Para a maioria, a estabilidade habitacional parece ter sido conseguida através da habitação subsidiada, visto que apenas uma minoria das famílias sem habitação apoiada conseguiu permanecer estavelmente alojada em apartamento próprio. O retorno aos abrigos foram frequentes nas famílias em situação de habitação precária, como a partilha de casa, mas foi rara nas famílias que dispunham de habitação subsidiada. Nestes casos, aconteciam devido a problemas graves nos prédios ou a questões de segurança na vizinhança.

Estes estudos, demonstram que a habitação subsidiada pode ser suficiente para pôr fim à situação de sem-abrigo em famílias, porque embora não resolvam todos os seus problemas, resolvem efectivamente o problema de estar sem-abrigo (Shinn & Tsemberis, 1998).

No entanto, Zlotnick e colegas (1999) verificaram que, além da habitação subsidiada, outra forma de apoios públicos fundamental para a transição da situação de sem-abrigo para a situação de habitação estável é a nomeação para rendimentos.

### Serviços de Apoio e Rendimentos

Após o realojamento é necessário garantir o acesso rápido a serviços de apoio, de forma a ajudar as pessoas a estabilizarem, assegurar a sua capacidade de manutenção da habitação e a promover a transição para serviços na comunidade.

As pessoas que vêm de programas de habitação de transição devem continuar a dispor dos serviços que tinham anteriormente, até necessitarem.

No caso das pessoas sem-abrigo crónicas, para garantir a manutenção da habitação permanente parece necessário que esta e os serviços estejam ligados.

Relativamente aos rendimentos, a comunidade deve ajudar as pessoas sem-abrigo a assegurar rendimento suficiente para adquirir e manter uma habitação, através do acesso rápido a emprego ou a benefícios, no caso das pessoas impossibilitadas de trabalharem ou de garantirem o dinheiro necessário para pagar a habitação. As pessoas sem-abrigo devem, por conseguinte, manter ligações de longa duração com os serviços de emprego (National Alliance to End Homelessness, 2003).

É de salientar, que ao considerar-se que o *empowerment* “*consiste em identificar, facilitar ou criar contextos em que as pessoas isoladas ou silenciosas possam ser compreendidas, ter uma voz e influência sobre as decisões que lhes dizem directamente respeito ou que de algum modo, afectem a sua vida*” (Rappaport, 1992 cit. por Ornelas, 1997); verifica-se que tanto as investigações sobre as necessidades das pessoas sem-abrigo, como as intervenções em que as pessoas têm influência e opção de escolha no seu delineamento e no caminho que querem seguir, são formas de empowerment das pessoas sem-abrigo.

A intervenção no problema dos sem abrigo requer uma abordagem, integrada, ecológica, da situação; com uma visão global das pessoas sem-abrigo e dos contextos onde se inserem.

Há que identificar, perceber e tentar resolver os problemas de ordem geral, isto é, os factores estruturais ou sociais que são transversais à maioria desta população. E para isso a intervenção não deve limitar-se a dar resposta imediata às

necessidades das pessoas, mas sim procurar influenciar os poderes políticos e de decisão de forma a serem desenvolvidas políticas de remediação das causas estruturais (Tompsett et al, 2003).

Mas, sendo a população sem-abrigo muito heterogénea, e tendo a maioria das pessoas sem-abrigo múltiplos problemas, supõe-se que necessite de recursos e serviços diferentes para sair da situação de sem-abrigo (Toro & Warren, 1999), pelo que há que também identificar e perceber os factores de ordem individual e desenvolver respostas individualizadas de base comunitária. O facto dos diferentes subgrupos de sem-abrigo evidenciarem diferentes causas individuais, demonstra que a esse nível beneficiariam de diferentes abordagens de intervenção. Por exemplo, uma jovem que foge de casa por maus-tratos precisa de habitação e de rendimentos, mas precisa também de suportes diferentes dos que devem ser disponibilizados para um homem com problemas de abuso de substâncias.

A Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2005) considera que as pessoas sem-abrigo necessitam de habitação saudável. Isto é, que precisam de condições e cuidados de saúde, de suporte social e de habitação apoiada, com alojamento em pequena escala (em vez de alojamento de grande escala em instituições), com assistência individualizada. Resumindo pois, muito bem, aquelas que parecem ser as necessidades essenciais e, portanto, os recursos fundamentais para enfrentar o problema dos sem-abrigo.

## FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O *Dicionário de Língua Portuguesa* (Universal, 2002) define sem-abrigo como sem casa, desalojado e vagabundo. E essa imagem dos sem-abrigo como sendo pessoas de rua, parece ser efectivamente a face mais visível de um problema que afecta pessoas com as mais variadas características e pelas mais variadas razões.

Embora a situação de sem-abrigo literal, ou de rua, seja um problema que atinge uma pequena percentagem da população, o facto de constituir uma situação no limite das condições de vida e dos direitos humanos, exige a luta para que nenhum ser humano se veja involuntariamente nessa situação, ou que, em última instância, disponha do suporte social para sair dela o mais rápido e eficazmente possível.

Como o limiar entre ser ou não sem-abrigo é muito ténue e ambíguo, o problema não deve ser considerado apenas na dimensão de sem-abrigo literal, mas em todo o contínuo de situações habitacionais precárias que colocam as pessoas em risco de ficar sem-abrigo. Esta é uma das tendências em termos de definição da situação de sem-abrigo (FEANTSA, 2006; Meert, Edgar & Doherty, 2004), e será a considerada neste estudo.

O presente estudo surgiu no âmbito de uma investigação transnacional sobre a prevalência ao longo da vida e a opinião pública sobre os sem-abrigo. Pretende pois avaliar a prevalência ao longo da vida da situação de sem-abrigo em Portugal, e aceder a diferentes dimensões da opinião pública, nomeadamente aos conhecimentos, opiniões e atitudes face ao problema e às pessoas por ele atingidas, através de entrevistas telefónicas.

Estimar-se-á a prevalência de sem-abrigo literal questionando os participantes se alguma vez ao longo da sua vida estiveram em situação de sem-abrigo. No entanto, considerar-se-á também as histórias de precariedade habitacional relatadas pelos participantes para o cálculo da prevalência global da situação.

Ao tratar-se de uma estimativa que engloba toda a vida dos indivíduos e não apenas um momento, prevê-se que alcance valores de prevalência mais elevados do que as contagens pontuais. No entanto, mesmo assim não contabiliza todos os eventuais sem-abrigo, porque não abrange agregados familiares sem telefone fixo, menores de 18 anos, e os actuais sem-abrigo.

O cálculo da prevalência de sem-abrigo é importante na medida em que permite ter noção do número de pessoas que são atingidas, tirar ilações sobre as causas do problema, e delinear e apoiar iniciativas de intervenção.

Se se querem intervenções que resolvam os problemas sociais/comunitários e que integrem as pessoas na sociedade/comunidade, é fundamental perceber a visão que a mesma tem desses problemas e das pessoas por eles afectadas. Neste sentido, o estudo da Opinião Pública constitui um método de investigação/acção que põe em evidência a perspectiva ecológica no problema dos sem-abrigo (Schlienz, 2002). Porque pretende aceder a informação, mas ao fazê-lo também envolve a população em geral no problema, faz as pessoas pensarem e sistematizarem ideias sobre o problema, e dar opiniões sobre a sua resolução.

Conhecer a opinião pública sobre o problema dos sem-abrigo pode constituir uma ferramenta para guiar os interventores e os políticos no delineamento de programas e políticas de intervenção mais prováveis de ser apoiados pela população em geral (Tompsett, 2006; Tompsett & Toro, 2004 *in press*). Ao perceberem-se as atitudes face ao problema dos sem-abrigo, podem prever-se os comportamentos relativamente às pessoas afectadas pelo problema e aos diferentes níveis e formas de intervenção.

A comparação da Opinião Pública entre países pode ajudar a compreender as razões subjacentes às diferentes taxas de prevalência do fenómeno (Tompsett & Toro, 2004 *in press*).

Neste estudo pretende-se confirmar o modelo de atitudes face aos sem-abrigo definido pela equipa de investigação nos E.U.A.. Na medida em que as atitudes dizem respeito a uma disposição interna do indivíduo face a um elemento do mundo social (grupo ou problema social), que orienta a conduta que ele adopta na presença, real ou imaginária, desse elemento, e que não pode ser directamente apreendida, necessitando do recurso a um instrumento composto por um conjunto de questões (Doron & Parot, 2001); supõe-se que a confirmação para a população portuguesa de um modelo de atitudes face aos sem-abrigo constituirá uma mais-valia para a investigação e intervenção no problema dos sem-abrigo.

Uma vez confirmado o modelo de atitudes, testar-se-á a existência de preditores demográficos das atitudes, isto é, da influência do sexo, idade, nível de escolaridade, nível de rendimento familiar, orientação política, e zona de residência nas atitudes. Assim como a influência de já ter sido pedinte, já ter sido sem-abrigo,

ter familiares e ter amigos sem-abrigo nas atitudes face aos sem-abrigo. Estes dados são úteis para a identificação de fontes de apoio a políticas públicas e programas de intervenção (Tompsett, 2006).

## MÉTODO

O estudo enquadra-se na investigação transnacional desenvolvida pelo Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.), sobre a prevalência e a opinião pública acerca dos sem-abrigo.

Na sequência das suas investigações sobre a opinião pública face aos sem-abrigo nos Estados Unidos, o referido grupo de investigação tem vindo a desenvolver desde 1999 o estudo em vários países desenvolvidos (França, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, Itália, Canadá, Japão e Polónia), através de parcerias inter-universitárias.

A investigação em Portugal surgiu na sequência de contactos entre o Prof. Doutor José Ornelas (ISPA) e a Doutora Marybeth Shinn (New York University,) que sugeriu o contacto com o Doutor Paul Toro (Coordenador do Research Group on Homelessness and Poverty), tendo este último proposto uma parceria para a realização da versão portuguesa do estudo.

Em Julho de 2004 foi criado o grupo de investigação – composto por colaboradoras em regime de voluntariado, todas alunas de diversos cursos do ISPA, e pela coordenadora da equipa e docente do ISPA, Mestre Maria João Vargas Moniz – e iniciou-se o processo de tradução e adaptação do instrumento. Contudo, a equipa foi sendo alargada ao longo do estudo com a integração de novas colaboradoras.

Em Janeiro de 2005 o projecto foi apresentado ao Centro de Investigação e Intervenção do ISPA, e, uma vez autorizado, iniciou-se em Junho de 2005 a recolha de informação.

Tratando-se de um estudo transnacional, o método seguiu os procedimentos dos estudos originais e das versões já efectuadas noutros países.

Os estudos de opinião pública pressupõem que esta é determinada tanto por circunstâncias permanentes (por exemplo, origem étnica, religião, estatuto económico e nível educacional) como por influências temporárias (por exemplo, impacto de acontecimentos actuais e efeitos de comunicações da comunicação social), e envolvem procedimentos para delinear uma amostra representativa da população sob estudo, baseando-se num critério não de tamanho, mas de representatividade.

## Participantes

Os participantes no estudo foram seleccionados através de uma lista aleatória de telefones fixos adquirida pelo Research Group on Homelessness and Poverty junto da *Portugal Telecom*, e enviada à equipa em Portugal. Os números constantes da lista foram gerados aleatoriamente, de forma a representarem todos os números de Portugal, incluindo os não constantes das listas telefónicas, e assegurando uma amostra representativa relativamente à área geográfica e à densidade populacional.

Foram excluídos da amostra todos os contactos realizados para empresas e estabelecimentos comerciais, por se pretender entrevistar pessoas contactadas apenas para casas particulares (agregados familiares).

As entrevistas foram realizadas mantendo-se o anonimato dos entrevistados. No entanto, no final de cada entrevista, quando questionados se pretendiam receber uma cópia do relatório do estudo, os participantes que respondiam afirmativamente (41%, Anexo B) tinham que indicar uma morada ou um e-mail para posterior envio do mesmo.

### Caracterização dos Participantes (Anexo B)

Foram entrevistados 74% participantes do *sexo feminino* e 26% do *sexo masculino* (GRÁFICO 1).

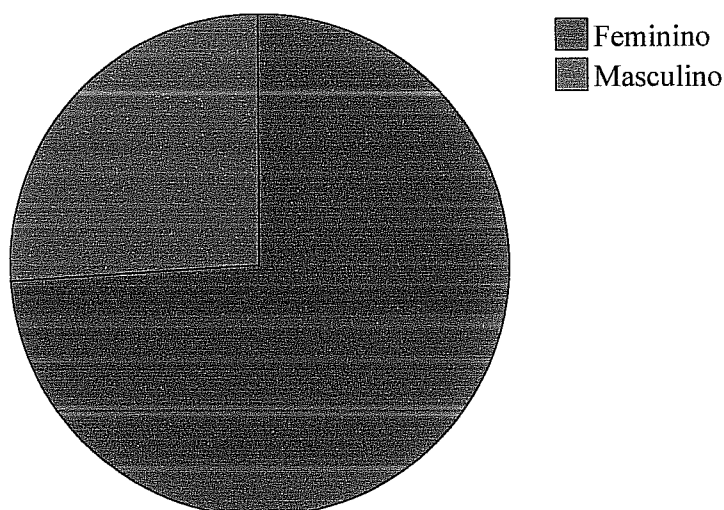


GRÁFICO 1: Sexo dos Participantes.

Uma vez que a população portuguesa é constituída por 52% de mulheres e 48% de homens (INE, 2002), verifica-se que a amostra não é representativa da população portuguesa relativamente ao sexo.

No que respeita à idade, verificou-se um predomínio da faixa etária dos 45 aos 64 anos (40%), seguida da dos de *mais de 64 anos* (22%), da dos 30 aos 44 anos (21%) e por último da dos 18 aos 29 anos (16,5%) (GRÁFICO 2).

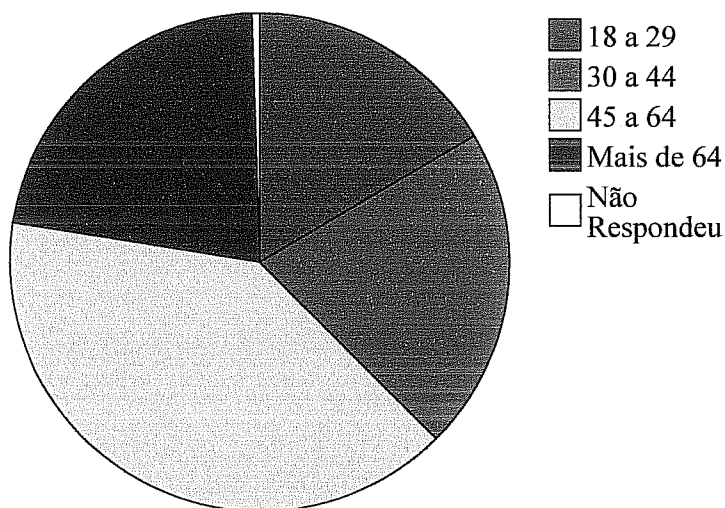


GRÁFICO 2: Idade dos Participantes.

O grau de escolaridade mais frequente foi o 4º ano (27%), seguido do *ensino secundário* (16%) e da *licenciatura* (12%). 32% dos entrevistados tinham um grau de escolaridade entre o 6º ano e o 12º ano e apenas 1% tinham *grau académico superior à licenciatura* (GRÁFICO 3).

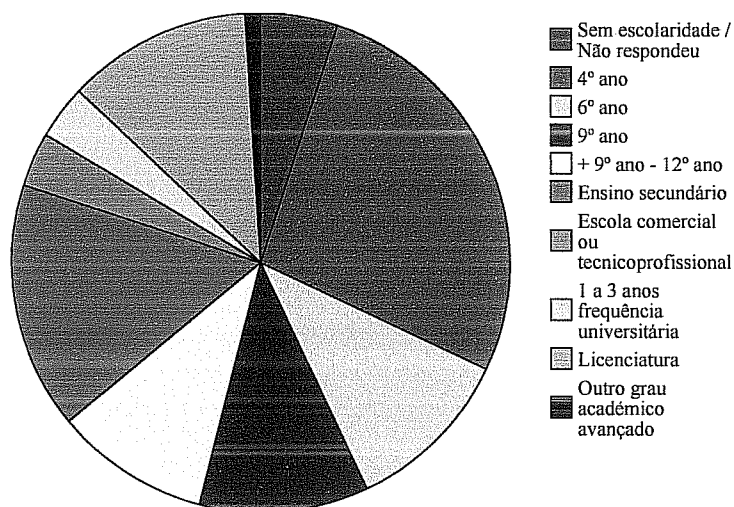


GRÁFICO 3: Grau de Escolaridade dos Participantes.

A distribuição do grau de escolaridade dos participantes não é muito diferente da real, visto que em 2001 35% da população portuguesa tinha o 4º ano, 16% o ensino secundário e 11% o ensino superior (INE, 2002).

Relativamente à etnia, 94% da amostra era *portuguesa* (GRÁFICO 4).

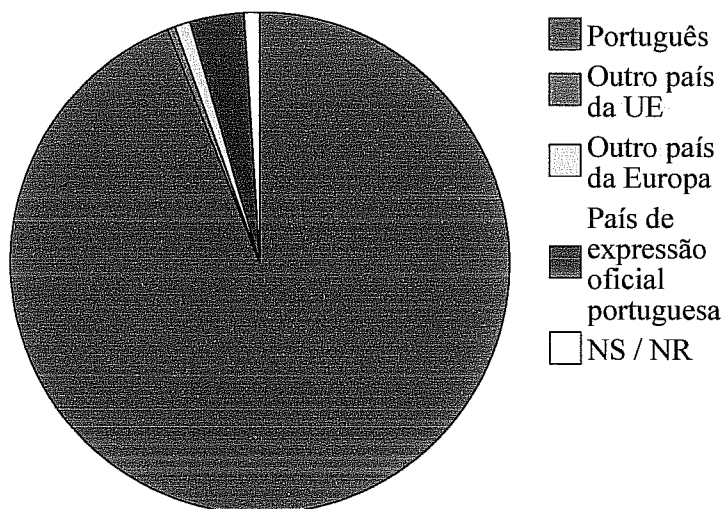


GRÁFICO 4: Origem Étnica dos Participantes

A ocupação mais frequente entre os entrevistados foi *desempregado/pensionista* (22,1%), seguido de *doméstica* (17,1%) e *estudante* (8,5%), o que representa uma taxa de 47.7% de participantes economicamente inactivos. Sendo a taxa de população economicamente activa em Portugal, em 2001, de 48.2% (INE, 2002), e englobando a nossa amostra apenas a população adulta, constata-se uma sobre representação deste grupo.

39% dos entrevistados não responderam à questão do rendimento familiar. Entre os que responderam o mais frequente foi ter um rendimento de *menos de €7,500* (31%), e tendo apenas 0,5% afirmado ter um rendimento familiar anual de *€50,000 ou mais* (GRÁFICO 5).

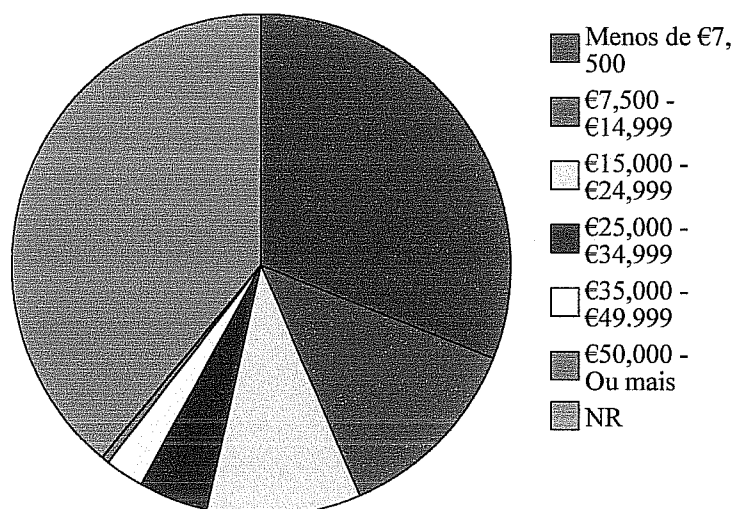


GRÁFICO 5: Rendimento Familiar Anual dos Participantes.

93,5% dos entrevistados estavam *recenseados na área de habitação* e 77,5% *votaram nas últimas eleições legislativas*.

Quanto ao partido, 23,6% consideraram-se do *Partido Socialista*, 20,6% do *Partido Social-Democrata*, 4,5% do *Partido Comunista*, 3% do *Partido Popular* e 2,5% do *Bloco de Esquerda*. 45,5% afirmaram ser de *outro partido ou não ter* (GRÁFICO 6).

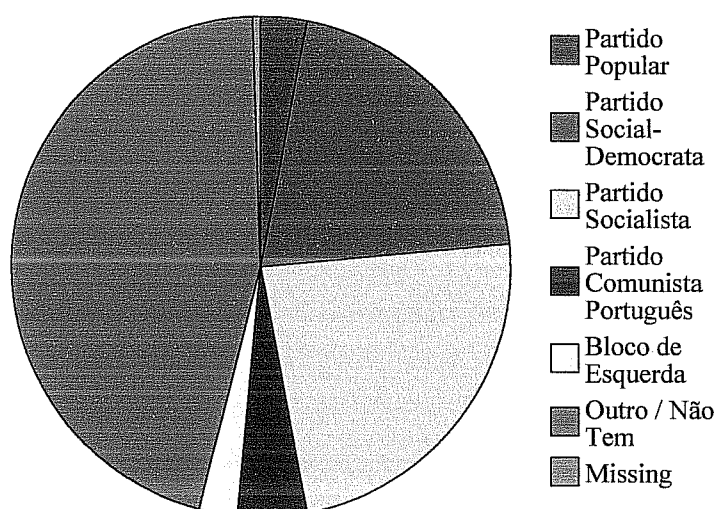


GRÁFICO 6: Partido Político dos Participantes.

84% dos entrevistados afirmaram ser de *religião católica* (GRÁFICO 7).

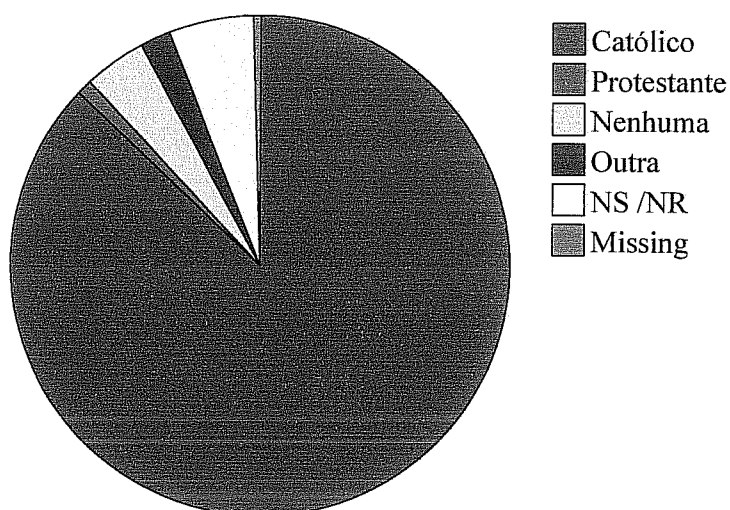


GRÁFICO 7: Religião dos Participantes

O concelho de residência dos entrevistados distribui-se entre 76 concelhos de Portugal Continental e Regiões Autónomas, com maior incidência nos concelhos de Lisboa (7,5%), Braga e Coimbra (ambos com 4,5%). Estão representados na amostra as duas Regiões Autónomas e todos os distritos de Portugal, à excepção do distrito de Bragança. Os distritos mais representados foram o de Lisboa (21,1%), Porto (13,6%), Braga (10,6%), Setúbal (10,6%) (GRÁFICO 8). Esta distribuição da amostra vai ao encontro da distribuição populacional real, na medida em que Lisboa, Porto, Braga e Setúbal são respectivamente os 4 distritos mais povoados de Portugal Continental, e Bragança o segundo menos povoado.

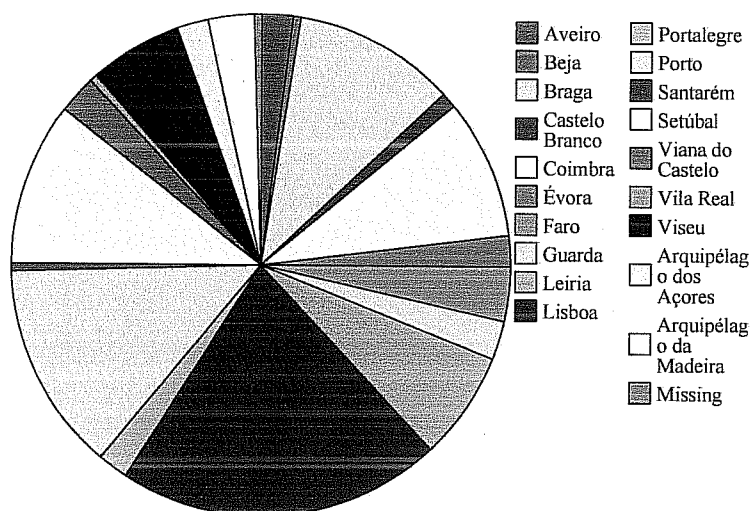


GRÁFICO 8: Distrito de Residência dos Participantes.

A dimensão do agregado familiar dos entrevistados variou entre 1 e 9 elementos, com mediana de 3 e moda de 2 (29,2%), e apresentando uma média de 3 *pessoas por casa* (GRÁFICO 9).

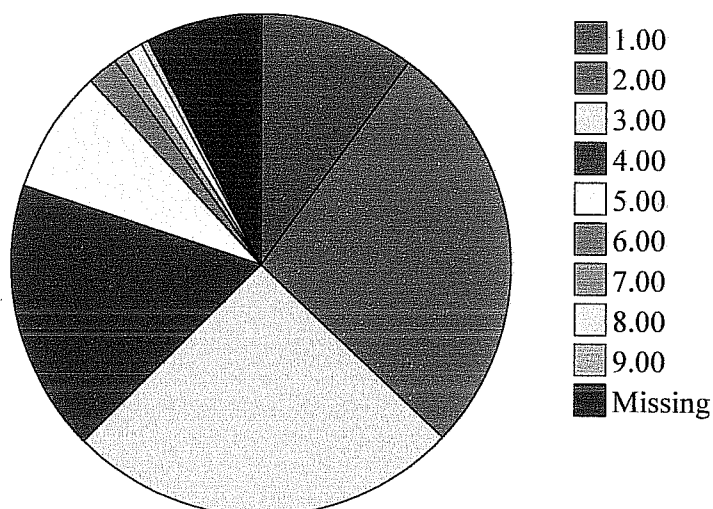


GRÁFICO 9: Dimensão do Agregado Familiar dos Participantes.

Em média cada agregado dispunha de 1,06 linha de rede telefónica e de 1,65 linhas de telemóvel.

9,5% dos entrevistados afirmaram existir no agregado familiar linhas telefónicas (fixas ou móveis) utilizadas apenas por um dos membros da família. Estes usavam em média 1,11 linhas de telefone fixo e 0,95 linhas de telemóvel; não tinham linhas de telefone fixo não usadas, mas em média não usavam 2,06 linhas de telemóvel, e sendo o mais frequente não usar uma linha de telemóvel (38,9%).

A maioria dos entrevistados fazia a maior parte das suas chamadas telefónicas pessoais por telefone fixo (65,2%) e a maior parte das suas chamadas telefónicas pela linha para a qual foi realizada a entrevista (80,4%).

### Instrumento

O instrumento utilizado – “A Perspectiva da População sobre as Pessoas Sem-Abrigo” (Anexo C) – resulta da adaptação de instrumentos desenvolvidos por Toro & McDonnell (1992) e Link et al. (1994, 1995) (Tompsett, et al.2006).

O questionário foi traduzido e adaptado para Português, de acordo com as normas internacionais.

A fidedignidade teste-reteste da versão portuguesa não foi avaliada, por o instrumento ter sido originalmente construído para ser usado num estudo transnacional, e de as adaptações nacionais nos diversos países terem vindo a cingir-se ao processo de tradução e adaptação (Tompsett et al., 2003).

No entanto, a avaliação efectuada por Toro & McDonell (1992, cit. por Tompsett et al., 2003; Tompsett et al., 2006) revelou uma fidedignidade de mais de 80% para todos os itens incluídos no corrente instrumento.

O questionário é composto por um total de 164 itens, que permitem aceder às atitudes, conhecimentos e opiniões dos entrevistados face à situação de sem-abrigo, assim como às crenças políticas relacionadas com a temática, às experiências pessoais de sem-abrigo e com pessoas sem-abrigo, e às características demográficas dos participantes.

Alguns dos itens dirigidos às atitudes dos entrevistados face à situação de sem-abrigo são questões de resposta fechada (por exemplo, “*Qual das seguintes instituições pensa que deve ser a mais responsável por ajudar a apoiar as pessoas sem-abrigo: Governo, Igrejas e Associações, ou As Próprias Pessoas Sem-Abrigo?*”), noutros são usadas escalas de Likert de 4 pontos (por exemplo, “*Quanto é que a falta de habitações a preços acessíveis contribui para o fenómeno dos Sem-Abrigo: Bastante, Um Bocado, Um Pouco ou Nada?*”).

Para se aceder às experiências pessoais de sem-abrigo, questionou-se o entrevistado se alguma vez se considerou sem-abrigo, seguindo-se com questões dirigidas a averiguar a idade na qual foi sem-abrigo, a duração da situação, e se se tratou de uma situação de sem-abrigo literal (dormir num abrigo ou num parque) ou de precariedade habitacional (dormir na casa de um amigo porque não tinha outro sítio para onde ir).

Para avaliar o conhecimento de características das pessoas sem-abrigo utilizaram-se medidas contínuas, solicitando aos entrevistados que estimassem a percentagem de sem-abrigo que partilha uma dada característica (por exemplo, “*Em cada 100 pessoas sem-abrigo, quantas são homens?*”).

Acedeu-se à importância da situação de sem-abrigo relativamente a outras questões questionando o participante se considerava determinado assunto (por

exemplo, “*Aumentar os gastos com a Educação*”) mais importante, igualmente importante ou menos importante que reduzir o número de pessoas sem-abrigo.

Embora tenha sido permitido aos entrevistados saltar questões a que preferiam não responder, foram usadas algumas hipóteses de respostas para prevenir respostas neutras. No entanto, muitos itens estavam codificados inversamente para evitar respostas tendenciosas (Tompsett et al., 2003).

Todos os itens tenderam a ser curtos, claros, directos e de fácil compreensão.

### Procedimento

O instrumento foi aplicado por telefone.

As entrevistas foram realizadas por 9 elementos da equipa de investigação, todos estudantes dos diversos cursos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (três licenciaturas, pós-graduações e mestrados) e decorreram entre Junho de 2005 e Julho de 2006. 21,5% (F=43) das entrevistas foram efectuadas pela *autora* da dissertação (Anexo D).

Os telefonemas foram feitos em diferentes alturas do dia, distribuindo-se a hora de início da entrevista entre as 10 e as 21 horas, com moda de 19 horas (29%) (GRÁFICO 10; Anexo D).

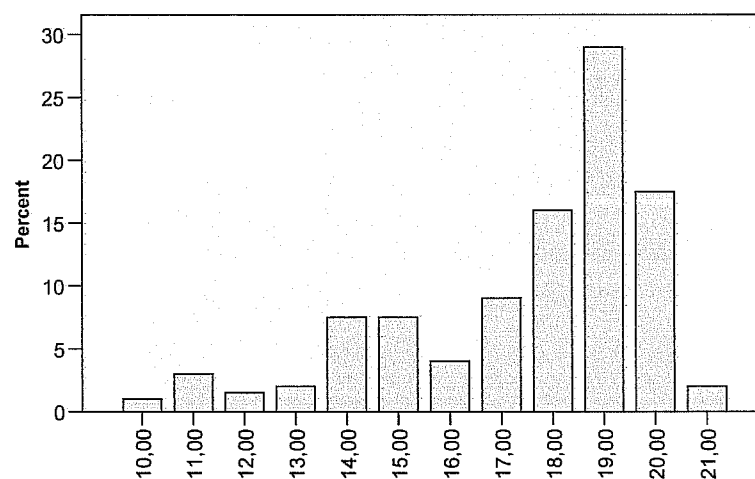


GRÁFICO 10: Horário das Entrevistas.

Uma vez estabelecido o contacto com o interlocutor, o entrevistador identificava-se e explicava o objectivo do telefonema, solicitando a sua participação num estudo anónimo com a duração de cerca de 15 a 20 minutos. Em caso afirmativo, procedia-se à aplicação do instrumento através de uma entrevista estruturada.

Todas as entrevistas foram realizadas integralmente para contactos realizados para telefones fixos (Anexo D).

A duração média das entrevistas foi de *30,8 minutos*, com uma moda de *30 minutos* (8,5%), duração mínima de *12 minutos* e duração máxima de *71 minutos* (Anexo D).

As entrevistas foram transcritas no momento da realização e posteriormente informatizadas para facilitar a recolha dos dados.

Durante a realização das entrevistas foram registadas as histórias de sem-abrigo ou precariedade habitacional referidas pelos participantes (Anexo E).

A obtenção das 200 entrevistas implicou a realização de 2214 chamadas telefónicas efectuadas para telefones fixos, distribuídas da forma descrita na TABELA 4. Pelo que, apenas 9% das chamadas telefónicas efectuadas resultaram em entrevistas completas.

| <b>Relatório de Chamadas</b>       |             |            |
|------------------------------------|-------------|------------|
|                                    | <b>F</b>    | <b>%</b>   |
| Entrevistas Completas              | 200         | 9          |
| Entrevistas Incompletas            | 45          | 2          |
| Não Quiseram Responder             | 474         | 21,4       |
| Não Atenderam o Telefone           | 992         | 44,7       |
| Voltar a Ligar                     | 73          | 3,3        |
| Fala Outra Língua                  | 4           | 0,2        |
| Estabelecimento Comercial (fax)    | 121         | 5,4        |
| Outros                             | 310         | 14         |
| - Já tinha respondido              | 1           | 0,05       |
| - Serviço Público                  | 1           | 0,05       |
| - Não tinha mais de 18 anos        | 11          | 0,5        |
| - N.º não disponível/ interrompido | 297         | 13,4       |
| <b>Total de Chamadas</b>           | <b>2219</b> | <b>100</b> |

TABELA 4: Relatório das Chamadas Telefónicas Realizadas.

### Análise de Dados

Para a análise estatística utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 14.0.

Depois de criada uma base de dados no referido programa, efectuou-se a análise estatística descritiva (Anexo F) referente a todos os itens do questionário.

Para o cálculo da prevalência das várias situações de sem-abrigo e de pedinte considerou-se a percentagem total de respostas na amostra.

De forma a avaliar a validade dos constructos do modelo de atitudes definido por Tompsett et al. (2006), procedeu-se à Análise Factorial Confirmatória através da Análise de Equações Estruturais realizada no programa AMOS, versão 7.

Para tal, foi necessário proceder à imputação de *missings* nos itens a utilizar. Os itens imputados tinham entre 1 e 2% de *missing values* e usou-se o método de regressão de imputação de *missings* com ajuste de resíduos.

Uma vez efectuada a especificação do modelo e a sua estimação, procedeu-se à avaliação da sua qualidade, tendo-se verificado que o modelo original (Tompsett et al., 2006) não se ajustava com qualidade aos dados do nosso estudo (Anexo G). Pelo que foi necessário efectuar o refinamento do modelo através do Método de Wald, que consiste na remoção de parâmetros livres, isto é, na remoção de algumas variáveis observáveis (itens), e avaliar a qualidade do ajustamento até se obter um modelo que se ajustasse com qualidade aos dados<sup>1</sup> (Anexo H).

<sup>1</sup> Parâmetros de Avaliação da Qualidade do Ajustamento do Modelo (Maroco, 2006):

|                           |   |                           |  |
|---------------------------|---|---------------------------|--|
| <b>X<sup>2</sup>/df:</b>  | <5 Ajustamento Sofrível<br><=2 Ajustamento Aceitável<br>~1 Ajustamento Bom  | <b>CFI</b>                | <0.9 Ajustamento Mau<br>0.9 – 1.0 Ajustamento Bom<br>=1 Ajustamento Muito Bom      |
| <b>RM SEA</b>             | >0.10 Ajustamento Inaceitável<br>0.10 – 0.05 Ajustamento Sofrível<br>0.05 – 0.01 Ajustamento Bom<br><0.01 Ajustamento Muito Bom | <b>PCFI</b>               | <0.9 Ajustamento Mau<br>0.9 – 1.0 Ajustamento Muito Bom<br>=1 Ajustamento Perfeito |
| <b>NFI</b>                | <0.9 Ajustamento Mau<br>0.9 – 1.0 Ajustamento Bom<br>=1 Ajustamento Muito Bom   | <b>GFI</b><br><b>PGFI</b> | <0.9 Ajustamento Mau<br>0.9 – 0.95 Ajustamento Bom<br>>0.95 Ajustamento Muito Bom  |
| <b>AIC</b><br><b>ECVI</b> | Quanto menores, melhor o modelo.  |                           |  |

Ao modelo obtido acrescentou-se um modelo hierárquico de 2ª ordem para confirmar constructos teóricos abordados, mas não testados, por Tompsett et al. (2006) (Anexo I), mas a sua estimação não revelou consistência.

Com os *scores* factoriais (pesos de regressão para a predição das variáveis não observadas a partir das variáveis observadas) do modelo final de 1ª ordem (Anexo H), calcularam-se os *scores* standardizados para cada factor, que se utilizaram para analisar o efeito das características dos participantes sobre os factores de atitudes.

Seguindo o estudo de Tompsett et al. (2006), pretendia-se utilizar os métodos de Análise de Variância Multivariada (MANOVA) e a Análise de Variância (ANOVA). A MANOVA para testar as variáveis independentes (características dos participantes) com as variáveis dependentes (factores de atitude) em simultâneo. E a ANOVA para identificar qual ou quais das variáveis dependentes seriam afectadas significativamente pelas variáveis independentes (Maroco, 2003).

No entanto, ambos os métodos exigem como condições de aplicação a Distribuição Normal das variáveis dependentes, e, uma vez que não a apresentavam, e os grupos eram de pequena dimensão, não permitindo a aplicação do Teorema do Limite Central<sup>2</sup>, usaram-se métodos não-paramétricos.

Para análises de dois grupos procedeu-se ao teste de Wilcoxon-Mann-Whitney, e para mais de dois grupos utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis.

Uma vez identificadas quais as variáveis independentes com efeito significativo sobre os factores de atitudes, procedeu-se à Comparação Múltipla de Médias de Ordens para detectar quais as amostras (níveis das variáveis independentes) que diferiam entre si.

De forma a testar se a prevalência de sem-abrigo ao longo da vida era independente da prevalência de ser pedinte ao longo da vida, utilizou-se o teste de Qui-Quadrado/Fisher. Como os dados estavam organizados numa tabela dois por dois e não reuniam as condições de aplicação do teste de Qui-quadrado<sup>3</sup>, aplicou-se como alternativa o teste de Fisher (Maroco, 2003).

---

<sup>2</sup> O Teorema do Limite Central considera que à medida que a dimensão da amostra aumenta, a distribuição da média amostral tende para a Distribuição Normal (Maroco, 2003).

<sup>3</sup>  $E_{ij} > 1$ , 80%  $E_{ij} \geq 5$ ,  $N \geq 20$  (Maroco, 2003).

RESULTADOS<sup>4</sup>

O problema dos sem-abrigo em Portugal tende a ser considerado pelos participantes, mais grave em *Portugal* (83% *Muito Sério*) do que na *cidade mais próxima* do local onde vivem o (43,5% *Muito Sério*) e do que no *concelho* de residência (36, 5% *Muito Sério*).

Verifica-se uma tendência pessimista em relação à evolução do problema em Portugal, com 69% da amostra a considerar que vai *piorar* e apenas 11% a esperar que *melhore* (GRÁFICO 11).

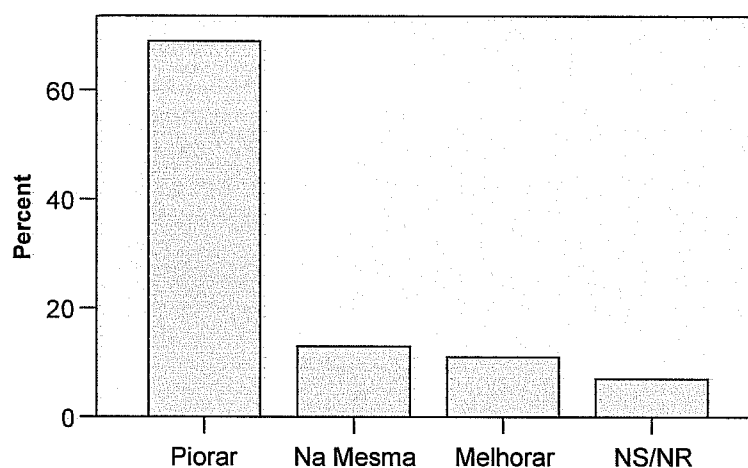


GRÁFICO 11: Evolução do Problema dos Sem-abrigo em Portugal.

No que respeita ao período médio de tempo que uma pessoa sem-abrigo em Portugal permanece nessa situação, apenas 41% da amostra conseguiu responder à questão. 17,5% dos participantes deram uma resposta quantitativa que correspondeu a uma média de 111,7 meses, uma mediana e uma moda de 120 meses (6,5%). 23,5% deu uma resposta nominal que variou entre *meses* e *toda a vida*, e que se traduziu em 17% a considerar que dura *muitos anos*, 2,5% a afirmar que dura *anos*, outros 2,5% *toda a vida* e 1,5% *meses*. No global, transformando todas as respostas em nominais, verificou-se que a maioria dos respondentes considera que as pessoas permanecem em situação de sem-abrigo durante *anos* (53,7%) (GRÁFICO 12).

<sup>4</sup> Os outputs da análise estatística descritiva podem ser consultados no Anexo F.

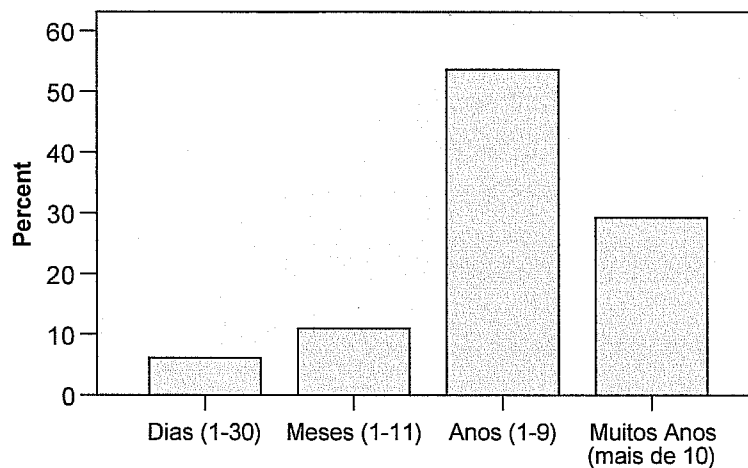


GRÁFICO 12: Período de Permanência na Situação de Sem-abrigo.

75,5% da amostra considera que quem deve ser mais responsável por ajudar os sem-abrigo deve ser o *Governo*, 13,5% as *Igrejas e Associações*, e apenas 8% considera que a responsabilidade deve ser da *própria pessoa* (GRÁFICO 13).

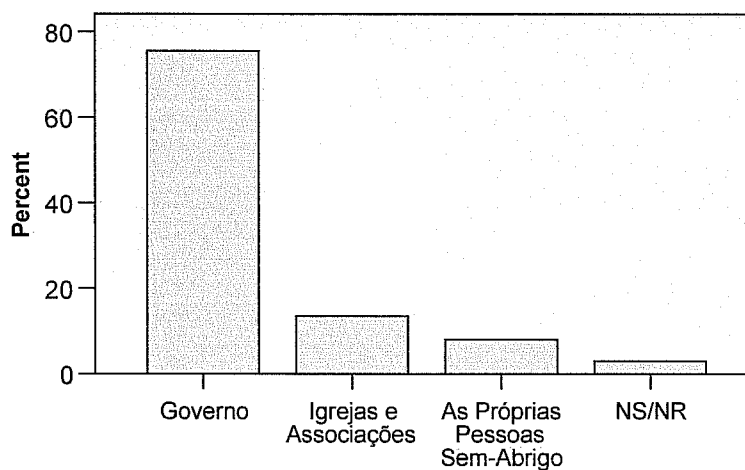


GRÁFICO 13: Quem deve ser Mais Responsável por Ajudar.

80% pensa que os financiamentos públicos para ajudar os sem-abrigo devem *aumentar* e 1% julga que devem *diminuir* (GRÁFICO 14).

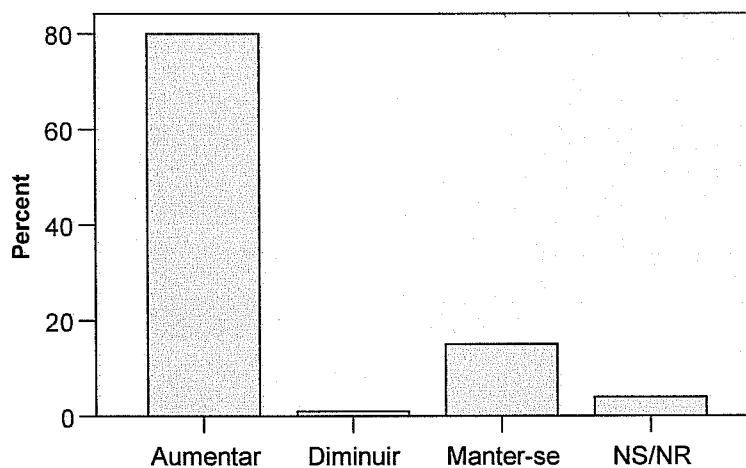


GRÁFICO 14: Financiamentos Públicos

A simpatia pelas pessoas sem-abrigo nos últimos 2 anos *manteve-se* na maioria da amostra (55%), *aumentou* em 38,5% e *diminuiu* em apenas 3,5%.

Quanto à responsabilidade pela situação, 57,3% considera que a principal responsabilidade é da *sociedade e do estado*, e 37,2% acham que a responsabilidade é da *própria pessoa* (GRÁFICO 15).

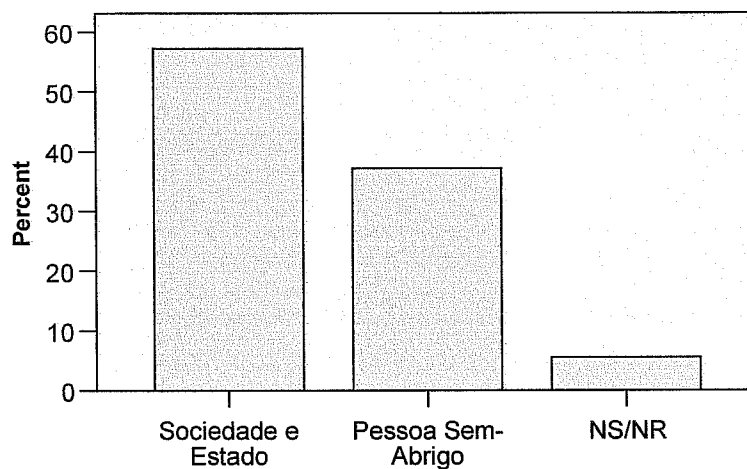


GRÁFICO 15: Responsabilidade pela Situação de Sem-abrigo.

79,5% da amostra já leu artigos sobre os sem-abrigo, enquanto 20,5% não leu *nenhum*.

Relativamente à importância da comunicação social na opinião acerca dos sem-abrigo, verifica-se que a maioria considera que a influência dos *media* é de

alguma forma *importante* (67,8%), dos quais 37,2% considera mesmo que é  *muito importante* (GRÁFICO 16).

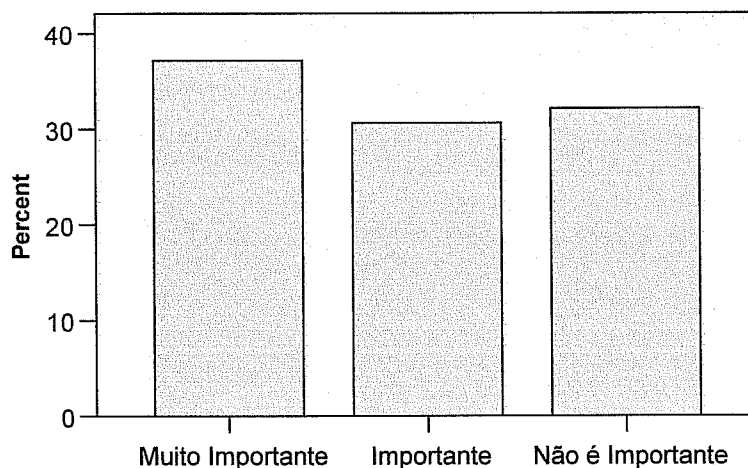


GRÁFICO 16: Importância da Comunicação Social.

39,5% dos entrevistados afirma que pessoas sem-abrigo lhe pediram dinheiro no ano passado *mais de 10 vezes*, 25% *3 a 10 vezes* e 24% *nunca*.

Quanto às vezes que deu dinheiro a essas pessoas, 39,7% deu *às vezes*, 34,4% *quase sempre* e 15,2% *nunca* deu.

3% da nossa amostra considera que já foi *pedinte* em algum momento da sua vida, dos quais todos referem que o foram *há mais de 5 anos* atrás (GRÁFICO 17). 0,5% dos participantes afirmam ter pedido dinheiro a desconhecidos numa situação pontual (Anexo E).

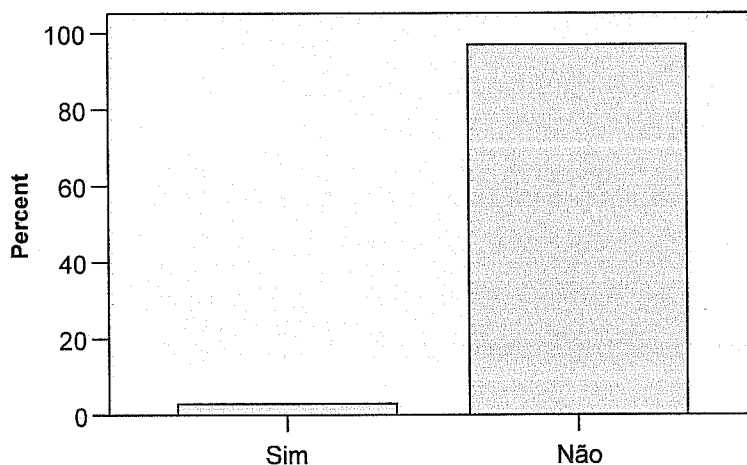


GRÁFICO 17: Pedinte ao Longo da Vida.

No que respeita ao número de pessoas sem-abrigo vistas no período de uma semana, 39,2% não viu *nenhum* e 12,6% viu *mais de 10*. Dos que viram *mais de 10*, a maioria viu *entre 10 e 50* (85,2%) e os restantes viram *entre 50 e 100*.

Quanto à frequência com que fala com a família e amigos sobre os sem-abrigo, o mais frequente é falar *às vezes* (45,7%) e o menos frequente o *nunca* falar (9,5%) (GRÁFICO 18).

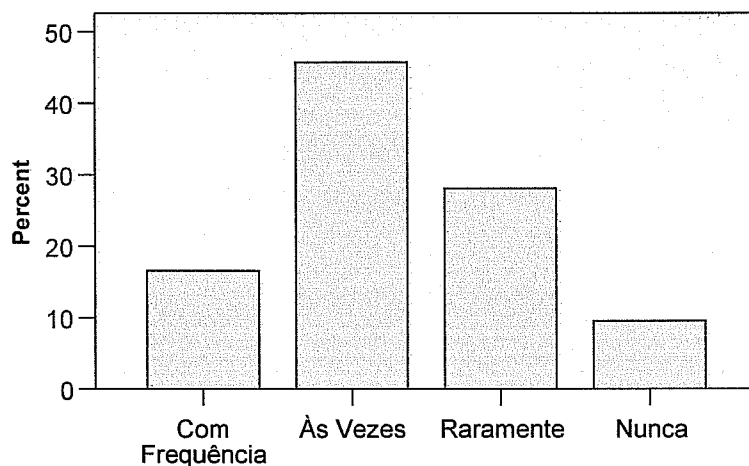


GRÁFICO 18: Frequência com que Falam com Amigos e Familiares.

5% dos entrevistados consideram que já passaram por uma *situação difícil* em termos habitacionais em algum momento da sua vida (GRÁFICO 19).

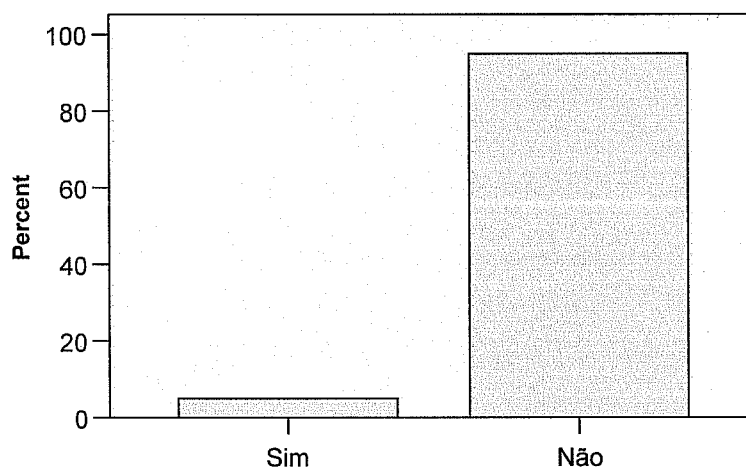


GRÁFICO 19: Sem-abrigo ao Longo da Vida.

Destes, 40% passaram por essa situação *antes dos 17 anos* e 60% *depois dos 18 anos* (GRÁFICO 20).

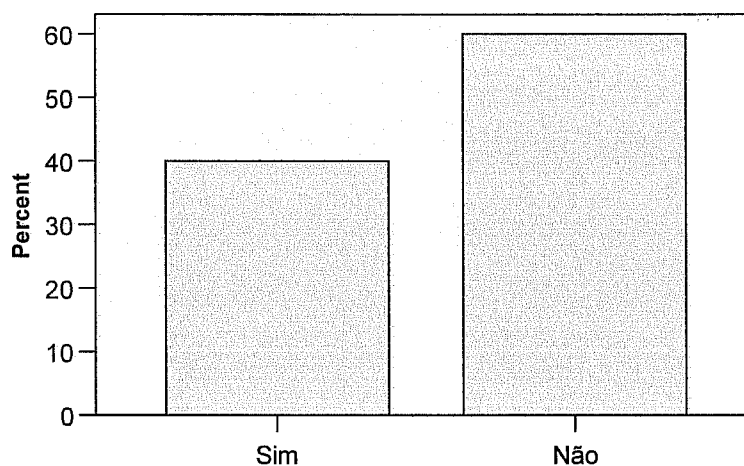


GRÁFICO 20: Sem-abrigo Antes dos 17 Anos.

A maioria (77,8%) esteve na situação pela última vez *há mais de 5 anos* atrás – prevalência de 3,5% –, mas 11,1% afirmou ter estado em situação de sem-abrigo ou precariedade habitacional *no ano passado* – prevalência de 0,5% – e 11,1% *há 4-5 anos* atrás – prevalência de 0,5% (GRÁFICO 21).

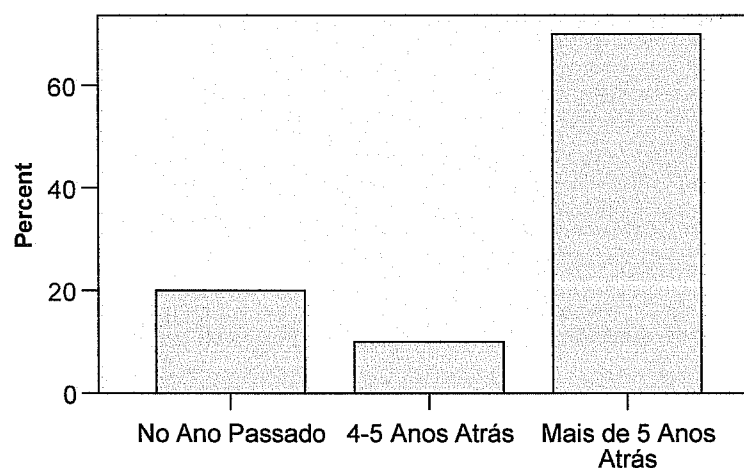


GRÁFICO 21: Última Vez que Foi Sem-abrigo.

44,4% das pessoas sem-abrigo dormiram em *parques, ruas, edifícios abandonados ou estações* – prevalência de 2% de sem-abrigo literal –, 44,4% dormiu

em *casa de amigos ou parentes* e nenhuma dormiu em *abrigos ou residências temporárias*.

No que respeita ao conjunto de tempo na sua vida que foi sem-abrigo, 42,9% foram-no durante *mais de 1 ano*, 28,6% *menos de 1 semana*, 14,3% *mais de 1 semana e menos de 1 mês*, e outros 14,3% *mais de 1 mês e menos de 1 ano* (GRÁFICO 22).

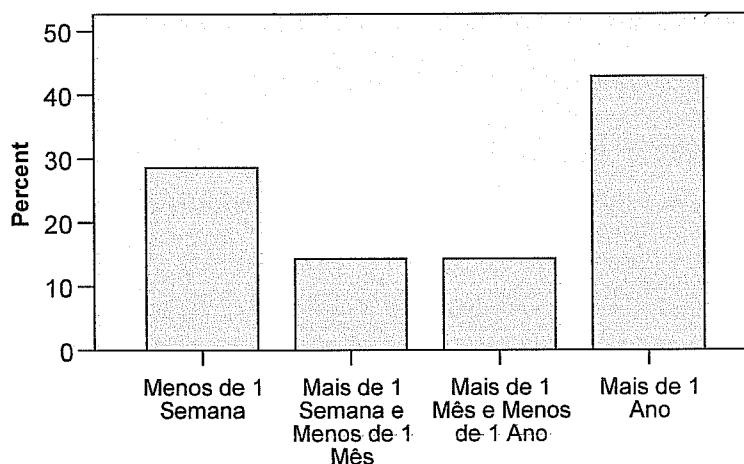


GRÁFICO 22: Conjunto de Tempo que esteve em Situação de Sem-abrigo.

Além dos 5% de participantes que já estiveram em alguma situação de sem-abrigo, mais 1,5% dos participantes relataram uma história de precariedade habitacional ao longo da entrevista (Anexo E), embora não tenham respondido afirmativamente à questão. Deste modo, obtém-se uma prevalência de 6,5% de *sem-abrigo global ao longo da vida* e de 2% de *sem-abrigo literal ao longo da vida* (TABELA 5).

|                    |                   | Consideram-se Sem-abrigo | História | Total |
|--------------------|-------------------|--------------------------|----------|-------|
| Sem-abrigo Global  | Longo da Vida     | 5%                       | 1,5%     | 6,5%  |
|                    | Há 4-5 Anos       | 0,5%                     | 0%       | 0,5%  |
|                    | No Último Ano     | 0,5%                     | 0%       | 0,5%  |
|                    | Há Mais de 5 Anos | 3,5%                     | 1,5%     | 4,5%  |
| Sem-abrigo Literal | Longo da Vida     | 2%                       | 0%       | 2%    |
|                    | Há 4-5 Anos       | 0,5%                     | 0%       | 0,5%  |
|                    | No Último Ano     | 0%                       | 0%       | 0%    |
|                    | Há Mais de 5 Anos | 1,5%                     | 0%       | 1,5%  |

TABELA 5: Prevalência das Situações de Sem-abrigo Identificadas.

Relativamente aos casos de situação de sem-abrigo literal, as causas directas foram as seguintes: 1% devido a *problemas familiares* (conflitos e família numerosa); 0,5% devido a situação de *emigração*; e outros 0,5% devido a *falta de dinheiro* (Anexo E).

No que respeita aos casos de precariedade habitacional, 2% verificaram-se devido a *pobreza*, 1,5% verificaram-se no contexto da *descolonização*, 0,5% no contexto da *guerra colonial*, e outros 0,5% devido a *catástrofe natural* (Anexo E).

5,5% dos participantes tinham algum *membro da família* que foi alguma vez sem-abrigo (GRÁFICO 23). 54,5% desses familiares eram *progenitor, filho ou irmão* do entrevistado, 45,5% eram *outro parente* e nenhum era *conjugue*.

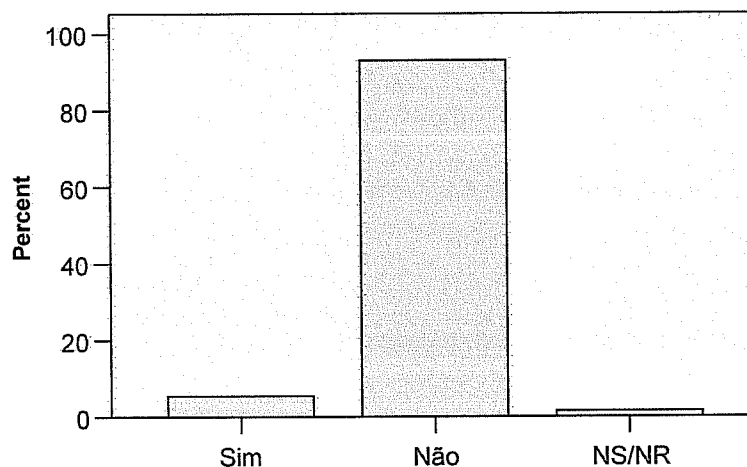


GRÁFICO 23: Familiar Sem-abrigo.

Relativamente a amigos próximos, 13,6% dos entrevistados tiveram efectivamente algum *amigo* que já foi sem-abrigo (GRÁFICO 24), e em 77,8% dos casos conheciam esse amigo *antes dele se tornar sem-abrigo*.

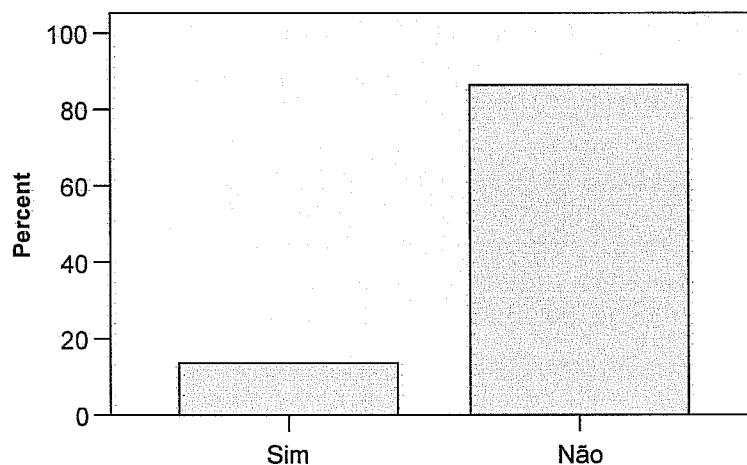


GRÁFICO 24: Amigo Sem-abrigo.

Para a questão de quantos sem-abrigo *conheceu*, obtiveram-se apenas 34 respostas, que se traduziram numa média de 2,6, mediana de 1 e moda de 0 (44,1%).

78% dos inquiridos *já ajudaram* os sem-abrigo (GRÁFICO 25), sendo a forma mais frequente de ajuda o *dar dinheiro* a uma pessoa sem-abrigo (46,2%), seguida do *dar comida e roupa para associações* que ajudam sem-abrigo (GRÁFICO 26).

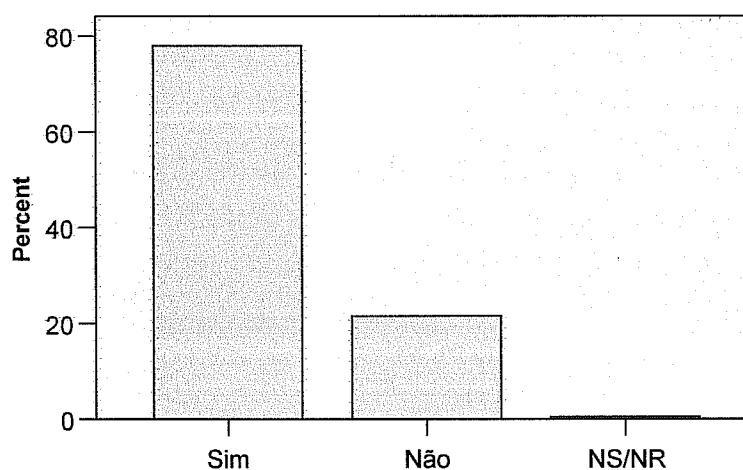


GRÁFICO 25: Já Ajudou Pessoas Sem-abrigo.

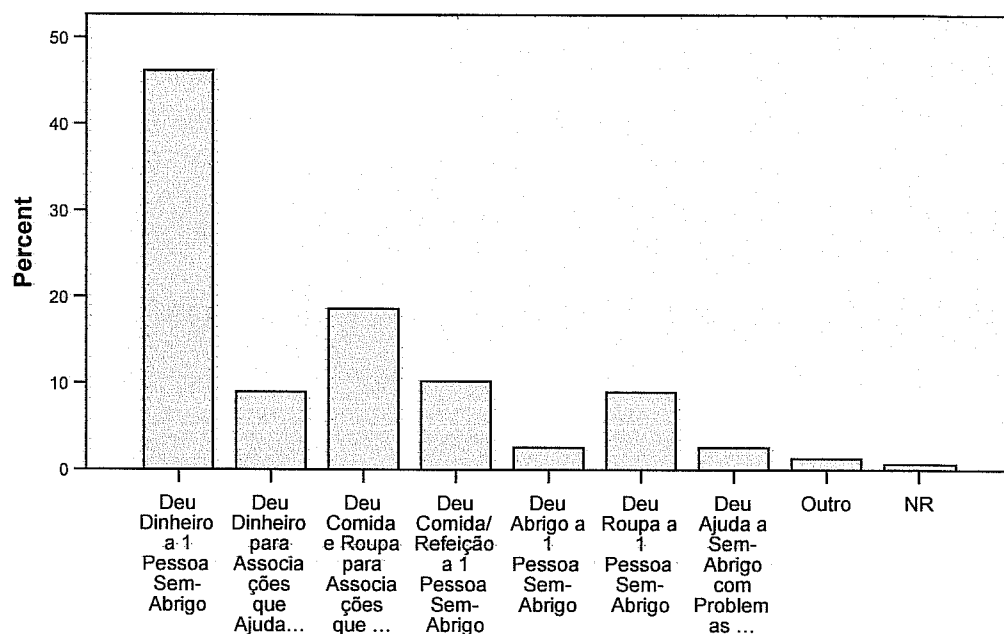


GRÁFICO 26: Como Ajudou Pessoas Sem-abrigo.

Apenas 57,5% da amostra conseguiu dar resposta à questão de qual é o *rendimento médio mensal* de uma pessoa sem-abrigo. A média foi de 91, 65 euros mensais, a mediana de 40 euros e a moda de 0 euros (42, 6%) (GRÁFICO 27).

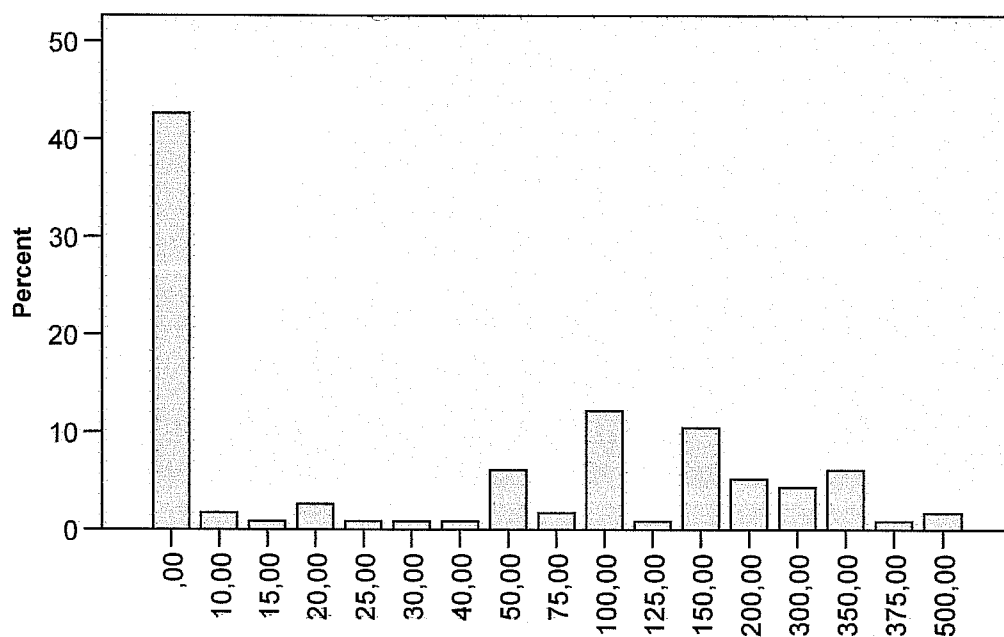


GRÁFICO 27: Rendimento Médio das Pessoas Sem-abrigo.

Relativamente à disponibilidade para pagar impostos destinados à redução de pessoas sem-abrigo, 58,5% não estariam nada disponíveis para o fazer, 41,5% estavam de alguma forma disponíveis para pagar 40€ *por ano* (GRÁFICO 28), 15% estavam disponíveis para pagar 160€ *por ano* e 3% para pagar 800€ *por ano*.

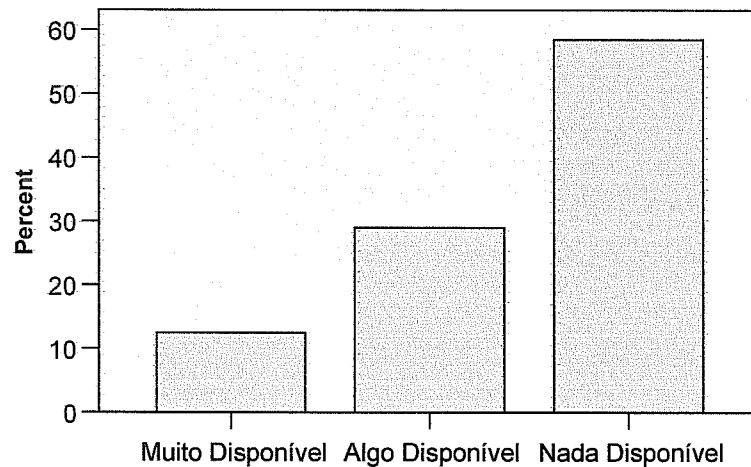


GRÁFICO 28: Disponibilidade para Pagar 40€ ou Mais em Impostos.

66,7% estavam disponíveis para despendar 2 horas *por mês em trabalho voluntário* com vista à redução de pessoas sem-abrigo.

78,9% estavam disponíveis para ter uma *residência* para pessoas sem-abrigo na sua área de residência e 78% para ter um *abrigo*.

Quanto às restrições que devem ser aplicadas às pessoas sem-abrigo, as opiniões da maioria dos participantes foram as seguintes: 58,8% acham que devem ter o *direito a passar a noite em locais públicos*; 95% consideram que devem ter o *direito de votar*; 60,8% que devem ter *permissão de mendigar em locais públicos*; 55,8% que *não devem ter permissão para montar tendas em locais públicos*; e 87,5% acham que os sem-abrigo com doenças mentais graves devem ser *enviados para hospitais psiquiátricos, mesmo contra a sua vontade*.

A maior parte dos participantes *sentem-se tristes e com compaixão* quando pensam em pessoas sem-abrigo (94,5%), *não teriam o cuidado de não tocar* numa pessoa sem-abrigo (70,7%), *irritam-se quando pensam que existem tantas pessoas sem-abrigo num país como o nosso* (90,4%), *não sentem menos compaixão* pelas

peças sem-abrigo do que costumavam sentir (85,4%), e acreditam que o direito a uma habitação é um direito humano básico (98%).

Relativamente às possíveis causas do fenómeno dos sem-abrigo, as opiniões mais frequentes são as seguintes: *bastante* devido à falta de habitações a preços acessíveis (55,1%), à doença mental (42,5%), à preguiça (39,2%) ao favorecimento dos ricos em detrimento dos pobres (58,1%), ao abuso de álcool e drogas (75,5%) e à falta de apoio governamental aos pobres (61%) (GRÁFICO 29); *um bocado* devido ao azar (37,9%), à incapacidade da sociedade em garantir boas escolas (39,2%), à alta hospitalar de pessoas com doença mental (41,5%), a incapacidade ou doença física (43,7%), e devido ao comportamento irresponsável por parte das pessoas sem-abrigo (43,9%) (GRÁFICO 30).

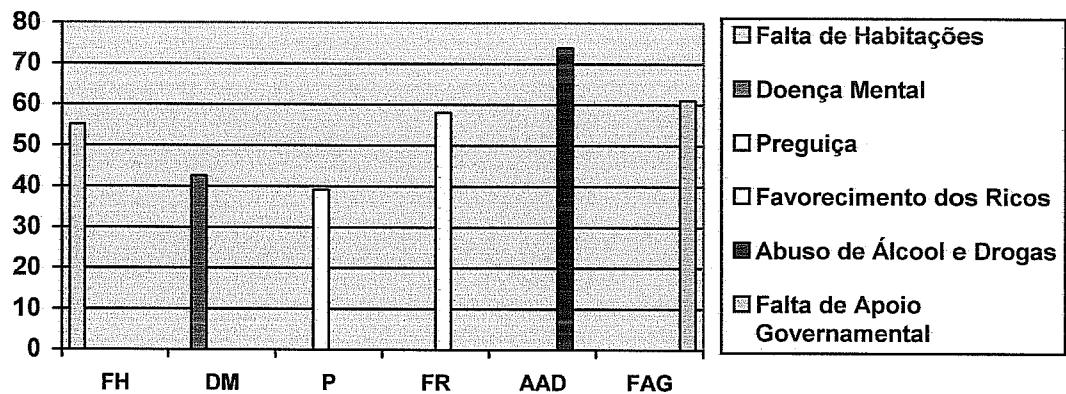


GRÁFICO 29: Situações que contribuem *Bastante*.

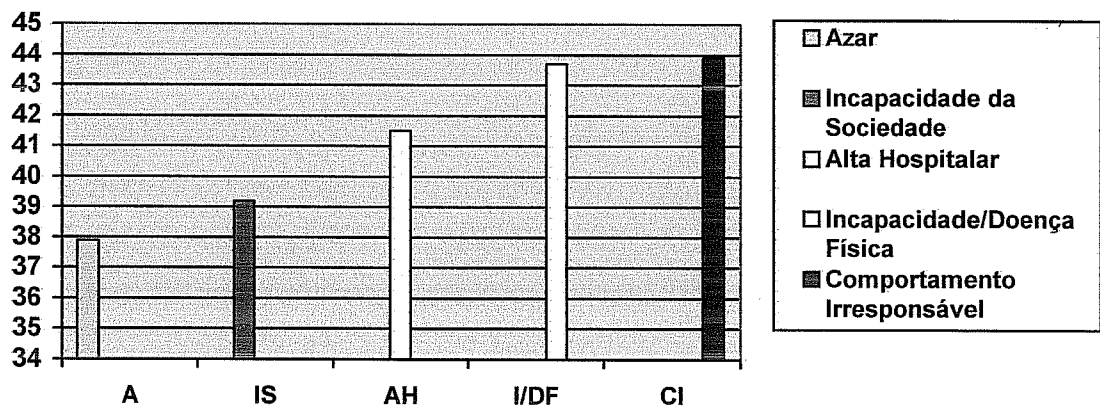


GRÁFICO 30: Situações que contribuem *Um bocado*.

As opiniões mais frequentes relativas à maioria das pessoas sem-abrigo são as seguintes: *provavelmente* têm boas capacidades de trabalho (42,9%); *provavelmente* podem cuidar de uma casa (52%); *provavelmente* sempre tiveram problemas em fazer amigos (45,1%); *provavelmente* respeitariam a propriedade dos vizinhos (49,7%); *provavelmente* quanto mais pessoas sem-abrigo estão numa área pior é a vizinhança (46,2%); quanto à perigosidade das pessoas sem-abrigo, verifica-se um ligeiro predomínio do *provavelmente sim* (35,5%) sobre o *provavelmente não* (35%), mas em geral a opinião afirmativa (51,3%) é superior à opinião negativa (48,7%); *provavelmente* sempre tiveram problemas com os familiares (51,5%); *provavelmente* têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos (37,2%); relativamente à perigosidade comparativamente com as outras pessoas, as opiniões voltam a ser distribuídas de forma equitativa com um ligeiro predomínio dos que acham que *não* são mais perigosas (50,3%) sobre os que acham que o são (49,7%); *provavelmente* é natural ter medo de uma pessoa que vive na rua (30,8%) (GRÁFICO 31).

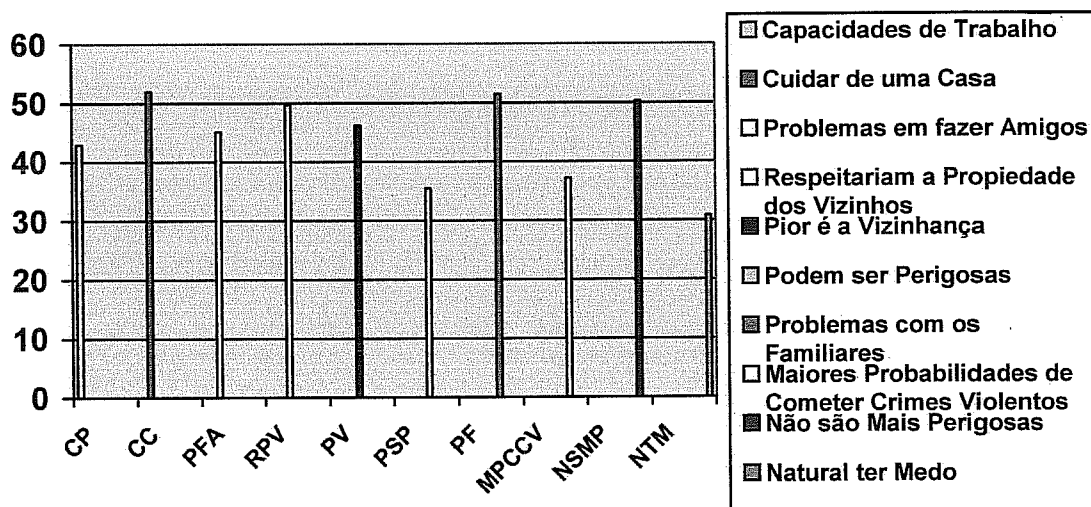


GRÁFICO 31: Opiniões *Provavelmente Verdadeiras* face às Pessoas Sem-abrigo.

62,8% consideram que se soubessem que uma pessoa tinha sido sem-abrigo *não* seria menos provável que confiassem nela; e 68,5% *não* consideram que, em defesa da segurança pública, as pessoas sem-abrigo não deveriam ter permissão para se juntar em locais públicos (GRÁFICO 32).

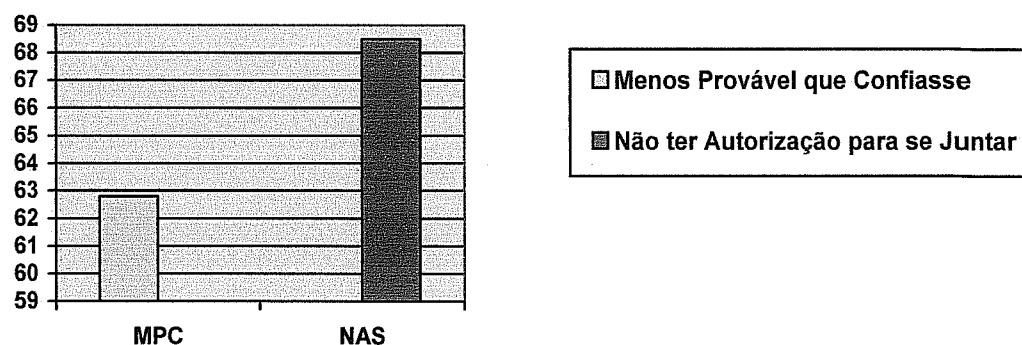


GRÁFICO 32: Opiniões *Provavelmente Falsas* face às Pessoas Sem-abrigo.

A maioria dos participantes acha que a principal fonte de rendimento das pessoas sem-abrigo *não* é o seu salário (61,3%); que os sem-abrigo geralmente *dormem ao relento* (94%), passam a maior parte do seu *tempo no exterior* (94,5%), *não* passam a maior parte do tempo em *casa de amigos e familiares* (85,4%) e obtêm *dinheiro por meios ilícitos* (67,8%); consideram que o *desemprego* é uma das principais causas da existência de pessoas sem-abrigo (87%); acham que a *formação profissional* ajudaria a resolver o problema das pessoas sem-abrigo (90,9%); divergem na opinião relativamente a se as pessoas passam muitas noites na cadeia, 50,3% *discordam*, mas 49,7% concordam; consideram que é frequente que as pessoas sem-abrigo *passem fome* (92,5%); que muitas pessoas são sem-abrigo por terem *perdido a sua habitação* (81,3%); que as pessoas sem-abrigo geralmente *não dormem num abrigo* (52,3%); que muitas pessoas *escolhem* ser sem-abrigo (55,8%); que geralmente *dormem em edifícios abandonados* (88,9%); relativamente ao subsídio de desemprego enquanto uma das maiores fontes de rendimento para os sem-abrigo, as opiniões são divergentes, com ligeiro predomínio dos que *concordam* (50,8%); *não* acham que as pessoas sem-abrigo dormem muitas vezes em casa de um amigo ou familiar (82,2%); consideram que se houvessem *mais empregos* haveriam menos pessoas sem-abrigo (89,9%); que muitas pessoas sem-abrigo recebem *dinheiro de amigos e/ou familiares* (64,6%); e *não* pensam que as pessoas sem-abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego (75,5%).

A maioria dos participantes pensa que o Estado deve fazer o seguinte (GRÁFICO 33): *despender mais dinheiro em habitações económicas* (96%), para construir *abrigo*s (99%), para conceder *subsídios de habitação* (88,4%), em

*benefícios sociais* (91%), em programas gratuitos de *tratamentos de álcool e drogas* (96%); aumentar o *salário mínimo* (87,5%); e *dar benefícios sociais às empresas* que constroem habitações para as pessoas pobres (92,5%).

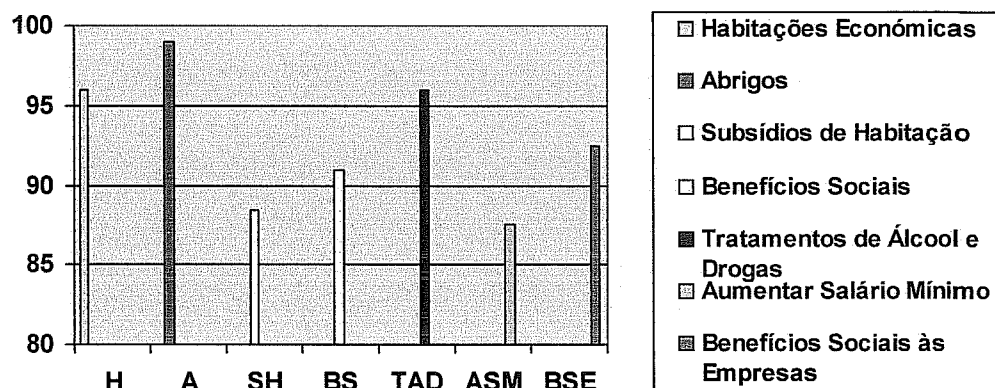
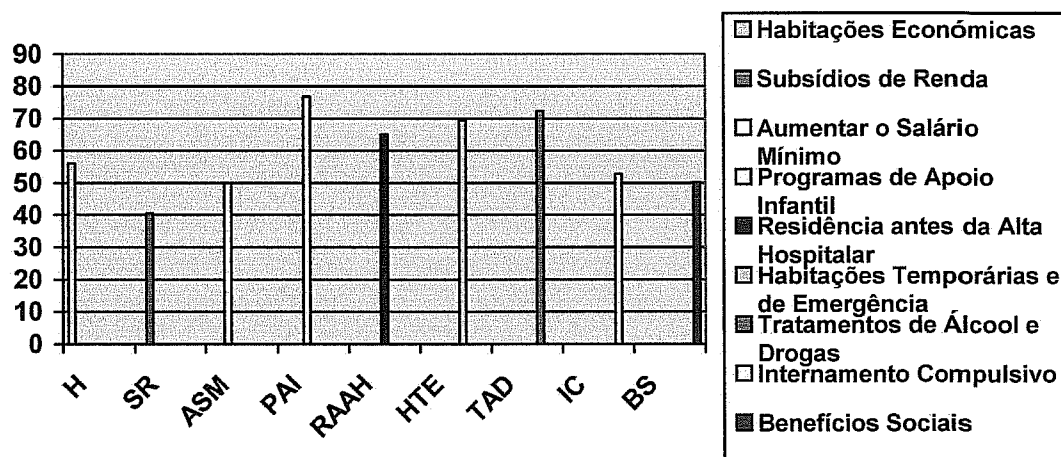


GRÁFICO 33: O que o Estado deve fazer.

Quanto ao que se pode fazer para reduzir o fenómeno dos sem-abrigo, o grau de eficácia de algumas acções foi considerado da seguinte forma: *eficaz* construir mais habitações económicas (56%), aumentar o salário mínimo que as empresas têm que pagar (50%), estabelecer programas de apoio infantil para que as mães sem-abrigo com crianças pequenas possam trabalhar (76,8%), exigir que todas as pessoas em instituições psiquiátricas tenham um lugar onde residir antes da alta hospitalar (65%), criar mais habitações temporárias e de emergência (69,5%), disponibilizar programas gratuitos de tratamentos de álcool e drogas (72,4%), proceder ao internamento compulsivo de pessoas sem-abrigo com doença mental grave (52,8%) e ajudar mais pessoas sem-abrigo a obterem benefícios sociais (50,3%); *eficaz* (40,5%) e *parcialmente eficaz* (40%) atribuir subsídios de renda (GRÁFICO 34).

A única medida que foi considerada *parcialmente eficaz* (37,5%) pela maioria dos participantes foi tornar as pessoas sem-abrigo mais auto-suficientes pela redução de benefícios sociais, mas com valores muito próximos de *eficaz* (37,2%).

GRÁFICO 34: Medidas *Eficazes* para Reduzir os Sem-abrigo.

Em média, os entrevistados consideram que as pessoas sem-abrigo apresentam as seguintes características: 65% são *homens*; 34% são actualmente *casadas*; 39% *nunca foram casadas*; 45% têm *filhos*; 24% têm *contacto regular com os familiares*; 19% conseguem encontrar *habitação permanente*; 31% recebem *reformas, pensões ou outros subsídios*; 40% têm *cadastro*; 40% têm *doença mental*; 32% têm *deficiência mental*; 33% têm *esquizofrenia*; 47% têm *depressão*; 61% têm *problemas de álcool*; e 61% têm *problemas de droga*.

No que respeita à distribuição de pessoas sem-abrigo por faixas etárias, em média os resultados foram os seguintes: 25% têm *menos de 29 anos*; 29% têm *entre 30 e 44 anos*; 27% têm *entre 45 e 64 anos*; e 19% têm *mais de 65 anos* (GRÁFICO 35).

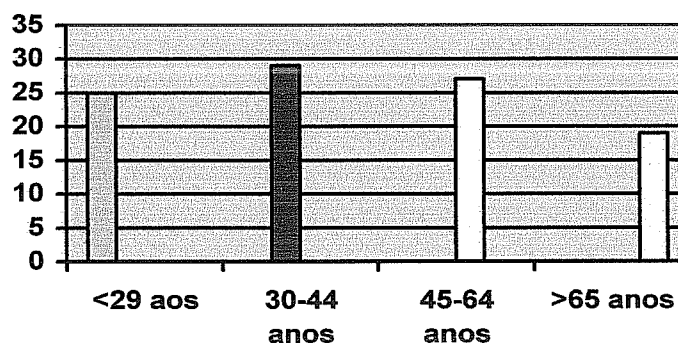


GRÁFICO 35: Distribuição Etária atribuída aos Sem-abrigo.

Quanto à etnia das pessoas sem-abrigo, obtiveram-se os seguintes resultados: 50% *portuguesas*; 14% *brasileiras*; 16% *luso-africanas*; 6% *asiáticas*; e 14% de *outras origens* (GRÁFICO 36).

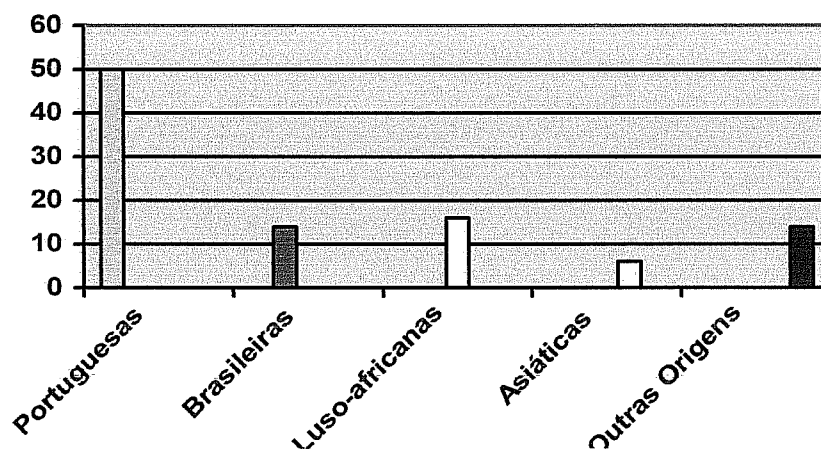


GRÁFICO 36: Distribuição Étnica atribuída aos Sem-abrigo.

Relativamente à educação, a amostra considerou, em média, que 64% dos sem-abrigo *não completaram o ensino secundário*, que 22% *completaram o ensino secundário*, e que 13% *frequentaram o ensino superior* (GRÁFICO 37).

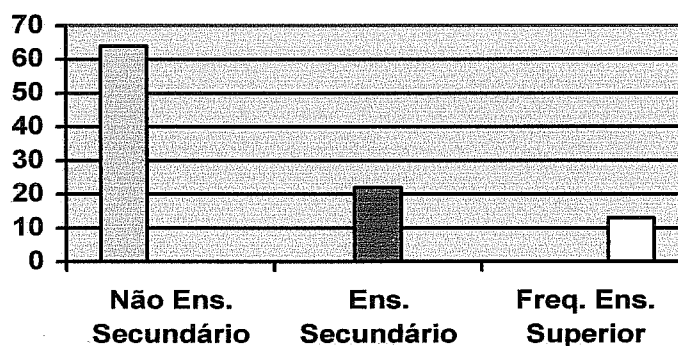


GRÁFICO 37: Distribuição do Nível Educacional atribuído aos Sem-abrigo.

A maioria dos entrevistados considerou que neste momento é menos importante *aumentar os custos com as forças armadas* (72,9%) do que reduzir o número de pessoas sem-abrigo; e igualmente importante promover *programas de limpeza do ambiente* (61,5%), *melhorar o sistema de saúde* (56,1%), *reduzir a dívida pública* (58,5%), *aumentar os gastos com a educação* (63,4%) e *melhorar os programas de apoio às crianças* (62,4%).

## Validade Factorial

A confirmação do Modelo de Atitudes definido por Tompsett et al. (2006) (Anexo G) para a população norte-americana revelou que este não se ajusta com qualidade à amostra do nosso estudo, tendo havido a necessidade de o refinar de forma a obterem-se valores aceitáveis dos indicadores de qualidade do ajustamento (Anexo H).

Os factores de atitudes para o modelo identificado para a nossa amostra são os mesmos, mas são menos os itens que os definem. Assim temos, que as atitudes face aos sem-abrigo se dividem nos seguintes oito factores: Compaixão Geral; Restrições aos Direitos Públicos; Confiança nas Pessoas Sem-abrigo; Isolamento Social; Pessoas de Rua; Habitações/Serviços Necessários; Factores Económicos como Causa; Factores Pessoais como Causa.

Cada um dos factores é definido pela resposta aos itens do instrumento descritos na TABELA 6:

| FACTORES DE ATITUDES                    | ITENS DO QUESTIONÁRIO   |
|---|---|
| <b>Compaixão Geral</b>                  | <p>59) <i>Ter uma residência para Pessoas Sem-Abrigo na sua área de residência?</i></p> <p>66) <i>(Em primeiro lugar), quando pensa em Pessoas Sem-Abrigo, sente-se triste e com compaixão.</i></p> <p>68) <i>Irrita-o(a) pensar que tantas pessoas são Sem-Abrigo num país como o nosso.</i></p> |
| <b>Restrições aos Direitos Públicos</b> | <p>63) <i>Ter a permissão de mendigar em locais públicos?</i></p> <p>64) <i>Ter permissão para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos?</i></p>  |
| <b>Confiança nas Pessoas Sem-abrigo</b> | <p>82) <i>(Em primeiro lugar) a maioria das Pessoas Sem-Abrigo tem boas capacidades de trabalho.</i></p>  |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>87) <i>Mesmo quando as Pessoas Sem-Abrigo parecem estar bem, é importante recordar que podem ser perigosas.</i></p> <p>88) <i>A maioria das Pessoas Sem-Abrigo sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares.</i></p> <p>89) <i>As pessoas Sem-Abrigo têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos que as outras pessoas.</i></p> <p>92) <i>Se eu soubesse que uma pessoa tinha sido Sem-Abrigo, seria menos provável que confiasse nela.</i></p> |
| <b>Isolamento Social</b>               | <p>2.04) <i>As Pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo na casa de amigos ou familiares.</i></p> <p>2.18) <i>As Pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego.</i></p>  |
| <b>Pessoas de Rua</b>                  | <p>2.02) <i>As Pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem ao relento em lugares como parques, becos ou nas ruas.</i></p> <p>2.13) <i>As Pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem em edifícios abandonados.</i></p>  |
| <b>Habitacões/Serviços Necessários</b> | <p>96) <i>Despender mais dinheiro para conceder subsídios de habitação às Pessoas Sem-Abrigo para que possam pagar renda.</i></p> <p>108) <i>Disponibilizar gratuitamente programas de tratamento (de álcool e drogas) às Pessoas Sem-Abrigo.</i></p> <p>109) <i>Internamento compulsivo de Pessoas Sem-Abrigo com doença mental grave.</i></p> <p>110) <i>(E) ajudar mais Pessoas Sem-Abrigo a obterem benefícios sociais.</i></p>   |
| <b>Factores Económicos como Causa</b>  | <p>94) <i>Despender mais dinheiro para construir habitações económicas para Pessoas Pobres.</i></p> <p>97) <i>Despender mais dinheiro em benefícios sociais para as Pessoas Sem-Abrigo.</i></p>   |

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
|                                     | <i>2.06) O desemprego é uma das principais causas da existência de Pessoas Sem-Abrigo.</i>  |
| <b>Factores Pessoais como Causa</b> | <i>72) Doença Mental?</i><br><i>76) Alta Hospitalar de pessoas com doença mental na comunidade?</i><br><i>78) Incapacidade e doença física?</i> |

TABELA 6: Itens que definem os Factores de Atitudes.

A estimação do Modelo Hierárquico de 2ª Ordem, que propunha que os oito factores de atitudes se poderiam agrupar em factores de Atitude Geral (Compaixão Geral e Restrições aos Direitos Públicos), de Atitude Social (Confiança nas Pessoas Sem-abrigo, Isolamento Social e Pessoas de Rua) e de Crença Causa/Solução (Habitações/Serviços Necessários, Factores Económicos como Causa e Factores Pessoais como Causa), não revelou consistência para os dados da nossa amostra (Anexo I). Deste modo, o Modelo de Atitudes para a amostra do nosso estudo é o seguinte (FIGURA 1):

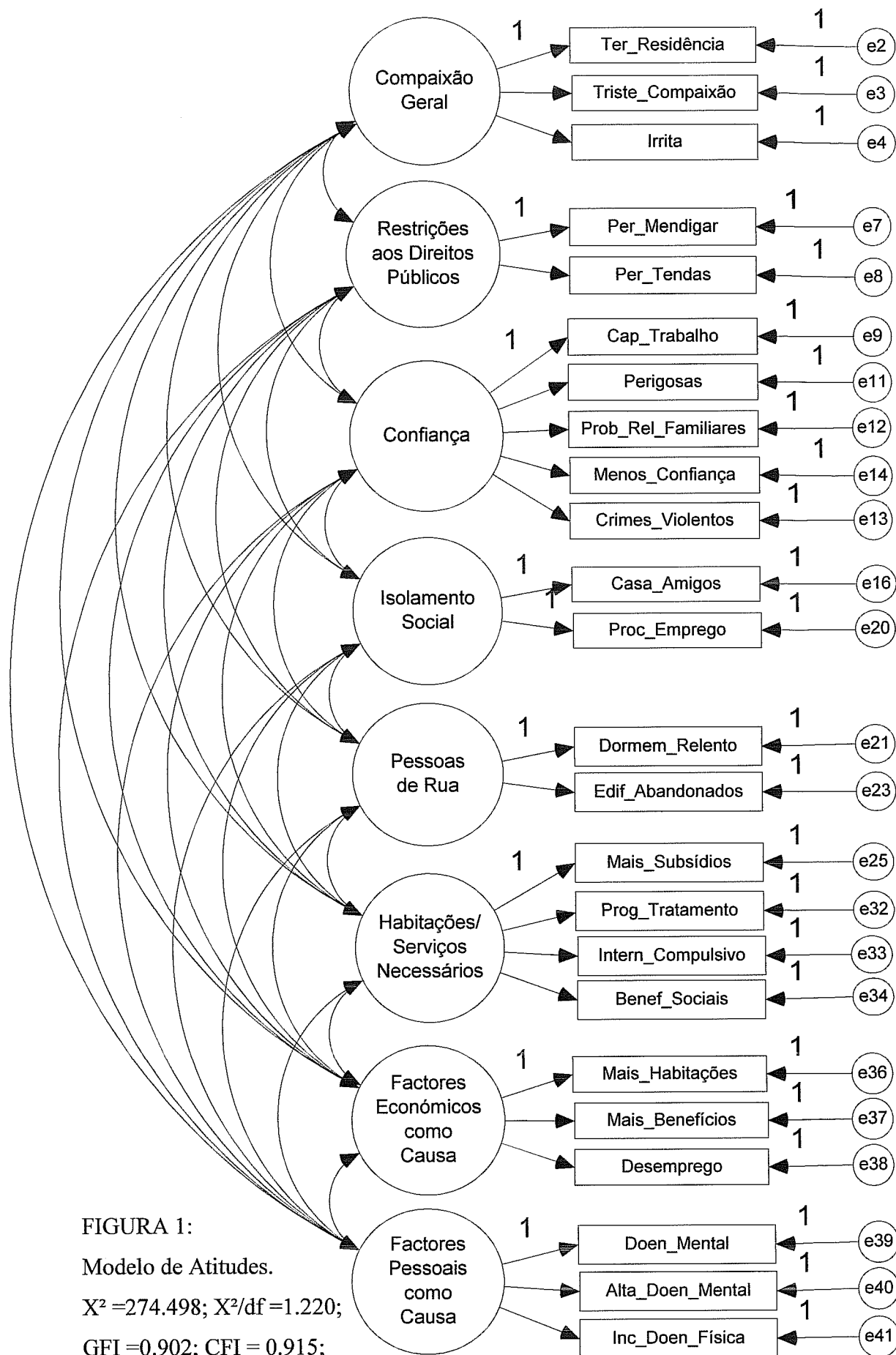


FIGURA 1:

Modelo de Atitudes.

 $\chi^2 = 274.498$ ;  $\chi^2/df = 1.220$ ;

GFI = 0.902; CFI = 0.915;

RMSEA = 0.033;  $P(RMSEA < 0.05) = 0.986$ .

### Características Demográficas e Factores de Atitudes

As respostas às questões de investigação, respeitantes à influência das características demográficas dos participantes nas suas atitudes face aos sem-abrigo, revelaram os resultados descritos em seguida (Anexo J).

Já ter estado em situação de *sem-abrigo* não revelou influência significativa nos factores de atitudes face aos sem-abrigo (TABELA 7):

| Sem-abrigo e Factores de Atitudes | Estatística   |
|-----------------------------------|---|
| Compaixão Geral                   | Wilcoxon W=731.5; Mann-Whitney U=676.5; $p=0.127$ ; N=200   |
| Restrições aos Direitos Públicos  | Wilcoxon W=19042.0; Mann-Whitney U=897.0; $p=0.771$ ; N=200 |
| Confiança                         | Wilcoxon W=710.5; Mann-Whitney U=655.5; $p=0.100$ ; N=200   |
| Isolamento Social                 | Wilcoxon W=19081.5; Mann-Whitney U=936.5; $p=0.942$ ; N=200 |
| Pessoas de Rua                    | Wilcoxon W=783.0; Mann-Whitney U=728.0; $p=0.217$ ; N=200   |
| Habitações/Serviços Necessários   | Wilcoxon W=816.0; Mann-Whitney U=761.0; $p=0.295$ ; N=200   |
| Factores Económicos               | Wilcoxon W=756.5; Mann-Whitney U=701.5; $p=0.166$ ; N=200   |
| Factores Pessoais                 | Wilcoxon W=848.5; Mann-Whitney U=793.5; $p=0.387$ ; N=200   |

TABELA 7: Interação entre a Variável *Sem-abrigo* e os *Factores de Atitudes*.

Já ter sido *pedinte* também não revelou influência significativa nos factores de atitudes face aos sem-abrigo (TABELA 8):

| Pedinte e Factores de Atitudes   | Estatística   |
|----------------------------------|---|
| Compaixão Geral                  | Wilcoxon W=19411.0; Mann-Whitney U=496.0; $p=0.548$ ; N=200 |
| Restrições aos Direitos Públicos | Wilcoxon W=488.0; Mann-Whitney U=467.0; $p=0.421$ ; N=200   |
| Confiança                        | Wilcoxon W=450.0; Mann-Whitney U=429.0; $p=0.282$ ; N=200   |
| Isolamento Social                | Wilcoxon W=569.5; Mann-Whitney U=548.5; $p=0.816$ ; N=200   |
| Pessoas de Rua                   | Wilcoxon W=19461.5; Mann-Whitney U=546.5; $p=0.805$ ; N=200 |
| Habitações/Serviços Necessários  | Wilcoxon W=19372.0; Mann-Whitney U=457.0; $p=0.381$ ; N=200 |
| Factores Económicos              | Wilcoxon W=19390.5; Mann-Whitney U=475.5; $p=0.456$ ; N=200 |
| Factores Pessoais                | Wilcoxon W=19420.0; Mann-Whitney U=505.0; $p=0.591$ ; N=200 |

TABELA 8: Interação entre a Variável *Pedinte* e os *Factores de Atitudes*.

Relativamente à relação entre ter sido *pedinte* e ter sido *sem-abrigo*, o teste de Fisher revelou que a ocorrência de *sem-abrigo* não é independente da ocorrência de *pedinte* ( $X^2(1)=26.370$ ;  $p<0.001$ ;  $p_{\text{Fisher}}=0.002$ ). Concretamente, constatou-se que 30% das pessoas que foram sem-abrigo ao longo da vida – 3 pessoas (TABELA 9) – foram também pedintes.

|  |     | Alguma Vez Foi Pedinte |     | Total |
|--|-----|------------------------|-----|-------|
|  |     | Sim                    | Não |       |
| Ao Longo da Vida Passou por Situação Difícil | Sim | 3                      | 7   | 10    |
|  | Não | 3                      | 187 | 190   |
| Total  |     | 6                      | 194 | 200   |

TABELA 9: Relação entre ter sido *Pedinte* e ter sido *Sem-abrigo*.

No que respeita à variável *sexo*, verificou-se que não existe interação significativa com os seguintes factores de atitudes: Confiança, Isolamento Social, Pessoas de Rua, Habitações/Serviços Necessários, Factores Económicos e Factores Pessoais (TABELA 10). No entanto, o *sexo* dos participantes mostrou influência nos factores Compaixão Geral e Restrições aos Direitos Públicos (TABELA 10).

| Sexo e Factores de Atitudes      | Estatística  |
|----------------------------------|--|
| Compaixão Geral                  | Wilcoxon W=13979.0; Mann-Whitney U=2953.0; $p=0.013$ ; N=200 |
| Restrições aos Direitos Públicos | Wilcoxon W=13903.0; Mann-Whitney U=2877.0; $p=0.007$ ; N=200 |
| Confiança                        | Wilcoxon W=5155.0; Mann-Whitney U=3777.0; $p=0.843$ ; N=200  |
| Isolamento Social                | Wilcoxon W=14509.0; Mann-Whitney U=3483.0; $p=0.309$ ; N=200 |
| Pessoas de Rua                   | Wilcoxon W=5166.00; Mann-Whitney U=3788.0; $p=0.867$ ; N=200 |
| Habitacões/Serviços Necessários  | Wilcoxon W=14565.0; Mann-Whitney U=3539.0; $p=0.389$ ; N=200 |
| Factores Económicos              | Wilcoxon W=14312.5; Mann-Whitney U=3286.5; $p=0.118$ ; N=200 |
| Factores Pessoais                | Wilcoxon W=14706.0; Mann-Whitney U=3680.0; $p=0.640$ ; N=200 |

TABELA 10: Interação entre a Variável *Sexo* e os *Factores de Atitudes*.

Para as variáveis *Compaixão Geral* e *Restrições aos Direitos Públicos* não foi possível proceder ao teste Post-hoc LSD de Fisher<sup>5</sup> por existirem menos de três grupos. Contudo, a comparação entre a média de ordens de *Compaixão Geral* e de *Restrições aos Direitos Públicos* e o *sexo* revelou que o *sexo Masculino* tende a ter valores mais elevados de *Compaixão Geral* (GRÁFICO 38) e de *Restrições aos Direitos Públicos* (GRÁFICO 39).

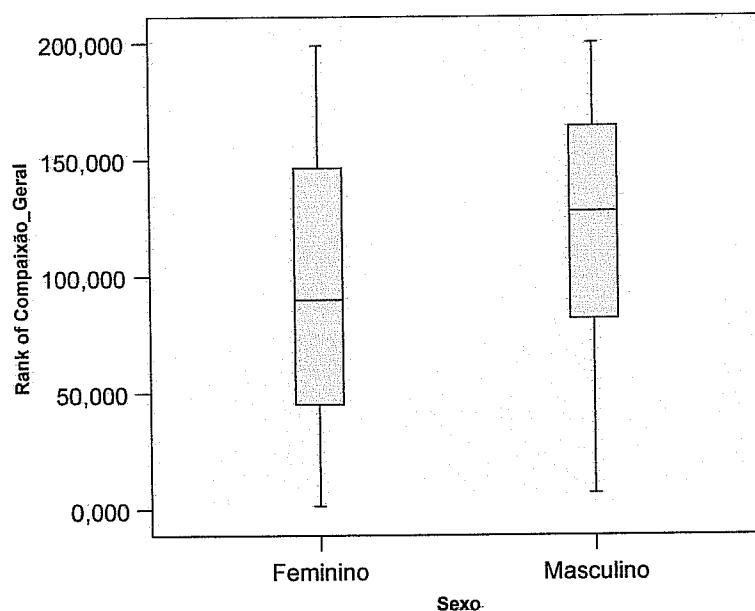


GRÁFICO 38: Relação entre *Sexo* e *Compaixão Geral* (Wilcoxon  $W=13.979$ ;  $p=0.013$ ;  $N=200$ ).

<sup>5</sup> O teste Post-hoc LSD de Fisher permite testar à posteriori qual ou quais os pares de médias que são diferentes (Maroco, 2003).

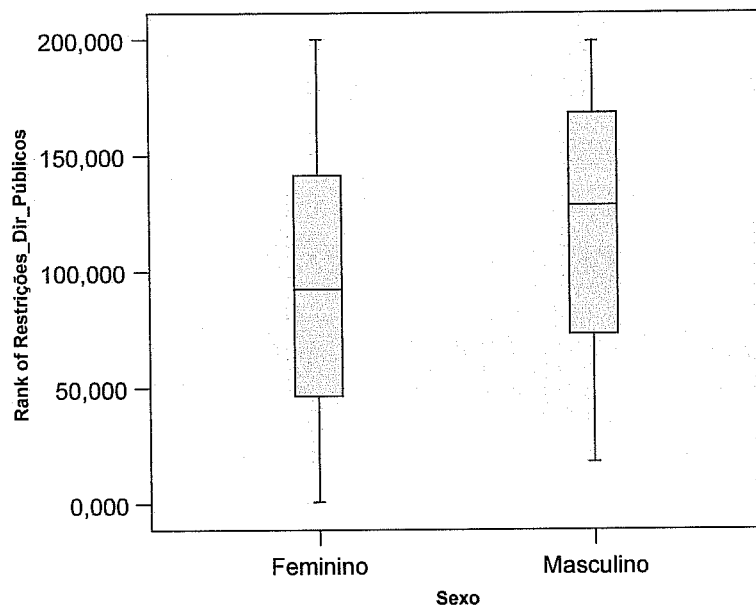


GRÁFICO 39: Relação entre *Sexo* e *Restrições aos Direitos Públicos* (Wilcoxon  $W=13903.0$ ;  $p=0.007$ ;  $N=200$ )

A variável *classes etárias* evidenciou influência significativa apenas no factor *Confiança* (TABELA 11).

| Classes Etárias<br>e<br>Factores de Atitudes | Estatística                              |
|--|--|
| Compaixão Geral                              | Kruskal-Wallis $H(3)=2.354$ ; $p=0.502$  |
| Restrições aos Direitos Públicos             | Kruskal-Wallis $H(3)=1.920$ ; $p=0.589$  |
| Confiança                                    | Kruskal-Wallis $H(3)=12.252$ ; $p=0.007$ |
| Isolamento Social                            | Kruskal-Wallis $H(3)=3.748$ ; $p=0.290$  |
| Pessoas de Rua                               | Kruskal-Wallis $H(3)=4.398$ ; $p=0.222$  |
| Habitações/Serviços Necessários              | Kruskal-Wallis $H(3)=3.254$ ; $p=0.354$  |
| Factores Económicos                          | Kruskal-Wallis $H(3)=3.859$ ; $p=0.277$  |
| Factores Pessoais                            | Kruskal-Wallis $H(3)=3.120$ ; $p=0.373$  |

TABELA 11: Interação entre a Variável *Classes Etárias* e os *Factores de Atitudes*.

Também não foi possível proceder ao teste Post-hoc LSD de Fisher para a variável *Confiança*, por pelo menos um dos grupos ter menos de dois casos.

A comparação entre a média de ordens de Confiança e as *classes etárias* revelou que a faixa etária em que os valores de Confiança nas pessoas sem-abrigo são mais elevados é dos 30 aos 44 anos, mas que à medida que a *idade* aumenta esta vai diminuindo, verificando-se uma diminuição mais acentuada nos idosos (GRÁFICO 40).

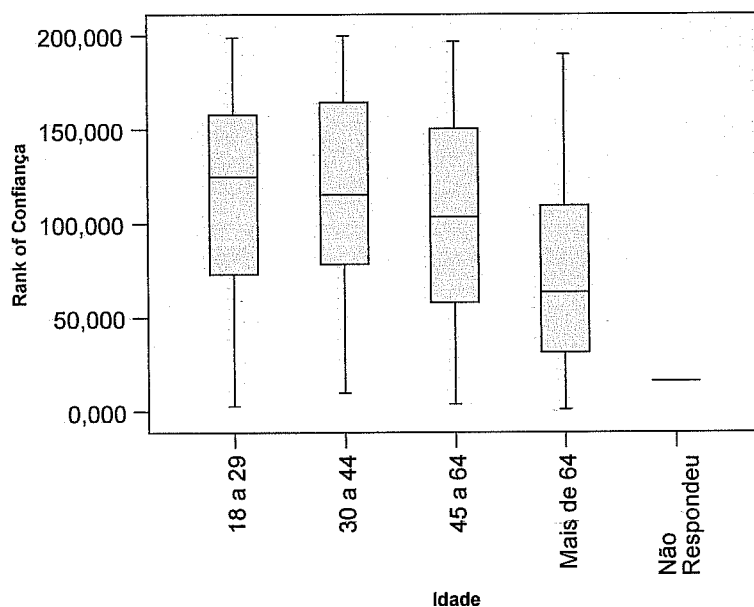


GRÁFICO 40: Relação entre *Classes Etárias* e *Confiança* (Kruskal-Wallis  $H(3)=12.252; p=0.007$ ).

Quanto ao *grau de escolaridade*, existe efeito significativo sobre os factores Confiança e Isolamento Social, mas não se verificou interacção com os restantes factores (TABELA 12).

| Grau de Escolaridade e Factores de Atitudes | Estatística                           |
|---|---------------------------------------|
| Compaixão Geral                             | Kruskal-Wallis $H(8)=8.650; p=0.373$  |
| Restrições aos Direitos Públicos            | Kruskal-Wallis $H(8)=5.843; p=0.665$  |
| Confiança                                   | Kruskal-Wallis $H(8)=16.179; p=0.040$ |
| Isolamento Social                           | Kruskal-Wallis $H(8)=17.217; p=0.028$ |
| Pessoas de Rua                              | Kruskal-Wallis $H(8)=7.024; p=0.534$  |
| Habitacões/Serviços Necessários             | Kruskal-Wallis $H(8)=8.030; p=0.430$  |
| Factores Económicos                         | Kruskal-Wallis $H(8)=9.015; p=0.341$  |
| Factores Pessoais                           | Kruskal-Wallis $H(8)=3.999; p=0.857$  |

TABELA 12: Interacção entre a Variável *Grau de Escolaridade* e os *Factores de Atitudes*.

A comparação múltipla de médias de ordens permitiu identificar quais os *graus de escolaridade* significativamente diferentes relativamente a Confiança, sendo de destacar os seguintes (GRÁFICO 41; Anexo J):

- *sem escolaridade/não respondeu* é significativamente diferente de todos os graus de escolaridade excepto *outro grau académico avançado*;
- *4º ano* e *6º ano* são significativamente diferentes de *sem escolaridade/não respondeu*, de *ensino secundário* e de *licenciatura*;
- *Outro grau académico avançado* só é significativamente diferente de *licenciatura*.

O *grau de escolaridade* que revelou menores níveis de Confiança foi o menor, isto é, *sem escolaridade/não respondeu*, curiosamente seguido do maior, *outro grau académico avançado*. O que evidenciou maior nível de Confiança foi a *licenciatura* (GRÁFICO 41).

Em geral, parece que existe uma tendência para a Confiança nas pessoas sem-abrigo aumentar à medida que aumenta o *grau de escolaridade* até à *licenciatura*, embora esta relação não seja linear. O *outro grau académico avançado* inverte esta tendência ao provocar uma quebra abrupta na Confiança.

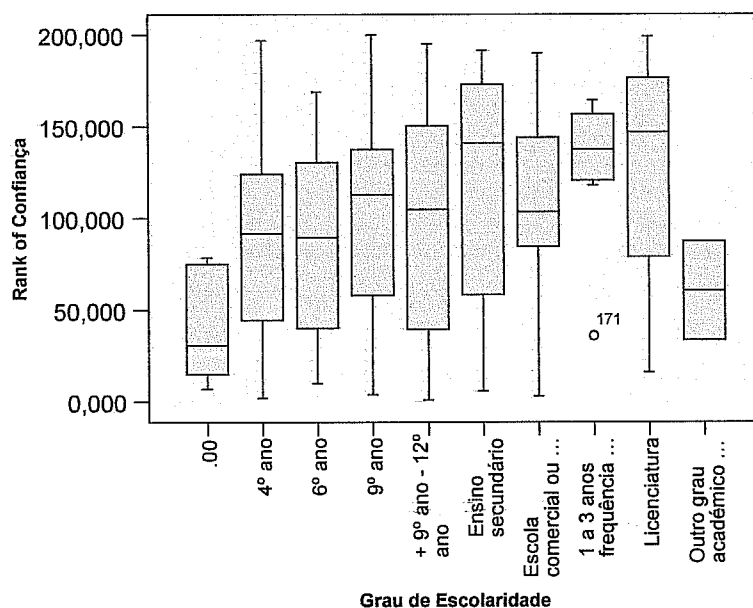


GRÁFICO 41: Relação entre *Grau de Escolaridade* e *Confiança* (Kruskal-Wallis

$H(8)=16.179; p=0.040$ ).

De entre os *graus de escolaridade*, cuja comparação múltipla de médias de ordens revelou diferenças significativas relativamente a Isolamento Social, são de salientar os seguintes (GRÁFICO 42; Anexo J):

- *sem escolaridade/não respondeu* é significativamente diferente de *1 a 3 anos de frequência universitária* e de *licenciatura*;
- *4º ano* é significativamente diferente de *9º ano*, *1 a 3 anos de frequência universitária* e de *licenciatura*.

A tendência para considerar as pessoas sem-abrigo como isoladas socialmente aumenta à medida que aumenta o *grau de escolaridade* até ao *9º ano*, diminui nos que têm *mais de 9º ano e menos de 12º ano*, volta a aumentar até aos que têm *1 a 3 anos de frequência universitária* e depois diminui para os *graus de escolaridade superiores*. O maior nível do factor Isolamento social verifica-se nos participantes que têm *1 a 3 anos de frequência universitária*, e o menor nos *sem escolaridade/não respondeu* (GRÁFICO 42).

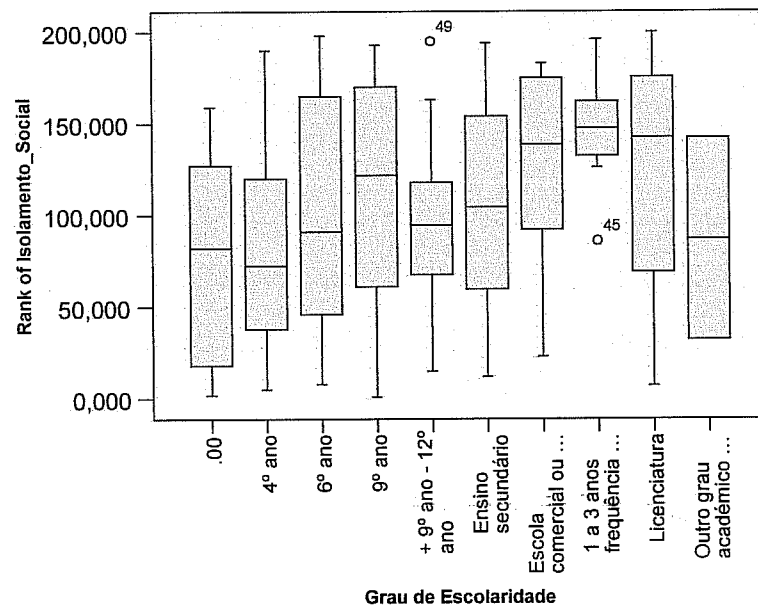


GRÁFICO 42: Relação entre o *Grau de Escolaridade* e *Isolamento Social* (Kruskal-Wallis  $H(8)=17.217; p=0.028$ ).

O *rendimento familiar* revelou efeito significativo apenas sobre o factor Isolamento Social (TABELA 13).

| <b>Rendimento Familiar<br/>e<br/>Factores de Atitudes</b> | <b>Estatística</b>                    |
|---|---------------------------------------|
| Compaixão Geral   | Kruskal-Wallis H(6)=3.464; $p=0.749$  |
| Restrições aos Direitos Públicos                          | Kruskal-Wallis H(6)=6.104; $p=0.412$  |
| Confiança   | Kruskal-Wallis H(6)=10.143; $p=0.119$ |
| Isolamento Social   | Kruskal-Wallis H(6)=18.840; $p=0.004$ |
| Pessoas de Rua  | Kruskal-Wallis H(6)=6.612; $p=0.3.58$ |
| Habitações/Serviços Necessários                           | Kruskal-Wallis H(6)=6.183; $p=0.403$  |
| Factores Económicos                                       | Kruskal-Wallis H(6)=5.379; $p=0.496$  |
| Factores Pessoais   | Kruskal-Wallis H(6)=2.170; $p=0.903$  |

TABELA 13: Interação entre a Variável *Rendimento Familiar* e os *Factores de Atitudes*.

Mais uma vez, não foi possível proceder ao teste Post-hoc LSD de Fisher para a variável Isolamento Social, por pelo menos um dos grupos ter menos de dois casos.

A comparação entre a média de ordens de Isolamento Social e o *rendimento familiar* revelou, que os níveis mais baixos de Isolamento Social se verificam no grupo com maior rendimento familiar – tendem a considerar as pessoas sem-abrigo como menos isoladas em termo sociais –, seguindo-se, embora em níveis bastante distantes, o nível de rendimento mais baixo e os que *não responderam*, e sendo os valores mais altos atingidos quase equitativamente pelos participantes com níveis de rendimentos entre os 7.500 e os 49.999 euros (GRÁFICO 43).

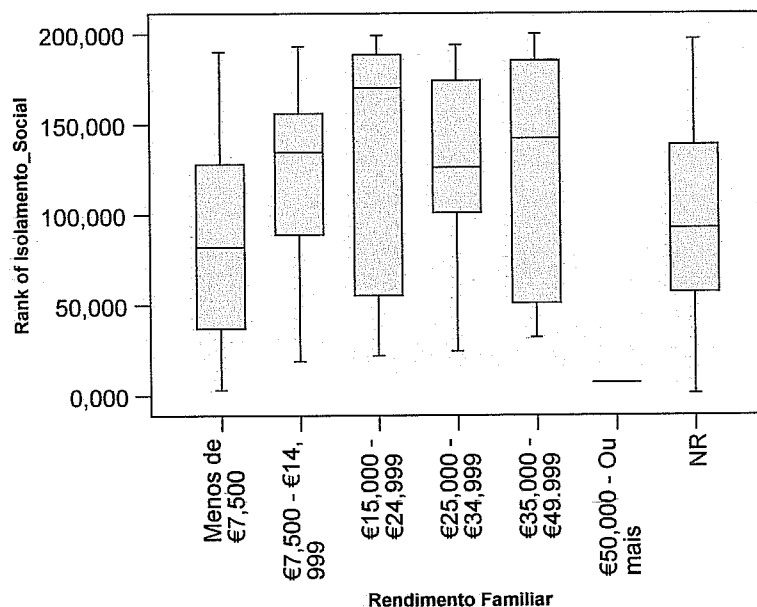


GRÁFICO 43: Relação entre o *Rendimento Familiar* e *Isolamento Social* (Kruskal-Wallis  $H(6)=18.840$ ;  $p=0.004$ ).

Relativamente à zona de residência dos participantes, tanto as variáveis *distrito* como *concelho* não evidenciaram interação significativa com os factores de atitudes.

Para a variável *distrito* os resultados foram os seguintes (TABELA 14):

| Distrito e Factores de Atitudes  | Estatística                               |
|----------------------------------|---|
| Compaixão Geral                  | Kruskal-Wallis $H(18)=18.857$ ; $p=0.401$ |
| Restrições aos Direitos Públicos | Kruskal-Wallis $H(18)=19.097$ ; $p=0.386$ |
| Confiança                        | Kruskal-Wallis $H(18)=22.567$ ; $p=0.208$ |
| Isolamento Social                | Kruskal-Wallis $H(18)=21.402$ ; $p=0.260$ |
| Pessoas de Rua                   | Kruskal-Wallis $H(18)=24.497$ ; $p=0.139$ |
| Habitacões/Serviços Necessários  | Kruskal-Wallis $H(18)=15.596$ ; $p=0.621$ |
| Factores Económicos              | Kruskal-Wallis $H(18)=13.891$ ; $p=0.736$ |
| Factores Pessoais                | Kruskal-Wallis $H(18)=20.319$ ; $p=0.315$ |

TABELA 14: Interação entre a Variável *Distrito* e os *Factores de Atitudes*.

Para a variável *concelho* obtiveram-se os seguintes resultados (TABELA 15):

| <b>Concelho<br/>e<br/>Factores de Atitudes</b> | <b>Estatística</b>                      |
|--|---|
| Compaixão Geral                                | Kruskal-Wallis H(16)=14.089; $p=0.592$  |
| Restrições aos Direitos Públicos               | Kruskal-Wallis H(16)=9.063; $p=0.911$   |
| Confiança                                      | Kruskal-Wallis H(16)=20.865; $p=0.184$  |
| Isolamento Social                              | Kruskal-Wallis H(16)=13.396; $p=0.644$  |
| Pessoas de Rua                                 | Kruskal-Wallis H(16)=24.569; $p=0.078$  |
| Habitações/Serviços Necessários                | Kruskal-Wallis H(16)=21.153; $p=0.173$  |
| Factores Económicos                            | Kruskal-Wallis H(16)=21.725; $p=0.152$  |
| Factores Pessoais                              | Kruskal-Wallis H (16)=16.895; $p=0.392$ |

TABELA 15: Interação entre a Variável *Concelho* e os *Factores de Atitudes*.

Os resultados também não revelaram diferenças nos factores de atitudes relativamente ao *partido* político (TABELA 16):

| <b>Partido Político<br/>e<br/>Factores de Atitudes</b> | <b>Estatística</b>                   |
|--|--------------------------------------|
| Compaixão Geral  | Kruskal-Wallis H(5)=5.761; $p=0.330$ |
| Restrições aos Direitos Públicos                       | Kruskal-Wallis H(5)=7.191; $p=0.207$ |
| Confiança  | Kruskal-Wallis H(5)=5.383; $p=0.371$ |
| Isolamento Social                                      | Kruskal-Wallis H(5)=4.016; $p=0.547$ |
| Pessoas de Rua   | Kruskal-Wallis H(5)=5.511; $p=0.357$ |
| Habitações/Serviços Necessários                        | Kruskal-Wallis H(5)=7.440; $p=0.190$ |
| Factores Económicos                                    | Kruskal-Wallis H(5)=7.174; $p=0.208$ |
| Factores Pessoais                                      | Kruskal-Wallis H(5)=4.758; $p=0.446$ |

TABELA 16: Interação entre a Variável *Partido Político* e os *Factores de Atitudes*.

Ter *alguém da família* (TABELA 17) ou *algum amigo que já foi sem-abrigo* (TABELA 18) não apresentou efeito significativo sobre os factores de atitudes.

| <b>Familiar Sem-abrigo<br/>e<br/>Factores de Atitudes</b> | <b>Estatística</b>                   |
|---|--------------------------------------|
| Compaixão Geral   | Kruskal-Wallis H(2)=1.649; $p=0.445$ |
| Restrições aos Direitos Públicos                          | Kruskal-Wallis H(2)=0.633; $p=0.729$ |
| Confiança   | Kruskal-Wallis H(2)=0.838; $p=0.658$ |
| Isolamento Social   | Kruskal-Wallis H(2)=2.343; $p=0.310$ |
| Pessoas de Rua  | Kruskal-Wallis H(2)=0.821; $p=0.663$ |
| Habitacões/Serviços Necessários                           | Kruskal-Wallis H(2)=0.658; $p=0.720$ |
| Factores Económicos                                       | Kruskal-Wallis H(2)=0.129; $p=0.938$ |
| Factores Pessoais   | Kruskal-Wallis H(2)=5.093; $p=0.078$ |

TABELA 17: Interação entre a Variável *Familiar Sem-abrigo* e os *Factores de Atitudes*.

| <b>Amigo Sem-abrigo<br/>e<br/>Factores de Atitudes</b> | <b>Estatística</b>                   |
|--|--------------------------------------|
| Compaixão Geral  | Kruskal-Wallis H(1)=1.533; $p=0.216$ |
| Restrições aos Direitos Públicos                       | Kruskal-Wallis H(1)=0.079; $p=0.779$ |
| Confiança  | Kruskal-Wallis H(1)=1.274; $p=0.259$ |
| Isolamento Social                                      | Kruskal-Wallis H(1)=0.057; $p=0.811$ |
| Pessoas de Rua   | Kruskal-Wallis H(1)=0.606; $p=0.436$ |
| Habitacões/Serviços Necessários                        | Kruskal-Wallis H(1)=2.036; $p=0.154$ |
| Factores Económicos                                    | Kruskal-Wallis H(1)=2.161; $p=0.142$ |
| Factores Pessoais                                      | Kruskal-Wallis H(1)=0.454; $p=0.500$ |

TABELA 18: Interação entre a Variável *Amigo Sem-abrigo* e os *Factores de Atitudes*.

## DISCUSSÃO

A amostra do presente estudo caracterizou-se por ser constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (74%); de meia-idade (40% com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos); com baixa escolaridade (49% tinham até ao 9º ano); de origem portuguesa (94%); inactivos em termos de emprego (47,7%); de baixo nível sócio-económico (31% com rendimento inferior a 7.500€); activos em termos de voto político (77,5%); por não revelarem orientação política (45,7%); de religião Católica (87,4%); e pertencentes a agregados familiares constituídos em média por três pessoas.

O facto de as mulheres estarem em maioria na amostra não é surpreendente, na medida em que os estudos efectuados nos E.U.A. também têm revelado uma maior percentagem de participantes do sexo feminino, embora em menor proporção (65% em 1993-94 e 60% em 2001) (Tompsett et al. 2006).

Tal como nestes estudos (Tompsett et al. 2006), a maior parte das entrevistas ocorreram entre as 17:00 e as 21:00 horas (73,5%), horário em que se supõe que a maior parte das pessoas já tenham saído dos empregos, mas que mesmo assim obteve uma grande representação de participantes economicamente inactivos. O facto de as mulheres, na população portuguesa em geral, serem menos activas em termos económicos do que os homens (taxa de actividade feminina é de 45%; INE, 2002), poderá ser uma das razões da sua sobre representação na amostra.

A diferença significativa entre as durações mínima (12 minutos) e máxima (71 minutos) das entrevistas dever-se-á à diferente atitude de resposta dos participantes, que nuns casos se limitavam a responder às questões e noutros comentavam-nos e desenvolviam a conversa.

### Prevalência de Sem-abrigo

A prevalência de sem-abrigo estimada com este estudo verificou valores de 6,5% de prevalência de sem-abrigo global ao longo da vida – que engloba todas as

situações de precariedade habitacional – e de 2% de prevalência de sem-abrigo literal.

Considerando apenas a prevalência de sem-abrigo literal, o valor estimado, a partir da percentagem de situações de sem-abrigo identificadas na nossa amostra, é já muito superior ao número de pessoas sem-abrigo identificadas no estudo divulgado pelo Instituto da Segurança Social, em 2006, que identificou 2717 pessoas em situação de sem-abrigo (Pereira, 2006), que consideramos de sem-abrigo literal. No entanto, há que realçar que o dito estudo consistiu de uma contagem de casos pontual.

Tendo em conta que a população residente em Portugal, de acordo com os CENSOS 2001, era de 10.356.117 pessoas (Instituto Nacional de Estatística, 2002), para uma prevalência global de 6,5% e literal de 2%, poder-se-á supor que existam em Portugal respectivamente cerca de 673.148 pessoas que já estiveram em situação de sem-abrigo global (inclui situações literais e de precariedade habitacional), e mais de 207.000 pessoas que já estiveram em situação de sem-abrigo literal, nalgum momento da sua vida.

Este método de pesquisa da prevalência ao longo da vida em agregados familiares é dos métodos que têm obtido prevalências mais elevadas, devido à sua grande abrangência.

Tendo em conta os valores obtidos nos estudos efectuados noutros países (Toro et al., 2002; TABELA 8), constata-se que os países com taxas de prevalência, quer global como literal, mais semelhantes às por nós obtidas são França/Bélgica e a Alemanha, que são dos países mais ricos e desenvolvidos da União Europeia.

|                                       | E.U.A. | França & Bélgica | Reino Unido | Alemanha | Itália | Portugal |
|---------------------------------------|--------|------------------|-------------|----------|--------|----------|
| <b>População (milhões de pessoas)</b> | 274.0  | 69.5             | 54.5        | 82.2     | 57.7   | 10.4     |
| <b>Amostra</b>                        | 435    | 182              | 159         | 250      | 250    | 200      |
| <b>Conclusão</b>                      | 12/01  | 4/00             | 9/00        | 5/02     | 10/02  | 7/06     |
| <b>Prevalência</b>                    |        |                  |             |          |        |          |
| Global ao Longo da Vida               | 12,9%  | 8,3%             | 13,2%       | 5,6%     | 10,5%  | 6,5%     |
| Literal ao Longo da Vida              | 6,2%   | 2,2%             | 7,6%        | 2,4%     | 4,0%   | 2%       |

TABELA 19: Prevalência de Sem-abrigo ao Longo da Vida em Diferentes Países.

Dados recentes do estudo efectuado na Polónia (Bokszczanin, 2005), revelaram uma prevalência de sem-abrigo global ao longo da vida de 8,8% e de sem-abrigo literal de 4,2%.

Portugal é pois, o país que apresenta a mais baixa taxa de prevalência de sem-abrigo literal, e a segunda mais baixa de sem-abrigo global, apesar de ser o mais pobre dos países citados na TABELA 8 e de, como se viu na revisão de literatura, não possuir políticas específicas para combater o problema dos sem-abrigo.

Se se atender a que 1,5% da prevalência global foi obtida através de relatos dos participantes, e não por terem respondido afirmativamente à questão de se já foram sem-abrigo, a taxa de prevalência decresce para 5%, passando ambas as taxas, de sem-abrigo global e literal a ser as mais baixas.

As diferentes taxas de prevalência entre países podem ser explicadas por diversos factores, como políticas, situação de emprego e de habitação, sistemas de providência, sistemas de saúde, atitudes sociais, serviços disponíveis de apoio aos diferentes problemas de ordem individual (dependências, doença mental, incapacidade física, violência doméstica, encarceramento, migrações), padrões de uso de substâncias, padrões de criminalidade, serviços de apoio aos sem-abrigo (Toro et al., 2002), e fenómenos migratórios (Tompsett et al., 2003).

No caso de Portugal, embora todos estes factores estejam implícitos, supõe-se que a baixa prevalência se deva essencialmente a factores de ordem familiar, e que muitos dos que poderiam ser sem-abrigo estarão a viver com as famílias. Sendo esta também uma razão apontada como explicação para as baixas taxas de prevalência na Polónia (Bokszczanin, 2005).

No que respeita às situações de sem-abrigo identificadas no nosso estudo, as razões referidas foram: problemas familiares, emigração e falta de dinheiro (não se percebe se pontual ou devido a pobreza), nas situações de sem-abrigo literal; e pobreza, descolonização, guerra colonial e catástrofe natural, nas situações de precariedade habitacional. É de destacar o impacto da guerra colonial/descolonização na prevalência de precariedade habitacional, visto que representa mais de 1/3 dos casos.

É de destacar, que em todos os casos dos 1,5% da taxa de prevalência global que só foi possível obter por as pessoas terem, por auto-iniciativa, comentado situações de precariedade habitacional, embora não se tenham considerado sem-abrigo, as pessoas estavam a viver com familiares. Além disso, 44,4% dos

participantes que se consideraram sem-abrigo dormiram em casa de amigos ou familiares durante a situação.

É também importante sublinhar, que nenhuma das pessoas que se consideraram sem-abrigo (5%) dormiram em abrigos ou residências temporárias, o que faz supor que os estudos sobre os sem-abrigo efectuados exclusivamente em locais de atendimento possam induzir resultados tendenciosos, quer de prevalência da situação como de caracterização das pessoas afectadas.

No que respeita a políticas, dado que uma das explicações apontadas por Tompsett et al. (2003) para as baixas taxas de prevalência na Alemanha, comparativamente aos E.U.A., foi a existência de um sistema de providência social mais compreensivo na Alemanha, incluindo medidas de rendimento garantido, de cuidados de saúde garantidos e de mais benefícios no desemprego, e estando estas medidas também implementadas em Portugal, pode-se presumir que estes serão factores que também prevenirão situações de sem-abrigo no nosso país.

De facto, as baixas taxas de prevalência na Alemanha poderão ser resultado do enfoque do país em medidas de prevenção.

Curiosamente, as taxas de prevalência mais elevadas, as do Reino Unido, assemelham-se mais das dos E.U.A. do que de qualquer outro país da Europa, o que pode estar relacionado com uma maior afinidade entre os dois países em termos culturais e económicos.

A proporção entre as taxas de prevalência identificadas em Portugal, 6,5% global e 2% literal, vão ao encontro dos resultados encontrados por Cousineau (2001) num estudo efectuado nos E.U.A., que revelou que cerca de 1/3 da prevalência de sem-abrigo dizia respeito a casos de sem-abrigo literal.

Relativamente ao conhecimento da duração da situação de sem-abrigo, em geral, a opinião pública portuguesa não tem uma noção precisa, mas tende a considerá-la uma situação de longa duração.

Entre as pessoas que afirmaram já ter sido sem-abrigo, o mais frequente foi ter estado nessa situação no total *mais de 1 ano* (42,9%), seguido de *menos de 1 semana* (28,6%), o que parece indicar dois tipos distintos de pessoas sem-abrigo: as pessoas que tendem a estar sem-abrigo de forma prolongada, e as que estão sem-abrigo de forma pontual, mas com predomínio das primeiras. Estes dados levam a crer que ou as causas subjacentes ou os recursos para sair da situação serão distintos, e que seria útil em futuras investigações explorar estes aspectos.

Estes resultados são consideravelmente diferentes dos encontrados por Link et al. (1994) no estudo de prevalência efectuado nos E.U.A., com 1507 participantes, em que as situações mais frequentes foram estar sem-abrigo entre 1 mês e 1 ano (46%) e entre 1 semana e 1 mês (33%).

Os resultados indicam que existe relação entre ter sido pedinte e ter sido sem-abrigo. A prevalência de pedinte ao longo da vida (2,5 a 3%), revelou-se ligeiramente superior à prevalência de sem-abrigo literal (2%), mas inferior à de sem-abrigo global (6,5%). Estes dados são concordantes com as razões referidas pelas pessoas em situação de precariedade habitacional, que revelam outras causas para além da pobreza extrema.

### Opiniões Gerais

No que respeita a opiniões gerais face ao problema dos sem-abrigo, tal como na opinião pública norte-americana (Tompsett et al., 2006), verificou-se que o problema tende a ser considerado mais grave a nível nacional do que a nível local, o que se pode dever ao facto das pessoas não observarem nas suas localidades muitos casos graves – mais de um terço dos participantes não viu nenhum sem-abrigo na semana anterior à entrevista; e o mais frequente entre as pessoas questionadas foi não conhecer nenhum sem-abrigo (44,1%), e as que sim conheciam em média 2,6 pessoas –, mas terem noção de que noutras zonas do país a situação é pior. Noção essa que lhes pode ter sido veiculada através da comunicação social, visto que a grande maioria já leu artigos sobre os sem-abrigo, e considera que a comunicação social tem uma influência importante nas suas opiniões sobre a situação de sem-abrigo; ou de familiares e amigos, uma vez que mais de metade costuma falar com familiares e amigos sobre o tema.

A percepção da influência dos *media* nas suas opiniões é concordante com os dados científicos, que indicam que a comunicação social desempenha um papel importante na elaboração da opinião pública (Buck & Toro, 2004 in press).

A tendência pessimista em relação à evolução do problema no país pode ser reflexo dos últimos anos de crise económica nacional, visto que a percepção de

mudanças na economia é um factor social particularmente influente da opinião pública (Durr, 1993, Elliot et al., 1997 cit. por Tompsett et al., 2006).

Relativamente à responsabilidade na causa da situação de sem-abrigo, a maior parte considera que são a Sociedade e o Estado os principais responsáveis por as pessoas se tornarem sem-abrigo, e que deve ser o Governo o principal responsável por ajudar a apoiar as pessoas sem-abrigo. A maioria dos participantes (80%) concorda mesmo com o aumento dos financiamentos públicos nesta área, mas grande parte (58,5%) não estaria nada disponível para pagar mais impostos destinados à redução de pessoas sem-abrigo.

O facto de a maioria das pessoas não estarem disponíveis para pagar mais impostos é contrário aos dados revelados pela opinião pública norte-americana no início da década de 1990 (Toro & McDonell, 1992 cit. por Tompsett & Toro, 2004 *in press*), podendo-se presumir que estas diferenças se devam a factores de ordem económica (efeitos da globalização, crise económica nacional).

Grande parte dos participantes não foi capaz de estimar o rendimento médio mensal de uma pessoa sem-abrigo, e entre os que responderam, a ideia mais comum foi que as pessoas sem-abrigo não têm qualquer rendimento. O valor médio referido pelos participantes (91,7€) constitui apenas 22,7% do ordenado mínimo nacional (403€), o que revela a noção de que os sem-abrigo se encontram em situação de pobreza extrema.

A maioria das pessoas já ajudou de alguma forma as pessoas sem-abrigo, sendo a forma mais frequente de ajuda o dar dinheiro (esmola). De facto, a maioria (74.2%) deu dinheiro a pessoas sem-abrigo pelo menos algumas vezes no último ano.

Mais de metade dos participantes concordam de alguma forma que muitas pessoas são sem-abrigo por opção (55.8%), o que confirma o mito de que as pessoas estão em situação de sem-abrigo por preferirem a liberdade proporcionada pela ausência de responsabilidades.

Quanto às características individuais atribuídas pelos participantes às pessoas sem-abrigo, é difícil fazer comparações devido à escassez de estudos neste âmbito em Portugal. Contudo, parecem confirmar-se os estereótipos na opinião pública, de serem maioritariamente homens sozinhos com problemas de abuso de substâncias. Em concreto, as características individuais mais atribuídas aos sem-abrigo foram as seguintes: maioritariamente homens (65%), sós – não casados (66%) e sem filhos (55%), sem contacto regular com familiares (76%), que não conseguem encontrar

habitação permanente (81%), sem reformas ou subsídios (69%), com problemas de álcool (61%) e de drogas (61%).

Estas visões parecem corresponder aos dados disponíveis em Portugal, mas convém realçar que todos os dados encontrados na revisão de literatura corresponderam a estudos efectuados com pessoas sem-abrigo de rua.

A maior percentagem de homens corresponde aos dados disponíveis sobre as pessoas em situação de sem-abrigo literal (76%; Câmara Municipal de Lisboa, 2004).

A ideia das pessoas sem-abrigo como sendo pessoas sós vai ao encontro dos dados do estudo do Instituto da Segurança Social (2006, cit. por Pereira, 2006), efectuado com pessoas em situação de sem-abrigo literal, que identificou 70% de pessoas sós; e de um estudo efectuado num abrigo de Lisboa, no qual também se constatou que 75% dos utentes eram solteiros e que 56% não tinham filhos (Sousa & Almeida, 2001).

O facto dos participantes considerarem em média que apenas 24% das pessoas sem-abrigo têm contacto regular com os familiares vem confirmar o estereótipo dominante de que as pessoas sem-abrigo têm pouco ou nenhum contacto com os familiares. Embora pareça haver evidências de outros estudos, de que a maioria das pessoas sem-abrigo têm efectivamente contacto regular com os familiares (Toro & Janisse, 2004).

O estudo do Instituto da Segurança Social (2006, cit. por Pereira, 2006), revelou apenas 25% de pessoas sem-abrigo em situação de ruptura familiar.

A ideia de que as pessoas em situações de sem-abrigo não recebem reformas ou subsídios, vai ao encontro dos resultados do referido estudo, no qual apenas 15% dos sem-abrigo revelaram receber pensões ou outras prestações sociais (Instituto da Segurança Social, 2006 cit. por Pereira, 2006).

A opinião pública alemã também revelou tendência – mais do que a opinião pública norte-americana – a ver os sem-abrigo de forma estereotipada, como sendo homens alcoólicos que não conseguem encontrar habitação permanente (Tompsett et al., 2003). No entanto, ao contrário dos nossos participantes, evidenciou também tendência para vê-los como beneficiários de apoios sociais.

Relativamente à idade das pessoas sem-abrigo, a opinião média é de que se verifica uma distribuição etária de certa forma equitativa, mas com um ligeiro predomínio dos adultos dos 30 aos 44 anos (29%), e considerando os idosos (mais de 65 anos – 19%) o grupo menos representado. O estudo efectuado, em 2004, pela

Câmara Municipal de Lisboa também identificou como grupo mais representado entre os sem-abrigo de rua os adultos mais jovens (entre os 25 e os 44 anos – 52%), mas com uma maior diferença dos outros grupos, e os idosos como o penúltimo grupo representado (maiores de 54 anos – 12%); e o estudo num abrigo de Lisboa revelou que os utentes tinham uma idade média de 36 anos (Sousa & Almeida, 2001).

Parece pois, que embora os idosos sejam considerados pelos participantes o grupo etário menos representado, são-no em maior escala do que a que revelam os dados disponíveis, o que pode ser explicado pelo facto, já citado na revisão de literatura, de as pessoas sem-abrigo tenderem a apresentar uma grande degradação da imagem e aparentarem mais idade do que a que realmente têm.

O estudo da Câmara Municipal de Lisboa (2004) identificou, de facto, como problemáticas mais associadas à situação de sem-abrigo a toxicodependência e o alcoolismo.

Quanto à etnia, a opinião média é de que metade da população sem-abrigo é de origem nacional (50%), e de que a outra metade se reparte entre diferentes minorias étnicas, com predomínio dos luso-africanos (16%) e dos brasileiros (14%). Esta ideia da sobre representação das minorias étnicas na população sem-abrigo vai ao encontro dos dados referidos na literatura, onde este facto é frequentemente citado (APA Council of Representatives, 1991; Cousineau, 2001; Burt, 2001). Os dados existentes para a população portuguesa referem uma menor proporção de minorias étnicas – 25% no estudo do Instituto da Segurança Social (2006, cit. por Pereira, 2006).

No que respeita ao nível educacional das pessoas sem-abrigo, a ideia média é que a maior parte não completou o ensino secundário (64%), e que, portanto, se tratam de pessoas com poucas habilitações académicas, mas que também existe uma percentagem significativa de pessoas com ensino secundário completo (22%) e com frequência do ensino superior (13%). Esta ideia, de existirem pessoas sem-abrigo mais diferenciadas em termos educacionais, revela a noção de que a situação de sem-abrigo não atinge apenas os menos qualificados, podendo atingir também, embora em menor proporção, aqueles que estariam em melhores condições de estar socialmente incluídos. Pode-se supor que os elevados níveis de desemprego no país nos últimos anos, assim como as notícias veiculadas na comunicação social, sobre as

elevadas taxas de desemprego entre pessoas licenciadas, possam de alguma forma estar a influenciar esta opinião.

Quanto à importância da situação de sem-abrigo relativamente a outros problemas, embora a maioria dos participantes não tenha achado nenhum problema mais importante do que reduzir o número de pessoas sem-abrigo, só achou menos importante aumentar os custos com as Forças Armadas. Este facto é facilmente compreensível, se atendermos a que a importância dada aos problemas é fortemente influenciada por acontecimentos recentes (Tompsett et al., 2006), e que Portugal não está directamente envolvido em nenhum conflito internacional há mais de 30 anos.

Promover Programas de Limpeza do Ambiente, melhorar o Sistema de Saúde, reduzir a Dívida Pública, aumentar os Gastos com a Educação e melhorar os Programas de Apoio às Crianças, são temáticas que estão na actualidade, que dizem directamente respeito à vida de todos, que dizem respeito ao desenvolvimento do país e à melhoria das condições de vida, e que são consideradas como tendo impacto indirecto na própria situação de sem-abrigo, talvez daí o terem sido considerados problemas igualmente importantes pela maioria dos participantes.

### Factores de Atitudes

No que respeita ao factor de atitude *compaixão geral*, os resultados indicam que a maior parte dos participantes estaria disponível para ter uma residência para pessoas sem-abrigo na sua área de residência (78,9%), que quase todos se sentem tristes e com compaixão quando pensam em pessoas sem-abrigo (94,5%), e se irritam quando pensam que existem tantas pessoas sem-abrigo num país como o nosso (90,4%), revelando uma atitude compassiva perante os sem-abrigo.

Relativamente às *restrições aos direitos públicos*, mais de metade da amostra considera que os sem-abrigo devem ter permissão para mendigar em locais públicos (60,8%), mas não para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos (55,8%). Parece pois haver uma certa condescendência relativamente à mendicidade, mas não em relação ao apoderamento de espaços públicos para construção de estruturas de abrigo temporário.

Quanto à *confiança nas pessoas sem-abrigo* verifica-se uma atitude moderada. Se por um lado, a maioria dos participantes consideram que as pessoas sem-abrigo têm boas capacidades de trabalho (64,1%), e que não confiariam menos numa pessoa se soubessem que ela tinha sido sem-abrigo (62,8%); por outro, também consideram que as pessoas sem-abrigo têm mais probabilidades de cometer crimes violentos (56,8%) e que a maioria sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares (76,5%). Relativamente à perigosidade das pessoas sem-abrigo, as opiniões dividem-se quase equitativamente, mas verifica-se um ligeiro predomínio dos que consideram que podem ser perigosas (51,3%).

Visto que o mais frequente entre os participantes foi não terem visto *nenhuma* sem-abrigo (39,2%; Anexo F) na semana que precedeu a entrevista, deduzindo-se que não tenham pessoas sem-abrigo na vizinhança, de certa forma estes resultados coadunam-se com a informação dum estudo efectuado por Farrel (2005), que verificou que o medo não está relacionado com a exposição à situação de sem-abrigo na vizinhança.

Os participantes tendem a considerar as pessoas sem-abrigo como *isoladas socialmente*. A maioria considera que não passam a maior parte do tempo em casa de amigos ou familiares (85,4%) e que não passam a maior parte do tempo à procura de emprego (75,5%).

As pessoas sem-abrigo são consideradas quase em unanimidade *pessoas de rua*, na medida em que se acredita que geralmente dormem ao relento, em lugares como parques, becos ou ruas (94%), e que também dormem em edifícios abandonados (88,9%). Esta visão estereotipada das pessoas sem-abrigo parece também verificar-se na opinião pública alemã (Tompsett et al., 2003).

Quanto às *habitações/serviços necessários*, mais uma vez existe um certo consenso que o Estado deveria despende mais dinheiro para conceder subsídios de habitação às pessoas sem-abrigo para que possam pagar renda (88,4%); e que disponibilizar gratuitamente programas de tratamento de álcool e drogas às pessoas sem-abrigo (97%), o internamento compulsivo de pessoas sem-abrigo com doença mental grave (89,4%) e ajudar mais pessoas sem-abrigo a obterem benefícios sociais (87,4%), seriam medidas eficazes ou parcialmente eficazes para reduzir o fenómeno dos sem-abrigo. Aparece pois, a ideia da necessidade de mais apoios do Estado-providência, nomeadamente ao nível da disponibilização de tratamentos para os

dependentes de substâncias e doentes mentais, donde a dependência de substâncias e da doença mental emergem enquanto causas individuais da situação de sem-abrigo.

No que concerne aos *factores pessoais como causa*, a doença mental (78%), a alta hospitalar de pessoas com doença mental (76,5%) e a incapacidade ou doença física (86,9%) são considerados factores que contribuem para a situação de sem-abrigo. No entanto, resultados do estudo do Instituto de Segurança Social (Pereira, 2006) revelam que apenas 23% das pessoas sem-tecto identificadas tinham problemas de saúde (toxicodependência, alcoolismo e doença física ou mental).

Relativamente aos *factores económicos como causa*, o desemprego é visto pela maioria como uma das principais causas da existência de pessoas sem-abrigo (87%), e surge novamente a ideia, quase consensual, de necessidade de mais apoios do Estado, quer através da despesa de mais dinheiro para construir habitações económicas para as pessoas sem-abrigo (96%), como através da despesa de mais dinheiro em benefícios sociais para as pessoas sem-abrigo (91%). Mais uma vez, o estudo do Instituto de Segurança Social (Pereira, 2006) revelou apenas 22% de pessoas sem-tecto em situação desemprego.

Dados da comparação entre a opinião pública na Alemanha e nos E.U.A., evidenciam nos alemães uma menor tendência para as restrições aos direitos públicos, e maior tendência para a confiança e a compaixão geral (Tomsett et al., 2003), mas a ausência de informação suficiente não permite fazer a comparação com a opinião pública portuguesa.

### Características que Predizem Atitudes

O estudo da relação entre as atitudes e as características demográficas dos participantes, revelou que as únicas características com efeito significativo sobre as atitudes foram o *sexo*, a *idade*, o *grau de escolaridade* e o *rendimento familiar*.

Na primeira pesquisa de opinião pública sobre os Sem-abrigo, Toro & McDonnell (1992 cit. por Tompsett et al., 2006), verificaram que poucas características dos participantes previram as variáveis de atitude, à excepção do sexo e da idade. As mulheres e os participantes mais novos mostraram-se geralmente mais

compreensivos com os sem-abrigo, e mais conscientes dos factores estruturais relacionados com a situação de sem-abrigo.

E ao longo dos estudos posteriores este padrão continuou a verificar-se: os mais jovens e as mulheres apresentaram maior tendência para atribuir a causa da situação de sem-abrigo a factores económicos; menos tendência para atribuir a causa a defeitos pessoais das pessoas sem-abrigo; evidenciaram atitudes mais compassivas e de confiança face aos sem-abrigo; consideraram a situação de sem-abrigo um problema mais sério (Tompsett et al., 2003); e recomendaram abordagens mais estruturais para a resolução do problema (Tompsett et al., 2006).

No presente estudo esta tendência não se confirmou para o factor sexo, na medida em que se verificou que os homens tendem simultaneamente a apresentar mais valores de Compaixão Geral e de Restrições aos Direitos Públicos; atitudes que à partida podem parecer antagónicas, mas que não o são necessariamente.

Para a idade verificaram-se realmente maiores níveis de Confiança nas pessoas sem-abrigo entre os mais jovens, mas não mais Compaixão como no estudo efectuado na Alemanha (Schlienz et al., 2002).

O grau de escolaridade influencia a atitude de Confiança nas pessoas sem-abrigo e a atitude de considerá-las Isoladas Socialmente. Parece haver uma tendência não linear para a Confiança aumentar à medida que aumenta o grau de escolaridade até à licenciatura, com uma diminuição nos graus académicos superiores. Os valores mais elevados na atitude Isolamento Social verificam-se nos níveis de frequência de ensino superior e de licenciatura.

Curiosamente, tanto na atitude de Confiança como de Isolamento Social os participantes sem escolaridade (ou que não responderam) têm resultados muito semelhantes aos dos participantes com grau académico superior à licenciatura, o que dá conta de opiniões mais radicais nas pessoas com níveis educacionais mais extremos: apresentam menos confiança nas pessoas sem-abrigo e consideram-nas menos como estando socialmente isoladas.

O impacto do nível de escolaridade nas atitudes face aos sem-abrigo não tem sido consensual. Nos estudos efectuados em 1993 e 2001 nos Estados Unidos, Tompsett et al. (2006) verificaram que um nível de educação mais elevado estava associado com uma maior crença nas causas pessoais e a um menor apoio a intervenções estruturais para ajudar os sem-abrigo; mas estava também mais associado a uma maior disposição para pessoalmente dar dinheiro a pedintes, para

pagar mais impostos, e a formas menos estereotipadas de ver os sem-abrigo como pessoas de rua, alcoólicas ou criminosas. Estes resultados contradizem os obtidos por Lee et al. (1990, cit. por Tompsett et al., 2006), em que um maior nível educacional estava associado a um menos apoio a um modelo de deficiências pessoais dos sem-abrigo. Por outro lado, Phelan et al. (1995, cit. por Tompsett et al., 2006) constataram que os participantes com maior nível educacional expressam maior tolerância pelas pessoas sem-abrigo, mas menos apoio a que lhes seja prestado auxílio económico.

O nível de rendimentos pessoais também tende a ser considerado um preditor inconsistente das atitudes face aos sem-abrigo (Furnham, 1996, Toro & McDonell, 1992 cit. por Tompsett et al., 2006; Tompsett et al., 2006). No presente estudo, o rendimento evidenciou influência sobre o factor Isolamento Social, com os grupos de rendimentos mais extremos, e os que não responderam, a revelar menores níveis deste factor de atitude, e os níveis médios a demonstrar níveis mais elevados e equiparáveis entre eles. Pelo contrário, no estudo de Tompsett et al. (2003), o grupo com valores mais elevados de Isolamento Social foi o que não revelou o rendimento.

Relativamente às restantes características demográficas – *ter sido sem-abrigo, ter sido pedinte, ter familiares sem-abrigo, ter amigos sem-abrigo, zona de residência e partido político* – não se identificaram efeitos significativos sobre as atitudes.

No que respeita ao *partido político*, é de realçar que os resultados obtidos não são surpreendentes, visto que alguns estudos têm demonstrado uma certa inconsistência nos seus efeitos sobre as atitudes face aos sem-abrigo (Furnham, 1996, Toro & McDonell, 1992 cit. por Tompsett et al., 2006). No entanto, Tompsett et al. (2003) constataram que as pessoas com orientação política liberal ou moderada tendiam a apresentar valores mais elevados nas atitudes de Compaixão Geral, Confiança e Factores Económicos.

### Limitações do Estudo

O presente estudo tem algumas limitações que devem ser referidas.

Apesar da sua grande abrangência, o método de cálculo da prevalência ainda assim produz taxas subestimadas por não englobar os sem-abrigo actuais, pessoas sem telefone e menores de 18 anos.

Os dados referentes ao número de agregados familiares que dispõem de telefones fixos são díspares. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2003), no ano de 2003, 75,5% dos agregados familiares portugueses dispunham de telefone de rede fixa. No entanto, uma pesquisa da Comissão Europeia (2006) sobre o uso de comunicações nos agregados familiares da União Europeia, que decorreu entre Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006, aponta Portugal como um dos países com mais baixa taxa de telefones fixos em agregados familiares (54%). Provavelmente, as diferenças de percentagens entre os dois estudos dever-se-ão ao facto de uma elevada proporção de agregados portugueses, durante os 2 ou 3 anos que separam os estudos, terem optado exclusivamente pelos telemóveis.

No entanto, o que é importante realçar é que existe uma grande percentagem de pessoas que são excluídas à partida da amostra, pelo facto de não terem telefone fixo, sendo de supor que essas pessoas tivessem características demográficas diferentes das que têm telefone, e que portanto, pudessem também ter diferentes visões do fenómeno dos sem-abrigo (Tompsett et al., 2003).

A baixa taxa de entrevistas em função dos contactos telefónicos efectuados (9%), embora desmotivante para as entrevistadoras e obrigando a um prolongamento do procedimento do estudo, não está muito longe da taxa obtida pela equipa de investigação nos E.U.A. (13%), que é similar às taxas obtidas em sondagens efectuadas por telefone com participantes seleccionados aleatoriamente (Council for Marketing and Opinion Research, 2003 cit. por Tompsett et al., 2006).

É também de destacar, que os dados do presente estudo advêm de auto-relatos dos participantes durante uma breve entrevista, com todas as implicações que daí possam advir.

### Desenvolvimentos Futuros

Os principais potenciais do estudo são o facto de aceder à prevalência de sem-abrigo e à opinião pública sobre o fenómeno numa amostra significativa, e de ao

estar integrado numa investigação transnacional permitir fazer comparações com os dados de outros países e daí tirar conclusões sobre eventuais causas e soluções do problema.

Neste sentido, para futuros desenvolvimentos, sugere-se o alargamento do estudo a uma maior amostra e a análise estatística inferencial de todos os dados, de forma a poderem tirar-se ilações mais precisas sobre a prevalência de sem-abrigo em Portugal e a opinião pública da população portuguesa face a esse fenómeno.

Seria também importante o seguimento dos procedimentos realizados pelo grupo de investigação nos E.U.A., nomeadamente a comparação dos resultados com os resultados obtidos noutros países, procurando aceder a factores intranacionais, como políticas de habitação, de saúde e de segurança social, que possam estar relacionados com as diferentes prevalências de sem-abrigo.

O referido grupo tem vindo a aplicar o estudo também a pessoas contactadas para telemóveis. Esta seria uma forma de contornar o problema da exclusão dos agregados familiares que não têm telefone fixo, uma vez que os dados mais recentes revelam que 78% dos agregados familiares portugueses dispõem de pelo menos um telemóvel (European Commission, 2006), e efectivamente 87.3% dos agregados familiares participantes no nosso estudo tinham pelo menos uma linha de telemóvel (Anexo B). Contudo, prevê-se que para contactos em telemóveis a taxa de resposta diminua, tornando a recolha de dados mais difícil e prolongada no tempo.

Para aproximar a distribuição da amostra da distribuição populacional real em termos de sexo e de ocupação, sugere-se a realização de entrevistas ao fim-de-semana.

Dada a escassez de estudos de prevalência em Portugal, seria útil a aplicação apenas da parte de prevalência do estudo, como fizeram Link et al. (1994), mas com o acrescentar de questões que permitam perceber melhor as características das situações de sem-abrigo identificadas, assim como os factores que determinaram a saída da situação. Uma vez que a existência de poucas investigações sobre como as pessoas conseguem sair da situação de sem-abrigo, se deve fundamentalmente ao facto deste tipo de estudos exigir métodos longitudinais, que são caros e difíceis de concretizar (Shinn & Tsemberies, 1998), a sua realização através do questionamento ao longo da vida poderá ser uma alternativa eficaz.

Para o prosseguimento do estudo nos mesmos parâmetros, seria conveniente uma maior exploração por parte das entrevistadoras das situações de sem-abrigo identificadas e das histórias relatadas, para uma melhor compreensão das situações.

Uma vez que o fenómeno dos sem-abrigo é de uma grande heterogeneidade, é de destacar a importância de futuras investigações e intervenções que explorem a situação de sem-abrigo tanto em termos diferenciais como globais. Em termos diferenciais, não como forma de sobrevalorização dos factores individuais e de conseqüente “culpabilização da vítima”, mas sim como meio para melhor delinear respostas aos diferentes trilhos de um mesmo problema. Em termos globais, no sentido de apreender os factores comuns subjacentes a vivências muito diferentes.

Volvidos 15 anos sobre a resolução para o problema dos sem-abrigo do Conselho de Representantes da Associação Americana de Psicologia (APA Council of Representatives, 1991), esta parece manter-se ainda actual nas suas recomendações, principalmente no nosso país, onde são conhecidas poucas medidas para lidar com este problema. Deste modo, subscrevem-se as seguintes recomendações: recolha de informação sobre a natureza e o âmbito do problema; disseminação de informação precisa sobre o problema a técnicos, políticos e ao público em geral, como forma de alertar para este fenómeno social; e aplicação das descobertas a programas de intervenção e a recomendações políticas, incentivando novas medidas legislativas.

## CONCLUSÃO

As taxas de prevalência de sem-abrigo ao longo da vida, quer global como literal, estimadas no presente estudo, são muito superiores aos valores dos poucos dados de prevalência existentes no país. O que indica que a abrangência do problema é muito superior à suposta.

Ainda assim, quando comparadas com as prevalências obtidas pelo mesmo método noutros países, em geral mais ricos e mais desenvolvidos, revelam uma menor dimensão do mesmo problema. Pelo que se pode presumir que, apesar do problema dos sem-abrigo estar vinculado à pobreza, a pobreza por si só não pode explicar todos os casos de sem-abrigo.

Metade dos casos de sem-abrigo literal identificados no estudo tiveram como causa principal problemas familiares – obviamente ligados a situações de pobreza, pois quem tem meios não vive na rua –, mas em pelo menos um terço das situações de precariedade habitacional as pessoas estavam alojadas por familiares, constatando-se então que as relações familiares desempenham um papel determinante na situação de sem-abrigo, quer como potenciadoras, quer como protectoras do agravamento do problema.

Para lidar com o problema dos sem-abrigo em Portugal, parece-nos irrevogável a necessidade de mudança, através de políticas, das condições estruturais que potenciam a situação de sem-abrigo, políticas essas passíveis de serem aplicadas ao nível da intervenção comunitária. Para o fazer, é essencial conhecer a realidade da população sem-abrigo no nosso país, parecendo-nos que serão fundamentais as seguintes medidas: adopção por parte do Governo de uma definição de Sem-abrigo, adoptada em articulação directa com as organizações interventoras e com as universidades; medidas de notificação de casos por parte das organizações prestadoras de serviços (governamentais e não governamentais) a uma comissão/entidade nomeada para esse fim, de forma a poder-se não só contabilizar os casos existentes, como caracterizá-los; criação de uma base de dados com as informações recolhidas, de forma a permitir o desenvolvimento de medidas de intervenção mais ajustadas; e criação de um sistema de concertação entre os diversos serviços que trabalham com os sem-abrigo.

Dadas as dificuldades inerentes à realização de estudos de prevalência, e uma vez que uma grande parte das pessoas em situação de precariedade habitacional se alojam em casa de familiares e amigos, uma forma de apreender esta realidade seria através da introdução de questões específicas nos CENSUS, baseadas na definição adoptada, obtendo-se assim uma taxa de prevalência pontual de precariedade habitacional, a nível nacional.

O facto de se ter verificado o impacto da guerra colonial, e da posterior descolonização, na prevalência de precariedade habitacional, justifica a necessidade de se estar atento às mudanças e aos fenómenos sociais como possíveis indutores de situações de sem-abrigo.

Embora este seja um problema específico que já não afecte as gerações mais recentes, nem venha a afectar as seguintes, poderão estar ou vir a ocorrer outros fenómenos com semelhante impacto na prevalência de sem-abrigo: como a tendência de aumento das desigualdades sociais, com o conseqüente aumento das diferentes formas de exclusão social; fenómenos migratórios que conduzem ao aumento das minorias étnicas, que por mais expostas à pobreza e à exclusão poderão estar mais em risco de ficar sem-abrigo: e mudanças nas estruturas familiares, redução do emprego e precariedade nas carreiras profissionais, que provocam uma grande instabilidade (Fernandes, 1999).

Sobressai então a necessidade uma abordagem contextual, de procura de integração de todos os factores que determinam o cenário de vida da pessoa afectada pela situação de sem-abrigo.

No que respeita à opinião pública portuguesa acedida no estudo, esta revelou-se geralmente compreensiva face ao problema dos sem-abrigo, e relativamente bem informada em relação às pessoas em situação de sem-abrigo literal.

De facto, verificou-se que as pessoas sem-abrigo tendem a ser consideradas pessoas de rua e como estando socialmente isoladas, pelo que se pode deduzir que são consideradas pessoas excluídas da sociedade.

Constatou-se uma elevada compaixão geral face às pessoas sem-abrigo, e uma posição comedida relativamente às restrições aos seus direitos públicos, mas também uma confiança moderada.

Relativamente aos preditores demográficos das atitudes, os únicos que emergiram foram o sexo, a idade, o grau de escolaridade e o rendimento familiar, mas de formas nem sempre lineares.

Os homens revelam mais compaixão geral pelas pessoas sem-abrigo, mas são também quem mais concorda com restrições aos seus direitos públicos.

A classe etária que evidencia mais confiança nas pessoas sem-abrigo é a dos 30 aos 44 anos, seguida da dos 18 aos 29 anos; e à medida que a idade aumenta, a confiança parece diminuir, eventualmente devido ao aumento de sentimentos de vulnerabilidade social ao longo do processo de envelhecimento.

Os grupos mais extremos em termos de grau de escolaridade tendem a revelar menos confiança nas pessoas sem-abrigo, e a considerá-las menos como sendo isoladas socialmente. As pessoas sem-abrigo são também menos consideradas isoladas socialmente, pelos grupos mais extremos quanto ao rendimento familiar.

Uma vez que a maioria dos participantes no estudo já leu artigos sobre os sem-abrigo, e considera importante a influência da comunicação social nas suas opiniões, supõe-se que a divulgação de informação fidedigna e menos estigmatizada através da comunicação social, será uma forma de promover uma atitude ainda mais empática, compreensiva e apoiante face às pessoas sem-abrigo. Procurando consciencializar a população, de que o problema dos sem-abrigo não diz respeito apenas aos sem-tecto, mas sim a todos os que têm um vínculo habitacional precário e que estarão em risco de se ver efectivamente na rua. Que não afecta apenas aqueles que têm comportamentos desviantes, mas sim todos os que por qualquer razão se vêem numa situação de carência, não só económica como também de suporte social. Que muitas vezes essa carência é fruto da conjugação de factores, de entre os quais se destacam factores de organização da sociedade – factores estruturais ou económicos. E que a habitação é um direito humano, e, como tal, diz respeito a todos nós enquanto seres humanos e cidadãos.

A mobilização da opinião pública através de campanhas de informação e sensibilização – que, de certo modo, já começou a ser feito quando se divulgou na comunicação social os resultados do recente estudo governamental sobre os sem-abrigo (Pereira, 2006) – pode dirigir-se a públicos específicos, como aqueles que no estudo revelaram atitudes menos informadas e compreensivas face aos sem-abrigo.

Como causas da situação de sem-abrigo, são considerados importantes pela opinião pública tanto os factores pessoais como os estruturais, parecendo, porém, haver um maior consenso em relação à importância dos factores económicos.

Este facto, aliado à perspectiva de que o problema dos sem-abrigo tende a ser mais grave a nível nacional do que local; de se verificar uma visão pessimista

relativamente à evolução do problema; de o Governo ser considerado o principal responsável por ajudar; e de se considerar que os financiamentos públicos devem aumentar, indica que intervenções de nível estrutural – políticas nacionais – serão apoiadas pela opinião pública.

Para uma luta eficaz contra o problema dos sem-abrigo, essas políticas devem conciliar medidas de prevenção e de resolução

Uma vez que, mais de um terço dos casos de precariedade habitacional se devem essencialmente à pobreza, julga-se que medidas de luta contra a mesma – tanto ao nível da prevenção primária, como secundária e terciária – terão impacto significativo no problema dos sem-abrigo. Estas medidas podem, eventualmente, ser aplicadas de forma mais específica e selectiva em comunidades mais problemáticas, e deverão passar pela promoção do desenvolvimento comunitário – que é fundamental para que as intervenções consigam não só o realojamento, mas também criem condições para o progresso económico e social.

Havendo evidências da comparação entre os estudos efectuados em diferentes países, que nos países em que existe uma maior protecção social – tanto ao nível de saúde, como de pobreza e de desemprego – as taxas de prevalência de sem-abrigo são inferiores, parece que estas serão medidas a manter pelos governos, apesar das tendências políticas actuais de diminuição da intervenção governamental; e que mesmo seguindo esta tendência, a aplicação de medidas mais rigorosas e selectivas poderá mesmo resultar em ganhos em termos de equidade social.

Visto que é conhecido o impacto negativo da situação de sem-abrigo nas crianças e jovens, e mais de um terço das pessoas identificadas no estudo estiveram em situação de sem-abrigo antes dos 17 anos, justifica-se a necessidade de maior atenção às condições habitacionais e familiares das crianças – o que poderia eventualmente ser feito através de parcerias entre diversos serviços, nomeadamente do despiste pré e neo-natal nos serviços de saúde (Maternidades e Centros de Saúde), nas consultas de rotina durante a primeira infância, e pelas entidades escolares durante a idade escolar – e de intervenções específicas.

Parece-nos também importante, fornecer assistência em casos de despejo precipitado, para evitar que as pessoas percam habitação; e garantir a residência antes da alta, não só dos doentes mentais, mas de todas as pessoas institucionalizadas, entre as quais os presidiários e os jovens em instituições de acolhimento, por este ser um momento em que as pessoas estão particularmente vulneráveis.

Além disso, são necessárias formas de intervenção que visem não só o alojamento permanente das pessoas sem-abrigo, mas também a sua integração na sociedade e que lhes proporcionem competências e/ou recursos necessários para não voltarem a reincidir no mesmo problema; e que, idealmente, deveriam ser mobilizadas assim que uma pessoa em situação de sem-abrigo literal recorresse a uma estrutura de emergência, ou por referência de serviços, no caso das restantes situações de sem-abrigo/precariedade habitacional.

No entanto, a construção de abrigos é também considerada uma medida necessária pelos participantes, e fundamental, se se atender não só ao número significativo de pessoas sem-abrigo de forma pontual, e ao facto de a aplicação de medidas de longa duração implicarem algum intervalo de tempo, mas também a que *“dispor de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano”* (Nações Unidas, 2002); e que, portanto, qualquer pessoa que se veja privada deste bem deverá ter à sua disposição estruturas de emergência que colmatem temporariamente essa falta.

O facto de nenhuma das pessoas sem-abrigo identificadas no estudo ter estado alojada em abrigos ou residências temporárias, vem justificar a necessidade de avaliar a satisfação e a eficácia dos serviços disponibilizados, para sustentar mudanças que promovam a reestruturação das estruturas de emergência, e, conseqüentemente, a melhoria dos serviços. Essa reestruturação tem sido proposta na literatura, e passará, eventualmente, pelo estabelecimento de novas regras de funcionamento, que não limitem o acesso a pessoas específicas – dependentes de substâncias, casais e famílias – e simultaneamente promovam mais segurança e mais privacidade. Ao nível dos serviços prestados, destaca-se a necessidade de participação activa dos utentes na definição do funcionamento do abrigo, o acompanhamento de casos, o acompanhamento na obtenção e manutenção de emprego (por exemplo, emprego apoiado), e a articulação com outros serviços (de saúde, sociais, etc.).

Como a opinião pública portuguesa considerou, praticamente em unanimidade, que a habitação é um direito humano básico é de prever que aceite bem políticas de habitação.

No seu programa, o actual Governo reconhece que Portugal tem, ainda, carências ao nível habitacional, e que continua a ser necessário promover habitação

social, em articulação com outras políticas sociais e com um maior envolvimento de entidades, privadas e do sector cooperativo e social.

Neste sentido, prevê a promoção de parcerias para "habitação apoiada", de custos controlados, com a participação das autarquias locais e do movimento cooperativo, especialmente dirigida aos jovens em busca de primeira habitação e às famílias cujo rendimento não permita o acesso ao mercado imobiliário; a gestão do parque de arrendamento do Estado, efectuada com recurso a parcerias com entidades privadas ou da economia social; estimular a programação nas operações urbanísticas de áreas de construção para a promoção de habitação de custos controlados.

Os resultados do estudo indicam que a opinião pública portuguesa será apoiante destas medidas governamentais, assim como de políticas que englobem as seguintes medidas: disponibilização de habitações temporárias e de emergência; disponibilização de mais habitações económicas; atribuição de benefícios sociais às empresas que construam habitações para as pessoas pobres; aumento do salário mínimo nacional e dos benefícios sociais; disponibilização de tratamentos gratuitos de álcool e drogas para as pessoas sem-abrigo; internamento obrigatório dos doentes mentais graves; garantir a residência das pessoas que estão em instituições psiquiátricas antes da alta hospitalar; estabelecimento de programas de apoio infantil para que as mães sem-abrigo com crianças pequenas possam trabalhar.

Inequivocamente, uma intervenção eficaz exige o alojamento do indivíduo ou família numa habitação de carácter permanente e não num abrigo, de forma a garantir, que embora possa reincidir na situação de sem-abrigo, tenha sempre uma habitação onde voltar; e o complementar fornecimento de serviços de apoio adequados às suas necessidades e às suas escolhas, que promovam a manutenção da estabilidade habitacional e o bem-estar do indivíduo e/ou famílias e, em última instância, da comunidade.

Como a perspectiva dominante na opinião pública portuguesa, relativamente a habitações e serviços necessários, é a da necessidade de mais apoios sociais por parte do Estado e de mobilização de serviços de apoio para as pessoas sem-abrigo com doenças mentais e dependentes de substâncias; e o desemprego é considerado uma das principais causas da situação de sem-abrigo; deduz-se que habitação apoiada com serviços de apoio nestas áreas será uma medida bem aceite pela população portuguesa.

No que respeita ao caso específico das pessoas sem-abrigo com doença mental, estudos recentes têm revelado resultados que contrariam a necessidade de internamento obrigatório dos doentes mentais graves, demonstrando que estes podem viver de forma autónoma e estável em soluções habitacionais, com o apoio dos serviços apropriados; e que a habitação apoiada pode ser uma alternativa eficaz aos internamentos, reduzindo, inclusive, o número de hospitalizações (Shinn & Tsemberis, 1998; Tsemberis et al., 2003; Gulcur et al., 2003).

O facto do nosso estudo ter identificado um predomínio de situações de sem-abrigo de longa duração (mais de 1 ano), e sabendo-se que os sem-abrigo crónicos beneficiam de programas que proporcionem habitação permanente e serviços de apoio, justifica que esta seja efectivamente uma medida a adoptar.

No entanto, não se pode deixar de sublinhar a importância da habitação subsidiada para a resolução do problema dos sem-abrigo, como medida passível de ser aplicada a todas as pessoas em situação de sem-abrigo, independentemente das especificidades dos seus casos e da necessidade de serviços; e determinante ao nível da prevenção selectiva.

Tendo a opinião pública portuguesa se revelado em geral compassiva, e uma vez que a maior parte dos participantes estava disponível para efectuar trabalho voluntário e para ter abrigos e residências destinadas a pessoas sem-abrigo na sua área de residência, talvez fossem de implementar medidas comunitárias que aproveitem este potencial de participação cívica e comunitária.

Em geral, nas investigações sobre o problema dos sem-abrigo verifica-se a necessidade de abordagens mais compreensivas e menos descritivas, e de estudos sobre como as pessoas sem-abrigo conseguem sair da situação.

Nas intervenções mobilizadas deve-se dar especial atenção à avaliação do seu impacto, através da comparação dos grupos-alvo (cujos elementos devem ser seleccionados aleatoriamente) com grupos de controlo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, O. & Toro, P. A. (2000). Let's Ask the Homeless People Themselves: A Needs Assessment Based on a Probability Sample of Adults. *American Journal of Community Psychology*, 28 (3), 343-366.

Ahmed, S. R. & Toro, P. A. (2004, in press). Homelessness among African Americans. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of Homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/aframer3p.pdf>. (January 2006)

Anderson, I. (2003). Synthesizing Homelessness Research: Trends, Lessons and Prospects. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 197-205.

Anderson, I. & Christian, J. (2003). Causes of Homelessness in the UK: A Dynamic Analysis. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 105-118.

APA Council of Representatives (1991). Resolution on Homelessness. *American Psychologist*, 46(11), 1108.

Baptista, I. (2004). *Portugal National Report 2004 for the European Observatory on Homelessness: Statistical Update*. Brussels: FEANTSA.

Bokszczanin, A., Toro, P.A., & Hobden, K.L. (2005, June). *Homelessness and public opinion: A comparison across four nations*. Paper Presented at the Biennial Conference on Community Research and Action, Champaign, IL. [On-line] Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/4%20Nations%20SCRA.pdf>.

Buck, P. O., & Toro, P. A. (2004, in press). Images of Homelessness in the Media. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of Homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/mency5.pdf>. (January 2006)

Burt, M. (2001). *What Will it Take to End Homelessness?* Washington, DC: Urban Institute. [On-line]. Available: [http://www.urban.org/UploadedPDF/end\\_homelessness.pdf](http://www.urban.org/UploadedPDF/end_homelessness.pdf)

Burt, M. (2006, March). *Testimony Related to Provisions of S. 1801, The Community Partnership to End Homelessness Act of 2005*. Testimony submitted before the Senate Banking, Housing and Urban Affairs Committee, Housing and Transportation Subcommittee.

Burt, M., Pearson, C. L., & Montgomery, A. E. (2005). *Strategies for Preventing Homelessness*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development. [On-line]. Available: [http://www.urban.org/UploadedPDF/1000874\\_preventing\\_homelessness.pdf](http://www.urban.org/UploadedPDF/1000874_preventing_homelessness.pdf)

Câmara Municipal de Lisboa (2004). *Estudo sobre a População de Rua da Cidade de Lisboa (Relatório Preliminar da Análise de Dados)*. [On-line]. Available: [http://www.cm-lisboa.pt/index.php?id\\_item=7489&id\\_categoria=11](http://www.cm-lisboa.pt/index.php?id_item=7489&id_categoria=11). (Novembro 2006)

Caton, C. L. M., Dominguez, B., Schanzer, B., Hasin, D. S., Shrout, P. E., Felix, A., McQuiston, H., Opler, L. A., & Hsu, E. (2005). Risk Factors for Long-Term Homelessness: Findings From a Longitudinal Study of First-Time Homeless Single Adults. *American Journal of Public Health, 95* (10), 1753-1759.

Christian, J. (2003). Introduction – Homelessness: Integrating International Perspectives. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 13*, 85-90.

Christian, J. & Abrams, D. (2003). The Effects of Social Identification, Norms and Attitudes on Use of Outreach Services by Homeless People. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 13*, 138-157.

Clapham, D. (2003). Pathways Approaches to Homelessness Research. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 13*, 119-127.

Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Relatório Conjunto sobre Inclusão Social que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas.

*Constituição da República Portuguesa: VII Revisão Constitucional* (2005). [On-line]. Available: [http://www.parlamento.pt/const\\_leg/crp\\_port/](http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/).

Cornell Law School (2005). The Public Health and Wealfare. In *U. S. Code Collection*. [On-line]. Available: [http://www4.law.cornell.edu/uscode/search/display.html?terms=homeless&url=/uscode/html/uscode42/usc\\_sec\\_42\\_00011302----000-.html](http://www4.law.cornell.edu/uscode/search/display.html?terms=homeless&url=/uscode/html/uscode42/usc_sec_42_00011302----000-.html). (Abril 2006)

Cousineau, M. R. (2001). Comparing Adults in Los Angeles County Who Have and Have Not Been Homeless. *Journal of Community Psychology*, 29 (6), 693-701.

Crane, M., Byrne, K., Fu, R., Lipman, B., Mirabelli, F., Rota-Bartelink, A., Ryan, M., Shea, R., Watt, H., & Warnes, A. M. (2005). The Causes of Homelessness in Later Life: Findings from a 3-Nation Study. *The Journals of Gerontology – Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 60(3), S152-S159.

Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho. [On-line]. Available: [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC15/Miisterios/MOPTH/Comunicacao/Outros\\_Documentos/20040603\\_MOPTH\\_Doc\\_Prohabita.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Miisterios/MOPTH/Comunicacao/Outros_Documentos/20040603_MOPTH_Doc_Prohabita.htm). (Novembro 2006)

Doherty, J., Decker, P., Busch-Geertsema, V., O'Sullivan, E., Sahlin, I., Tosi, A., Hänninen, S., & Kärkkäinen, S. (2005). The Changing Role of the State: Welfare delivery in the neoliberal era. Brussels: FEANTSA.

Doron, R. & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa : Climepsi Editores.

Edgar, B. (2005). *Third Review of Policies on Homelessness in Europe*. Brussels: FEANTSA.

Edgar, B., Doherty, J., & Meert, H. (2003). *Review of Statistics on Homelessness in Europe*. European Observatory on Homelessness. [On-line]. Available:[http://www.feantsa.org/files/transnational\\_reports/EN\\_StatisticsReview\\_2003.pdf](http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/EN_StatisticsReview_2003.pdf). (November 2006)

European Comission (2006). E-Communications Household Survey. *Special Eurobarometer* 249. [On-line]. Available: [http://ec.europa.eu/information\\_society/policy/ecommm/doc/info\\_centre/studies\\_ext\\_consult/ecommm\\_household\\_study/eb\\_jul06\\_main\\_report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/information_society/policy/ecommm/doc/info_centre/studies_ext_consult/ecommm_household_study/eb_jul06_main_report_en.pdf). (Janeiro 2007)

Farrel, C. R. (2005). Sharing Neighborhoods: Order and Disorder in Homeless-Domiciled Encounters. *American Behavioral Scientist*, 48(8), 1033-1054.

FEANTSA (2005). *FEANTSA proposal for Urban Audit 2006*. Brussels: FEANTSA.

FEANTSA (2006). *Good Practice Guidelines for Monitoring and Measuring Homelessness*. Brussels: FEANTSA.

Fernandes, A. A. (1999). Velhice e Sociedade: Alterações nos Calendários Demográficos e Políticas Sociais. *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Vol. 4 (pp.51-60). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Ferreira, L. V. (2005). Dinâmica de Rendimentos, Persistência da Pobreza e Políticas Sociais em Portugal. *FEP Working Papers*, 178.

Foscarinis, M. (1991). The Politics of Homelessness: A Call to Action. *American Psychologist*, 46(11), 1232-1238.

Goering, P., Tolomiczenko, G., Sheldon, T., Boydell, K., & Wasylenki, D. (2002). Characteristics of Persons Who Are Homeless for the First Time. *Psychiatric Services*, 53(11), 1472-1474.

Gulcur, L., Stefancic, A., Shinn, M., Tsemberis, S., & Fischer, S. N. (2003). Housing, Hospitalization, and Cost Outcomes for Homeless Individuals with Psychiatric Disabilities Participating in Continuum of Care and Housing First Programmes. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 171-186.

Hwang, S. W. (2006). Homelessness and Harm Reduction. *CMAJ*, 174 (1), 50-51).

Instituto Nacional de Estatística (2000). Inquérito aos Orçamentos Familiares. [On-line]. Available: <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp>. (Novembro 2006)

Instituto Nacional de Estatística (2002). CENSOS 2001 – Resultados Definitivos. [On-line]. Available: [http://www.ine.pt/prodserv/censos\\_definit/censos\\_definit.asp](http://www.ine.pt/prodserv/censos_definit/censos_definit.asp). (Janeiro 2007)

Instituto Nacional de Estatística (2003). Anuário Estatístico de Portugal 2003. [On-line]. Available: <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp>. (Novembro 2006)

Kelly, J. (2003). Science and Community Psychology: Social Norms for Pluralistic Inquiry. *American Journal of Community Psychology*, 31 (3/4).

Kiesler, C. A. (1991). Homelessness and Public Policy Priorities. *American Psychologist*, 46(11), 1245-1252.

Kondratas, A. (1991). Ending Homelessness: Policy Challenges. *American Psychologist*, 46(11), 1226-1231.

Larsen, L., Poortinga, E., & Hurdle, D. E. (2004). Sleeping Rough: Exploring the Differences Between Shelter-Using and Non-Shelter-Using Homeless Individuals. *Environment and Behavior*, 36(4), 578-591.

Lee, B. A., Jones, S. H., & Lewis, D. W. (1990). Public Beliefs About the Causes of Homelessness. *Social Forces*, 69 (1), 253-265.

Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio. [On-line]. Available: [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC15/Ministerios/MSST/Comunicacao/Outros\\_Documentos/20030521\\_MSST\\_Doc\\_RSI.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MSST/Comunicacao/Outros_Documentos/20030521_MSST_Doc_RSI.htm). (Novembro 2006)

Link, B. G., Susser, E., Stueve, A., Phelan, J., Moore, R. E., & Struening, E. (1994). Lifetime and Five-Year Prevalence of Homelessness in the United States. *American Journal of Public Health*, 84 (12), 1907-1912.

MacLean, M. G., Embry, L. E., & Cauce A. M. (1999). Homeless Adolescents' Paths to Separation from Family: Comparison of Family Characteristics, Psychological Adjustment, and Victimization. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 179-187.

Maroco, J. (2003). *Análise Estatística – Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Maroco, J. (2006). *Análise de Equações Estruturais*. Lisboa: ISPA. Não publicado.

Martins, A. F. (2004). Políticas Rudimentares para os Sem-abrigo. [On-line]. Available: [http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo.asp?cod\\_artigo=161180](http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo.asp?cod_artigo=161180). (Dezembro 2006)

McCarty, D., Argeriou, M., Huebner, R. B., & Lubran, B. (1991). Alcoholism, Drug Abuse, and the Homeless. *American Psychologist*, 46 (11), 1139-1148.

McNiel, D. E., Binder, R. L., & Robinson, J. C. (2005). Incarceration Associated with Homelessness, Mental Disorder, and Co-occurring Substance Abuse, *Psychiatric Services*, 56(7), 840-846.

Meert, H., Benjaminsen, L., Cabrera, P., Dandolova, I., Fernández, E., Filipovic, M., Hradecký, Koch-Nielsen, I., Maas, R., Rubio. M. J., & Zidi, D. (2005). The Changing Profiles of Homeless People: Still depending on emergency-services in Europe: Who and Why? Brussels: FEANTSA.

Meert, H., Edgar, B., & Doherty, J. (2004). *Towards an Operational Definition of Homelessness and Housing Exclusion*. Paper presented at the ENHR Conference, Cambridge, UK. [On-line]. Available: <http://www.enhr2004.org/files/papers/Meert.%20H.%20%20Towards%20an%20operational%20definition%20of%20homelessne.pdf>.

Miguel. M. & Borges, L. (2002). Aspectos Psicológicos da Doença Crónica. *Boletim do Hospital de Pulido Valente*, XV(3), 101-106.

Mojtabai, R. (2005). Perceived Reasons for Loss of Housing and Continued Homelessness Among Homeless Persons with Mental Illness. *Psychiatric Services*, 56(2), 172-178.

Nações Unidas (2002). Direitos Humanos: O Direito Humano a uma Habitação Condigna. *Ficha Informativa*, n.º 21.

National Alliance to End Homelessness (2003). *Toolkit to End Homelessness: Featuring the Ten Essentials for Ending Homelessness in Your Community*. Washington, DC: National Alliance to End Homelessness. [On-line]. Available: <http://www.endhomelessness.org/content/article/detail/1223>. (February 2007)

National Alliance to End Homelessness (2006a). *Frequently Asked Questions about Housing First for Individuals and Families?* Washington, DC: National

Alliance to End Homelessness. [On-line]. Available: <http://www.endhomelessness.org/content/general/detail/1424>. (February 2007)

National Alliance to End Homelessness (2006b). *What is Housing First?* Washington, DC: National Alliance to End Homelessness. [On-line]. Available: <http://www.endhomelessness.org/content/general/detail/1425>. (February 2007)

National Alliance to End Homelessness (2007). *Homelessness Counts*. Washington, DC: National Alliance to End Homelessness. [On-line]. Available: <http://www.endhomelessness.org/content/general/detail/1440>. (February 2007)

National Coalition for the Homeless (2005a). *Addiction Disorders and Homelessness*. Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/addiction.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005b). *Employment and Homelessness*. Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Employment.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005c). *Homeless Families with Children?* Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/families.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005d). *Homeless Youth*. Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/youth.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005e). *Homelessness Among Elderly Persons*. Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Elderly.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005f). *How Many People Experience Homelessness?* Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: [http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/How\\_Many.pdf](http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/How_Many.pdf). (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005g). *Mental Illness and Homelessness*. Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line].

Available: [http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Mental\\_Illness.pdf](http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Mental_Illness.pdf).  
(April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005h). *Why are People Homeless?* Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Why.pdf>. (April 2006)

National Coalition for the Homeless (2005i). *Who is Homeless?* Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Whois.pdf>. (April 2006)

Nolan, C., Broeke, C., Magee, M., & Burt, M. R. (2005). *The Family Permanent Supportive Housing Initiative: Family History and Experiences in Supportive Housing*. Washington, DC: Urban Institute. [On-line]. Available: [http://www.urban.org/UploadedPDF/411220\\_FPSHI.pdf](http://www.urban.org/UploadedPDF/411220_FPSHI.pdf)

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2003). Relatório Anual de 2003: A Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega. [On-line]. Available: <http://ar2003.emcdda.europa.eu/pt/page109-pt.html>.

O'Connell, M. E. (2003). Responding to Homelessness: An Overview of US and UK Policy Interventions. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 158-170.

Ornelas, J. (1997). Psicologia Comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3 (XV), 375-388.

Orwin, R. G., Scott, C. K., & Arieira, C. (2005). Transitions Through Homelessness and Factors that Predict Them: Three-year treatment outcomes. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 28, S23-S39.

Pereira, A. C. (2006). Há quase 3000 sem-abrigo em Portugal Continental. *Público*, 4/08/2006.

Pereira, A., Barreto, P., & Fernandes, G. (2000). *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: a situação em 2000*. Lisboa; Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.

Pleace, N. (1998). Single Homlessness as Social Exclusion: The Unique and the Extreme. *Social Policy & Administration*, 32 (1), 46-59.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2005). *Relatório de Actualização PNAI 2005-2006*. Instituto da Segurança Social, I.P., Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Rafferty, Y. & Shinn, M. (1991). The Impact of Homelessness on Children. *American Psychologist*, 46(11), 1170-1179.

Reid, S., Nerman, H., & Forchuk, C. (2005). Living on the Streets in Canada: A Feminist Narrative Study of Girls and Young Women. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 24(4), 237-256.

Rodrigues, F. P. (2002, Outubro). *Pobreza e Exclusão Social: debates com consequências para a agenda da cidadania*. Apresentado no VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa. [On-line]. Available: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044511.pdf>. (Fevereiro 2007)

Roll, C. N., Toro, P. A., & Ortola, G. L. (1999). Characteristics and Experiences of Homeless Adults: A Comparison of Single Men, Single Women, and Women with Children. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 189-198.

Schlien, N., Tompsett, C., & Toro, P. A. (2002, June). *Predictors of Public Opinion of Homelessness in Germany*. Paper presented at the Annual Convention of the Society for the Psychological Study of Social Issues, Toronto. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/nsps3.pdf>. (January 2006)

Schram, S. (2006). Review Essay: Homelessness in the Ownership Society: An Inclusive Exclusion. *Political Theory*, 34(1), 132-135.

Shinn, M. (1997). Family Homelessness: State or Trait? *American Journal of Community Psychology*, 25 (6), 755-769.

Shinn, M. (2005). *Researching Community Contexts of Human Welfare: Research Methods in Community Psychology*. New York: New York University. Unpublished.

Shinn, M., Baumohl, J., & Hopper, K. (2001). The Prevention of Homelessness Revisited. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 95-127.

Shinn, M., Knickman, J.R., & Weitzman, B.C. (1991). Social Relations and Vulnerability to Becoming Homeless Among Poor Families. *American Psychologist*, 46 (11), 1180-1187.

Shinn, M., & Tsemberis, S. (1998). Is Housing the Cure for Homelessness? In X. B. Arriaga, & S. Oskamp (Eds.), *Addressing community problems: Psychological research an interventions* (pp. 52-77). Thousand Oaks: Sage.

Shinn, M., Weitzman, B. C., Stojanovic, D., Kinckman, J. R., Jiménez, L., Duchon, L., James, S., & Krantz, D. H. (1998). Predictors of Homelessness Among Families in New York City: From Shelter Request to Housing Stability. *American Journal of Public Health*, 88 (11), 1651-1657.

Sosin, M. R. (2003). Explaining Adult Homelessness in the US by Stratification or Situation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 91-104.

Sousa, F. M.V., & Almeida, S. M. (2001). E se perguntássemos aos Sem-abrigo?!! Satisfação e necessidades percepcionadas face aos serviços num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, 2 (XIX), 219-312.

Springer, S. (2000). Homelessness: a proposal for a global definition and classification. *Habitat International*, 24, 475-484.

Stojanovic, D., Weitzman, B. C., Shinn, M., Labay, L. E., & Williams, N. P. (1999). Tracing the Path Out of Homelessness: The Housing Patterns of Families After Exiting Shelter. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 199-208.

Tessler, R., Rosenheck, R., & Gamache, G. (2001). Gender Differences in Self-Reported Reasons for Homelessness. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 10(3), 243-254.

Tipple, G. & Speak, S. (2005). Definitions of Homelessness in Developing Countries. *Habitat International*, 29, 337-352.

Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Schlien, N., Blume, M., & Lombardo, S. (2003). Homelessness in the US and Germany: A Cross-National Analysis. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13, 240-257.

Tompsett, C. J. & Toro, P. A. (2004, in press). Public Opinion on Homelessness in the United States and other Developed Countries. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of Homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/encych8.pdf>. (January 2006)

Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Manrique, M., & Zatakia, J. (2006). Homelessness in the United States: Assessing Changes in Prevalence and Public Opinion, 1993-2001. *American Journal of Community Psychology*, 37(1/2), 47-61.

Toro, P. A. (1999). Advances in Research on Homelessness: An Overview of the Special Issue. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 115-117.

Toro, P. A. & Janisse, H. C. (2004, in press). Patterns of Homelessness. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of Homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/hopats4.pdf>. (January 2006)

Toro, P. A., Tompsett, C. J., Schlien, N., & Stammel, N. (2002, November). *Homelessness in the Developed World: A Comparison of Prevalence and Public Opinion across Seven Nations in Europe and North America*. Paper presented at the Fourth European Congress of Community Psychology, Barcelona. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/bieneuus.htm>. (January 2006)

Toro, P. A. & Warren, M. G. (1999). Homelessness in the United States: Policy Considerations. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 119-136.

Toro, P. A., Wolfe, S. M., Bellevia, C. W., Thomas, D. M., Rowland, L. L., Daeschler, C. V., & McCaskill, P. A. (1999). Obtaining Representative Samples of Homelessness Persons: A Two-city Study. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 157-177.

Tsemberis, S. (1999). From Streets to Homes: An Innovative Approach to Supported Housing for Homeless Adults with Psychiatric Disabilities. *Journal of Community Psychology*, 27 (2), 225-241.

Tsemberis, S., Gulcur, L., & Nakae, M. (2004). Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homeless Individuals with a Dual Diagnosis. *American Journal of Public Health*, 94 (4), 651-656.

Tsemberis, S. J., Moran, L., Shinn, M., Asmussen, S. M., & Shern, D. L. (2003). Consumer Preference Programs for Individuals Who Are Homeless and Have Psychiatric Disabilities: A Drop-In Center and a Supported Housing Program. *American Journal of Community Psychology, 32* (3/4), 305-317.

Universal (2002). *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa : Texto Editora.

Von Mahs, J. (2005). The Sociospatial Exclusion of Single Homeless People in Berlin and Los Angeles. *American Behavioral Scientist, 48* (8), 928-960.

World Health Organization (2003). *Management of Substance Dependence*. [On line]. Available: [www.who.int/substance\\_abuse](http://www.who.int/substance_abuse). (Janeiro 2005)

World Health Organization (2005). *How can health care systems effectively deal with the major health care needs of homeless people?* Copenhagen, Denmark: WHO Regional Office for Europe's Health Evidence Network.

Zlotnick, C., Robertson, M. J., & Lahiff, M. (1999). Getting off the Streets: Economic Resources and Residential Exits from Homelessness. *Journal of Community Psychology, 27* (2), 209-224.

Zuvekas, S. H. & Hill, S. C. (2000). Income and Employment Among Homeless People: The Role of Mental Health, Health and Substance Abuse. *The Journal of Mental Health Policy and Economics, 3*, 153-163.

# ANEXOS

# Anexo A

## DEFINIÇÕES DE SEM-ABRIGO

|  |   | CATEGORIA CONCEPTUAL   | Domínio Físico   | Domínio Legal                                      | Domínio Social  |
|--|---|--|--|--|---|
| S<br>E<br>M<br>-<br>A<br>B<br>R<br>I<br>G<br>O   | 1 | Sem-tecto  | Sem residência (tecto)   | Sem título legal para um espaço de posse exclusiva | Sem espaço privado e de segurança pessoal para relações sociais |
|  | 2 | Sem-casa   | Com lugar para viver, apropriada para habitação                | Sem título legal para um espaço de posse exclusiva | Sem espaço privado e de segurança pessoal para relações sociais |
|  | 3 | Habitação insegura e inadequada  | Com lugar para viver (inseguro e inapropriado para habitação)  | Sem segurança de posse                             | Com espaço para relações sociais                                |
|  | 4 | Habitação inadequada e isolamento social dentro de residência legalmente ocupada | Residência inadequada (inapropriada para habitação)            | Com título legal e/ou segurança de posse           | Sem espaço privado e de segurança pessoal para relações sociais |
| E<br>X<br>C<br>L<br>U<br>S<br>Ã<br>O<br><br>H<br>A<br>B<br>I<br>T<br>A<br>C<br>I<br>O<br>N<br>A<br>L | 5 | Habitação inadequada (posse segura)  | Residência inadequada (residência inapropriada para habitação) | Com título legal e/ou segurança de posse           | Com espaço para relações sociais                                |
|  | 6 | Habitação insegura, habitação apropriada   | Com lugar para viver   | Sem segurança de posse                             | Com espaço para relações sociais                                |
|  | 7 | Isolamento social dentro de residência legalmente ocupada                        | Com lugar para viver   | Com título legal e/ou segurança de posse           | Sem espaço privado e de segurança pessoal para relações sociais |

TABELA 1: Sete Domínios Teóricos da Situação de Sem-abrigo

(Meert, Edgar &amp; Doherty, 2004).

|   |           | CATEGORIA CONCEPTUAL  |           | CATEGORIA OPERACIONAL  |           |  |
|---|-----------|---|-----------|--|-----------|--|
| <b>S<br/>E<br/>M<br/>-<br/>A<br/>B<br/>R<br/>I<br/>G<br/>O</b>                                    | <b>1</b>  | <b>Sem-tecto</b>  | <b>1</b>  | Viver num espaço público (sem domicílio).  |           |  |
|   |           |   | <b>2</b>  | Estadia num abrigo nocturno (passando uma parte do dia em espaço público).   |           |  |
|   | <b>2</b>  | <b>Sem-casa</b>   | <b>3</b>  | Estadia num centro de serviço ou num refúgio:<br>- albergues para os sem-abrigo<br>- abrigos para mulheres.  |           |  |
|   |           |   | <b>4</b>  | Viver em alojamento temporário:<br>- alojamento temporário (pago por financiamento público)<br>- alojamento provisório (acesso por espera)<br>- unidade de vida de transição (arrendamento a curto termo)<br>- viver em hotéis de baixo orçamento (Bed & Breakfast). |           |  |
|   |           |   | <b>5</b>  | Viver em alojamento temporário reservado a imigrantes (pedidos de asilo, repatriados, etc.).   |           |  |
|   |           |   | <b>6</b>  | Viver em instituições:<br>- Prisão, centro de cuidados, hospital que tem que abandonar dentro de meses (3) e para quem não existe alojamento disponível.   |           |  |
|   |           |   | <b>7</b>  | Viver em alojamento apoiado designado (sem contrato de arrendamento legal ou em que o arrendamento é dependente de apoio para ser disponível e aceite).  |           |  |
|   |           |   | <b>3</b>  | <b>Habitacao insegura e inadequada</b>   | <b>8</b>  | Viver em roulotte/caravanas (que não é alojamento de férias ou em sítio legal).                                |
|   |           |   |           |  | <b>9</b>  | Viver numa residência que é declarada inapropriada para habitação de acordo com a legislação (nacional).       |
|   | <b>4</b>  | <b>Habitacao inadequada e isolamento social dentro de residência legalmente ocupada</b> | <b>10</b> | Viver numa residência que está gravemente superpopulada.   |           |  |
| <b>E<br/>X<br/>C<br/>L<br/>U<br/>S<br/>Ã<br/><br/>H<br/>A<br/>B<br/>I<br/>T<br/>A<br/>C<br/>Ã</b> | <b>5</b>  | <b>Habitacao inadequada (nesse sentido)</b>   | <b>11</b> | Viver numa estrutura temporária ou numa cabana.  |           |  |
|   |           |   | <b>6</b>  | <b>Habitacao insegura e habitação inadequada</b>   | <b>12</b> | Ter aviso legal para desocupar/despejar relacionado com acção do senhorio ou com hipoteca (aluguer em atraso). |
|   | <b>13</b> | Viver temporariamente com família ou amigos   |           |  |           |  |

|  |   |  |    |   |
|--|---|--|----|---|
| <b>O<br/>I<br/>O<br/>N<br/>A<br/>L</b> |   |  | 14 | (não por opção)<br>Viver numa residência sem arrendamento normal legal. |
|  |   |  | 15 | Viver em alojamento apoiado designado.                                  |
|  | 7 |  | 16 | Viver sob ameaça de violência (do parceiro ou da família).              |

TABELA 2: Definição Operacional de Sem-abrigo e de Exclusão Habitacional  
(Meert, Edgar & Doherty, 2004).

| CATEGORIA CONCEPTUAL |  | CATEGORIA OPERACIONAL                       |  | DEFINIÇÃO GENÉRICA   |
|----------------------|--|---|--|--|
| <b>SEM-TECTO</b>     | 1  | Pessoas que vivem na rua.                   | 1.1  | Dormir na rua (não ter acesso a alojamento de 24 horas) / Sem domicílio. |
|                      | 2  | Pessoas que permanecem num abrigo nocturno. | 2.1  | Abriço durante a noite.  |
| <b>SEM-CASA</b>      | 3  | Pessoas em alojamentos para sem-abrigo.     | 3.1  | Albergue para sem-abrigo.  |
|                      |  |   | 3.2  | Alojamento temporário.   |
|                      | 4  | Pessoas em abrigos de mulheres.             | 4.1  | Alojamento em abrigos para mulheres.                                     |
|                      | 5  | Pessoas em alojamentos para imigrantes.     | 5.1  | Alojamento temporário/ Centros de acolhimento (asilos).                  |
|                      |  |   | 5.2  | Alojamento para trabalhadores migrantes.                                 |
|                      | 6  | Pessoas que esperam sair de instituições.   | 6.1  | Instituições penais.   |
|                      |  |   | 6.2  | Instituições médicas.  |
| 7                    | Pessoas que recebem apoio (devido a situação de sem-abrigo). | 7.1   | Cuidados residenciais para pessoas sem-abrigo. |  |
|                      |  | 7.2   | Alojamento apoiado.                            |  |
|                      |  | 7.3   | Alojamento de transição com apoio.             |  |
|                      |  | 7.4   | Alojamento com apoio.                          |  |

|                             |  |  |  |   |
|-----------------------------|--|--|--|---|
| <b>HABITAÇÃO INSEGURA</b>   | <b>8</b>   | Pessoas que vivem em alojamento inseguro.                        | <b>8.1</b>   | Temporariamente com a família/amigos.                           |
|                             |  |  | <b>8.2</b>   | (Sub)aluguer ilegal.  |
|                             |  |  | <b>8.3</b>   | Ocupação ilegal de um edifício.                                 |
|                             |  |  | <b>8.4</b>   | Ocupação ilegal de terreno.                                     |
|                             | <b>9</b>   | Pessoas que vivem sob ameaça de despejo.                         | <b>9.1</b>   | Imposição de ordens legais (arrendatário).                      |
|                             |  |  | <b>9.2</b>   | Ordens de re-posseção (proprietário).                           |
| <b>10</b>                   | Pessoas que vivem sob ameaça de violência.             | <b>10.1</b>  | Registo policial de incidentes de violência doméstica. |   |
| <b>HABITAÇÃO INADEQUADA</b> | <b>11</b>  | Pessoas que vivem em construções temporárias / fora dos padrões. | <b>11.1</b>  | Roulotte / caravana.  |
|                             |  |  | <b>11.2</b>  | Edifício fora dos padrões.                                      |
|                             |  |  | <b>11.3</b>  | Construção temporária.  |
|                             | <b>12</b>  | Pessoas que vivem em residências inaptas.                        | <b>12.1</b>  | Inaptidão para habitação (segundo legislação nacional; ocupado) |
| <b>13</b>                   | Pessoas que vivem em residências extremamente lotadas. | <b>13.1</b>  | Mais elevada norma nacional de sobrelotação.           |   |

TABELA 3: ETHOS 2006 – Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional (FEANTSA, 2006).

# Anexo B

## OUTPUTS DE CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Feminino  | 148       | 74,0    | 74,0          | 74,0               |
|       | Masculino | 52        | 26,0    | 26,0          | 100,0              |
|       | Total     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 1: Sexo.

|       |               | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 18 a 29       | 33        | 16,5    | 16,5          | 16,5               |
|       | 30 a 44       | 42        | 21,0    | 21,0          | 37,5               |
|       | 45 a 64       | 80        | 40,0    | 40,0          | 77,5               |
|       | Mais de 64    | 44        | 22,0    | 22,0          | 99,5               |
|       | Não Respondeu | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|       | Total         | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 2: Idade.

|       |   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 4º ano                                  | 54        | 27,0    | 27,0          | 27,0               |
|       | 6º ano                                  | 22        | 11,0    | 11,0          | 38,0               |
|       | 9º ano                                  | 22        | 11,0    | 11,0          | 49,0               |
|       | + 9º ano - 12º ano                      | 20        | 10,0    | 10,0          | 59,0               |
|       | Ensino secundário                       | 32        | 16,0    | 16,0          | 75,0               |
|       | Escola comercial ou tecnicoprofissional | 7         | 3,5     | 3,5           | 78,5               |
|       | 1 a 3 anos frequência universitária     | 7         | 3,5     | 3,5           | 82,0               |
|       | Licenciatura                            | 24        | 12,0    | 12,0          | 94,0               |
|       | Outro grau académico avançado           | 2         | 1,0     | 1,0           | 95,0               |
|       | 10,00                                   | 10        | 5,0     | 5,0           | 100,0              |
|       | Total                                   | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 3: Grau de Escolaridade.

|                                      | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Português                      | 188       | 94,0    | 94,0          | 94,0               |
| Outro país da UE                     | 1         | ,5      | ,5            | 94,5               |
| Outro país da Europa                 | 2         | 1,0     | 1,0           | 95,5               |
| Pais de expressão oficial portuguesa | 7         | 3,5     | 3,5           | 99,0               |
| NS / NR                              | 2         | 1,0     | 1,0           | 100,0              |
| Total                                | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 4: Etnia.

|   | Frequency   | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|---|---------|---------------|--------------------|
| V | Accountant  | 1       | ,5            | ,5                 |
| a | Engineer  | 1       | ,5            | 1,0                |
| i | Lawyer  | 1       | ,5            | 1,5                |
| d | Personnel or Labor Relations Worker                 | 1       | ,5            | 2,0                |
|   | Physician   | 1       | ,5            | 2,5                |
|   | Veterinarian  | 1       | ,5            | 3,0                |
|   | Registered Nurse                                    | 1       | ,5            | 3,5                |
|   | Radiological Technologist or Technician             | 1       | ,5            | 4,0                |
|   | Social Worker                                       | 2       | 1,0           | 5,0                |
|   | College or University Teacher                       | 1       | ,5            | 5,5                |
|   | Teacher (non-college and non-university)            | 12      | 6,0           | 11,6               |
|   | Airplane Pilot                                      | 1       | ,5            | 12,1               |
|   | Technician  | 1       | ,5            | 12,6               |
|   | Bank Office or Financial Manager                    | 1       | ,5            | 13,1               |
|   | Officer, Pilot, or Purser of a Ship                 | 2       | 1,0           | 14,1               |
|   | Official or Administrator for Public Administration | 9       | 4,5           | 18,6               |
|   | Sales Manager or Departement Head of Retail Trade   | 4       | 2,0           | 20,6               |
|   | Sales Manager (except for retail trade)             | 2       | 1,0           | 21,6               |
|   | Manager or Administrator                            | 1       | ,5            | 22,1               |
|   | Clerical Assistant                                  | 1       | ,5            | 22,6               |
|   | Counter Clerk (except food)                         | 1       | ,5            | 23,1               |
|   | Computer or Peripheral Equipment Operator           | 1       | ,5            | 23,6               |
|   | Secretary   | 1       | ,5            | 24,1               |

|  |     |      |       |       |
|--|-----|------|-------|-------|
| Teacher Aide                                       | 1   | ,5   | ,5    | 24,6  |
| Miscellaneous Clerical Worker                      | 8   | 4,0  | 4,0   | 28,6  |
| Baker  | 1   | ,5   | ,5    | 29,1  |
| Carpenter  | 1   | ,5   | ,5    | 29,6  |
| Printin Trade Apprentice                           | 1   | ,5   | ,5    | 30,2  |
| Decorator or Window Dresser                        | 1   | ,5   | ,5    | 30,7  |
| Electrician  | 1   | ,5   | ,5    | 31,2  |
| Jeweler or Watchmaker                              | 1   | ,5   | ,5    | 31,7  |
| Automobile Mechanic                                | 1   | ,5   | ,5    | 32,2  |
| Miscellaneous Mechanic or Repairman                | 1   | ,5   | ,5    | 32,7  |
| Metal Molder                                       | 1   | ,5   | ,5    | 33,2  |
| Cheker, Examiner or Inspector (manufacturing)      | 1   | ,5   | ,5    | 33,7  |
| Dressmaker or Seamstress (except factory)          | 3   | 1,5  | 1,5   | 35,2  |
| Textile Operative                                  | 1   | ,5   | ,5    | 35,7  |
| Miscellaneous Machine Operative                    | 3   | 1,5  | 1,5   | 37,2  |
| Deliveryman or Routeman                            | 1   | ,5   | ,5    | 37,7  |
| Truckdriver  | 2   | 1,0  | 1,0   | 38,7  |
| Stock Handler                                      | 3   | 1,5  | 1,5   | 40,2  |
| Cleaner or Charwoman                               | 4   | 2,0  | 2,0   | 42,2  |
| Cook (except for private household)                | 1   | ,5   | ,5    | 42,7  |
| Waiter   | 3   | 1,5  | 1,5   | 44,2  |
| Food Service Worker (except for private household) | 1   | ,5   | ,5    | 44,7  |
| Dental Assistant                                   | 2   | 1,0  | 1,0   | 45,7  |
| Nursing Aide, Orderly, or Attendant                | 2   | 1,0  | 1,0   | 46,7  |
| Hairdresser or Cosmetologist                       | 2   | 1,0  | 1,0   | 47,7  |
| Housekeeper (except for private household)         | 1   | ,5   | ,5    | 48,2  |
| Guard or Watchman                                  | 1   | ,5   | ,5    | 48,7  |
| Service Worker (except for private household)      | 4   | 2,0  | 2,0   | 50,8  |
| Child Care Worker for Private Household            | 1   | ,5   | ,5    | 51,3  |
| Housekeeper for Private Household                  | 2   | 1,0  | 1,0   | 52,3  |
| Student  | 17  | 8,5  | 8,5   | 60,8  |
| Homemaker  | 34  | 17,0 | 17,1  | 77,9  |
| Unemployment; Pension                              | 44  | 22,0 | 22,1  | 100,0 |
| Total  | 199 | 99,5 | 100,0 |       |
| System   | 1   | ,5   |       |       |

|                  |       |     |       |  |
|------------------|-------|-----|-------|--|
| s<br>i<br>n<br>g |       |     |       |  |
|                  | Total | 200 | 100,0 |  |

TABELA 6: Ocupação

|       |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Menos de €7,500   | 62        | 31,0    | 31,0          | 31,0               |
|       | €7,500 - €14,999  | 25        | 12,5    | 12,5          | 43,5               |
|       | €15,000 - €24,999 | 20        | 10,0    | 10,0          | 53,5               |
|       | €25,000 - €34,999 | 9         | 4,5     | 4,5           | 58,0               |
|       | €35,000 - €49.999 | 5         | 2,5     | 2,5           | 60,5               |
|       | €50,000 - Ou mais | 1         | ,5      | ,5            | 61,0               |
|       | NR                | 78        | 39,0    | 39,0          | 100,0              |
|       | Total             | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 7: Rendimento Familiar.

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 187       | 93,5    | 93,5          | 93,5               |
|       | Não   | 13        | 6,5     | 6,5           | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 8: Recenseamento na Área de Habitação.

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 155       | 77,5    | 77,5          | 77,5               |
|       | Não   | 44        | 22,0    | 22,0          | 99,5               |
|       | NR    | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 9: Voto nas Últimas Eleições Legislativas.

|         |                             | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Partido Popular             | 6         | 3,0     | 3,0           | 3,0                |
|         | Partido Social-Democrata    | 41        | 20,5    | 20,6          | 23,6               |
|         | Partido Socialista          | 47        | 23,5    | 23,6          | 47,2               |
|         | Partido Comunista Português | 9         | 4,5     | 4,5           | 51,8               |
|         | Bloco de Esquerda           | 5         | 2,5     | 2,5           | 54,3               |
|         | Outro / Não Tem             | 91        | 45,5    | 45,7          | 100,0              |
|         | Total                       | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                      | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                             | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 10: Partido.

|         |             | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Católico    | 174       | 87,0    | 87,4          | 87,4               |
|         | Protestante | 2         | 1,0     | 1,0           | 88,4               |
|         | Nenhuma     | 8         | 4,0     | 4,0           | 92,5               |
|         | Outra       | 4         | 2,0     | 2,0           | 94,5               |
|         | NS /NR      | 11        | 5,5     | 5,5           | 100,0              |
|         | Total       | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System      | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |             | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 11: Religião.

|       |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Albufeira        | 2         | 1,0     | 1,0           | 1,0                |
|       | Almada           | 3         | 1,5     | 1,5           | 2,5                |
|       | Amadora          | 6         | 3,0     | 3,0           | 5,5                |
|       | Amarante         | 1         | ,5      | ,5            | 6,0                |
|       | Ansião           | 2         | 1,0     | 1,0           | 7,0                |
|       | Aveiro           | 1         | ,5      | ,5            | 7,5                |
|       | Barcelos         | 2         | 1,0     | 1,0           | 8,5                |
|       | Barreiro         | 6         | 3,0     | 3,0           | 11,6               |
|       | Beja             | 1         | ,5      | ,5            | 12,1               |
|       | Braga            | 9         | 4,5     | 4,5           | 16,6               |
|       | Caldas da Rainha | 1         | ,5      | ,5            | 17,1               |
|       | Câmara de Lobos  | 1         | ,5      | ,5            | 17,6               |
|       | Cantanhede       | 3         | 1,5     | 1,5           | 19,1               |
|       | Cartaxo          | 1         | ,5      | ,5            | 19,6               |

|                             |    |     |     |      |
|-----------------------------|----|-----|-----|------|
| Cascais                     | 2  | 1,0 | 1,0 | 20,6 |
| Castelo Branco              | 2  | 1,0 | 1,0 | 21,6 |
| Celorico de Basto           | 2  | 1,0 | 1,0 | 22,6 |
| Cinfães                     | 5  | 2,5 | 2,5 | 25,1 |
| Coimbra                     | 9  | 4,5 | 4,5 | 29,6 |
| Condeixa-a-Nova             | 1  | ,5  | ,5  | 30,2 |
| Évora                       | 4  | 2,0 | 2,0 | 32,2 |
| Faro                        | 2  | 1,0 | 1,0 | 33,2 |
| Felgueiras                  | 1  | ,5  | ,5  | 33,7 |
| Figueira da Foz             | 1  | ,5  | ,5  | 34,2 |
| Figueira de Castelo Rodrigo | 1  | ,5  | ,5  | 34,7 |
| Gondomar                    | 5  | 2,5 | 2,5 | 37,2 |
| Gouveia                     | 1  | ,5  | ,5  | 37,7 |
| Guarda                      | 2  | 1,0 | 1,0 | 38,7 |
| Guimarães                   | 2  | 1,0 | 1,0 | 39,7 |
| Horta                       | 3  | 1,5 | 1,5 | 41,2 |
| Lagoa (Algarve)             | 1  | ,5  | ,5  | 41,7 |
| Lamego                      | 1  | ,5  | ,5  | 42,2 |
| Leiria                      | 4  | 2,0 | 2,0 | 44,2 |
| Lisboa                      | 15 | 7,5 | 7,5 | 51,8 |
| Loulé                       | 1  | ,5  | ,5  | 52,3 |
| Loures                      | 4  | 2,0 | 2,0 | 54,3 |
| Machico                     | 1  | ,5  | ,5  | 54,8 |
| Madalena                    | 1  | ,5  | ,5  | 55,3 |
| Mafra                       | 1  | ,5  | ,5  | 55,8 |
| Maia                        | 3  | 1,5 | 1,5 | 57,3 |
| Marco de Canavezes          | 3  | 1,5 | 1,5 | 58,8 |
| Marinha Grande              | 2  | 1,0 | 1,0 | 59,8 |
| Matosinhos                  | 2  | 1,0 | 1,0 | 60,8 |
| Miranda do Corvo            | 1  | ,5  | ,5  | 61,3 |
| Moita                       | 1  | ,5  | ,5  | 61,8 |
| Monção                      | 1  | ,5  | ,5  | 62,3 |
| Montalegre                  | 1  | ,5  | ,5  | 62,8 |
| Montemor-o-Velho            | 2  | 1,0 | 1,0 | 63,8 |
| Odivelas                    | 2  | 1,0 | 1,0 | 64,8 |
| Oeiras                      | 5  | 2,5 | 2,5 | 67,3 |
| Paredes                     | 1  | ,5  | ,5  | 67,8 |
| Pombal                      | 1  | ,5  | ,5  | 68,3 |
| Portalegre                  | 4  | 2,0 | 2,0 | 70,4 |
| Portimão                    | 1  | ,5  | ,5  | 70,9 |
| Porto                       | 5  | 2,5 | 2,5 | 73,4 |
| Porto de Mós                | 4  | 2,0 | 2,0 | 75,4 |
| Sabugal                     | 1  | ,5  | ,5  | 75,9 |
| Santa Cruz (Madeira)        | 3  | 1,5 | 1,5 | 77,4 |
| Santa Maria da Feira        | 2  | 1,0 | 1,0 | 78,4 |
| Santana                     | 1  | ,5  | ,5  | 78,9 |
| Santo Tirso                 | 2  | 1,0 | 1,0 | 79,9 |
| Seixal                      | 6  | 3,0 | 3,0 | 82,9 |
| Sesimbra                    | 1  | ,5  | ,5  | 83,4 |
| Setúbal                     | 4  | 2,0 | 2,0 | 85,4 |

|         |                        |     |       |       |       |
|---------|------------------------|-----|-------|-------|-------|
|         | Sintra                 | 2   | 1,0   | 1,0   | 86,4  |
|         | Soure                  | 1   | ,5    | ,5    | 86,9  |
|         | Torres Vedras          | 3   | 1,5   | 1,5   | 88,4  |
|         | Trofa                  | 1   | ,5    | ,5    | 88,9  |
|         | Vale de Cambra         | 1   | ,5    | ,5    | 89,4  |
|         | Valença                | 1   | ,5    | ,5    | 89,9  |
|         | Viana do castelo       | 3   | 1,5   | 1,5   | 91,5  |
|         | Vila Franca de Xlra    | 3   | 1,5   | 1,5   | 93,0  |
|         | Vila Nova de Famalicão | 5   | 2,5   | 2,5   | 95,5  |
|         | Vila Nova de Gaia      | 2   | 1,0   | 1,0   | 96,5  |
|         | Viseu                  | 6   | 3,0   | 3,0   | 99,5  |
|         | Vizela                 | 1   | ,5    | ,5    | 100,0 |
|         | Total                  | 199 | 99,5  | 100,0 |       |
| Missing | System                 | 1   | ,5    |       |       |
| Total   |                        | 200 | 100,0 |       |       |

TABELA 12: Concelho onde Reside.

|         |                        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Aveiro                 | 4         | 2,0     | 2,0           | 2,0                |
|         | Beja                   | 1         | ,5      | ,5            | 2,5                |
|         | Braga                  | 21        | 10,5    | 10,6          | 13,1               |
|         | Castelo Branco         | 2         | 1,0     | 1,0           | 14,1               |
|         | Coimbra                | 18        | 9,0     | 9,0           | 23,1               |
|         | Évora                  | 4         | 2,0     | 2,0           | 25,1               |
|         | Faro                   | 7         | 3,5     | 3,5           | 28,6               |
|         | Guarda                 | 5         | 2,5     | 2,5           | 31,2               |
|         | Leiria                 | 14        | 7,0     | 7,0           | 38,2               |
|         | Lisboa                 | 42        | 21,0    | 21,1          | 59,3               |
|         | Portalegre             | 4         | 2,0     | 2,0           | 61,3               |
|         | Porto                  | 27        | 13,5    | 13,6          | 74,9               |
|         | Santarém               | 1         | ,5      | ,5            | 75,4               |
|         | Setúbal                | 21        | 10,5    | 10,6          | 85,9               |
|         | Viana do Castelo       | 5         | 2,5     | 2,5           | 88,4               |
|         | Vila Real              | 1         | ,5      | ,5            | 88,9               |
|         | Viseu                  | 12        | 6,0     | 6,0           | 95,0               |
|         | Arquipélago dos Açores | 4         | 2,0     | 2,0           | 97,0               |
|         | Arquipélago da Madeira | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|         | Total                  | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                 | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 13: Distrito onde Reside

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 82        | 41,0    | 41,0          | 41,0               |
|       | Não   | 118       | 59,0    | 59,0          | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 14: Quer Cópia do Relatório.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | 1,00   | 20        | 10,0    | 10,8          | 10,8               |
|         | 2,00   | 54        | 27,0    | 29,2          | 40,0               |
|         | 3,00   | 51        | 25,5    | 27,6          | 67,6               |
|         | 4,00   | 35        | 17,5    | 18,9          | 86,5               |
|         | 5,00   | 16        | 8,0     | 8,6           | 95,1               |
|         | 6,00   | 4         | 2,0     | 2,2           | 97,3               |
|         | 7,00   | 2         | 1,0     | 1,1           | 98,4               |
|         | 8,00   | 2         | 1,0     | 1,1           | 99,5               |
|         | 9,00   | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|         | Total  |           | 185     | 92,5          | 100,0              |
| Missing | System | 15        | 7,5     |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 15: Quantas Pessoas Vivem na Casa.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | 1,00   | 171       | 85,5    | 94,5          | 94,5               |
|         | 2,00   | 10        | 5,0     | 5,5           | 100,0              |
|         | Total  | 181       | 90,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System | 19        | 9,5     |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 16: Linhas de Rede Telefónica

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid          |           |         |               |                    |
| ,00            | 23        | 11,5    | 12,7          | 12,7               |
| 1,00           | 82        | 41,0    | 45,3          | 58,0               |
| 2,00           | 38        | 19,0    | 21,0          | 79,0               |
| 3,00           | 21        | 10,5    | 11,6          | 90,6               |
| 4,00           | 10        | 5,0     | 5,5           | 96,1               |
| 5,00           | 4         | 2,0     | 2,2           | 98,3               |
| 6,00           | 3         | 1,5     | 1,7           | 100,0              |
| Total          | 181       | 90,5    | 100,0         |                    |
| Missing System | 19        | 9,5     |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 17: Linhas de Telemóvel.

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Sim      | 19        | 9,5     | 100,0         | 100,0              |
| Missing System | 181       | 90,5    |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 18: Linhas Usadas por Único Membro da Família.

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid          |           |         |               |                    |
| 1,00           | 17        | 8,5     | 89,5          | 89,5               |
| 2,00           | 2         | 1,0     | 10,5          | 100,0              |
| Total          | 19        | 9,5     | 100,0         |                    |
| Missing System | 181       | 90,5    |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 19: Linhas de Telefone Fixo Usadas pelo Entrevistado.

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid          | ,00       | 5       | 2,5           | 26,3               |
|                | 1,00      | 10      | 5,0           | 78,9               |
|                | 2,00      | 4       | 2,0           | 100,0              |
| Total          | 19        | 9,5     | 100,0         |                    |
| Missing System | 181       | 90,5    |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 20: Linhas de Telemóvel Usadas pelo Entrevistado.

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid          | ,00       | 18      | 9,0           | 100,0              |
| Missing System | 182       | 91,0    |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 21: Linhas de Telefone Fixo Não Usadas pelo Entrevistado.

|                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid          | 1,00      | 7       | 3,5           | 38,9               |
|                | 2,00      | 5       | 2,5           | 66,7               |
|                | 3,00      | 4       | 2,0           | 88,9               |
|                | 4,00      | 2       | 1,0           | 100,0              |
| Total          | 18        | 9,0     | 100,0         |                    |
| Missing System | 182       | 91,0    |               |                    |
| Total          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 22: Linhas de Telemóvel Não Usadas pelo Entrevistado.

|         |               | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Telefone Fixo | 118       | 59,0    | 65,2          | 65,2               |
|         | Telemóvel     | 63        | 31,5    | 34,8          | 100,0              |
|         | Total         | 181       | 90,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System        | 19        | 9,5     |               |                    |
| Total   |               | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 23: Maioria dos Telefonemas Pessoais por Fixo ou Móvel.

|         |            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Esta Linha | 144       | 72,0    | 80,4          | 80,4               |
|         | Outra      | 35        | 17,5    | 19,6          | 100,0              |
|         | Total      | 179       | 89,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System     | 21        | 10,5    |               |                    |
| Total   |            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 24: Maioria dos Telefonemas por Esta Linha ou Outra.

# Anexo C

RDN# \_\_\_\_\_

# \_\_\_\_\_

## A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO SOBRE AS PESSOAS SEM-ABRIGO: 2004-05 Estudo em Portugal

NÚMERO DE TELEFONE MARCADO: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ DATA: ( \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ )

HORA DE INICIO ( \_\_\_ : \_\_\_ ) M/T

HORA DO FIM ( \_\_\_ : \_\_\_ ) M/T

ENTREVISTADOR (A) \_\_\_\_\_ CÓDIGO DO ENTREVISTADOR (A) \_\_\_\_\_

### I. INTRODUÇÃO

Bom Dia / Tarde, o meu nome é \_\_\_\_\_. Estou a telefonar do Instituto Superior de Psicologia Aplicada em Lisboa. A sua residência foi escolhida aleatoriamente para fazer parte de um estudo sobre QUESTÕES HABITACIONAIS em Portugal. Gostaria de falar com a pessoa que aí habita com pelo menos 18 anos e que tenha sido o(a) último(a) a fazer anos. Essa pessoa encontra-se em casa?

*(Se a pessoa que atendeu o telefone é a pessoa adequada, passar à parte II. Se a pessoa adequada não estiver em casa, então pergunte: Quando é que será uma boa altura, para encontrar essa pessoa em casa?)*

FICHEIRO PARA VOLTAR A LIGAR: Data/Hora \_\_\_\_\_ NOME *(Apenas o primeiro)* \_\_\_\_\_

*(Nota: Se encontrar alguém que fala outra língua e cujos conhecimentos de Português sejam obviamente insuficientes para concluir a entrevista deve dizer:*

*Lamento, mas apenas falo Português. Em breve será contactado (a) por um (a) colega que fala a sua língua. Obrigado!)*

Se a pessoa adequada se encontrar em casa, quando essa pessoa pegar no auscultador dizer o seguinte: Bom Dia /Tarde, o meu nome é \_\_\_\_\_. Estou a ligar do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Lisboa. A sua residência foi escolhida ao acaso para fazer parte de um estudo sobre questões habitacionais em Portugal.

### II. ORGANIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Importa-se de falar comigo durante sensivelmente 15 a 20 minutos? *(Se a resposta for sim, ir para o ponto III.)*

*(Se a resposta for não, perguntar: Quando é que será um momento conveniente para eu voltar a ligar?)*

FICHEIRO PARA VOLTAR A LIGAR: Data/Hora \_\_\_\_\_ NOME *(Apenas o primeiro)* \_\_\_\_\_

*(Se a resposta continuar a ser não, dizer: Nós gostaríamos muito de conhecer a sua opinião sobre este assunto, tem a certeza que não podemos falar agora ou num outro momento? Se a resposta for não, dizer: OBRIGADO PELO SEU TEMPO, ADEUS.)*

### III. A ENTREVISTA

Deixe-me começar por lhe garantir que tudo o que for dito será confidencial e apenas utilizado como parte de uma amostra maior de entrevistas. Eu não lhe vou perguntar qual o seu último nome e portanto a sua identidade não poderá ser ligada a nenhuma informação que me venha a dar durante esta entrevista. Se surgirem algumas questões às quais não deseje responder pode simplesmente dizer que não quer responder. Se posteriormente lhe surgirem algumas questões ou comentários, pode ligar para a pessoa de contacto, Professor \_\_\_\_\_, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. O número de telefone é: 21 881 1700. Tem alguma questão neste momento? *(Se a resposta for sim, o(a) entrevistador(a) deve fazer todo o esforço para tentar responder. Se o(a) entrevistador(a) não conseguir responder ou não tiver certeza, POR FAVOR tome nota da questão para a próxima reunião de coordenação do projecto.)*

*(Se a pessoa não tiver nenhuma pergunta:)* **Então vamos começar!**

*(Notas para o(a) entrevistador(a): Assinale a resposta correcta ou insira-a no local apropriado. Forneça apenas UMA resposta por item, a menos que haja uma instrução em contrário. Use a alternativa "NS / NR" (Não Sabe / Não Responde) com moderação. Pode ter liberdade na sua abordagem, quando estiver a apresentar a entrevista para encorajar a participação, quando estiver a percorrer os itens, tem de usar uma abordagem consistentemente neutra. Não faça perguntas de um modo " direccionado" e assegure-se que o(a) entrevistado(a) se sente confortável ao revelar as suas opiniões, quaisquer que sejam.)*

1) Em primeiro lugar, quão sério considera ser o problema dos Sem-Abrigo no seu concelho? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO

2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO

3 = NÃO MUITO SÉRIO

4 = NADA SÉRIO

5 = NS/NR

2) Quão sério pensa ser o problema dos Sem-Abrigo na cidade mais próxima do local onde vive/ ou na cidade onde vive? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO

2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO

3 = NÃO MUITO SÉRIO

4 = NADA SÉRIO

5 = NS/NR

3) Quão sério pensa ser o problema dos Sem-Abrigo, globalmente, em Portugal? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO

2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO

3 = NÃO MUITO SÉRIO

4 = NADA SÉRIO

5 = NS/NR

4) Considera que o problema dos Sem-Abrigo em Portugal está: a PIORAR, NA MESMA, ou a MELHORAR?

1 = PIORAR

2 = NA MESMA

3 = MELHORAR

4 = NS/NR

**ITENS 5-6, 7-8, 9-10, 11-12:** Qual pensa que é o período médio de tempo que uma pessoa Sem-Abrigo em Portugal, permanece nessa situação? Por favor dê-me um número em dias, semanas, meses, ou anos.

(5-6) \_\_\_\_\_ dias

(9-10) \_\_\_\_\_ meses

(7-8) \_\_\_\_\_ semanas

(11-12) \_\_\_\_\_ anos

*(Nota para o(a) entrevistador(a): os ITENS 5-12 devem ser preenchidos com 2 dígitos por cada item. Por exemplo: Se o(a) entrevistado(a) responder 3 semanas e 11 meses, preencher com 00 dias, 03 semanas, 11 meses, 00 anos. Se a resposta for NS/NR, registe 8 zeros nos itens 5-12.)*

13) Qual das seguintes instituições pensa que deve ser a mais responsável por ajudar a apoiar as pessoas Sem-Abrigo: GOVERNO, IGREJAS E ASSOCIAÇÕES, ou AS PRÓPRIAS PESSOAS SEM-ABRIGO.

1 = Governo

2 = Igrejas e Associações

3 = As próprias pessoas Sem-Abrigo

4 = NS/NR

14) Pensa que os financiamentos públicos com objectivo de ajudar os Sem-Abrigo devem AUMENTAR, DIMINUIR, ou MANTER-SE?

1 = AUMENTAR

2 = DIMINUIR

3 = MANTER-SE

4 = NS/NR

15) Diria que nos últimos 2 anos a sua simpatia face às pessoas Sem-Abrigo:

1 = AUMENTOU

2 = DIMINUIU

3 = MANTEVE-SE

4 = NS/NR

16) Pensando acerca da razão pela qual a maioria das pessoas é Sem-Abrigo, diria que a SOCIEDADE E O ESTADO são os principais responsáveis, ou a responsabilidade é da própria pessoa Sem-Abrigo?

1 = SOCIEDADE E ESTADO  
2 = PESSOA SEM ABRIGO

3 = NS/NR

17) Quantos artigos é que leu acerca dos Sem-Abrigo em jornais ou revistas? Diria MUITOS, ALGUNS, UNS POUCOS, ou NENHUM?

1 = MUITOS  
2 = ALGUNS

3 = UNS POUCOS  
4 = NENHUM

18) Em geral, com que grau de importância acha que a televisão, os jornais, ou revistas, têm influenciado as suas opiniões acerca das pessoas Sem-Abrigo? Diria MUITO IMPORTANTE, IMPORTANTE ou NÃO É IMPORTANTE?

1 = MUITO IMPORTANTE  
2 = IMPORTANTE

3 = NÃO É IMPORTANTE

19) No ano passado, quantas vezes uma pessoa Sem-Abrigo pediu-lhe dinheiro... NUNCA, UMA VEZ OU DUAS, 3 a 10 VEZES, OU MAIS DE 10 VEZES?

1 = NUNCA (*Passe para a 21*)  
2 = UMA OU DUAS VEZES

3 = 3 a 10 VEZES  
4 = MAIS DE 10 VEZES

20) Com que frequência deu dinheiro a pessoas Sem-Abrigo: QUASE SEMPRE, ÀS VEZES, RARAMENTE, OU NUNCA?

1 = QUASE SEMPRE  
2 = ÀS VEZES

3 = RARAMENTE  
4 = NUNCA

21) Alguma vez na sua vida foi pedinte, isto é, pediu dinheiro a desconhecidos?

1 = SIM            2 = NÃO (*Passe para a 24*)

22) Quando foi a última vez que pediu?

1 = No ano passado  
2 = 1-2 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
3 = 3-4 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
4 = 4-5 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
5 = Mais de 5 anos atrás (*Passe para a 24*)  
6 = NS/NR (*Passe para a 24*)

23) Aproximadamente quanto é que ganhou a pedir o ano passado?

1 = Menos de 10€  
2 = Entre 10€-25€  
3 = Entre 25€-50€  
4 = Entre 50€-100€  
5 = Entre 100€-200€  
6 = Entre 200€-300€  
7 = Entre 300€-500€  
8 = Entre 500€-1000€  
9 = Passou os 1,000€

(Especificar) \_\_\_\_\_

24) No período de uma semana quantas Pessoas Sem-Abrigo viu: NENHUMA, 1 OU 2, 3 a 10, ou MAIS DE 10?

1 = NENHUMA (*Passe para a 26*)2 = 1 OU 2 (*Passe para a 26*)3 = 3 A 10 (*Passe para a 26*)

4 = MAIS DE 10

25) Num período de uma semana, vê ENTRE 10 e 50, ENTRE 50 e 100, MAIS DE 100 pessoas Sem-Abrigo?

1 = ENTRE 10 E 50

2 = ENTRE 50 E 100

3 = MAIS DE 100

26) **Com que frequência fala com a sua família ou amigos sobre os Sem-Abrigo: COM FREQUÊNCIA, ÀS VEZES, RARAMENTE, OU NUNCA?**

1 = COM FREQUÊNCIA

2 = ÀS VEZES

3 = RARAMENTE

4 = NUNCA

31) Durante a sua vida passou por alguma situação difícil? Por exemplo, alguma vez não teve sítio para dormir, teve dificuldades em encontrar uma casa estável, ocupou casas vazias (squatting), ou foi um(a) Sem-Abrigo?

1 = SIM

2 = NÃO (*Passe para a 39*)*(Nota para o(a) entrevistador(a): se a resposta for “sim” ter atenção para NO FINAL DA ENTREVISTA obter informação acerca da situação e registar)*

32) Foi Sem-Abrigo quando tinha 17 anos ou antes dessa idade?

1 = SIM

2 = NÃO (*Nota para o(a) entrevistador(a): se Não, marque a 33 com Sim e passe para a 34*)

33) Foi Sem-Abrigo quando tinha 18 anos ou mais?

1 = SIM

2 = NÃO

34) Quando foi a última vez que foi Sem-Abrigo? Diria que foi....

1 = NO ANO PASSADO

2 = 1-2 ANOS ATRÁS

3 = 3-4 ANOS ATRÁS

4 = 4-5 ANOS ATRÁS

5 = MAIS DE 5 ANOS ATRÁS

6 = NS/NR

**ITENS 35, 36, 37:** Quando era Sem-Abrigo alguma vez:

35) Dormiu num parque, num edifício abandonado, numa rua, numa estação de metro ou de comboio?

1 = SIM

2 = NÃO

3 = NS/NR

36) Dormiu num abrigo para Sem-Abrigo ou nalguma residência temporária porque não tinha sítio para ficar?

1 = SIM

2 = NÃO

3 = NS/NR

37) Dormiu na casa de um(a) amigo(a) ou parente porque era Sem-Abrigo?

1 = SIM

2 = NÃO

3 = NS/NR

38) No conjunto quanto tempo da sua vida foi Sem-Abrigo? Diria que foi...

- 1 = MENOS DE UMA SEMANA  
 2 = MAIS DE UMA SEMANA E MENOS DE UM MÊS  
 3 = MAIS DE UM MÊS E MENOS DE UM ANO  
 4 = MAIS DE UM ANO

39) **Algum membro da sua família – pais, filho, irmão, irmã ou conjugue foi alguma vez Sem-Abrigo?**

- 1 = SIM  
 2 = NÃO (*Passe para a 41*)  
 3 = NS/NR (*Passe para a 41*)

40) Que parentes eram Sem-Abrigo? (*faça um círculo no parente que mais recentemente esteve nessa situação.*)

- 1 = PAI/MÃE  
 2 = FILHO  
 3 = IRMÃO/IRMÃ  
 4 = MARIDO/MULHER  
 5 = OUTRO PARENTE

41) **Teve algum(a) amigo(a) próximo(a) que alguma vez tenha sido Sem-Abrigo?**

- 1 = SIM  
 2 = NÃO (*Passe para a 43,44,45*)  
 3 = NR (*Passe para a 43,44,45*)

42) Conhecia este amigo(a) (ou qualquer destes amigos(as)) antes de se tornarem Sem-Abrigo?

- 1 = SIM  
 2 = NÃO

#### ITENS 43, 44, 45:

**Quantos Sem-Abrigo conheceu pessoalmente, para além dos que já mencionou? \_\_\_\_\_ #**  
*(Nota para o(a) entrevistador(a): registe com 3 dígitos, por exemplo conheceu 10, resposta = 010, Nenhum = 000, Mais de 1000 = 999)*

46) Alguma vez fez alguma coisa pessoalmente, para ajudar os Sem-Abrigo?

- 1 = SIM  
 2 = NÃO (*Passe para a 51,52,53,54*)  
 3 = NS/NR (*Passe para a 51,52,53,54*)

47) O que é que fez? (*Nota para o(a) entrevistador(a): Não leia as hipóteses. Registe a categoria mais apropriada. Pode usar um círculo na escolha. Se as escolhas forem mais do que uma pergunte – “qual a mais frequente?”*)

- 1 = DEU DINHEIRO A UMA PESSOA SEM-ABRIGO  
 2 = DEU DINHEIRO PARA ASSOCIAÇÕES QUE AJUDAM AS PESSOAS SEM-ABRIGO  
 3 = DEU COMIDA E ROUPA PARA ASSOCIAÇÕES QUE AJUDAM AS PESSOAS SEM-ABRIGO  
 4 = DEU COMIDA/REFEIÇÃO A UMA PESSOA SEM-ABRIGO  
 5 = DEU ABRIGO A UMA PESSOA SEM-ABRIGO  
 6 = DEU ROUPA A UMA PESSOA SEM-ABRIGO  
 7 = DEU AJUDA A PESSOAS SEM-ABRIGO COM PROBLEMAS SOCIAIS/ FAMILIARES  
 (TOMOU CONTA DE CRIANÇAS, DEU BOLEIA, ETC.)  
 8 = OUTRO  
 9 = NR

**ITENS 51, 52, 53, 54:**

**Qual é que acha que é o rendimento médio mensal de uma Pessoa Sem-Abrigo?**  
 \_\_\_\_\_ € (Nota para o(a) entrevistador(a): Registe com 4 dígitos. Por exemplo: 430€  
 é registado 0430.)

**Nesta próxima secção, gostaria de lhe colocar algumas questões sobre a sua utilização das tecnologias de comunicação em sua casa.**

54.51. (ENTREVISTADOR(A): *coloque a questão apenas se não tiver a certeza de não saber a resposta*). Foi contactado (o(a) entrevistado(a)) inicialmente por telefone fixo ou por telemóvel?

1 = Fixo                      2 = Telemóvel

54.52. (ENTREVISTADOR(A): *coloque a questão apenas se não tiver a certeza de não saber a resposta*). Está a falar actualmente por telefone fixo ou telemóvel?

1 = Fixo                      2 = Telemóvel

54.52-54.53. Incluindo-o (a), quantas pessoas vivem no total nessa casa? \_\_\_\_\_  
 (Codifique usando 2 Dígitos. Por exemplo, uma = 01)

54.54-54.55. Quantas linhas de rede telefónica tem na sua habitação, não incluindo linhas usadas apenas para a Internet ou exclusivamente para chamadas de trabalho? \_\_\_\_\_

54.56-54.57. Quantas linhas de telemóvel têm as pessoas que habitam nessa casa? \_\_\_\_\_

54.58-54.65. Há alguma das linhas telefónicas (fixo ou telemóvel) que seja usada apenas por um dos membros da família? Se sim, por favor discrimine o número de linhas e identifique se são de telefone fixo ou telemóvel, por elemento do agregado.

*Use o espaço abaixo para responder por escrito às questões acima colocadas:*

Numero de linhas de telefone fixo usadas pelo(a) entrevistado(a) \_\_\_\_\_

Numero de linhas de telemóveis usados pelo(a) entrevistado(a) \_\_\_\_\_

Numero de linhas de telefone fixo não usadas pelo(a) entrevistado(a) \_\_\_\_\_

Numero de linhas de telemóveis não usadas pelo(a) entrevistado(a) \_\_\_\_\_

54.66. Faz a maior parte das suas chamadas telefónicas pessoais por telefone fixo ou por telemóvel?

1 = Fixo                      2 = Telemóvel

54.67. Faz a maior parte das suas chamadas telefónicas pessoais por esta linha da qual estamos agora a falar, ou por outra?

1 = Esta linha              2 = Outra

**ITENS 55, 56, 57, 58, 59, 60 :**

Anteriormente nesta entrevista, coloquei-lhe algumas questões sobre o que o Estado e a Comunidade podem fazer para reduzir o número de Pessoas Sem-Abrigo. Assim, qual seria a sua disponibilidade para (ler item). Estaria: MUITO DISPONIVEL, ALGO DISPONIVEL OU NADA DISPONIVEL?

|   | <u>MUITO<br/>DISPONIVEL</u> | <u>ALGO<br/>DISPONIVEL</u> | <u>NADA<br/>DISPONIVEL</u> |
|---|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 55) Pagar 40€ por ano ou mais em impostos para a redução de Pessoas Sem-Abrigo?<br><b>(se responder NADA DISPONIVEL passar para a questão 58)</b> | 1                           | 2                          | 3                          |
| 56) Pagar 160€ por ano ou mais em impostos para redução de Pessoas Sem-Abrigo?<br><b>(se responder NADA DISPONIVEL passar para a questão 58)</b>  | 1                           | 2                          | 3                          |
| 57) Pagar 800€ por ano ou mais em impostos para redução de Pessoas Sem-Abrigo?  | 1                           | 2                          | 3                          |
| 58) Despender 2 horas por mês em trabalho voluntário com vista à redução de Pessoas Sem-Abrigo?   | 1                           | 2                          | 3                          |
| 59) Ter uma residência para Pessoas Sem-Abrigo na sua área de residência?   | 1                           | 2                          | 3                          |
| 60) Ter um abrigo para Pessoas Sem-Abrigo perto de sua casa?  | 1                           | 2                          | 3                          |

**ITENS 61-65:**

Não há consenso acerca das restrições que devem ser aplicadas às Pessoas Sem-Abrigo. Na sua opinião, as Pessoas Sem-Abrigo devem (ler item). Diria: DEFINITIVAMENTE SIM, PROVAVELMENTE SIM, PROVAVELMENTE NÃO, ou DEFINITIVAMENTE NÃO?

|   | <u>DEFINITIVAMENTE<br/>SIM</u> | <u>PROVAVELMENTE<br/>SIM</u> | <u>PROVAVELMENTE<br/>NÃO</u> | <u>DEFINITIVAMENTE<br/>NÃO</u> |
|---|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 61) Ter o direito de passar a noite em locais públicos ou estações de autocarro e comboios? | 1                              | 2                            | 3                            | 4                              |

|     |  |   |   |   |   |
|-----|--|---|---|---|---|
| 62) | Ter o direito de votar?  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 63) | Ter a permissão de mendigar em locais públicos?  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 64) | Ter permissão para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos?                                       | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 65) | (E)devem as pessoas Sem-Abrigo com doenças mentais graves ser enviadas para hospitais psiquiátricos, mesmo contra a sua vontade? | 1 | 2 | 3 | 4 |

**ITENS 66-70:**

Por favor diga-nos o **quanto concorda ou discorda** com a seguintes afirmações. (*Ler item*).  
**CONCORDA BASTANTE, CONCORDA, DISCORDA ou DISCORDA BASTANTE.**

|   | <u>CONCORDA<br/>BASTANTE</u> | CONCORDA | DISCORDA | <u>DISCORDA<br/>BASTANTE</u> |
|---|------------------------------|----------|----------|------------------------------|
| 66)   |                              |          |          |                              |
| (Em primeiro lugar), quando pensa em Pessoas Sem-Abrigo, sente-se triste e com compaixão. | 1                            | 2        | 3        | 4                            |
| 67)   |                              |          |          |                              |
| Teria o cuidado de não tocar numa Pessoa Sem-Abrigo.                                      | 1                            | 2        | 3        | 4                            |
| 68)   |                              |          |          |                              |
| Irrita-o(a) pensar que tantas pessoas são Sem-Abrigo num país como o nosso.               | 1                            | 2        | 3        | 4                            |
| 69)   |                              |          |          |                              |
| Sente menos compaixão pelas Pessoas Sem-Abrigo do que costumava sentir.                   | 1                            | 2        | 3        | 4                            |
| 70)   |                              |          |          |                              |
| Acredita que o direito a uma habitação deve ser um direito humano básico.                 | 1                            | 2        | 3        | 4                            |

**ITENS 71-81:**

Mesmo os especialistas não conhecem as causas do fenómeno dos Sem-Abrigo. Estamos interessados no que pensa sobre as seguintes possíveis causas deste fenómeno. **Em que medida é que as seguintes situações (ler item) contribuem para o fenómeno dos Sem-Abrigo?** BASTANTE, UM BOCADO, UM POUCO, NADA.

|  | BASTANTE | UM BOCADO | UM POUCO | NADA |
|--|----------|-----------|----------|------|
| 71) A falta de habitações a preços acessíveis?   | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 72) Doença Mental?   | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 73) Azar?  | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 74) Preguiça por parte das Pessoas Sem-Abrigo?   | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 75) Uma incapacidade da Sociedade em garantir boas Escolas terá influência no fenómeno dos Sem-Abrigo? | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 76) Alta Hospitalar de pessoas com doença mental na comunidade?  | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 77) Um sistema económico que favorece os ricos em detrimento dos pobres?                               | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 78) Incapacidade e doença física?  | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 79) Abuso de álcool e drogas?  | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 80) Comportamento irresponsável por parte das Pessoas Sem-Abrigo?                                      | 1        | 2         | 3        | 4    |
| 81) Falta de apoio governamental aos pobres?   | 1        | 2         | 3        | 4    |

**ITENS 82-93:** Agora gostaríamos de saber a sua opinião sobre as seguintes frases relativas às Pessoas Sem-Abrigo. (Ler item). **Diria que esta frase é:** DEFINITIVAMENTE VERDADEIRA, PROVAVELMENTE VERDADEIRA, PROVAVELMENTE FALSA, ou DEFINITIVAMENTE FALSA?

|                                       | DEFINITIVAMENTE<br>VERDADEIRA | PROVAVELMENTE<br>VERDADEIRA | PROVAVELMENTE<br>FALSA | DEFINITIVAMENTE<br>FALSA |
|---------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| 82) (Em primeiro lugar) a maioria das | 1                             | 2                           | 3                      | 4                        |

Pessoas Sem-Abrigo  
tem boas capacidades  
de trabalho.

- |     |  |   |   |   |   |
|-----|--|---|---|---|---|
| 83) | Se lhes for dada a oportunidade, a maioria das Pessoas Sem-Abrigo pode cuidar de uma casa.           | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 84) | A maioria das Pessoas Sem-Abrigo sempre teve problemas em fazer amigos.                              | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 85) | A maioria das Pessoas Sem-Abrigo respeitaria a propriedade dos seus vizinhos.                        | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 86) | Quantas mais Pessoas Sem-Abrigo estão numa área, pior se torna a vizinhança nessa área.              | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 87) | Mesmo quando as Pessoas Sem-Abrigo parecem estar bem, é importante recordar que podem ser perigosas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 88) | A maioria das Pessoas Sem-Abrigo sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares.       | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 89) | As pessoas Sem-Abrigo têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos que as outras pessoas.  | 1 | 2 | 3 | 4 |

|     |  |   |   |   |   |
|-----|--|---|---|---|---|
| 90) | As Pessoas Sem-Abrigo não são mais perigosas que as outras.  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 91) | É natural ter medo de uma pessoa que vive na rua.  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 92) | Se eu soubesse que uma pessoa tinha sido Sem-Abrigo, seria menos provável que confiasse nela.                      | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 93) | Em defesa da segurança pública as Pessoas Sem-Abrigo não deveriam ter permissão para se juntar em locais públicos. | 1 | 2 | 3 | 4 |

**ITENS 94-100:**

Seguidamente, algumas questões sobre o que pensa que o Estado deve fazer. **Na sua opinião o Estado deve** (*Ler item*). **Diria:** DEFINITIVAMENTE SIM, PROVAVELMENTE SIM, PROVAVELMENTE NÃO, ou DEFINITIVAMENTE NÃO.

|     |   | DEFINITIVAMENTE<br><u>SIM</u> | PROVAVELMENTE<br><u>SIM</u> | PROVAVELMENTE<br><u>NÃO</u> | DEFINITIVAMENTE<br><u>NÃO</u> |
|-----|---|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 94) | Despender mais dinheiro para construir habitações económicas para Pessoas Pobres.                               | 1                             | 2                           | 3                           | 4                             |
| 95) | Despender mais dinheiro para construir abrigos e outros centros de apoio/emergência.                            | 1                             | 2                           | 3                           | 4                             |
| 96) | Despender mais dinheiro para conceder subsídios de habitação às Pessoas Sem-Abrigo para que possam pagar renda. | 1                             | 2                           | 3                           | 4                             |

|      |   |   |   |   |   |
|------|---|---|---|---|---|
| 97)  | Despender mais dinheiro em benefícios sociais para as Pessoas Sem-Abrigo.   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 98)  | Despender mais dinheiro em programas de tratamentos gratuitos (de álcool e drogas) para reduzir o numero de Pessoas Sem-Abrigo. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 99)  | Aumentar o salário mínimo como forma a reduzir o número de Pessoas Sem-Abrigo?  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 100) | Dar benefícios fiscais às empresas que constroem habitações para as Pessoas Pobres?   | 1 | 2 | 3 | 4 |

**ITENS 101-110:**

Existem opiniões distintas sobre o que pode reduzir o fenómeno dos Sem-Abrigo. Quão eficazmente pensa que as seguintes acções reduziriam o fenómeno dos Sem-Abrigo? (*Ler item*). **Esta acção seria: EFICAZ, PARCIALMENTE EFICAZ, POUCO EFICAZ, ou NADA EFICAZ como forma de reduzir o fenómeno dos Sem-Abrigo?**

|   | <u>EFICAZ</u> | <u>PARCIALMENTE EFICAZ</u> | <u>POUCO EFICAZ</u> | <u>NADA EFICAZ</u> |
|---|---------------|----------------------------|---------------------|--------------------|
| 101) Em primeiro lugar, construir mais habitações económicas para que as Pessoas Sem-Abrigo possam pagar. | 1             | 2                          | 3                   | 4                  |
| 102) Atribuir subsídios de renda às Pessoas Sem-Abrigo para que as possam pagar.                          | 1             | 2                          | 3                   | 4                  |
| 103) Tornar as Pessoas Sem-Abrigo mais auto-suficientes pela redução de benefícios sociais.               | 1             | 2                          | 3                   | 4                  |

|      |  |   |   |   |   |
|------|--|---|---|---|---|
| 104) | Aumentar o salário mínimo que as empresas têm de pagar.  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 105) | Estabelecer programas de apoio infantil para que as mães Sem-Abrigo com crianças pequenas possam trabalhar.      | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 106) | Exigir que todas as pessoas em instituições psiquiátricas tenham um lugar onde residir antes da alta hospitalar. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 107) | Criar mais habitações temporárias e de emergência.   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 108) | Disponibilizar gratuitamente programas de tratamento (de álcool e drogas) às Pessoas Sem-Abrigo.                 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 109) | Internamento compulsivo de Pessoas Sem-Abrigo com doença mental grave.   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 110) | (E) ajudar mais Pessoas Sem-Abrigo a obterem benefícios sociais.   | 1 | 2 | 3 | 4 |

**ITENS 2.01-2.12:**

Agora vou ler várias afirmações sobre as pessoas Sem-Abrigo. *(Ler uma afirmação de cada vez)*. Na sua opinião: CONCORDA TOTALMENTE, CONCORDA, DISCORDA, ou DISCORDA TOTALMENTE

|       |  | <u>CONCORDA<br/>TOTALMENTE</u> | CONCORDA | DISCORDA | <u>DISCORDA<br/>TOTALMENTE</u> |
|-------|--|--------------------------------|----------|----------|--------------------------------|
| 2.01) | A principal fonte de rendimento da Pessoa Sem-Abrigo é o seu salário.                          | 1                              | 2        | 3        | 4                              |
| 2.02) | As Pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem ao relento em lugares como parques, becos ou nas ruas. | 1                              | 2        | 3        | 4                              |

|       |  |   |   |   |   |
|-------|--|---|---|---|---|
| 2.03) | As Pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo no exterior (parques, ruas, etc.).                   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.04) | As Pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo na casa de amigos ou familiares.                     | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.05) | As Pessoas Sem-Abrigo obtêm dinheiro roubando, vendendo droga ou por outros meios ilícitos.                  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.06) | O desemprego é uma das principais causas da existência de Pessoas Sem-Abrigo.                                | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.07) | Os programas governamentais de formação profissional ajudariam a resolver o problema das Pessoas Sem-Abrigo. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.08) | Muitas Pessoas Sem-Abrigo passam muitas noites na cadeia.  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.09) | É frequente que as Pessoas Sem-Abrigo passem fome.   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.10) | Muitas Pessoas Sem-Abrigo são-no por terem perdido a sua habitação (por despejo ou más condições da mesma).  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.11) | As Pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem num abrigo.  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.12) | Muitas Pessoas Sem-Abrigo escolhem ser sem abrigo.   | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.13) | As Pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem em edifícios abandonados.  | 1 | 2 | 3 | 4 |

|       |   |   |   |   |   |
|-------|---|---|---|---|---|
| 2.14) | Os subsídios de desemprego são uma das maiores fontes de rendimento para as Pessoas Sem-Abrigo. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.15) | As Pessoas Sem-Abrigo dormem muitas vezes em casa de um amigo ou familiar.                      | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.16) | Se existissem mais empregos, haveriam menos Pessoas Sem-Abrigo.                                 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.17) | Muitas Pessoas Sem-Abrigo recebem dinheiro de amigos e/ou familiares.                           | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.18) | As Pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego.                   | 1 | 2 | 3 | 4 |

**ITENS 2.21-2.66:**

Nesta secção, gostaria que me desse uma estimativa de quantas Pessoas Sem-Abrigo acha que se enquadram nos seguintes grupos. *(Nota para o(a) entrevistador(a): para os itens 2.21 até 2.66, as respostas devem ser registadas da seguinte forma: com 3 dígitos. Se a resposta do entrevistado(a) for: 75 deve registar-se 075).*

**Em cada 100 pessoas, quantas:**

- 2.21-2.23) \_\_\_\_ São homens?
- 2.24-2.26) \_\_\_\_ São actualmente casadas?
- 2.27-2.29) \_\_\_\_ NUNCA foram casadas?
- 2.31-2.33) \_\_\_\_ Têm filhos?
- 2.34-2.36) \_\_\_\_ Têm um contacto regular com familiares e estão situação de Sem Abrigo?
- 2.37-2.39) \_\_\_\_ Conseguem encontrar uma habitação permanente?
- 2.41-2.43) \_\_\_\_ Recebem reformas, pensões ou outros subsídios?
- 2.44-2.46) \_\_\_\_ Têm CADASTRO?
- 2.47-2.49) \_\_\_\_ Têm uma DOENÇA MENTAL?
- 2.51-2.53) \_\_\_\_ Têm DEFICIENCIA MENTAL?

- 2.54-2.56) \_\_\_\_\_ Têm ESQUIZOFRENIA?
- 2.57-2.59) \_\_\_\_\_ Têm DEPRESSÃO?
- 2.61-2.63) \_\_\_\_\_ Têm PROBLEMAS DE ÁLCOOL?
- 2.64-2.66) \_\_\_\_\_ Têm PROBLEMAS DE DROGA?

**ITENS 2.67-2.79:**

As próximas 4 questões referem-se à idade. Vou referir algumas faixas etárias e diga-me num conjunto de 100 pessoas Sem-Abrigo, a que faixas pertencem. Vou dizer-lhe as opções: MENOS DE 29 ANOS, ENTRE 30 E 44 ANOS, ENTRE 45 E 64 ANOS, MAIS DE 65 ANOS. Lembre-se que a soma das 4 respostas tem de ser 100 (*registar resposta com 3 dígitos*).

**De um conjunto de 100 pessoas Sem-Abrigo, quantas têm:**

- 2.67-2.69) \_\_\_\_\_ Menos de 29 anos?
- 2.71-2.73) \_\_\_\_\_ Entre 30 e 44 anos?
- 2.74-2.76) \_\_\_\_\_ Entre 45 e 64 anos?
- 2.77-2.79) \_\_\_\_\_ Mais de 65 anos?  
(no total do ITENS 2.67 - 2.79 tem de ser = 100)

**ITENS 2.81-2.96:**

Muito bem, agora vou colocar-lhe uma questão sobre etnia. Qual o número de pessoas Sem-Abrigo que se enquadram num dos seguintes grupos étnicos: PORTUGUESAS, BRASILEIRAS, LUSO-AFRICANAS, ASIÁTICAS, ou OUTRAS ETNIAS. Lembre-se que a soma dos 5 grupos tem de ser igual a 100 (*registar resposta com 3 dígitos*).

**De um conjunto de 100 pessoas Sem-Abrigo quantas são:**

- 2.81-2.83) \_\_\_\_\_ Portuguesas?
- 2.84-2.86) \_\_\_\_\_ Brasileiras?
- 2.87-2.89) \_\_\_\_\_ Luso-Africanas?
- 2.91-2.93) \_\_\_\_\_ Asiáticas?
- 2.94-2.96) \_\_\_\_\_ De outra(s) origem(s)?  
(no total dos ITENS 2.81 - 2.96 tem de ser = 100)

**ITENS 2.97-206:**

Agora vou colocar-lhe questões sobre EDUCAÇÃO. Gostava de saber qual o número de pessoas Sem-Abrigo que se inclui nas seguintes 3 categorias: NÃO COMPLETARAM O ENSINO SECUNDÁRIO, COMPLETARAM O ENSINO SECUNDÁRIO, ou FREQUENTARAM O ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO OU UNIVERSITÁRIO. Mais uma vez, lembre-se que a soma das 3 categorias tem de ser 100 (*registar resposta com 3 dígitos*).

**De um conjunto de 100 pessoas Sem-Abrigo quantas:**

- 2.97-2.99) \_\_\_\_\_ Não completaram o ensino secundário?
- 201-203) \_\_\_\_\_ Completaram o ensino secundário mas não frequentaram o ensino superior politécnico ou universitário?





3.33-3.37) Qual é o seu código postal? \_\_\_\_\_

3.38) ENTREVISTADOR(A): codifique o sexo do entrevistado(a) (pergunte se não tiver a certeza).

1 = Feminino

2 = Masculino

**ENTREVISTADOR (A) :** *se o entrevistado(a) respondeu "Sim" no item 31, indicando alguma experiência de precariedade habitacional, por favor procure obter no final da entrevista informação mais específica sobre a situação habitacional do entrevistado(a). Escreva em baixo uma breve descrição da situação (i.e., "a casa incendiou-se;" ficou com a família por vários dias até encontrar alojamento" ou "dormiu na rua, principalmente no parque, durante três dias após ter perdido o trabalho e ter sido desalojado do apartamento").*

---



---



---



---

**Agora terminamos a entrevista! Muito obrigado pelo seu tempo e pela colaboração. Devo informá-lo que, para assegurar que as informações que agora nos prestou estão correctas, é provável que venha a receber, mais tarde, um telefonema da pessoa que supervisiona este trabalho. Tem algumas questões sobre a entrevista? Temos possibilidade de lhe dar uma cópia deste projecto quando terminado, se me der uma morada para lhe enviar a informação. Lembre-se que não ficamos com o seu nome, e a sua participação permanecerá anónima. Obrigada mais uma vez.**

3.39) Quer obter uma cópia do relatório?

1 = Sim

2 = Não

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_

3.40) Pergunta ao investigador(a): *o(a) entrevistado(a) respondeu à maioria das perguntas de um modo razoável? Haverá algum problema que torne os dados obtidos inválidos ou questionáveis?*

1 = Sem problemas

2 = Potenciais problemas (*descrever em baixo*)

3 = Sérios problemas (*descrever em baixo*)

---



---



---

**NOTA PARA O(A) ENTREVISTADOR(A): POR FAVOR VOLTE A TRAZ E REVEJA PARA GARANTIR QUE OS ITEMS ESTÃO COMPLETOS E COTADOS CORRECTAMENTE. SE NECESSÁRIO, LIGUE DE NOVO AO ENTREVISTADO PARA CLARIFICAR ALGUM PROBLEMA. CERTIFIQUE-SE QUE ESCREVEU O NUMERO DE TELEFONE DO ENTREVISTADO, A HORA E DATA DA ENTREVISTA, E O SEU NOME NA CAPA.**

# Anexo D

## OUTPUTS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

|       |                      | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Ana Domingos         | 46        | 23,0    | 23,0          | 23,0               |
|       | Ana Pires            | 22        | 11,0    | 11,0          | 34,0               |
|       | Carina Silveira      | 4         | 2,0     | 2,0           | 36,0               |
|       | Cláudia Guerra       | 7         | 3,5     | 3,5           | 39,5               |
|       | Cláudia Moura        | 22        | 11,0    | 11,0          | 50,5               |
|       | Marta Miguel         | 43        | 21,5    | 21,5          | 72,0               |
|       | Marta Ramos          | 12        | 6,0     | 6,0           | 78,0               |
|       | Patricia Felicissimo | 6         | 3,0     | 3,0           | 81,0               |
|       | Tânia Silva          | 38        | 19,0    | 19,0          | 100,0              |
|       | Total                | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 1: Entrevistadora.

|        |         |         |  |
|--------|---------|---------|--|
| N      | Valid   | 200     |  |
|        | Missing | 0       |  |
| Median |         | 18,0000 |  |
| Mode   |         | 19,00   |  |

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 10,00 | 2         | 1,0     | 1,0           | 1,0                |
|       | 11,00 | 6         | 3,0     | 3,0           | 4,0                |
|       | 12,00 | 3         | 1,5     | 1,5           | 5,5                |
|       | 13,00 | 4         | 2,0     | 2,0           | 7,5                |
|       | 14,00 | 15        | 7,5     | 7,5           | 15,0               |
|       | 15,00 | 15        | 7,5     | 7,5           | 22,5               |
|       | 16,00 | 8         | 4,0     | 4,0           | 26,5               |
|       | 17,00 | 18        | 9,0     | 9,0           | 35,5               |
|       | 18,00 | 32        | 16,0    | 16,0          | 51,5               |
|       | 19,00 | 58        | 29,0    | 29,0          | 80,5               |
|       | 20,00 | 35        | 17,5    | 17,5          | 98,0               |
|       | 21,00 | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 2: Hora de Início da Entrevista.

|                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Telefone Fixo | 200       | 100,0   | 100,0         | 100,0              |

TABELA 3: Contacto Inicial.

|                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Telefone Fixo | 200       | 100,0   | 100,0         | 100,0              |

TABELA 4: Contacto Actual.

| N      | Valid   | Missing | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------|---------|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
|        | 199     | 1       |           |         |               |                    |
| Mean   | 30,7889 |         |           |         |               |                    |
| Median | 29,0000 |         |           |         |               |                    |
| Mode   | 30,00   |         |           |         |               |                    |
| Valid  | 12,00   |         | 1         | ,5      | ,5            | ,5                 |
|        | 13,00   |         | 3         | 1,5     | 1,5           | 2,0                |
|        | 14,00   |         | 5         | 2,5     | 2,5           | 4,5                |
|        | 16,00   |         | 1         | ,5      | ,5            | 5,0                |
|        | 17,00   |         | 2         | 1,0     | 1,0           | 6,0                |
|        | 18,00   |         | 6         | 3,0     | 3,0           | 9,0                |
|        | 19,00   |         | 1         | ,5      | ,5            | 9,5                |
|        | 20,00   |         | 8         | 4,0     | 4,0           | 13,6               |
|        | 21,00   |         | 8         | 4,0     | 4,0           | 17,6               |
|        | 22,00   |         | 11        | 5,5     | 5,5           | 23,1               |
|        | 23,00   |         | 9         | 4,5     | 4,5           | 27,6               |
|        | 24,00   |         | 8         | 4,0     | 4,0           | 31,7               |
|        | 25,00   |         | 14        | 7,0     | 7,0           | 38,7               |
|        | 26,00   |         | 9         | 4,5     | 4,5           | 43,2               |
|        | 27,00   |         | 4         | 2,0     | 2,0           | 45,2               |
|        | 28,00   |         | 9         | 4,5     | 4,5           | 49,7               |
|        | 29,00   |         | 5         | 2,5     | 2,5           | 52,3               |
|        | 30,00   |         | 17        | 8,5     | 8,5           | 60,8               |
|        | 31,00   |         | 5         | 2,5     | 2,5           | 63,3               |
|        | 32,00   |         | 8         | 4,0     | 4,0           | 67,3               |
|        | 33,00   |         | 9         | 4,5     | 4,5           | 71,9               |
|        | 34,00   |         | 2         | 1,0     | 1,0           | 72,9               |
|        | 35,00   |         | 6         | 3,0     | 3,0           | 75,9               |
|        | 36,00   |         | 4         | 2,0     | 2,0           | 77,9               |
|        | 37,00   |         | 5         | 2,5     | 2,5           | 80,4               |

|         |        |     |       |       |       |
|---------|--------|-----|-------|-------|-------|
|         | 38,00  | 3   | 1,5   | 1,5   | 81,9  |
|         | 40,00  | 6   | 3,0   | 3,0   | 84,9  |
|         | 42,00  | 1   | ,5    | ,5    | 85,4  |
|         | 43,00  | 2   | 1,0   | 1,0   | 86,4  |
|         | 44,00  | 2   | 1,0   | 1,0   | 87,4  |
|         | 45,00  | 4   | 2,0   | 2,0   | 89,4  |
|         | 46,00  | 2   | 1,0   | 1,0   | 90,5  |
|         | 48,00  | 3   | 1,5   | 1,5   | 92,0  |
|         | 51,00  | 2   | 1,0   | 1,0   | 93,0  |
|         | 52,00  | 1   | ,5    | ,5    | 93,5  |
|         | 55,00  | 3   | 1,5   | 1,5   | 95,0  |
|         | 56,00  | 1   | ,5    | ,5    | 95,5  |
|         | 60,00  | 3   | 1,5   | 1,5   | 97,0  |
|         | 62,00  | 1   | ,5    | ,5    | 97,5  |
|         | 64,00  | 1   | ,5    | ,5    | 98,0  |
|         | 67,00  | 1   | ,5    | ,5    | 98,5  |
|         | 70,00  | 1   | ,5    | ,5    | 99,0  |
|         | 71,00  | 2   | 1,0   | 1,0   | 100,0 |
|         | Total  | 199 | 99,5  | 100,0 |       |
| Missing | System | 1   | ,5    |       |       |
| Total   |        | 200 | 100,0 |       |       |

TABELA 5: Duração da Entrevista (minutos).

# Anexo E

## HISTÓRIAS

**Entrevista N.º 26**

História: A entrevistada quando era pequena pediu dinheiro às portas das igrejas, porque a mãe tinha 6 filhos e era a forma de os sustentar. Não se considera Sem-Abrigo, mas mencionou que viveu/dormiu em barracas com cobertores à porta. Dos 12 aos 18 anos de idade viveu em casa de muitas pessoas, deixando de viver com a mãe.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Sim.

**Entrevista N.º 28**

História: A entrevistada mencionou que quando era mais nova pediu dinheiro a desconhecidos, mas não dormiu na rua e não se considera sem-abrigo.

Situação Difícil: Respondeu Não.

Pedinte: Respondeu Sim.

**Entrevista N.º 51**

História: Passou uma noite a dormi num colchão “mijado” dum sem-abrigo. Foi em Coimbra, ao pé do Estádio Académico, porque não tinha dinheiro para comprar gasolina para a mota e não tinha a garagem aberta.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Sem-abrigo.

Pedinte: Respondeu Sim.

**Entrevista N.º 64**

História: O entrevistado dormiu muitos anos fora de casa, porque era uma família grande. Referenciou que dormiu em palheiros, mas não se considera Sem-abrigo.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Sem-abrigo.

Pedinte: Respondeu Não.

#### **Entrevista N.º 68**

História: O entrevistado dormiu na rua (não especificou onde) durante duas semanas devido a desentendimentos familiares. Tinha a casa da mãe, onde podia ficar, mas optou por não o fazer.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Sem-abrigo.

Pedinte: Respondeu Não.

#### **Entrevista N.º 96**

História: O entrevistado mencionou que quando era novo pediu à porta de pessoas e que costumavam dar-lhe comida.

Situação Difícil: Respondeu Não.

Pedinte: Respondeu Sim.

#### **Entrevista N.º 108**

História: Refere que os pais viveram em situação precária na época do 25 de Abril, vindos de Angola para Portugal. Viveram durante um período de tempo em casa de familiares. Refere ainda outra situação de um familiar neste caso o irmão emigrado de um país europeu (não referiu qual) para Portugal, estava desempregado e permaneceu em casa da irmã durante uns tempos pois não tinha onde habitar. A entrevistada não considera viver em casa de familiares como sendo uma situação de Sem-Abrigo. “Sem-Abrigo é viver na rua.”

Situação Difícil: Respondeu Não. Mas revela situação de Precariedade Habitacional.

Pedinte: Não

#### Entrevista N.º 136

História: Na altura da descolonização e devido a problemas económicos a entrevistada viveu com a família em casa de outros familiares, mas não se considera Sem-Abrigo.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 138

História: “Durante toda a minha vida passei carências económicas, éramos muitos irmãos, não tínhamos o que comer, e tive de sair de casa muito cedo para ir trabalhar. Também nunca tive uma residência fixa. Antes de ter ido trabalhar morava com a família que me podia abrigar. Quando comecei a trabalhar, morava na casa dos patrões. Vivo num bairro social em Setúbal, com casas degradadas. A casa é pequena para todos. Somos sete pessoas a viver aqui, e um dos meus filhos é deficiente físico. Eu própria tenho muitos problemas de saúde e não temos quaisquer ajudas, nem reforma nem pensões.”

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 156

História: Quando tinha 20-30 anos foi trabalhar para Cabo Verde, na Ilha de S. Nicolau. Quando chegou à ilha não tinha onde dormir, estava tudo fechado, e não tinha dinheiro. Bateu à porta de uma senhora que foi muito caridosa e lhe deu abrigo por duas noites.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Sem-abrigo.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 161

História: Na infância, a casa dos pais era de madeira e com chão de barro. Quando trabalhou na pesca no rio, viveu com o marido num barco, até que conseguiram ter condições financeiras para alugar uma casa.

Situação Difícil: Respondeu Não. Mas revela situação de Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 179

História: “Em 1998, aquando do terramoto na ilha do Faial, fiquei sem nada. Tudo o que tinha ficou debaixo de terra. Durante 5 meses vivi numa tenda fornecida pela Protecção Civil e pouco mais. Queria ter dado volta à situação mas o meu marido é deficiente da guerra, é incapacitado e não trabalha. Eu, pela mesma altura, foi-me diagnosticado um tumor cerebral e também estou incapacitada e não tem sido fácil. O meu filho foi para a tropa na altura e vivemos sem habitação 4 anos. Depois conseguimos pedir um empréstimo de 10.000 euros para reconstruir a casa e actualmente já vivo nela. Mas foi e tem sido muito difícil.”

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Sim.

#### Entrevista N.º 203

História: Situação de precariedade habitacional durante a guerra colonial.

Em Angola, no início da guerra, a entrevistada teve que viver escondida no mato, num “barraco”, durante 3 meses. O marido era militar.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 216

História: Quando veio de África – descolonização – a entrevistada não tinha casa própria e foi viver para casa dos sogros.

Situação Difícil: Respondeu Não. Mas revela situação de Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 240

História: Devido a situação de divórcio, a casa foi vendida em hasta pública e a entrevistada e os 4 filhos terão que abandoná-la proximamente. A entrevistada não consegue arranjar trabalho por conta de outrem devido à sua situação de obesidade mórbida; colocou banda gástrica há alguns meses, mas ainda não conseguiu perder o peso necessário. Recebe rendimento mínimo e toma conta de crianças na sua própria casa. A filha mais velha, de 18 anos, já começou a trabalhar, mas não conseguem alugar ou comprar casa por não terem fiador. O ex-marido não dá sustento aos filhos, e não tem familiares que a possam ajudar. Teme ficar sem-abrigo e que os 3 filhos menores sejam institucionalizados.

Situação Difícil: Respondeu Sim. Precariedade Habitacional.

Pedinte: Respondeu Não.

#### Entrevista N.º 241

História: Episódio em que se esqueceu da carteira e teve que pedir dinheiro a desconhecidos para poder voltar para casa.

Situação Difícil: Respondeu Não.

Pedinte: Respondeu Sim.

# Anexo F

## OUTPUTS DA ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muito Sério         | 73        | 36,5    | 36,5          | 36,5               |
|       | Razoavelmente Sério | 47        | 23,5    | 23,5          | 60,0               |
|       | Não Muito Sério     | 51        | 25,5    | 25,5          | 85,5               |
|       | Nada Sério          | 25        | 12,5    | 12,5          | 98,0               |
|       | NS/NR               | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 1: Problema no Concelho.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muito Sério         | 87        | 43,5    | 43,5          | 43,5               |
|       | Razoavelmente Sério | 54        | 27,0    | 27,0          | 70,5               |
|       | Não Muito Sério     | 32        | 16,0    | 16,0          | 86,5               |
|       | Nada Sério          | 18        | 9,0     | 9,0           | 95,5               |
|       | NS/NR               | 9         | 4,5     | 4,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 2: Problema na Cidade.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muito Sério         | 166       | 83,0    | 83,0          | 83,0               |
|       | Razoavelmente Sério | 27        | 13,5    | 13,5          | 96,5               |
|       | Não Muito Sério     | 2         | 1,0     | 1,0           | 97,5               |
|       | NS/NR               | 5         | 2,5     | 2,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 3: Problema em Portugal.

|       |          | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Piorar   | 138       | 69,0    | 69,0          | 69,0               |
|       | Na Mesma | 26        | 13,0    | 13,0          | 82,0               |
|       | Melhorar | 22        | 11,0    | 11,0          | 93,0               |
|       | NS/NR    | 14        | 7,0     | 7,0           | 100,0              |
|       | Total    | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 4: Evolução do Problema em Portugal.

|         |         | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| N       | Valid   | 35        |         |               |                    |
|         | Missing | 165       |         |               |                    |
| Mean    |         | 111,7449  |         |               |                    |
| Median  |         | 120,0000  |         |               |                    |
| Mode    |         | 120,00    |         |               |                    |
| Valid   | ,07     | 1         | ,5      | 2,9           | 2,9                |
|         | ,70     | 1         | ,5      | 2,9           | 5,7                |
|         | 2,30    | 1         | ,5      | 2,9           | 8,6                |
|         | 4,00    | 2         | 1,0     | 5,7           | 14,3               |
|         | 6,00    | 1         | ,5      | 2,9           | 17,1               |
|         | 24,00   | 2         | 1,0     | 5,7           | 22,9               |
|         | 30,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 25,7               |
|         | 36,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 28,6               |
|         | 60,00   | 4         | 2,0     | 11,4          | 40,0               |
|         | 72,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 42,9               |
|         | 108,00  | 1         | ,5      | 2,9           | 45,7               |
|         | 120,00  | 13        | 6,5     | 37,1          | 82,9               |
|         | 180,00  | 2         | 1,0     | 5,7           | 88,6               |
|         | 240,00  | 2         | 1,0     | 5,7           | 94,3               |
|         | 360,00  | 1         | ,5      | 2,9           | 97,1               |
|         | 600,00  | 1         | ,5      | 2,9           | 100,0              |
|         | Total   | 35        | 17,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System  | 165       | 82,5    |               |                    |
| Total   |         | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 5: Período de Permanência na Situação (meses).

|         |             | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Meses       | 3         | 1,5     | 6,4           | 6,4                |
|         | Anos        | 5         | 2,5     | 10,6          | 17,0               |
|         | Muitos Anos | 34        | 17,0    | 72,3          | 89,4               |
|         | Toda a Vida | 5         | 2,5     | 10,6          | 100,0              |
|         | Total       | 47        | 23,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System      | 153       | 76,5    |               |                    |
| Total   |             | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 6: Período de Permanência na Situação (nominal)

|         |                          | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Dias (1-30)              | 5         | 2,5     | 6,1           | 6,1                |
|         | Meses (1-11)             | 9         | 4,5     | 11,0          | 17,1               |
|         | Anos (1-9)               | 44        | 22,0    | 53,7          | 70,7               |
|         | Muitos Anos (mais de 10) | 24        | 12,0    | 29,3          | 100,0              |
|         | Total                    | 82        | 41,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                   | 118       | 59,0    |               |                    |
| Total   |                          | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 7: Período de Permanência na Situação (total).

|       |                                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|--------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Governo                        | 151       | 75,5    | 75,5          | 75,5               |
|       | Igrejas e Associações          | 27        | 13,5    | 13,5          | 89,0               |
|       | As Próprias Pessoas Sem-Abrigo | 16        | 8,0     | 8,0           | 97,0               |
|       | NS/NR                          | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|       | Total                          | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 8: Instituição Responsável por Ajudar.

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Aumentar  | 160       | 80,0    | 80,0          | 80,0               |
|       | Diminuir  | 2         | 1,0     | 1,0           | 81,0               |
|       | Manter-se | 30        | 15,0    | 15,0          | 96,0               |
|       | NS/NR     | 8         | 4,0     | 4,0           | 100,0              |
|       | Total     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 9: Financiamentos Públicos.

|       |            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Aumentou   | 77        | 38,5    | 38,5          | 38,5               |
|       | Diminuiu   | 7         | 3,5     | 3,5           | 42,0               |
|       | Manteve-se | 110       | 55,0    | 55,0          | 97,0               |
|       | NS/NR      | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|       | Total      | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 10: Simpatia nos Últimos 2 anos.

|         |                    | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sociedade e Estado | 114       | 57,0    | 57,3          | 57,3               |
|         | Pessoa Sem-Abrigo  | 74        | 37,0    | 37,2          | 94,5               |
|         | NS/NR              | 11        | 5,5     | 5,5           | 100,0              |
|         | Total              | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System             | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                    | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 11: Principais Responsáveis.

|       |            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muitos     | 26        | 13,0    | 13,0          | 13,0               |
|       | Alguns     | 80        | 40,0    | 40,0          | 53,0               |
|       | Uns Poucos | 53        | 26,5    | 26,5          | 79,5               |
|       | Nenhum     | 41        | 20,5    | 20,5          | 100,0              |
|       | Total      | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 12: Quantos Artigos Leu.

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Muito Importante | 74        | 37,0    | 37,2          | 37,2               |
|         | Importante       | 61        | 30,5    | 30,7          | 67,8               |
|         | Não é Importante | 64        | 32,0    | 32,2          | 100,0              |
|         | Total            | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System           | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                  | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 13: Importância dos *Media* na Opinião.

|       |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Nunca            | 48        | 24,0    | 24,0          | 24,0               |
|       | 1 a 2 Vezes      | 23        | 11,5    | 11,5          | 35,5               |
|       | 3 a 10 Vezes     | 50        | 25,0    | 25,0          | 60,5               |
|       | Mais de 10 Vezes | 79        | 39,5    | 39,5          | 100,0              |
|       | Total            | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 14: Vezes que lhe Pediram Dinheiro.

|         |              | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Quase Sempre | 52        | 26,0    | 34,4          | 34,4               |
|         | Às vezes     | 60        | 30,0    | 39,7          | 74,2               |
|         | Raramente    | 16        | 8,0     | 10,6          | 84,8               |
|         | Nunca        | 23        | 11,5    | 15,2          | 100,0              |
|         | Total        | 151       | 75,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System       | 49        | 24,5    |               |                    |
| Total   |              | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 15: Vezes que Deu Dinheiro.

|       |     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim | 6         | 3,0     | 3,0           | 3,0                |
|       | Não | 194       | 97,0    | 97,0          | 100,0              |
| Total |     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 16: Alguma Vez Foi Pedinte.

|         |                      | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais de 5 Anos Atrás | 6         | 3,0     | 100,0         | 100,0              |
| Missing | System               | 194       | 97,0    |               |                    |
| Total   |                      | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 17: Última Vez que Pediu.

|         |            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Nenhum     | 78        | 39,0    | 39,2          | 39,2               |
|         | 1 ou 2     | 43        | 21,5    | 21,6          | 60,8               |
|         | 3 a 10     | 53        | 26,5    | 26,6          | 87,4               |
|         | Mais de 10 | 25        | 12,5    | 12,6          | 100,0              |
|         | Total      | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System     | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 18: Quantos Sem-Abrigo Viu.

|         |                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Entre 10 e 50  | 23        | 11,5    | 85,2          | 85,2               |
|         | Entre 50 e 100 | 4         | 2,0     | 14,8          | 100,0              |
|         | Total          | 27        | 13,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System         | 173       | 86,5    |               |                    |
| Total   |                | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 19: Viu mais de 10.

|         |                | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Com Frequência | 33        | 16,5    | 16,6          | 16,6               |
|         | Às Vezes       | 91        | 45,5    | 45,7          | 62,3               |
|         | Raramente      | 56        | 28,0    | 28,1          | 90,5               |
|         | Nunca          | 19        | 9,5     | 9,5           | 100,0              |
|         | Total          | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System         | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 20: Fala com Familiares e Amigos.

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 10        | 5,0     | 5,0           | 5,0                |
|       | Não   | 190       | 95,0    | 95,0          | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 21: Ao Longo da Vida Passou por Situação Difícil.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 4         | 2,0     | 40,0          | 40,0               |
|         | Não    | 6         | 3,0     | 60,0          | 100,0              |
|         | Total  | 10        | 5,0     | 100,0         |                    |
| Missing | System | 190       | 95,0    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 22: Sem-Abrigo Antes dos 17 Anos.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 6         | 3,0     | 100,0         | 100,0              |
| Missing | System | 194       | 97,0    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 23: Sem-Abrigo Depois dos 18 Anos.

|         |                      | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | No Ano Passado       | 1         | ,5      | 11,1          | 11,1               |
|         | 4-5 Anos Atrás       | 1         | ,5      | 11,1          | 22,2               |
|         | Mais de 5 Anos Atrás | 7         | 3,5     | 77,8          | 100,0              |
|         | Total                | 9         | 4,5     | 100,0         |                    |
| Missing | System               | 191       | 95,5    |               |                    |
| Total   |                      | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 24: Última Vez que foi Sem-Abrigo.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 4         | 2,0     | 44,4          | 44,4               |
|         | Não    | 5         | 2,5     | 55,6          | 100,0              |
|         | Total  | 9         | 4,5     | 100,0         |                    |
| Missing | System | 191       | 95,5    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 25: Dormiu num Parque, Rua, Edifício Abandonado, Estação.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Não    | 9         | 4,5     | 100,0         | 100,0              |
| Missing | System | 191       | 95,5    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 26: Dormiu num Abrigo ou Residência Temporária.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 4         | 2,0     | 44,4          | 44,4               |
|         | Não    | 5         | 2,5     | 55,6          | 100,0              |
|         | Total  | 9         | 4,5     | 100,0         |                    |
| Missing | System | 191       | 95,5    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 27: Dormiu em Casa de Amigo ou Parente.

|         |                                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Menos de 1 Semana                 | 2         | 1,0     | 28,6          | 28,6               |
|         | Mais de 1 Semana e Menos de 1 Mês | 1         | ,5      | 14,3          | 42,9               |
|         | Mais de 1 Mês e Menos de 1 Ano    | 1         | ,5      | 14,3          | 57,1               |
|         | Mais de 1 Ano                     | 3         | 1,5     | 42,9          | 100,0              |
|         | Total                             | 7         | 3,5     | 100,0         |                    |
| Missing | System                            | 193       | 96,5    |               |                    |
| Total   |                                   | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 28: Quanto Tempo foi Sem-Abrigo.

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 11        | 5,5     | 5,5           | 5,5                |
|       | Não   | 186       | 93,0    | 93,0          | 98,5               |
|       | NS/NR | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 29: Alguém da Família já foi Sem-Abrigo.

|         |               | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Pai/Mãe       | 1         | ,5      | 9,1           | 9,1                |
|         | Filho         | 3         | 1,5     | 27,3          | 36,4               |
|         | Irmão/Irmã    | 2         | 1,0     | 18,2          | 54,5               |
|         | Outro Parente | 5         | 2,5     | 45,5          | 100,0              |
|         | Total         | 11        | 5,5     | 100,0         |                    |
| Missing | System        | 189       | 94,5    |               |                    |
| Total   |               | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 30: Parente que foi Sem-Abrigo.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 27        | 13,5    | 13,6          | 13,6               |
|         | Não    | 172       | 86,0    | 86,4          | 100,0              |
|         | Total  | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 31: Algum Amigo já foi Sem-Abrigo.

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Sim    | 21        | 10,5    | 77,8          | 77,8               |
|         | Não    | 6         | 3,0     | 22,2          | 100,0              |
|         | Total  | 27        | 13,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System | 173       | 86,5    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 32: Conhecia o Amigo Antes de Ser Sem-Abrigo.

|        |         |        |
|--------|---------|--------|
| N      | Valid   | 34     |
|        | Missing | 166    |
| Mean   |         | 2,5882 |
| Median |         | 1,0000 |
| Mode   |         | ,00    |

|         |        | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | ,00    | 15        | 7,5     | 44,1          | 44,1               |
|         | 1,00   | 6         | 3,0     | 17,6          | 61,8               |
|         | 2,00   | 3         | 1,5     | 8,8           | 70,6               |
|         | 3,00   | 2         | 1,0     | 5,9           | 76,5               |
|         | 4,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 79,4               |
|         | 5,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 82,4               |
|         | 6,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 85,3               |
|         | 7,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 88,2               |
|         | 8,00   | 1         | ,5      | 2,9           | 91,2               |
|         | 10,00  | 2         | 1,0     | 5,9           | 97,1               |
|         | 20,00  | 1         | ,5      | 2,9           | 100,0              |
|         | Total  |           | 34      | 17,0          | 100,0              |
| Missing | System | 166       | 83,0    |               |                    |
| Total   |        | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 33: Quantos Sem-Abrigo Conheceu.

|       |       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim   | 156       | 78,0    | 78,0          | 78,0               |
|       | Não   | 43        | 21,5    | 21,5          | 99,5               |
|       | NS/NR | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|       | Total | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 34: Já Ajudou os Sem-Abrigo.

|         |   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Deu Dinheiro a 1 Pessoa Sem-Abrigo                        | 72        | 36,0    | 46,2          | 46,2               |
|         | Deu Dinheiro para Associações que Ajudam Sem-Abrigo       | 14        | 7,0     | 9,0           | 55,1               |
|         | Deu Comida e Roupa para Associações que Ajudam Sem-Abrigo | 29        | 14,5    | 18,6          | 73,7               |
|         | Deu Comida/Refeição a 1 Pessoa Sem-Abrigo                 | 16        | 8,0     | 10,3          | 84,0               |
|         | Deu Abrigo a 1 Pessoa Sem-Abrigo                          | 4         | 2,0     | 2,6           | 86,5               |
|         | Deu Roupa a 1 Pessoa Sem-Abrigo                           | 14        | 7,0     | 9,0           | 95,5               |
|         | Deu Ajuda a Sem-Abrigo com Problemas Sociais/Familiares   | 4         | 2,0     | 2,6           | 98,1               |
|         | Outro   | 2         | 1,0     | 1,3           | 99,4               |
|         | NR  | 1         | ,5      | ,6            | 100,0              |
|         | Total   | 156       | 78,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System  | 44        | 22,0    |               |                    |
| Total   |   | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 35:O que Fez para Ajudar.

|        |         |           |         |               |                    |
|--------|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| N      | Valid   | 115       |         |               |                    |
|        | Missing | 85        |         |               |                    |
| Mean   |         | 91,6522   |         |               |                    |
| Median |         | 40,0000   |         |               |                    |
| Mode   |         | ,00       |         |               |                    |
|        |         | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |

|         |        |     |       |       |       |
|---------|--------|-----|-------|-------|-------|
| Valid   | ,00    | 49  | 24,5  | 42,6  | 42,6  |
|         | 10,00  | 2   | 1,0   | 1,7   | 44,3  |
|         | 15,00  | 1   | ,5    | ,9    | 45,2  |
|         | 20,00  | 3   | 1,5   | 2,6   | 47,8  |
|         | 25,00  | 1   | ,5    | ,9    | 48,7  |
|         | 30,00  | 1   | ,5    | ,9    | 49,6  |
|         | 40,00  | 1   | ,5    | ,9    | 50,4  |
|         | 50,00  | 7   | 3,5   | 6,1   | 56,5  |
|         | 75,00  | 2   | 1,0   | 1,7   | 58,3  |
|         | 100,00 | 14  | 7,0   | 12,2  | 70,4  |
|         | 125,00 | 1   | ,5    | ,9    | 71,3  |
|         | 150,00 | 12  | 6,0   | 10,4  | 81,7  |
|         | 200,00 | 6   | 3,0   | 5,2   | 87,0  |
|         | 300,00 | 5   | 2,5   | 4,3   | 91,3  |
|         | 350,00 | 7   | 3,5   | 6,1   | 97,4  |
|         | 375,00 | 1   | ,5    | ,9    | 98,3  |
|         | 500,00 | 2   | 1,0   | 1,7   | 100,0 |
|         | Total  | 115 | 57,5  | 100,0 |       |
| Missing | System | 85  | 42,5  |       |       |
| Total   |        | 200 | 100,0 |       |       |

TABELA 36: Rendimento Médio Mensal de Pessoa Sem-Abrigo.

|       |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muito Disponível | 25        | 12,5    | 12,5          | 12,5               |
|       | Algo Disponível  | 58        | 29,0    | 29,0          | 41,5               |
|       | Nada Disponível  | 117       | 58,5    | 58,5          | 100,0              |
|       | Total            | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 37: Disponibilidade para Pagar 40 €/Ano.

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Muito Disponível | 6         | 3,0     | 7,2           | 7,2                |
|         | Algo Disponível  | 24        | 12,0    | 28,9          | 36,1               |
|         | Nada Disponível  | 53        | 26,5    | 63,9          | 100,0              |
|         | Total            | 83        | 41,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System           | 117       | 58,5    |               |                    |
| Total   |                  | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 38: Disponibilidade para Pagar 160 €/Ano.

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Muito Disponível | 1         | ,5      | 3,3           | 3,3                |
|         | Algo Disponível  | 5         | 2,5     | 16,7          | 20,0               |
|         | Nada Disponível  | 24        | 12,0    | 80,0          | 100,0              |
|         | Total            | 30        | 15,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System           | 170       | 85,0    |               |                    |
| Total   |                  | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 39: Disponibilidade para Pagar 800 €/Ano.

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Muito Disponível | 65        | 32,5    | 32,8          | 32,8               |
|         | Algo Disponível  | 67        | 33,5    | 33,8          | 66,7               |
|         | Nada Disponível  | 66        | 33,0    | 33,3          | 100,0              |
|         | Total            | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System           | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                  | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 40: Disponibilidade para Trabalho Voluntário 2h/Mês.

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Muito Disponível | 83        | 41,5    | 41,7          | 41,7               |
|         | Algo Disponível  | 74        | 37,0    | 37,2          | 78,9               |
|         | Nada Disponível  | 42        | 21,0    | 21,1          | 100,0              |
|         | Total            | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System           | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                  | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 41: Disponibilidade para Ter Residência.

|       |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Muito Disponível | 79        | 39,5    | 39,5          | 39,5               |
|       | Algo Disponível  | 77        | 38,5    | 38,5          | 78,0               |
|       | Nada Disponível  | 44        | 22,0    | 22,0          | 100,0              |
|       | Total            | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 42: Disponibilidade para Ter Abrigo.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 56        | 28,0    | 28,1          | 28,1               |
|         | Provavelmente Sim   | 61        | 30,5    | 30,7          | 58,8               |
|         | Provavelmente Não   | 33        | 16,5    | 16,6          | 75,4               |
|         | Definitivamente Não | 49        | 24,5    | 24,6          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 43: Direito a Passar a Noite em Locais Públicos.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 152       | 76,0    | 76,0          | 76,0               |
|       | Provavelmente Sim   | 38        | 19,0    | 19,0          | 95,0               |
|       | Provavelmente Não   | 6         | 3,0     | 3,0           | 98,0               |
|       | Definitivamente Não | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 44: Direito a Votar.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 39        | 19,5    | 19,6          | 19,6               |
|         | Provavelmente Sim   | 82        | 41,0    | 41,2          | 60,8               |
|         | Provavelmente Não   | 47        | 23,5    | 23,6          | 84,4               |
|         | Definitivamente Não | 31        | 15,5    | 15,6          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 45: Permissão de Mendigar em Locais Públicos.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 20        | 10,0    | 10,1          | 10,1               |
|         | Provavelmente Sim   | 68        | 34,0    | 34,2          | 44,2               |
|         | Provavelmente Não   | 54        | 27,0    | 27,1          | 71,4               |
|         | Definitivamente Não | 57        | 28,5    | 28,6          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 46: Permissão para Montar Tendões em Locais Públicos.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 107       | 53,5    | 53,5          | 53,5               |
|       | Provavelmente Sim   | 68        | 34,0    | 34,0          | 87,5               |
|       | Provavelmente Não   | 15        | 7,5     | 7,5           | 95,0               |
|       | Definitivamente Não | 10        | 5,0     | 5,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 47: Enviados para Hospitais Psiquiátricos.

|       |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Bastante | 124       | 62,0    | 62,0          | 62,0               |
|       | Concorda          | 65        | 32,5    | 32,5          | 94,5               |
|       | Discorda          | 7         | 3,5     | 3,5           | 98,0               |
|       | Discorda Bastante | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total             | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 48: Sente-se Triste e com Compaixão.

|         |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Bastante | 20        | 10,0    | 10,1          | 10,1               |
|         | Concorda          | 38        | 19,0    | 19,2          | 29,3               |
|         | Discorda          | 59        | 29,5    | 29,8          | 59,1               |
|         | Discorda Bastante | 81        | 40,5    | 40,9          | 100,0              |
|         | Total             | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System            | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                   | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 49: Teria o Cuidado de Não Tocar.

|         |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Bastante | 108       | 54,0    | 54,5          | 54,5               |
|         | Concorda          | 71        | 35,5    | 35,9          | 90,4               |
|         | Discorda          | 10        | 5,0     | 5,1           | 95,5               |
|         | Discorda Bastante | 9         | 4,5     | 4,5           | 100,0              |
|         | Total             | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System            | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                   | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 50: Irrita Pensar que há Tantas Pessoas Sem-abrigo.

|         |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Bastante | 6         | 3,0     | 3,0           | 3,0                |
|         | Concorda          | 23        | 11,5    | 11,6          | 14,6               |
|         | Discorda          | 77        | 38,5    | 38,7          | 53,3               |
|         | Discorda Bastante | 93        | 46,5    | 46,7          | 100,0              |
|         | Total             | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System            | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                   | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 51: Sente Menos Compaixão.

|       |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Bastante | 154       | 77,0    | 77,0          | 77,0               |
|       | Concorda          | 42        | 21,0    | 21,0          | 98,0               |
|       | Discorda          | 2         | 1,0     | 1,0           | 99,0               |
|       | Discorda Bastante | 2         | 1,0     | 1,0           | 100,0              |
|       | Total             | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 52: Direito a Habitação é Direito Humano Básico.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 109       | 54,5    | 55,1          | 55,1               |
|         | Um Bocado | 44        | 22,0    | 22,2          | 77,3               |
|         | Um Pouco  | 31        | 15,5    | 15,7          | 92,9               |
|         | Nada      | 14        | 7,0     | 7,1           | 100,0              |
|         | Total     | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 53: Falta de Habitações a Preços Acessíveis.

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Bastante  | 85        | 42,5    | 42,5          | 42,5               |
|       | Um Bocado | 71        | 35,5    | 35,5          | 78,0               |
|       | Um Pouco  | 34        | 17,0    | 17,0          | 95,0               |
|       | Nada      | 10        | 5,0     | 5,0           | 100,0              |
|       | Total     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 54: Doença Mental

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 53        | 26,5    | 26,8          | 26,8               |
|         | Um Bocado | 75        | 37,5    | 37,9          | 64,6               |
|         | Um Pouco  | 47        | 23,5    | 23,7          | 88,4               |
|         | Nada      | 23        | 11,5    | 11,6          | 100,0              |
|         | Total     | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 55: Azar.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 78        | 39,0    | 39,2          | 39,2               |
|         | Um Bocado | 75        | 37,5    | 37,7          | 76,9               |
|         | Um Pouco  | 35        | 17,5    | 17,6          | 94,5               |
|         | Nada      | 11        | 5,5     | 5,5           | 100,0              |
|         | Total     | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 56: Preguiça.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 44        | 22,0    | 22,1          | 22,1               |
|         | Um Bocado | 78        | 39,0    | 39,2          | 61,3               |
|         | Um Pouco  | 47        | 23,5    | 23,6          | 84,9               |
|         | Nada      | 30        | 15,0    | 15,1          | 100,0              |
|         | Total     | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 57: Incapacidade de Garantir Boas Escolas.

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Bastante  | 70        | 35,0    | 35,0          | 35,0               |
|       | Um Bocado | 83        | 41,5    | 41,5          | 76,5               |
|       | Um Pouco  | 38        | 19,0    | 19,0          | 95,5               |
|       | Nada      | 9         | 4,5     | 4,5           | 100,0              |
| Total |           | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 58: Alta Hospitalar de Pessoas com Doença Mental.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 115       | 57,5    | 58,1          | 58,1               |
|         | Um Bocado | 60        | 30,0    | 30,3          | 88,4               |
|         | Um Pouco  | 18        | 9,0     | 9,1           | 97,5               |
|         | Nada      | 5         | 2,5     | 2,5           | 100,0              |
|         | Total     | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 59: Favorecimento dos Ricos em Detrimento dos Pobres.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 86        | 43,0    | 43,2          | 43,2               |
|         | Um Bocado | 87        | 43,5    | 43,7          | 86,9               |
|         | Um Pouco  | 22        | 11,0    | 11,1          | 98,0               |
|         | Nada      | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|         | Total     | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 60: Incapacidade ou Doença Física.

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Bastante  | 151       | 75,5    | 75,5          | 75,5               |
|       | Um Bocado | 46        | 23,0    | 23,0          | 98,5               |
|       | Um Pouco  | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|       | Total     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 61: Abuso de Álcool e Drogas.

|         |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Bastante  | 67        | 33,5    | 33,8          | 33,8               |
|         | Um Bocado | 87        | 43,5    | 43,9          | 77,8               |
|         | Um Pouco  | 32        | 16,0    | 16,2          | 93,9               |
|         | Nada      | 12        | 6,0     | 6,1           | 100,0              |
|         | Total     | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System    | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |           | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 62: Comportamento Irresponsável.

|       |           | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Bastante  | 122       | 61,0    | 61,0          | 61,0               |
|       | Um Bocado | 58        | 29,0    | 29,0          | 90,0               |
|       | Um Pouco  | 16        | 8,0     | 8,0           | 98,0               |
|       | Nada      | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total     | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 63: Falta de Apoio Governamental aos Pobres.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 42        | 21,0    | 21,2          | 21,2               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 85        | 42,5    | 42,9          | 64,1               |
|         | Provavelmente Falsa        | 42        | 21,0    | 21,2          | 85,4               |
|         | Definitivamente Falsa      | 29        | 14,5    | 14,6          | 100,0              |
|         | Total                      | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 64: Boas Capacidades de Trabalho.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 53        | 26,5    | 26,8          | 26,8               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 103       | 51,5    | 52,0          | 78,8               |
|         | Provavelmente Falsa        | 34        | 17,0    | 17,2          | 96,0               |
|         | Definitivamente Falsa      | 8         | 4,0     | 4,0           | 100,0              |
|         | Total                      | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 65: Pode Cuidar de Uma Casa.

|       |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Verdadeira | 26        | 13,0    | 13,3          | 13,3               |
|       | Provavelmente Verdadeira   | 88        | 44,0    | 45,1          | 58,5               |
|       | Provavelmente Falsa        | 63        | 31,5    | 32,3          | 90,8               |

|         |                       |     |       |       |       |
|---------|-----------------------|-----|-------|-------|-------|
|         | Definitivamente Falsa | 18  | 9,0   | 9,2   | 100,0 |
|         | Total                 | 195 | 97,5  | 100,0 |       |
| Missing | System                | 5   | 2,5   |       |       |
| Total   |                       | 200 | 100,0 |       |       |

TABELA 66: Problemas em Fazer Amigos.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 30        | 15,0    | 15,2          | 15,2               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 98        | 49,0    | 49,7          | 65,0               |
|         | Provavelmente Falsa        | 56        | 28,0    | 28,4          | 93,4               |
|         | Definitivamente Falsa      | 13        | 6,5     | 6,6           | 100,0              |
|         | Total                      | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 67: Respeitaria a Propriedade dos Vizinhos.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 39        | 19,5    | 19,8          | 19,8               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 91        | 45,5    | 46,2          | 66,0               |
|         | Provavelmente Falsa        | 52        | 26,0    | 26,4          | 92,4               |
|         | Definitivamente Falsa      | 15        | 7,5     | 7,6           | 100,0              |
|         | Total                      | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 68: Mais Pessoas Sem-abrigo Pior Vizinhaça.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 31        | 15,5    | 15,7          | 15,7               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 70        | 35,0    | 35,5          | 51,3               |
|         | Provavelmente Falsa        | 69        | 34,5    | 35,0          | 86,3               |
|         | Definitivamente Falsa      | 27        | 13,5    | 13,7          | 100,0              |
|         | Total                      | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 69: Podem Ser Perigosas.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 49        | 24,5    | 25,0          | 25,0               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 101       | 50,5    | 51,5          | 76,5               |
|         | Provavelmente Falsa        | 36        | 18,0    | 18,4          | 94,9               |
|         | Definitivamente Falsa      | 10        | 5,0     | 5,1           | 100,0              |
|         | Total                      | 196       | 98,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 4         | 2,0     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 70: Problemas com os Relacionamentos Familiares.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 39        | 19,5    | 19,6          | 19,6               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 74        | 37,0    | 37,2          | 56,8               |
|         | Provavelmente Falsa        | 57        | 28,5    | 28,6          | 85,4               |
|         | Definitivamente Falsa      | 29        | 14,5    | 14,6          | 100,0              |
|         | Total                      | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 71: Maiores Probabilidades de Cometer Crimes Violentos.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 41        | 20,5    | 20,6          | 20,6               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 59        | 29,5    | 29,6          | 50,3               |
|         | Provavelmente Falsa        | 63        | 31,5    | 31,7          | 81,9               |
|         | Definitivamente Falsa      | 36        | 18,0    | 18,1          | 100,0              |
|         | Total                      | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 72: Não São Mais Perigosas.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 47        | 23,5    | 23,7          | 23,7               |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 61        | 30,5    | 30,8          | 54,5               |
|         | Provavelmente Falsa        | 52        | 26,0    | 26,3          | 80,8               |
|         | Definitivamente Falsa      | 38        | 19,0    | 19,2          | 100,0              |
|         | Total                      | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 73: Natural Ter Medo.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 19        | 9,5     | 9,7           | 9,7                |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 54        | 27,0    | 27,6          | 37,2               |
|         | Provavelmente Falsa        | 59        | 29,5    | 30,1          | 67,3               |
|         | Definitivamente Falsa      | 64        | 32,0    | 32,7          | 100,0              |
|         | Total                      | 196       | 98,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 4         | 2,0     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 74: Menos Provável que Confiasse.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Verdadeira | 18        | 9,0     | 9,1           | 9,1                |
|         | Provavelmente Verdadeira   | 44        | 22,0    | 22,3          | 31,5               |
|         | Provavelmente Falsa        | 69        | 34,5    | 35,0          | 66,5               |
|         | Definitivamente Falsa      | 66        | 33,0    | 33,5          | 100,0              |
|         | Total                      | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                     | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                            | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 75: Não Autorização para se Juntar em Locais Públicos.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 121       | 60,5    | 60,8          | 60,8               |
|         | Provavelmente Sim   | 70        | 35,0    | 35,2          | 96,0               |
|         | Provavelmente Não   | 5         | 2,5     | 2,5           | 98,5               |
|         | Definitivamente Não | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 76: Despender Mais Dinheiro em Habitações Económicas.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 138       | 69,0    | 69,0          | 69,0               |
|       | Provavelmente Sim   | 60        | 30,0    | 30,0          | 99,0               |
|       | Provavelmente Não   | 2         | 1,0     | 1,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 77: Despender Mais Dinheiro para Construir Abrigos.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 100       | 50,0    | 50,3          | 50,3               |
|         | Provavelmente Sim   | 76        | 38,0    | 38,2          | 88,4               |
|         | Provavelmente Não   | 21        | 10,5    | 10,6          | 99,0               |
|         | Definitivamente Não | 2         | 1,0     | 1,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 78: Despender Mais Dinheiro para Subsídios de Habitação.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Definitivamente Sim | 97        | 48,5    | 48,7          | 48,7               |
|         | Provavelmente Sim   | 84        | 42,0    | 42,2          | 91,0               |
|         | Provavelmente Não   | 14        | 7,0     | 7,0           | 98,0               |
|         | Definitivamente Não | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 79: Despender Mais Dinheiro em Benefícios Sociais.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 140       | 70,0    | 70,0          | 70,0               |
|       | Provavelmente Sim   | 52        | 26,0    | 26,0          | 96,0               |
|       | Provavelmente Não   | 5         | 2,5     | 2,5           | 98,5               |
|       | Definitivamente Não | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 80: Despender Mais Dinheiro em Tratamentos de Álcool e Drogas.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 109       | 54,5    | 54,5          | 54,5               |
|       | Provavelmente Sim   | 66        | 33,0    | 33,0          | 87,5               |
|       | Provavelmente Não   | 15        | 7,5     | 7,5           | 95,0               |
|       | Definitivamente Não | 10        | 5,0     | 5,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 81: Aumentar o Salário Mínimo.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Definitivamente Sim | 109       | 54,5    | 54,5          | 54,5               |
|       | Provavelmente Sim   | 76        | 38,0    | 38,0          | 92,5               |
|       | Provavelmente Não   | 8         | 4,0     | 4,0           | 96,5               |
|       | Definitivamente Não | 7         | 3,5     | 3,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 82: Dar Benefícios Sociais às Empresas que Constroem Habitações.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Eficaz              | 112       | 56,0    | 56,0          | 56,0               |
|       | Parcialmente Eficaz | 61        | 30,5    | 30,5          | 86,5               |
|       | Pouco Eficaz        | 17        | 8,5     | 8,5           | 95,0               |
|       | Nada Eficaz         | 10        | 5,0     | 5,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 83: Construir Mais Habitações Económicas.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Eficaz              | 81        | 40,5    | 40,5          | 40,5               |
|       | Parcialmente Eficaz | 80        | 40,0    | 40,0          | 80,5               |
|       | Pouco Eficaz        | 27        | 13,5    | 13,5          | 94,0               |
|       | Nada Eficaz         | 12        | 6,0     | 6,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 84: Atribui Subsídios de Renda.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Eficaz              | 74        | 37,0    | 37,2          | 37,2               |
|         | Parcialmente Eficaz | 75        | 37,5    | 37,7          | 74,9               |
|         | Pouco Eficaz        | 33        | 16,5    | 16,6          | 91,5               |
|         | Nada Eficaz         | 17        | 8,5     | 8,5           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 85: Auto-suficientes pela Redução de Benefícios Sociais.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Eficaz              | 100       | 50,0    | 50,0          | 50,0               |
|       | Parcialmente Eficaz | 75        | 37,5    | 37,5          | 87,5               |
|       | Pouco Eficaz        | 14        | 7,0     | 7,0           | 94,5               |
|       | Nada Eficaz         | 11        | 5,5     | 5,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 86: Aumentar o Salário Mínimo nas Empresas.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Eficaz              | 152       | 76,0    | 76,8          | 76,8               |
|         | Parcialmente Eficaz | 43        | 21,5    | 21,7          | 98,5               |
|         | Pouco Eficaz        | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|         | Total               | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 87: Estabelecer Programas de Apoio Infantil.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Eficaz              | 130       | 65,0    | 65,0          | 65,0               |
|       | Parcialmente Eficaz | 63        | 31,5    | 31,5          | 96,5               |
|       | Pouco Eficaz        | 6         | 3,0     | 3,0           | 99,5               |
|       | Nada Eficaz         | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 88: Lugar onde Residir antes da Alta Hospitalar.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Eficaz              | 139       | 69,5    | 69,5          | 69,5               |
|       | Parcialmente Eficaz | 53        | 26,5    | 26,5          | 96,0               |
|       | Pouco Eficaz        | 7         | 3,5     | 3,5           | 99,5               |
|       | Nada Eficaz         | 1         | ,5      | ,5            | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 89: Criar Mais Habitações Temporárias e de Emergência.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Eficaz              | 144       | 72,0    | 72,4          | 72,4               |
|         | Parcialmente Eficaz | 49        | 24,5    | 24,6          | 97,0               |
|         | Pouco Eficaz        | 4         | 2,0     | 2,0           | 99,0               |
|         | Nada Eficaz         | 2         | 1,0     | 1,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 90: Disponibilizar Programas de Tratamento de Álcool e Drogas.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Eficaz              | 105       | 52,5    | 52,8          | 52,8               |
|         | Parcialmente Eficaz | 73        | 36,5    | 36,7          | 89,4               |
|         | Pouco Eficaz        | 15        | 7,5     | 7,5           | 97,0               |
|         | Nada Eficaz         | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 91: Internamento Compulsivo de Sem-abrigo com Doença Mental Grave.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Eficaz              | 100       | 50,0    | 50,3          | 50,3               |
|         | Parcialmente Eficaz | 74        | 37,0    | 37,2          | 87,4               |
|         | Pouco Eficaz        | 17        | 8,5     | 8,5           | 96,0               |
|         | Nada Eficaz         | 8         | 4,0     | 4,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 92: Ajudar a Obterem Benefícios Sociais.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 24        | 12,0    | 12,1          | 12,1               |
|         | Concorda            | 53        | 26,5    | 26,6          | 38,7               |
|         | Discorda            | 74        | 37,0    | 37,2          | 75,9               |
|         | Discorda Totalmente | 48        | 24,0    | 24,1          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 93: Salário Principal Fonte de Rendimento.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Totalmente | 89        | 44,5    | 44,5          | 44,5               |
|       | Concorda            | 99        | 49,5    | 49,5          | 94,0               |
|       | Discorda            | 9         | 4,5     | 4,5           | 98,5               |
|       | Discorda Totalmente | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 94: Geralmente Dormem ao Relento.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Totalmente | 95        | 47,5    | 47,5          | 47,5               |
|       | Concorda            | 94        | 47,0    | 47,0          | 94,5               |
|       | Discorda            | 8         | 4,0     | 4,0           | 98,5               |
|       | Discorda Totalmente | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 95: Maior Parte do Tempo no Exterior.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 7         | 3,5     | 3,5           | 3,5                |
|         | Concorda            | 22        | 11,0    | 11,1          | 14,6               |
|         | Discorda            | 92        | 46,0    | 46,5          | 61,1               |
|         | Discorda Totalmente | 77        | 38,5    | 38,9          | 100,0              |
|         | Total               | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 96: Maior Parte do Tempo em Casa de Amigos e Familiares.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 26        | 13,0    | 13,1          | 13,1               |
|         | Concorda            | 109       | 54,5    | 54,8          | 67,8               |
|         | Discorda            | 44        | 22,0    | 22,1          | 89,9               |
|         | Discorda Totalmente | 20        | 10,0    | 10,1          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 97: Dinheiro por Meios Ilícitos.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Totalmente | 94        | 47,0    | 47,0          | 47,0               |
|       | Concorda            | 80        | 40,0    | 40,0          | 87,0               |
|       | Discorda            | 20        | 10,0    | 10,0          | 97,0               |
|       | Discorda Totalmente | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 98: Desemprego Uma das Principais Causas.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 48        | 24,0    | 24,2          | 24,2               |
|         | Concorda            | 132       | 66,0    | 66,7          | 90,9               |
|         | Discorda            | 11        | 5,5     | 5,6           | 96,5               |
|         | Discorda Totalmente | 7         | 3,5     | 3,5           | 100,0              |
|         | Total               | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 99: Formação Profissional Ajudaria a Resolver.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 20        | 10,0    | 10,3          | 10,3               |
|         | Concorda            | 77        | 38,5    | 39,5          | 49,7               |
|         | Discorda            | 86        | 43,0    | 44,1          | 93,8               |
|         | Discorda Totalmente | 12        | 6,0     | 6,2           | 100,0              |
|         | Total               | 195       | 97,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 5         | 2,5     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 100: Passam Muitas Noites na Cadeia.

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Concorda Totalmente | 127       | 63,5    | 63,5          | 63,5               |
|       | Concorda            | 58        | 29,0    | 29,0          | 92,5               |
|       | Discorda            | 11        | 5,5     | 5,5           | 98,0               |
|       | Discorda Totalmente | 4         | 2,0     | 2,0           | 100,0              |
|       | Total               | 200       | 100,0   | 100,0         |                    |

TABELA 101: Frequente que os Sem-abrigo Passem Fome.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 54        | 27,0    | 27,3          | 27,3               |
|         | Concorda            | 107       | 53,5    | 54,0          | 81,3               |
|         | Discorda            | 32        | 16,0    | 16,2          | 97,5               |
|         | Discorda Totalmente | 5         | 2,5     | 2,5           | 100,0              |
|         | Total               | 198       | 99,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 2         | 1,0     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 102: Sem-abrigo por Perda da Habitação.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 17        | 8,5     | 8,6           | 8,6                |
|         | Concorda            | 77        | 38,5    | 39,1          | 47,7               |
|         | Discorda            | 83        | 41,5    | 42,1          | 89,8               |
|         | Discorda Totalmente | 20        | 10,0    | 10,2          | 100,0              |
|         | Total               | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 103: Geralmente Dormem num Abrigo.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 30        | 15,0    | 15,1          | 15,1               |
|         | Concorda            | 81        | 40,5    | 40,7          | 55,8               |
|         | Discorda            | 54        | 27,0    | 27,1          | 82,9               |
|         | Discorda Totalmente | 34        | 17,0    | 17,1          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 104: Muitas Pessoas Escolhem Ser Sem-abrigo.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 72        | 36,0    | 36,2          | 36,2               |
|         | Concorda            | 105       | 52,5    | 52,8          | 88,9               |
|         | Discorda            | 19        | 9,5     | 9,5           | 98,5               |
|         | Discorda Totalmente | 3         | 1,5     | 1,5           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 105: Geralmente Dormem em Edifícios Abandonados.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 23        | 11,5    | 11,6          | 11,6               |
|         | Concorda            | 78        | 39,0    | 39,2          | 50,8               |
|         | Discorda            | 68        | 34,0    | 34,2          | 84,9               |
|         | Discorda Totalmente | 30        | 15,0    | 15,1          | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 106: Subsídio de Desemprego das Maiores Fontes de Rendimento.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 6         | 3,0     | 3,0           | 3,0                |
|         | Concorda            | 29        | 14,5    | 14,7          | 17,8               |
|         | Discorda            | 88        | 44,0    | 44,7          | 62,4               |
|         | Discorda Totalmente | 74        | 37,0    | 37,6          | 100,0              |
|         | Total               | 197       | 98,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 3         | 1,5     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 107: Dormem em Casa de Amigo ou Familiar.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 84        | 42,0    | 42,2          | 42,2               |
|         | Concorda            | 95        | 47,5    | 47,7          | 89,9               |
|         | Discorda            | 14        | 7,0     | 7,0           | 97,0               |
|         | Discorda Totalmente | 6         | 3,0     | 3,0           | 100,0              |
|         | Total               | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 108: Mais Empregos Menos Sem-abrigo.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 14        | 7,0     | 7,2           | 7,2                |
|         | Concorda            | 55        | 27,5    | 28,2          | 35,4               |
|         | Discorda            | 91        | 45,5    | 46,7          | 82,1               |
|         | Discorda Totalmente | 35        | 17,5    | 17,9          | 100,0              |
|         | Total               | 195       | 97,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 5         | 2,5     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 109: Recebem Dinheiro de Amigos e/ou Familiares.

|         |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Concorda Totalmente | 8         | 4,0     | 4,1           | 4,1                |
|         | Concorda            | 40        | 20,0    | 20,4          | 24,5               |
|         | Discorda            | 72        | 36,0    | 36,7          | 61,2               |
|         | Discorda Totalmente | 76        | 38,0    | 38,8          | 100,0              |
|         | Total               | 196       | 98,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System              | 4         | 2,0     |               |                    |
| Total   |                     | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 110: Maior Parte do Tempo à Procura de Emprego.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 191     |
|        | Missing | 9       |
| Mean   |         | 65,3455 |
| Median |         | 60,0000 |
| Mode   |         | 60,00   |

TABELA 111: São Homens.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 184     |
|        | Missing | 16      |
| Mean   |         | 34,4837 |
| Median |         | 40,0000 |
| Mode   |         | 40,00   |

TABELA 112: São Actualmente Casadas.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 182     |
|        | Missing | 18      |
| Mean   |         | 38,7692 |
| Median |         | 30,0000 |
| Mode   |         | 30,00   |

TABELA 113: Nunca Foram Casadas.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 188     |
|        | Missing | 12      |
| Mean   |         | 44,6862 |
| Median |         | 40,0000 |
| Mode   |         | 40,00   |

TABELA 114: Têm Filhos.

|        |         |          |
|--------|---------|----------|
| N      | Valid   | 188      |
|        | Missing | 12       |
| Mean   |         | 24,0851  |
| Median |         | 20,0000  |
| Mode   |         | 10,00(a) |

a Multiple modes exist. The smallest value is shown

TABELA 115: Têm Contacto Regular com os Familiares.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 188     |
|        | Missing | 12      |
| Mean   |         | 19,4362 |
| Median |         | 20,0000 |
| Mode   |         | 10,00   |

TABELA 116: Conseguem Encontrar Habitação Permanente.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 186     |
|        | Missing | 14      |
| Mean   |         | 31,4301 |
| Median |         | 30,0000 |
| Mode   |         | 20,00   |

TABELA 117: Recebem Reformas, Pensões ou Outros Subsídios.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 187     |
|        | Missing | 13      |
| Mean   |         | 39,5829 |
| Median |         | 40,0000 |
| Mode   |         | 40,00   |

TABELA 118: Têm Cadastro.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 188     |
|        | Missing | 12      |
| Mean   |         | 39,8830 |
| Median |         | 40,0000 |
| Mode   |         | 40,00   |

TABELA 119: Têm Doença Mental.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 185     |
|        | Missing | 15      |
| Mean   |         | 32,4324 |
| Median |         | 30,0000 |
| Mode   |         | 30,00   |

TABELA 120: Têm Deficiência Mental.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 183     |
|        | Missing | 17      |
| Mean   |         | 33,1148 |
| Median |         | 30,0000 |
| Mode   |         | 40,00   |

TABELA 121: Têm Esquizofrenia.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 186     |
|        | Missing | 14      |
| Mean   |         | 46,5753 |
| Median |         | 40,0000 |
| Mode   |         | 30,00   |

TABELA 122: Têm Depressão.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 192     |
|        | Missing | 8       |
| Mean   |         | 61,1458 |
| Median |         | 60,0000 |
| Mode   |         | 50,00   |

TABELA 123: Têm Problemas de Álcool.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 191     |
|        | Missing | 9       |
| Mean   |         | 60,6021 |
| Median |         | 60,0000 |
| Mode   |         | 50,00   |

TABELA 124: Têm Problemas de Droga.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 190     |
|        | Missing | 10      |
| Mean   |         | 25,2011 |
| Median |         | 20,0000 |
| Mode   |         | 20,00   |

TABELA 125: Têm Menos de 29 Anos.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 191     |
|        | Missing | 9       |
| Mean   |         | 28,5853 |
| Median |         | 25,0000 |
| Mode   |         | 20,00   |

TABELA 126: Têm Entre 30 e 44 Anos.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 189     |
|        | Missing | 11      |
| Mean   |         | 27,3090 |
| Median |         | 21,5000 |
| Mode   |         | 20,00   |

TABELA 127: Têm Entre 45 e 64 Anos.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 190     |
|        | Missing | 10      |
| Mean   |         | 19,3374 |
| Median |         | 18,2500 |
| Mode   |         | 10,00   |

TABELA 128: Têm Mais de 65 Anos.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 192     |
|        | Missing | 8       |
| Mean   |         | 50,1581 |
| Median |         | 50,0000 |
| Mode   |         | 50,00   |

TABELA 129: São Portuguesas.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 189     |
|        | Missing | 11      |
| Mean   |         | 14,2730 |
| Median |         | 10,0000 |
| Mode   |         | 10,00   |

TABELA 130: São Brasileiras.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 189     |
|        | Missing | 11      |
| Mean   |         | 15,5251 |
| Median |         | 11,0000 |
| Mode   |         | 10,00   |

TABELA 131: São Luso-Africanas.

|        |         |        |
|--------|---------|--------|
| N      | Valid   | 189    |
|        | Missing | 11     |
| Mean   |         | 6,3947 |
| Median |         | 5,0000 |
| Mode   |         | 10,00  |

TABELA 132: São Asiáticas.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 189     |
|        | Missing | 11      |
| Mean   |         | 13,7526 |
| Median |         | 10,0000 |
| Mode   |         | ,00     |

TABELA 133: São de Outras Origens.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 188     |
|        | Missing | 12      |
| Mean   |         | 64,3197 |
| Median |         | 63,7500 |
| Mode   |         | 60,00   |

TABELA 134: Não Completaram o Ensino Secundário.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 187     |
|        | Missing | 13      |
| Mean   |         | 22,3358 |
| Median |         | 20,0000 |
| Mode   |         | 20,00   |

TABELA 135: Completaram o Ensino Secundário.

|        |         |         |
|--------|---------|---------|
| N      | Valid   | 187     |
|        | Missing | 13      |
| Mean   |         | 13,3214 |
| Median |         | 10,0000 |
| Mode   |         | 10,00   |

TABELA 136: Frequentaram o Ensino Superior.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 11        | 5,5     | 5,5           | 5,5                |
|         | Igualmente Importante | 43        | 21,5    | 21,6          | 27,1               |
|         | Menos Importante      | 145       | 72,5    | 72,9          | 100,0              |
|         | Total                 | 199       | 99,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 1         | ,5      |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 137: Aumentar os Custos com as Forças Armadas.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 18        | 9,0     | 9,2           | 9,2                |
|         | Igualmente Importante | 120       | 60,0    | 61,5          | 70,8               |
|         | Menos Importante      | 57        | 28,5    | 29,2          | 100,0              |
|         | Total                 | 195       | 97,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 5         | 2,5     |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 138: Promover Programas de Limpeza do Ambiente.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 77        | 38,5    | 39,3          | 39,3               |
|         | Igualmente Importante | 110       | 55,0    | 56,1          | 95,4               |
|         | Menos Importante      | 9         | 4,5     | 4,6           | 100,0              |
|         | Total                 | 196       | 98,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 4         | 2,0     |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 139: Melhorar o Sistema de Saúde.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 28        | 14,0    | 14,5          | 14,5               |
|         | Igualmente Importante | 113       | 56,5    | 58,5          | 73,1               |
|         | Menos Importante      | 52        | 26,0    | 26,9          | 100,0              |
|         | Total                 | 193       | 96,5    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 7         | 3,5     |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 140: Reduzir a Dívida Pública.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 45        | 22,5    | 23,2          | 23,2               |
|         | Igualmente Importante | 123       | 61,5    | 63,4          | 86,6               |
|         | Menos Importante      | 26        | 13,0    | 13,4          | 100,0              |
|         | Total                 | 194       | 97,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 6         | 3,0     |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

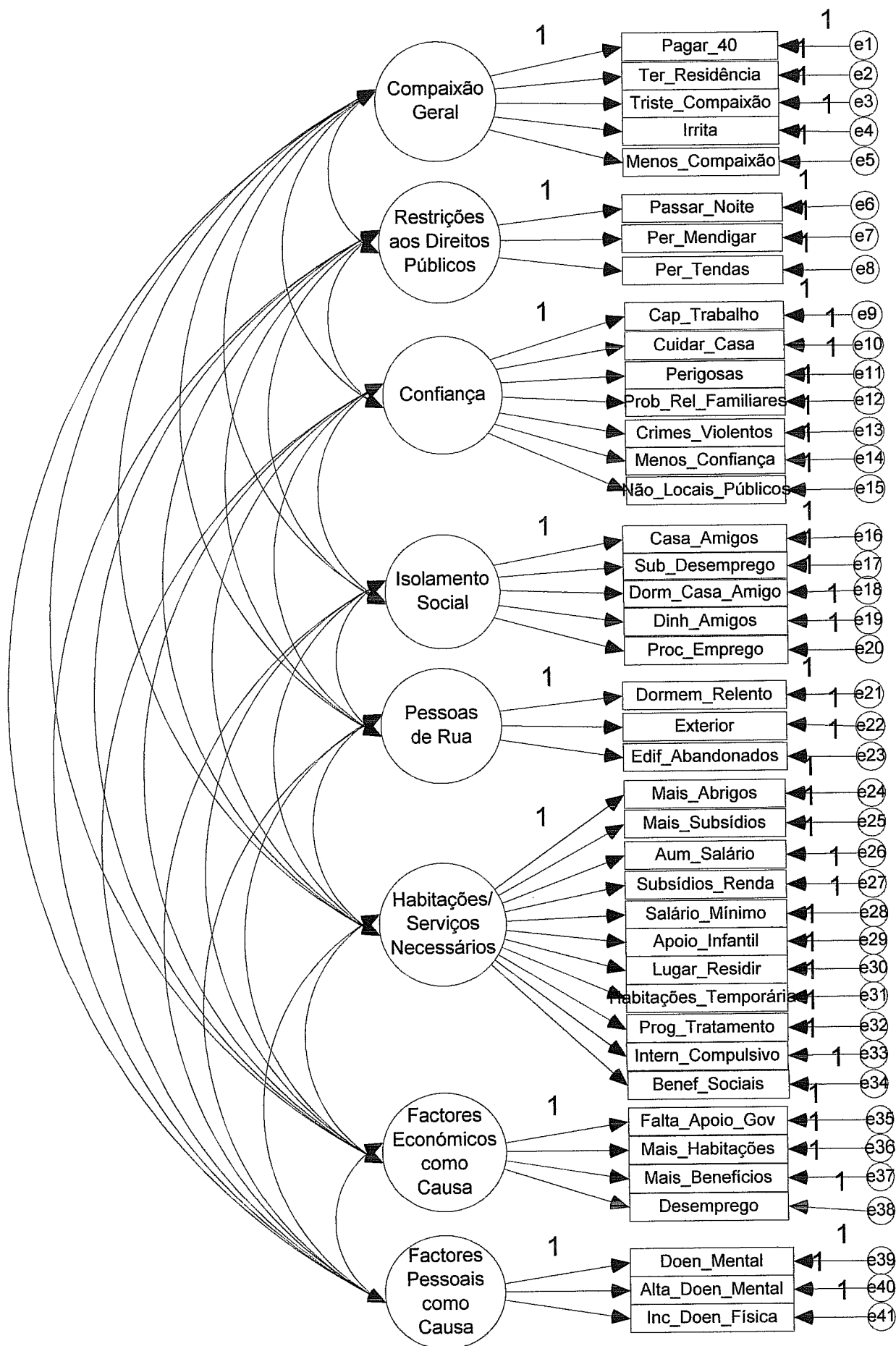
TABELA 141: Aumentar os Gastos com a Educação.

|         |                       | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Mais Importante       | 64        | 32,0    | 33,0          | 33,0               |
|         | Igualmente Importante | 121       | 60,5    | 62,4          | 95,4               |
|         | Menos Importante      | 9         | 4,5     | 4,6           | 100,0              |
|         | Total                 | 194       | 97,0    | 100,0         |                    |
| Missing | System                | 6         | 3,0     |               |                    |
| Total   |                       | 200       | 100,0   |               |                    |

TABELA 142: Melhorar os Programas de Apoio às Crianças.

# Anexo G

MODELO DE ATITUDES INICIAL (Tompsett et al., 2006)



**Model Fit Summary****CMIN**

| Model              | NPAR | CMIN     | DF  | P    | CMIN/DF |
|--------------------|------|----------|-----|------|---------|
| Default model      | 110  | 1265.679 | 751 | .000 | 1.685   |
| Saturated model    | 861  | .000     | 0   |      |         |
| Independence model | 41   | 2542.543 | 820 | .000 | 3.101   |

**RMR, GFI**

| Model              | RMR  | GFI   | AGFI | PGFI |
|--------------------|------|-------|------|------|
| Default model      | .051 | .757  | .721 | .660 |
| Saturated model    | .000 | 1.000 |      |      |
| Independence model | .087 | .507  | .483 | .483 |

**Baseline Comparisons**

| Model              | NFI<br>Delta1 | RFI<br>rho1 | IFI<br>Delta2 | TLI<br>rho2 | CFI   |
|--------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-------|
| Default model      | .502          | .456        | .713          | .674        | .701  |
| Saturated model    | 1.000         |             | 1.000         |             | 1.000 |
| Independence model | .000          | .000        | .000          | .000        | .000  |

**Parsimony-Adjusted Measures**

| Model              | PRATIO | PNFI | PCFI |
|--------------------|--------|------|------|
| Default model      | .916   | .460 | .642 |
| Saturated model    | .000   | .000 | .000 |
| Independence model | 1.000  | .000 | .000 |

**NCP**

| Model              | NCP      | LO 90    | HI 90    |
|--------------------|----------|----------|----------|
| Default model      | 514.679  | 420.435  | 616.795  |
| Saturated model    | .000     | .000     | .000     |
| Independence model | 1722.543 | 1574.360 | 1878.286 |

**FMIN**

| Model              | FMIN   | F0    | LO 90 | HI 90 |
|--------------------|--------|-------|-------|-------|
| Default model      | 6.360  | 2.586 | 2.113 | 3.099 |
| Saturated model    | .000   | .000  | .000  | .000  |
| Independence model | 12.777 | 8.656 | 7.911 | 9.439 |

**RMSEA**

| Model              | RMSEA | LO 90 | HI 90 | PCLOSE |
|--------------------|-------|-------|-------|--------|
| Default model      | .059  | .053  | .064  | .006   |
| Independence model | .103  | .098  | .107  | .000   |

**AIC**

| Model              | AIC      | BCC      | BIC      | CAIC     |
|--------------------|----------|----------|----------|----------|
| Default model      | 1485.679 | 1544.533 | 1848.494 | 1958.494 |
| Saturated model    | 1722.000 | 2182.662 | 4561.851 | 5422.851 |
| Independence model | 2624.543 | 2646.479 | 2759.774 | 2800.774 |

**ECVI**

| Model              | ECVI   | LO 90  | HI 90  | MECVI  |
|--------------------|--------|--------|--------|--------|
| Default model      | 7.466  | 6.992  | 7.979  | 7.761  |
| Saturated model    | 8.653  | 8.653  | 8.653  | 10.968 |
| Independence model | 13.189 | 12.444 | 13.971 | 13.299 |

**HOELTER**

| Model              | HOELTER | HOELTER |
|--------------------|---------|---------|
|                    | .05     | .01     |
| Default model      | 129     | 133     |
| Independence model | 70      | 72      |

# Anexo H

**Model Fit Summary****CMIN**

| Model              | NPAR | CMIN    | DF  | P    | CMIN/DF |
|--------------------|------|---------|-----|------|---------|
| Default model      | 75   | 274.498 | 225 | .013 | 1.220   |
| Saturated model    | 300  | .000    | 0   |      |         |
| Independence model | 24   | 860.901 | 276 | .000 | 3.119   |

**RMR, GFI**

| Model              | RMR  | GFI   | AGFI | PGFI |
|--------------------|------|-------|------|------|
| Default model      | .038 | .902  | .870 | .677 |
| Saturated model    | .000 | 1.000 |      |      |
| Independence model | .082 | .684  | .657 | .629 |

**Baseline Comparisons**

| Model              | NFI<br>Delta1 | RFI<br>rho1 | IFI<br>Delta2 | TLI<br>rho2 | CFI   |
|--------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-------|
| Default model      | .681          | .609        | .922          | .896        | .915  |
| Saturated model    | 1.000         |             | 1.000         |             | 1.000 |
| Independence model | .000          | .000        | .000          | .000        | .000  |

**Parsimony-Adjusted Measures**

| Model              | PRATIO | PNFI | PCFI |
|--------------------|--------|------|------|
| Default model      | .815   | .555 | .746 |
| Saturated model    | .000   | .000 | .000 |
| Independence model | 1.000  | .000 | .000 |

**NCP**

| Model              | NCP     | LO 90   | HI 90   |
|--------------------|---------|---------|---------|
| Default model      | 49.498  | 11.686  | 95.504  |
| Saturated model    | .000    | .000    | .000    |
| Independence model | 584.901 | 500.220 | 677.190 |

**FMIN**

| Model              | FMIN  | F0    | LO 90 | HI 90 |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|
| Default model      | 1.379 | .249  | .059  | .480  |
| Saturated model    | .000  | .000  | .000  | .000  |
| Independence model | 4.326 | 2.939 | 2.514 | 3.403 |

**RMSEA**

| Model              | RMSEA | LO 90 | HI 90 | PCLOSE |
|--------------------|-------|-------|-------|--------|
| Default model      | .033  | .016  | .046  | .986   |
| Independence model | .103  | .095  | .111  | .000   |

**AIC**

| Model              | AIC     | BCC     | BIC      | CAIC     |
|--------------------|---------|---------|----------|----------|
| Default model      | 424.498 | 446.049 | 671.872  | 746.872  |
| Saturated model    | 600.000 | 686.207 | 1589.495 | 1889.495 |
| Independence model | 908.901 | 915.798 | 988.061  | 1012.061 |

**ECVI**

| Model              | ECVI  | LO 90 | HI 90 | MECVI |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|
| Default model      | 2.133 | 1.943 | 2.364 | 2.241 |
| Saturated model    | 3.015 | 3.015 | 3.015 | 3.448 |
| Independence model | 4.567 | 4.142 | 5.031 | 4.602 |

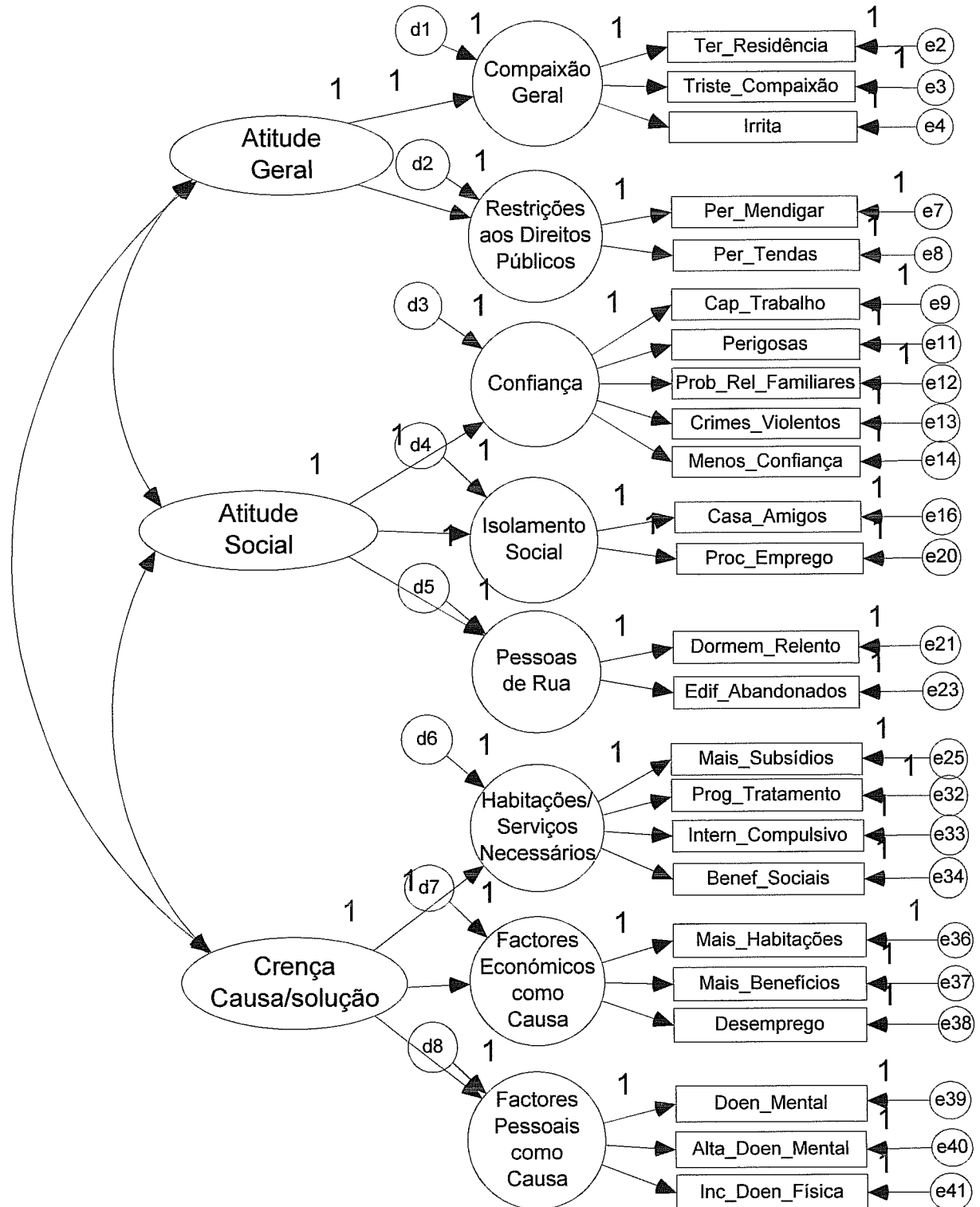
**HOELTER**

| Model              | HOELTER | HOELTER |
|--------------------|---------|---------|
|                    | .05     | .01     |
| Default model      | 190     | 202     |
| Independence model | 73      | 78      |

# Anexo I

## MODELO DE ATITUDES DE 2ª ORDEM

 $X^2 = 141.226$ ;  $X^2/df = \text{cmindf}$ ;  $GFI = 0.779$ ;  $CFI = \text{cfi}$ ;

 $RMSEA = \text{rmsea}$ ;  $P(RMSEA < 0.05) = \text{pclose}^1$ 


<sup>1</sup> Devido à reduzida dimensão da amostra (n=200) não foi possível calcular todos os índices de ajustamento do modelo.

**Model Fit Summary****CMIN**

| Model         | NPAR | CMIN    |
|---------------|------|---------|
| Default model | 54   | 141.226 |

**RMR, GFI**

| Model         | RMR  | GFI  | AGFI  | PGFI      |
|---------------|------|------|-------|-----------|
| Default model | .048 | .779 | 1.000 | 16137.525 |

**AIC**

| Model         | AIC     | BCC     | BIC     | CAIC    |
|---------------|---------|---------|---------|---------|
| Default model | 249.226 | 266.180 | 427.335 | 481.335 |

# Anexo J

## OUTPUTS DA ANÁLISE ESTATÍSTICA INFERENCIAL

Test Statistics<sup>a</sup>

|                        | Factores_ Pessoais | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral |
|------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|
| Mann-Whitney U         | 793.500            | 701.500              | 761.000              | 728.000      | 936.500            | 655.500   | 897.000                   | 676.500          |
| Wilcoxon W             | 848.500            | 756.500              | 816.000              | 783.000      | 19081.500          | 710.500   | 19042.000                 | 731.500          |
| Z                      | -.877              | -1.393               | -1.059               | -1.244       | -.076              | -1.651    | -.297                     | -1.533           |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | .380               | .164                 | .289                 | .213         | .940               | .099      | .766                      | .125             |
| Exact Sig. (2-tailed)  | .387               | .166                 | .295                 | .217         | .942               | .100      | .771                      | .127             |
| Exact Sig. (1-tailed)  | .193               | .083                 | .147                 | .109         | .471               | .050      | .386                      | .063             |
| Point Probability      | .001               | .000                 | .001                 | .001         | .001               | .000      | .002                      | .000             |

a. Grouping Variable: Ao Longo da Vida Passou por Situação Difícil

TABELA 1: Relação entre Sem-abrigo e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a</sup>

|                        | Factores_ Pessoais | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral |
|------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|
| Mann-Whitney U         | 505.000            | 475.500              | 457.000              | 546.500      | 548.500            | 429.000   | 467.000                   | 496.000          |
| Wilcoxon W             | 19420.000          | 19390.500            | 19372.000            | 19461.500    | 569.500            | 450.000   | 488.000                   | 19411.000        |
| Z                      | -.551              | -.763                | -.895                | -.254        | -.240              | -1.096    | -.824                     | -.616            |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | .581               | .446                 | .371                 | .799         | .810               | .273      | .410                      | .538             |
| Exact Sig. (2-tailed)  | .591               | .456                 | .381                 | .805         | .816               | .282      | .421                      | .548             |
| Exact Sig. (1-tailed)  | .296               | .228                 | .190                 | .403         | .408               | .141      | .211                      | .274             |
| Point Probability      | .001               | .001                 | .001                 | .001         | .001               | .001      | .002                      | .001             |

a. Grouping Variable: Alguma Vez Foi Pedinte

TABELA 2: Relação entre Pedinte e os Factores de Atitudes.

Chi-Square Tests

|                                    | Value               | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) |
|------------------------------------|---------------------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Pearson Chi-Square                 | 26.370 <sup>b</sup> | 1  | .000                  |                      |                      |
| Continuity Correction <sup>a</sup> | 17.508              | 1  | .000                  |                      |                      |
| Likelihood Ratio                   | 10.837              | 1  | .001                  |                      |                      |
| Fisher's Exact Test                |                     |    |                       | .002                 | .002                 |
| Linear-by-Linear Association       | 26.238              | 1  | .000                  |                      |                      |
| N of Valid Cases                   | 200                 |    |                       |                      |                      |

a. Computed only for a 2x2 table

b. 1 cells (25.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .30.

TABELA 3: Relação entre Sem-abrigo e Pedinte.

Test Statistics<sup>a,b</sup>

|                        | Factores_ Pessoais | Factores_ Económicos | Habitações_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir Públicos | Compaixão_ Geral |
|------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|--------------------------|------------------|
| Mann-Whitney U         | 3680.000           | 3286.500             | 3539.000             | 3788.000     | 3483.000           | 3777.000  | 2877.000                 | 2953.000         |
| Wilcoxon W             | 14706.000          | 14312.500            | 14565.000            | 5166.000     | 14509.000          | 5155.000  | 13903.000                | 13979.000        |
| Z                      | -.468              | -1.564               | -.861                | -.167        | -1.017             | -.198     | -2.704                   | -2.493           |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | .640               | .118                 | .389                 | .867         | .309               | .843      | .007                     | .013             |

a. Grouping Variable: Sexo

b. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 4: Relação entre Sexo e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitações_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|--------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 3.859                | 3.254                | 4.398        | 3.748              | 12.252    | 1.920                    | 2.354            | 3.120              |
| df          | 3                    | 3                    | 3            | 3                  | 3         | 3                        | 3                | 3                  |
| Asymp. Sig. | .277                 | .354                 | .222         | .290               | .007      | .589                     | .502             | .373               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Idade

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 5: Relação entre Idade e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitações_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|--------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 9.015                | 8.030                | 7.024        | 17.217             | 16.179    | 5.843                    | 8.650            | 3.999              |
| df          | 8                    | 8                    | 8            | 8                  | 8         | 8                        | 8                | 8                  |
| Asymp. Sig. | .341                 | .430                 | .534         | .028               | .040      | .665                     | .373             | .857               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grau de Escolaridade

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 6: Relação entre Grau de Escolaridade e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitações_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|--------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 5.379                | 6.183                | 6.612        | 18.840             | 10.143    | 6.104                    | 3.464            | 2.170              |
| df          | 6                    | 6                    | 6            | 6                  | 6         | 6                        | 6                | 6                  |
| Asymp. Sig. | .496                 | .403                 | .358         | .004               | .119      | .412                     | .749             | .903               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Rendimento Familiar

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 7: Relação entre Rendimento Familiar e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 13.891               | 15.596               | 24.497       | 21.402             | 22.567    | 19.097                    | 18.857           | 20.319             |
| df          | 18                   | 18                   | 18           | 18                 | 18        | 18                        | 18               | 18                 |
| Asymp. Sig. | .736                 | .621                 | .139         | .260               | .208      | .386                      | .401             | .315               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Distrito onde Reside

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 8: Relação entre Distrito e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 21.725               | 21.153               | 24.569       | 13.396             | 20.865    | 9.063                     | 14.089           | 16.895             |
| df          | 16                   | 16                   | 16           | 16                 | 16        | 16                        | 16               | 16                 |
| Asymp. Sig. | .152                 | .173                 | .078         | .644               | .184      | .911                      | .592             | .392               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Concelho onde Reside

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 9: Relação entre Concelho e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | 7.174                | 7.440                | 5.511        | 4.016              | 5.383     | 7.191                     | 5.761            | 4.758              |
| df          | 5                    | 5                    | 5            | 5                  | 5         | 5                         | 5                | 5                  |
| Asymp. Sig. | .208                 | .190                 | .357         | .547               | .371      | .207                      | .330             | .446               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Partido

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 10: Relação entre Partido e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_ Económicos | Habitacões_ Serviços | Pessoas_ Rua | Isolamento_ Social | Confiança | Restrições_ Dir_ Públicos | Compaixão_ Geral | Factores_ Pessoais |
|-------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------|--------------------|
| Chi-Square  | .129                 | .658                 | .821         | 2.343              | .838      | .633                      | 1.619            | 5.093              |
| df          | 2                    | 2                    | 2            | 2                  | 2         | 2                         | 2                | 2                  |
| Asymp. Sig. | .938                 | .720                 | .663         | .310               | .658      | .729                      | .445             | .078               |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Alguém da Família já foi Sem-Abrigo

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 11: Relação entre Familiar Sem-abrigo e os Factores de Atitudes.

Test Statistics<sup>a,b,c</sup>

|             | Factores_<br>Económicos | Habitações_<br>Serviços | Pessoas_<br>Rua | Isolamento_<br>Social | Confiança | Restrições_<br>Dir_ Públicos | Compaixão_<br>Geral | Factores_<br>Pessoais |
|-------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|-----------------------|-----------|------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Chi-Square  | 2.161                   | 2.036                   | .606            | .057                  | 1.274     | .079                         | 1.533               | .454                  |
| df          | 1                       | 1                       | 1               | 1                     | 1         | 1                            | 1                   | 1                     |
| Asymp. Sig. | .142                    | .154                    | .436            | .811                  | .259      | .779                         | .216                | .500                  |

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Algum Amigo já foi Sem-Abrigo

c. Some or all exact significances cannot be computed because there is insufficient memory.

TABELA 12: Relação entre Amigo Sem-abrigo e os Factores de Atitudes.

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

| (I) Grau de Escolaridade | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. |
|--------------------------|---|-----------------------|------------|------|
| .00                      | 4º ano                                  | -49.311111*           | 18.945020  | .010 |
|                          | 6º ano                                  | -46.609091*           | 20.987737  | .028 |
|                          | 9º ano                                  | -66.359091*           | 20.987737  | .002 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | -59.700000*           | 21.313148  | .006 |
|                          | Ensino secundário                       | -78.153125*           | 19.936624  | .000 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -68.092857*           | 27.119234  | .013 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -87.878571*           | 27.119234  | .001 |
|                          | Licenciatura                            | -92.220833*           | 20.712657  | .000 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | -20.950000            | 42.626296  | .624 |
| 4º ano                   | .00                                     | 49.311111*            | 18.945020  | .010 |
|                          | 6º ano                                  | 2.702020              | 13.918760  | .846 |
|                          | 9º ano                                  | -17.047980            | 13.918760  | .222 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | -10.388889            | 14.404758  | .472 |
|                          | Ensino secundário                       | -28.842014*           | 12.276635  | .020 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -18.781746            | 22.106551  | .397 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -38.567460            | 22.106551  | .083 |
|                          | Licenciatura                            | -42.909722*           | 13.500404  | .002 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | 28.361111             | 39.626353  | .475 |
| 6º ano                   | .00                                     | 46.609091*            | 20.987737  | .028 |
|                          | 4º ano                                  | -2.702020             | 13.918760  | .846 |
|                          | 9º ano                                  | -19.750000            | 16.592263  | .235 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | -13.090909            | 17.002010  | .442 |
|                          | Ensino secundário                       | -31.544034*           | 15.240967  | .040 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -21.483766            | 23.880346  | .369 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -41.269481            | 23.880346  | .086 |
|                          | Licenciatura                            | -45.611742*           | 16.242913  | .006 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | 25.659091             | 40.642579  | .529 |
| 9º ano                   | .00                                     | 66.359091*            | 20.987737  | .002 |
|                          | 4º ano                                  | 17.047980             | 13.918760  | .222 |
|                          | 6º ano                                  | 19.750000             | 16.592263  | .235 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | 6.659091              | 17.002010  | .696 |
|                          | Ensino secundário                       | -11.794034            | 15.240967  | .440 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -1.733766             | 23.880346  | .942 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -21.519481            | 23.880346  | .369 |
|                          | Licenciatura                            | -25.861742            | 16.242913  | .113 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | 45.409091             | 40.642579  | .265 |

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

| (I) Grau de Escolaridade                | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. |
|---|---|-----------------------|------------|------|
| + 9º ano - 12º ano                      | .00                                     | 59.700000*            | 21.313148  | .006 |
|   | 4º ano                                  | 10.388889             | 14.404758  | .472 |
|   | 6º ano                                  | 13.090909             | 17.002010  | .442 |
|   | 9º ano                                  | -6.659091             | 17.002010  | .696 |
|   | Ensino secundário                       | -18.453125            | 15.686052  | .241 |
|   | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -8.392857             | 24.166838  | .729 |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -28.178571            | 24.166838  | .245 |
|   | Licenciatura                            | -32.520833            | 16.661254  | .052 |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 38.750000             | 40.811571  | .344 |
| Ensino secundário                       | .00                                     | 78.153125*            | 19.936624  | .000 |
|   | 4º ano                                  | 28.842014*            | 12.276635  | .020 |
|   | 6º ano                                  | 31.544034*            | 15.240967  | .040 |
|   | 9º ano                                  | 11.794034             | 15.240967  | .440 |
|   | + 9º ano - 12º ano                      | 18.453125             | 15.686052  | .241 |
|   | Escola comercial ou tecnicoprofissional | 10.060268             | 22.962029  | .662 |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -9.725446             | 22.962029  | .672 |
|   | Licenciatura                            | -14.067708            | 14.859882  | .345 |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 57.203125             | 40.109887  | .155 |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional | .00                                     | 68.092857*            | 27.119234  | .013 |
|   | 4º ano                                  | 18.781746             | 22.106551  | .397 |
|   | 6º ano                                  | 21.483766             | 23.880346  | .369 |
|   | 9º ano                                  | 1.733766              | 23.880346  | .942 |
|   | + 9º ano - 12º ano                      | 8.392857              | 24.166838  | .729 |
|   | Ensino secundário                       | -10.060268            | 22.962029  | .662 |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -19.785714            | 29.414939  | .502 |
|   | Licenciatura                            | -24.127976            | 23.638950  | .309 |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 47.142857             | 44.122408  | .287 |
| 1 a 3 anos frequência universitária     | .00                                     | 87.878571*            | 27.119234  | .001 |
|   | 4º ano                                  | 38.567460             | 22.106551  | .083 |
|   | 6º ano                                  | 41.269481             | 23.880346  | .086 |
|   | 9º ano                                  | 21.519481             | 23.880346  | .369 |
|   | + 9º ano - 12º ano                      | 28.178571             | 24.166838  | .245 |
|   | Ensino secundário                       | 9.725446              | 22.962029  | .672 |
|   | Escola comercial ou tecnicoprofissional | 19.785714             | 29.414939  | .502 |
|   | Licenciatura                            | -4.342262             | 23.638950  | .854 |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 66.928571             | 44.122408  | .131 |

**Multiple Comparisons**

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

| (I) Grau de Escolaridade      | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. |
|-------------------------------|---|-----------------------|------------|------|
| Licenciatura                  | .00                                     | 92.220833*            | 20.712657  | .000 |
|                               | 4º ano                                  | 42.909722*            | 13.500404  | .002 |
|                               | 6º ano                                  | 45.611742*            | 16.242913  | .006 |
|                               | 9º ano                                  | 25.861742             | 16.242913  | .113 |
|                               | + 9º ano - 12º ano                      | 32.520833             | 16.661254  | .052 |
|                               | Ensino secundário                       | 14.067708             | 14.859882  | .345 |
|                               | Escola comercial ou tecnicoprofissional | 24.127976             | 23.638950  | .309 |
|                               | 1 a 3 anos frequência universitária     | 4.342262              | 23.638950  | .854 |
|                               | Outro grau acadêmico avançado           | 71.270833             | 40.501213  | .080 |
| Outro grau acadêmico avançado | .00                                     | 20.950000             | 42.626296  | .624 |
|                               | 4º ano                                  | -28.361111            | 39.626353  | .475 |
|                               | 6º ano                                  | -25.659091            | 40.642579  | .529 |
|                               | 9º ano                                  | -45.409091            | 40.642579  | .265 |
|                               | + 9º ano - 12º ano                      | -38.750000            | 40.811571  | .344 |
|                               | Ensino secundário                       | -57.203125            | 40.109887  | .155 |
|                               | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -47.142857            | 44.122408  | .287 |
|                               | 1 a 3 anos frequência universitária     | -66.928571            | 44.122408  | .131 |
|                               | Licenciatura                            | -71.270833            | 40.501213  | .080 |

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

|  |  | 95% Confidence Interval |             |
|--|--|-------------------------|-------------|
| (I) Grau de Escolaridade                   | (J) Grau de Escolaridade                   | Lower Bound             | Upper Bound |
| .00  | 4º ano                                     | -86.68070               | -11.94152   |
|  | 6º ano                                     | -88.00799               | -5.21019    |
|  | 9º ano                                     | -107.75799              | -24.96019   |
|  | + 9º ano - 12º ano                         | -101.74079              | -17.65921   |
|  | Ensino secundário                          | -117.47868              | -38.82757   |
|  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -121.58631              | -14.59940   |
|  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -141.37202              | -34.38512   |
|  | Licenciatura                               | -133.07713              | -51.36453   |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -105.03157              | 63.13157    |
|  | 4º ano                                     | .00                     | 11.94152    |
| 6º ano                                     |  | -24.75313               | 30.15717    |
| 9º ano                                     |  | -44.50313               | 10.40717    |
| + 9º ano - 12º ano                         |  | -38.80268               | 18.02490    |
| Ensino secundário                          |  | -53.05802               | -4.62601    |
| Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional |  | -62.38754               | 24.82405    |
| 1 a 3 anos frequência<br>universitária     |  | -82.17326               | 5.03833     |
| Licenciatura                               |  | -69.53965               | -16.27979   |
| Outro grau acadêmico<br>avançado           |  | -49.80299               | 106.52521   |
| 6º ano                                     |  | .00                     | 5.21019     |
|  | 4º ano                                     | -30.15717               | 24.75313    |
|  | 9º ano                                     | -52.47871               | 12.97871    |
|  | + 9º ano - 12º ano                         | -46.62785               | 20.44604    |
|  | Ensino secundário                          | -61.60727               | -1.48080    |
|  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -68.58842               | 25.62089    |
|  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -88.37414               | 5.83517     |
|  | Licenciatura                               | -77.65135               | -13.57214   |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -54.50954               | 105.82772   |
|  | 9º ano                                     | .00                     | 24.96019    |
| 4º ano                                     |  | -10.40717               | 44.50313    |
| 6º ano                                     |  | -12.97871               | 52.47871    |
| + 9º ano - 12º ano                         |  | -26.87785               | 40.19604    |
| Ensino secundário                          |  | -41.85727               | 18.26920    |
| Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional |  | -48.83842               | 45.37089    |
| 1 a 3 anos frequência<br>universitária     |  | -68.62414               | 25.58517    |
| Licenciatura                               |  | -57.90135               | 6.17786     |
| Outro grau acadêmico<br>avançado           |  | -34.75954               | 125.57772   |

**Multiple Comparisons**

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

| (I) Grau de Escolaridade                | (J) Grau de Escolaridade                | 95% Confidence Interval |             |
|---|---|-------------------------|-------------|
|   |   | Lower Bound             | Upper Bound |
| + 9º ano - 12º ano                      | .00                                     | 17.65921                | 101.74079   |
|   | 4º ano                                  | -18.02490               | 38.80268    |
|   | 6º ano                                  | -20.44604               | 46.62785    |
|   | 9º ano                                  | -40.19604               | 26.87785    |
|   | Ensino secundário                       | -49.39431               | 12.48806    |
|   | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -56.06263               | 39.27691    |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -75.84834               | 19.49120    |
|   | Licenciatura                            | -65.38563               | .34396      |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | -41.75197               | 119.25197   |
|   | Ensino secundário                       | .00                     | 38.82757    |
| 4º ano                                  |   | 4.62601                 | 53.05802    |
| 6º ano                                  |   | 1.48080                 | 61.60727    |
| 9º ano                                  |   | -18.26920               | 41.85727    |
| + 9º ano - 12º ano                      |   | -12.48806               | 49.39431    |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | -35.23298               | 55.35352    |
| 1 a 3 anos frequência universitária     |   | -55.01870               | 35.56780    |
| Licenciatura                            |   | -43.37925               | 15.24383    |
| Outro grau acadêmico avançado           |   | -21.91476               | 136.32101   |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | .00                     | 14.59940    |
|   | 4º ano                                  | -24.82405               | 62.38754    |
|   | 6º ano                                  | -25.62089               | 68.58842    |
|   | 9º ano                                  | -45.37089               | 48.83842    |
|   | + 9º ano - 12º ano                      | -39.27691               | 56.06263    |
|   | Ensino secundário                       | -55.35352               | 35.23298    |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -77.80751               | 38.23608    |
|   | Licenciatura                            | -70.75647               | 22.50052    |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | -39.88984               | 134.17555   |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | .00                     | 34.38512    |
| 4º ano                                  |   | -5.03833                | 82.17326    |
| 6º ano                                  |   | -5.83517                | 88.37414    |
| 9º ano                                  |   | -25.58517               | 68.62414    |
| + 9º ano - 12º ano                      |   | -19.49120               | 75.84834    |
| Ensino secundário                       |   | -35.56780               | 55.01870    |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | -38.23608               | 77.80751    |
| Licenciatura                            |   | -50.97076               | 42.28623    |
| Outro grau acadêmico avançado           |   | -20.10412               | 153.96127   |

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Confiança

LSD

| (I) Grau de Escolaridade         | (J) Grau de Escolaridade                   | 95% Confidence Interval |             |
|----------------------------------|--|-------------------------|-------------|
|                                  |  | Lower Bound             | Upper Bound |
| Licenciatura                     | .00  | 51.36453                | 133.07713   |
|                                  | 4º ano                                     | 16.27979                | 69.53965    |
|                                  | 6º ano                                     | 13.57214                | 77.65135    |
|                                  | 9º ano                                     | -6.17786                | 57.90135    |
|                                  | + 9º ano - 12º ano                         | -.34396                 | 65.38563    |
|                                  | Ensino secundário                          | -15.24383               | 43.37925    |
|                                  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -22.50052               | 70.75647    |
|                                  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -42.28623               | 50.97076    |
|                                  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -8.61895                | 151.16062   |
| Outro grau acadêmico<br>avançado | .00  | -63.13157               | 105.03157   |
|                                  | 4º ano                                     | -106.52521              | 49.80299    |
|                                  | 6º ano                                     | -105.82772              | 54.50954    |
|                                  | 9º ano                                     | -125.57772              | 34.75954    |
|                                  | + 9º ano - 12º ano                         | -119.25197              | 41.75197    |
|                                  | Ensino secundário                          | -136.32101              | 21.91476    |
|                                  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -134.17555              | 39.88984    |
|                                  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -153.96127              | 20.10412    |
|                                  | Licenciatura                               | -151.16062              | 8.61895     |

\*. The mean difference is significant at the .05 level.

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. |
|--------------------------|---|-----------------------|------------|------|
| .00                      | 4º ano                                  | -5.968519             | 19.393057  | .759 |
|                          | 6º ano                                  | -23.495455            | 21.484083  | .276 |
|                          | 9º ano                                  | -35.018182            | 21.484083  | .105 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | -19.000000            | 21.817189  | .385 |
|                          | Ensino secundário                       | -27.153125            | 20.408112  | .185 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -49.771429            | 27.760585  | .075 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -69.628571*           | 27.760585  | .013 |
|                          | Licenciatura                            | -50.970833*           | 21.202497  | .017 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | -11.200000            | 43.634379  | .798 |
| 4º ano                   | .00                                     | 5.968519              | 19.393057  | .759 |
|                          | 6º ano                                  | -17.526936            | 14.247929  | .220 |
|                          | 9º ano                                  | -29.049663*           | 14.247929  | .043 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | -13.031481            | 14.745420  | .378 |
|                          | Ensino secundário                       | -21.184606            | 12.566969  | .093 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -43.802910            | 22.629356  | .054 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -63.660053*           | 22.629356  | .005 |
|                          | Licenciatura                            | -45.002315*           | 13.819680  | .001 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | -5.231481             | 40.563490  | .898 |
| 6º ano                   | .00                                     | 23.495455             | 21.484083  | .276 |
|                          | 4º ano                                  | 17.526936             | 14.247929  | .220 |
|                          | 9º ano                                  | -11.522727            | 16.984659  | .498 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | 4.495455              | 17.404096  | .796 |
|                          | Ensino secundário                       | -3.657670             | 15.601405  | .815 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -26.275974            | 24.445100  | .284 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -46.133117            | 24.445100  | .061 |
|                          | Licenciatura                            | -27.475379            | 16.627047  | .100 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | 12.295455             | 41.603748  | .768 |
| 9º ano                   | .00                                     | 35.018182             | 21.484083  | .105 |
|                          | 4º ano                                  | 29.049663*            | 14.247929  | .043 |
|                          | 6º ano                                  | 11.522727             | 16.984659  | .498 |
|                          | + 9º ano - 12º ano                      | 16.018182             | 17.404096  | .359 |
|                          | Ensino secundário                       | 7.865057              | 15.601405  | .615 |
|                          | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -14.753247            | 24.445100  | .547 |
|                          | 1 a 3 anos frequência universitária     | -34.610390            | 24.445100  | .158 |
|                          | Licenciatura                            | -15.952652            | 16.627047  | .339 |
|                          | Outro grau acadêmico avançado           | 23.818182             | 41.603748  | .568 |

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade                | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig.      |
|---|---|-----------------------|------------|-----------|
| + 9º ano - 12º ano                      | .00                                     | 19.000000             | 21.817189  | .385      |
|   | 4º ano                                  | 13.031481             | 14.745420  | .378      |
|   | 6º ano                                  | -4.495455             | 17.404096  | .796      |
|   | 9º ano                                  | -16.018182            | 17.404096  | .359      |
|   | Ensino secundário                       | -8.153125             | 16.057017  | .612      |
|   | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -30.771429            | 24.738368  | .215      |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -50.628571*           | 24.738368  | .042      |
|   | Licenciatura                            | -31.970833            | 17.055282  | .062      |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 7.800000              | 41.776737  | .852      |
|   | Ensino secundário                       | .00                   | 27.153125  | 20.408112 |
| 4º ano                                  |   | 21.184606             | 12.566969  | .093      |
| 6º ano                                  |   | 3.657670              | 15.601405  | .815      |
| 9º ano                                  |   | -7.865057             | 15.601405  | .615      |
| + 9º ano - 12º ano                      |   | 8.153125              | 16.057017  | .612      |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | -22.618304            | 23.505066  | .337      |
| 1 a 3 anos frequência universitária     |   | -42.475446            | 23.505066  | .072      |
| Licenciatura                            |   | -23.817708            | 15.211309  | .119      |
| Outro grau acadêmico avançado           |   | 15.953125             | 41.058459  | .698      |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | .00                   | 49.771429  | 27.760585 |
|   | 4º ano                                  | 43.802910             | 22.629356  | .054      |
|   | 6º ano                                  | 26.275974             | 24.445100  | .284      |
|   | 9º ano                                  | 14.753247             | 24.445100  | .547      |
|   | + 9º ano - 12º ano                      | 30.771429             | 24.738368  | .215      |
|   | Ensino secundário                       | 22.618304             | 23.505066  | .337      |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | -19.857143            | 30.110582  | .510      |
|   | Licenciatura                            | -1.199405             | 24.197995  | .961      |
|   | Outro grau acadêmico avançado           | 38.571429             | 45.165873  | .394      |
|   | 1 a 3 anos frequência universitária     | .00                   | 69.628571* | 27.760585 |
| 4º ano                                  |   | 63.660053*            | 22.629356  | .005      |
| 6º ano                                  |   | 46.133117             | 24.445100  | .061      |
| 9º ano                                  |   | 34.610390             | 24.445100  | .158      |
| + 9º ano - 12º ano                      |   | 50.628571*            | 24.738368  | .042      |
| Ensino secundário                       |   | 42.475446             | 23.505066  | .072      |
| Escola comercial ou tecnicoprofissional |   | 19.857143             | 30.110582  | .510      |
| Licenciatura                            |   | 18.657738             | 24.197995  | .442      |
| Outro grau acadêmico avançado           |   | 58.428571             | 45.165873  | .197      |

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade      | (J) Grau de Escolaridade                | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. |
|-------------------------------|---|-----------------------|------------|------|
| Licenciatura                  | .00                                     | 50.970833*            | 21.202497  | .017 |
|                               | 4º ano                                  | 45.002315*            | 13.819680  | .001 |
|                               | 6º ano                                  | 27.475379             | 16.627047  | .100 |
|                               | 9º ano                                  | 15.952652             | 16.627047  | .339 |
|                               | + 9º ano - 12º ano                      | 31.970833             | 17.055282  | .062 |
|                               | Ensino secundário                       | 23.817708             | 15.211309  | .119 |
|                               | Escola comercial ou tecnicoprofissional | 1.199405              | 24.197995  | .961 |
|                               | 1 a 3 anos frequência universitária     | -18.657738            | 24.197995  | .442 |
|                               | Outro grau acadêmico avançado           | 39.770833             | 41.459039  | .339 |
| Outro grau acadêmico avançado | .00                                     | 11.200000             | 43.634379  | .798 |
|                               | 4º ano                                  | 5.231481              | 40.563490  | .898 |
|                               | 6º ano                                  | -12.295455            | 41.603748  | .768 |
|                               | 9º ano                                  | -23.818182            | 41.603748  | .568 |
|                               | + 9º ano - 12º ano                      | -7.800000             | 41.776737  | .852 |
|                               | Ensino secundário                       | -15.953125            | 41.058459  | .698 |
|                               | Escola comercial ou tecnicoprofissional | -38.571429            | 45.165873  | .394 |
|                               | 1 a 3 anos frequência universitária     | -58.428571            | 45.165873  | .197 |
|                               | Licenciatura                            | -39.770833            | 41.459039  | .339 |

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade | (J) Grau de Escolaridade                   | 95% Confidence Interval |             |
|--------------------------|--|-------------------------|-------------|
|                          |  | Lower Bound             | Upper Bound |
| .00                      | 4º ano                                     | -44.22187               | 32.28483    |
|                          | 6º ano                                     | -65.87341               | 18.88250    |
|                          | 9º ano                                     | -77.39614               | 7.35978     |
|                          | + 9º ano - 12º ano                         | -62.03502               | 24.03502    |
|                          | Ensino secundário                          | -67.40870               | 13.10245    |
|                          | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -104.52996              | 4.98711     |
|                          | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -124.38711              | -14.87004   |
|                          | Licenciatura                               | -92.79336               | -9.14831    |
|                          | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -97.27004               | 74.87004    |
| 4º ano                   | .00  | -32.28483               | 44.22187    |
|                          | 6º ano                                     | -45.63138               | 10.57751    |
|                          | 9º ano                                     | -57.15411               | -.94522     |
|                          | + 9º ano - 12º ano                         | -42.11724               | 16.05428    |
|                          | Ensino secundário                          | -45.97331               | 3.60409     |
|                          | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -88.43995               | .83413      |
|                          | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -108.29709              | -19.02301   |
|                          | Licenciatura                               | -72.26202               | -17.74261   |
|                          | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -85.24411               | 74.78114    |
| 6º ano                   | .00  | -18.88250               | 65.87341    |
|                          | 4º ano                                     | -10.57751               | 45.63138    |
|                          | 9º ano                                     | -45.02545               | 21.97999    |
|                          | + 9º ano - 12º ano                         | -29.83462               | 38.82553    |
|                          | Ensino secundário                          | -34.43188               | 27.11654    |
|                          | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -74.49462               | 21.94267    |
|                          | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -94.35176               | 2.08553     |
|                          | Licenciatura                               | -60.27270               | 5.32194     |
|                          | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -69.76911               | 94.36002    |
| 9º ano                   | .00  | -7.35978                | 77.39614    |
|                          | 4º ano                                     | .94522                  | 57.15411    |
|                          | 6º ano                                     | -21.97999               | 45.02545    |
|                          | + 9º ano - 12º ano                         | -18.31189               | 50.34825    |
|                          | Ensino secundário                          | -22.90916               | 38.63927    |
|                          | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -62.97189               | 33.46540    |
|                          | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -82.82904               | 13.60826    |
|                          | Licenciatura                               | -48.74997               | 16.84467    |
|                          | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -58.24638               | 105.88275   |

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade                   | (J) Grau de Escolaridade                   | 95% Confidence Interval |             |
|--|--|-------------------------|-------------|
|  |  | Lower Bound             | Upper Bound |
| + 9º ano - 12º ano                         | .00  | -24.03502               | 62.03502    |
|  | 4º ano                                     | -16.05428               | 42.11724    |
|  | 6º ano                                     | -38.82553               | 29.83462    |
|  | 9º ano                                     | -50.34825               | 18.31189    |
|  | Ensino secundário                          | -39.82604               | 23.51979    |
|  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -79.56856               | 18.02570    |
|  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -99.42570               | -1.83144    |
|  | Licenciatura                               | -65.61286               | 1.67119     |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -74.60579               | 90.20579    |
| Ensino secundário                          | .00  | -13.10245               | 67.40870    |
|  | 4º ano                                     | -3.60409                | 45.97331    |
|  | 6º ano                                     | -27.11654               | 34.43188    |
|  | 9º ano                                     | -38.63927               | 22.90916    |
|  | + 9º ano - 12º ano                         | -23.51979               | 39.82604    |
|  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -68.98271               | 23.74610    |
|  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -88.83985               | 3.88896     |
|  | Licenciatura                               | -53.82244               | 6.18703     |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -65.03584               | 96.94209    |
| Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | .00  | -4.98711                | 104.52996   |
|  | 4º ano                                     | -.83413                 | 88.43995    |
|  | 6º ano                                     | -21.94267               | 74.49462    |
|  | 9º ano                                     | -33.46540               | 62.97189    |
|  | + 9º ano - 12º ano                         | -18.02570               | 79.56856    |
|  | Ensino secundário                          | -23.74610               | 68.98271    |
|  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -79.25111               | 39.53683    |
|  | Licenciatura                               | -48.93063               | 46.53182    |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -50.51953               | 127.66239   |
| 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | .00  | 14.87004                | 124.38711   |
|  | 4º ano                                     | 19.02301                | 108.29709   |
|  | 6º ano                                     | -2.08553                | 94.35176    |
|  | 9º ano                                     | -13.60826               | 82.82904    |
|  | + 9º ano - 12º ano                         | 1.83144                 | 99.42570    |
|  | Ensino secundário                          | -3.88896                | 88.83985    |
|  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -39.53683               | 79.25111    |
|  | Licenciatura                               | -29.07349               | 66.38896    |
|  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -30.66239               | 147.51953   |

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Isolamento\_Social

LSD

| (I) Grau de Escolaridade         | (J) Grau de Escolaridade                   | 95% Confidence Interval |             |
|----------------------------------|--|-------------------------|-------------|
|                                  |  | Lower Bound             | Upper Bound |
| Licenciatura                     | .00  | 9.14831                 | 92.79336    |
|                                  | 4º ano                                     | 17.74261                | 72.26202    |
|                                  | 6º ano                                     | -5.32194                | 60.27270    |
|                                  | 9º ano                                     | -16.84467               | 48.74997    |
|                                  | + 9º ano - 12º ano                         | -1.67119                | 65.61286    |
|                                  | Ensino secundário                          | -6.18703                | 53.82244    |
|                                  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -46.53182               | 48.93063    |
|                                  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -66.38896               | 29.07349    |
|                                  | Outro grau acadêmico<br>avançado           | -42.00829               | 121.54996   |
| Outro grau acadêmico<br>avançado | .00  | -74.87004               | 97.27004    |
|                                  | 4º ano                                     | -74.78114               | 85.24411    |
|                                  | 6º ano                                     | -94.36002               | 69.76911    |
|                                  | 9º ano                                     | -105.88275              | 58.24638    |
|                                  | + 9º ano - 12º ano                         | -90.20579               | 74.60579    |
|                                  | Ensino secundário                          | -96.94209               | 65.03584    |
|                                  | Escola comercial ou<br>tecnicoprofissional | -127.66239              | 50.51953    |
|                                  | 1 a 3 anos frequência<br>universitária     | -147.51953              | 30.66239    |
|                                  | Licenciatura                               | -121.54996              | 42.00829    |

\*. The mean difference is significant at the .05 level.